



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

VII Legislatura
II Sessão Legislativa

Número: 34
Horta, Sexta-Feira, 16 de Novembro de 2001

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 25 minutos.

Os trabalhos iniciaram com a leitura da correspondência, seguindo-se a **continuação da discussão das Propostas de Decreto Legislativo Regional “Orçamento da Região Autónoma dos Açores e Plano Regional para 2002”**.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Clélio Meneses (*PSD*); João Ponte (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Herberto Rosa (*PS*), Paulo Gusmão (*PP*), José San-Bento (*PS*), Gilberta Rocha (*PS*), Bento Barcelos (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), José Rego (*PS*), Aires Reis (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Fernando Lopes (*PS*), Manuel Azevedo (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Renato Leal (*PS*), João Cunha (*PSD*), José Nascimento Ávila (*PS*), Manuel Avelar (*PS*), Andreia Cardoso (*PS*), Luís Medeiros (*PSD*), Luís Paulo Alves (*PS*), Manuel Silveira (*PS*), Francisco Oliveira (*PS*), Sérgio Ferreira (*PSD*), José Humberto Chaves (*PS*), Manuel Campos (*PS*), António Gomes (*PS*) e ainda os Srs. Secretário Regionais da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*), da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), da

Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), do Ambiente (*Helder Silva*), da Economia (*Duarte Ponte*) e Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

Para prestar esclarecimentos, usou da palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Encerrado o debate proferiram intervenções finais os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Submetida à votação, a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Plano para 2002”, foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como na especialidade.

No debate sobre os programas para os quais incidiu propostas de alteração, usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Luís Medeiros (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), João Cunha (*PSD*), Manuel Avelar (*PS*), Francisco Barros (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Andreia Cardoso (*PS*), Mark Marques (*PSD*), António Gomes (*PS*), Aires Reis (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Norberto Messias (*PS*), Nuno Amaral (*PS*), Clélio Meneses (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Herberto Rosa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Bento Barcelos (*PSD*), Francisco Barros (*PS*), José Rego (*PS*), Paulo Messias (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Berta Cabral (*PSD*), Renato Leal (*PS*) e os Srs. Secretários Regionais da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*), da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*) e da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Posteriormente, passou-se à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional “Orçamento para 2002”, a qual também foi aprovada por maioria.

Usou da palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa (*PS*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Berta Cabral (*PSD*) e Vasco Cordeiro (*PS*).

Em seguida, passou-se à votação dos Pareceres da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, sobre os pedidos de autorização para prestação de declarações dos Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Renato Leal (*PS*), Herberto Rosa (*PS*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

Finalmente, foi aprovada por unanimidade a proposta de Resolução que “declara findo o período legislativo de Novembro”.

(Os trabalhos terminaram às 05 horas e 50 minutos)

Presidente: Bom dia, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.
Vamos dar início à chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Manuel Machado **Menezes**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

João António Ferreira **Ponte**

José António **Cabral** **Vieira**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José **Humberto** Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís **Paulo** de Serpa **Alves**

Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel Herberto Santos da **Rosa**
Manuel Soares da Silveira
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
José Francisco Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Cabral **Bolieiro** Dias
José Manuel Avelar **Nunes**
Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**
Victor do Couto **Cruz**

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos em termos de debate do Plano e Orçamento, vamos fazer a leitura de alguma correspondência que chegou à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Da Presidência do Conselho de Ministros, comunicado de 15 de Novembro de 2001, informando a aprovação de diversos diplomas.

Secretário (*Raúl Rego*): Dos Srs. Deputados Raúl Rego, Bento Barcelos e Clélio Meneses, do Grupo Parlamentar do PSD, requerimento do seguinte teor:

“Na sequência do debate ocorrido no passado dia 14, aquando da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao “regime de realização do concurso com vista à concessão de obras públicas, em regime de portagem SCUT (Sem Cobrança aos Utilizadores), de troços rodoviários na Ilha de São Miguel”, o Governo Regional referiu ter efectuado profundos estudos, a longo de meses, que sustentaram aquela proposta de diploma.

Assim, ao abrigo das disposições aplicáveis, requeremos cópia, integral, dos referidos estudos.

Com os melhores cumprimentos e a maior estima.

Horta, 15 de Novembro de 2001.

Os Deputados Regionais: Raúl Rego, Bento Barcelos e Clélio Meneses.”

Secretário (*António Loura*): Do Gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa Regional, ofício informando que se consideram aprovados os Diários da Assembleia Legislativa Regional dos Açores n.ºs 25, 26 e 27, bem como os Suplementos 22, 24 e 27.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-Lei que regula o funcionamento do controlo do Fundo de Coesão, enquanto parte integrante do Sistema Nacional de Controlo do QCA III.

Baixou à Comissão de Economia.

Secretário (*António Loura*): Da Presidência do Governo, envio da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 26/2000 – segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/94/A, de 5 de Maio, (regime especial de publicidade ao tabaco em provas desportivas de automobilismo).

Baixa à Comissão de Assuntos Sociais.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para audição como testemunha do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para audição como testemunha do Sr. Deputado Manuel Herberto Santos da Rosa.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para que seja ouvido, como arguido, o Sr. Deputado João Manuel Bettencourt da Cunha.

Secretário (*António Loura*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de suspensão do Sr. Deputado Duarte Nuno D'Ávila Martins Freitas.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório e parecer sobre o pedido de autorização para inquirição como testemunha, do Sr. Deputado Renato Luís Pereira Leal.

Secretário (*António Loura*): Da Assembleia da República, envio para parecer, a Proposta de Lei nº 108/VIII relativa à “Lei de Finanças das Regiões Autónomas”.

Presidente: Srs. Deputados, como puderam observar, há muitos Srs. Deputados envolvidos em processos judiciais. Portanto, impõe-se que no final desta Sessão tenhamos de votar estas dispensas para poderem, se quiserem, cumprir aquilo que judicialmente lhes é obrigado.

Posto isto, vamos dar continuidade ao debate suscitado pela intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Habitação e Equipamentos, numa postura permanente de campanha, não respondeu a qualquer uma das questões colocadas e procedeu a um ataque à Câmara Municipal da Praia da Vitória, sem qualquer pingão de verdade.

Deputado José San-Bento (*PS*): Esteve a estudar de noite!

O Orador: De forma incorrecta, por isso claramente reprovável, afirmou por mais que uma vez, que a execução de uma obra na Ilha Terceira não foi levada por diante, porque a Câmara Municipal da Praia da Vitória estava atrasada 2 anos no cumprimento do contrato ARAAL.

A bem da verdade, esse contrato ARAAL que o Sr. Secretário refere e deve conhecer – se desconhece e disse o contrário, a incorrecção é maior, se não conhece, mostra o domínio que tem do seu departamento governamental – foi publicado no Jornal Oficial, II Série, nº 3, em 16 de Janeiro de 2001.

Sendo assim, passaram-se 10 meses e não 2 anos como referiu aqui por mais que uma vez.

Na sequência da publicação, foi elaborado o processo de concurso, caderno de encargos, programa de concurso.

A 7 de Fevereiro – ainda não tinha passado um mês da publicação – foi deliberado pela Câmara Municipal autorizar a abertura do concurso.

A 8 de Fevereiro – um dia depois – foi enviado para Diário da República o aviso da abertura do concurso público. O anúncio foi publicado no Diário da República, III Série, nº 48, de 28 de Fevereiro de 2001.

Decorreram os prazos normais do concurso público para apresentação das propostas por parte dos concorrentes.

A 29 de Março de 2001, foi feita a sessão de abertura das propostas do concurso público. Foi efectuado o projecto do relatório de análise e a 17 de Abril foram feitas as audiências prévias aos concorrentes.

O contrato ARAAL foi assinado a 24 de Julho de 2000 e apenas porque a sua Secretaria levou 6 meses para enviar para publicação, é que só foi publicado a 16 de Janeiro. Isto é muito diferente dos 2 anos.

Digo isto a bem da verdade que para nós vale muito mais.

Deputados Mark Marques e Luís Medeiros (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando se evidenciam atrasos de obras, como nós tivemos na Terceira, de anos, é lastimável que, com ataques sem verdade em relação a instituições que não estão presentes, se afirmem coisas que pretendem apenas defender aqueles que não têm defesa.

Tivesse o Governo Regional, em matéria de estradas e noutras, a mesma eficiência da Câmara Municipal da Praia da Vitória, e nós não estaríamos aqui, horas, a discutir obras e promessas que os senhores fizeram e não cumpriram.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (**José Contente**): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado Clélio Meneses duas coisas:

Em primeiro lugar, esta verba já está aqui há 2 anos e ela representa o início de um processo com a Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando é que foi publicado o contrato ARAAL? Sr. Secretário, pelo amor de Deus! Pelo menos uma vez fale a verdade!

O Orador: A Câmara Municipal da Praia da Vitória andou durante 2 anos em negociação com o Governo Regional, no sentido de considerar que o preço que queria para o contrato ARAAL não era aquele que estava contemplado no projecto. A Câmara Municipal da Praia da Vitória, independentemente dos prazos que o senhor tem aí, teve um processo de negociação que atrasou propositadamente, porque queria, à custa daquela obra, encontrar um preço a partir do qual nós não estávamos de acordo.

Portanto, há duas coisas que são indesmentíveis: o dinheiro estava inscrito e foi a Câmara Municipal da Praia da Vitória, por razões simplesmente de discordância permanente, que só assinou o contrato e procedeu a essas formalidades burocráticas, nesse prazo.

Aquilo que eu disse foi exactamente o que disse ontem. O senhor não tem a mínima razão.

A única coisa que foi dita aqui foi que o dinheiro estava inscrito há 2 anos e só não foi utilizado em termos de contrato ARAAL, porque a Câmara Municipal da Praia da Vitória protelou, sistematicamente, por discordar daquilo que veio a concordar depois, quando assinou mais tarde.

De resto, deixe-me que lhe diga o seguinte:

As estradas regionais da Ilha Terceira se estão mal, já estão há muito tempo.

Fomos nós que, a partir de 1996, começámos a transformar esse aspecto.

Mais. O Plano de Investimento, na Ilha Terceira, está em curso e já se vê, mas os senhores só vêem aquilo que falta fazer. Os terceirenses já vêem o que está feito, o que está projectado e o que vai ser feito até ao ano 2004.

É esse o compromisso que o Governo tem nesta legislatura.

Em matéria de estradas regionais se alguém tem alguma coisa a temer na Ilha Terceira, são aqueles que durante muitos anos não resolveram um problema que vem desde 1989, que é o caso da estrada Lajes/Santa Bárbara, são aqueles que fizeram a obra que está no estado que toda a gente conhece pelas freguesias entre Angra e Praia e são aqueles que sistematicamente resolveram também, na via rápida, passá-la para 4 faixas quando inicialmente a via estava preparada só para 2 faixas.

É por isso que hoje o Governo Regional tem que, em muitas outras estradas, em muitas outras escolas, em muitas outras obras, voltar a refazer aquilo que os senhores fizeram mal feito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário mantém a sua tese, eu mantenho a minha verdade que por acaso coincide com os documentos, alguns do seu departamento governamental.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Encerado este debate, tem a palavra o Sr. Deputado João Ponte para uma intervenção.

Deputado João Ponte (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez a história repete-se, estamos novamente na discussão com vista a aprovação do Plano e Orçamento para 2002, o segundo de responsabilidade da maioria absoluta, que foi legitimamente conquistada pelo Partido Socialista nas eleições regionais de Outubro de 2000.

Por esta razão, por mais que alguma oposição continue fastidiosamente, embora com legitimidade democrática a criticar os documentos em discussão, muitas vezes, apenas, criticar por criticar, à partida, a aprovação do Plano e Orçamento é um facto indesmentível.

Um dos factos que marca a discussão do Plano e Orçamento, é o actual período de pré-campanha para as eleições autárquicas, onde os cenários de hipotéticas vitórias são traçados, onde até já se fala de novos protagonistas do debate parlamentar se um tal candidato "B" ganhasse a Câmara "P", mas, para tal, um tal de "A" tem que aguentar a Câmara "R", custe o que custar. Outro facto de registo é a quantidade de Deputados envolvidos, como candidatos, no próximo acto eleitoral, prova, que afinal, ainda são muitos os que têm vontade e disponibilidade, e que as suas estruturas partidárias vêm neles competência e qualidade, para a grande, difícil, e ao mesmo tempo, nobre tarefa que é a gestão autárquica. É pena, que outros, não tenham esta visão.

Mais um vez os Açorianos serão chamados a decidir quem querem que os governe no poder local. Eles sabem o que querem, escolherão os que considerarem os melhores, a nós compete-nos respeitar e aceitar.

Serão os mesmos que deram, em Outubro de 2000, um ampla vitória ao Partido Socialista nas eleições regionais.

Por isso mesmo, este é o Plano do Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, como tal, não esperaríamos que o maior partido da oposição tivesse coragem de o aprovar. A avaliar pelas mais recentes posições políticas dos seus principais responsáveis, seria certamente um pior plano, com uma maior despesa corrente, com maiores níveis de endividamento e com menor investimento público, ou ainda pior, com investimento de MILHÕES sem cabimento, e com pagamento de TOSTÕES aos empresários, como aconteceu no ano de má memória de 1992, e seguintes, até 1996.

Decididamente, este não é um plano de TOSTÕES, é um plano de MILHÕES, que não dá cobertura à política de investimento virtual, que alguma oposição por vezes indicia defender.

Se não vejamos, critica-se o crescimento da despesa corrente, mas não se apresentam soluções para a sua redução, pior ainda, apresentam-se propostas que levam ao seu crescimento.

No investimento, a incoerência é total, reclamam-se investimentos sobre investimentos. Mas, são tão rápidos a pedir como a tirar, apresentado propostas que levam à redução da receita, que por sua vez financia o investimento.

Mas não ficam por aqui. Depois, querem mais investimento, mas, ao mesmo tempo criticam o crescimento da dívida regional.

Afinal, em que ficamos?

Esta é a nossa oposição, que ainda espera ser Governo, que pratica o discurso da demagogia e da incoerência, que, pelo qual, os Açorianos já não se deixam levar.

Esta é claramente a doutrina da política do "investimento virtual", na qual o Governo do Partido Socialista não se revê.

Antes pelo contrário, este é o plano que adequa o nível de investimento às receitas arrecadadas pela Região e ao equilíbrio das finanças públicas regionais.

Este não é um óptimo plano. Este é um bom plano. Este é um bom plano, face à actual conjuntura económica, que dá resposta aos anseios das nossas populações e não desvirtua as promessas eleitorais do Partido Socialista, nem os objectivos do Plano a Médio Prazo, já aprovado, e que não coloca em causa o modelo de desenvolvimento económico sustentado da Região

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Coube-me fazer uma intervenção de defesa do plano nas áreas de Obras Públicas e Habitação.

À primeira vista, não parece uma tarefa fácil, pois, em relação à dotação inscrita na PMP para o ano 2002, verificou-se nestas áreas uma redução de 100.000,00.

Contudo, efectuando uma análise realista e coerente, e se falarmos com os Açorianos, o que eles nos dizem? “Indiscutivelmente temos hoje mais e melhor

habitação, as nossas estradas estão melhores, novas vias estão em construção, as estradas estão com melhor iluminação e sinalização””.

E se falarmos com os empresários do sector, o que eles nos dizem? “O sector encontra-se de boa saúde, praticamente não existe desemprego, as empresas estão a modernizar-se, e o Governo, em regra, paga a tempo e a horas”.

Se lhes perguntarmos: “Estão totalmente satisfeitos?” Eles respondem “não”. Nós também não. Nem o Governo Regional, por isso este continuará a trabalhar com afinco tendo em vista a adopção de políticas associadas a níveis adequados de investimento público que continuem com a redução das assimetrias sociais e económicas dos diferentes concelhos e freguesias dos Açores, promovendo o desenvolvimento integrado e equilibrado da Região.

Para a conjuntura económica favorável que se verificou nos últimos cinco anos nos Açores, foi decisiva a contribuição do sector da construção civil, onde as obras públicas representam uma parcela significativa, com um plano de desenvolvimento de obras faseadas em volume e no tempo e no cumprimento dos prazos de pagamento aos empreiteiros e fornecedores.

A política de investimentos, no domínio das obras públicas executadas nos últimos 5 anos e previstas no âmbito do Plano de 2002, revela o esforço do Governo Regional em continuar a reduzir o atraso estrutural a que os Açores estavam acometidos.

Para se atingir patamares de desenvolvimento económico e social, semelhantes aos verificados na União Europeia, que teimosamente, e bem, ansiamos, é imprescindível melhorarmos e reforçarmos as nossas acessibilidades, onde o sistema de transportes rodoviários assume-se como uma das componentes fundamentais.

Em matéria de Obras Públicas este Plano dá continuidade ao objectivo orientador do Programa do Governo, num aumento da eficácia e operacionalidade do Sistema Rodoviário Regional, melhorando as acessibilidades mediante a construção de novos troços de estradas e de obras de arte, bem como, pela conservação e reabilitação das vias existentes, dando resposta ao crescimento do parque automóvel, em circulação, de cada ilha.

A melhoria das condições de segurança nas estradas continuará a constituir matéria de extrema importância e prioridade, nas ordens de preocupações deste Governo. A

melhoria das condições de circulação das nossas estradas, o reforço da sinalização vertical e horizontal das nossas vias, contribuirão para o aumento da segurança do Sistema Rodoviário Regional, e para a redução dos índices de sinistralidade que persistem nas nossas estradas.

No âmbito do Sistema Rodoviário Regional, o Plano de 2002 reserva um montante de 25 milhões de euros, onde se destacam, entre muitos outros, os seguintes empreendimentos:

- a construção da 2ª fase da Variante Ponta Delgada-Lagoa, prometida à mais de 10 anos, com uma dotação de 7,3 milhões de euros;
- a construção do 2º trecho da Envolvente à Ribeira Grande, com uma dotação de 1,8 milhões de euros;
- a reabilitação das ER's Altares-Pico Gordo e Santa Bárbara-Serreta, na ilha Terceira, com uma dotação de 2 milhões de euros;

Por outro lado, apesar de não estar em discussão, nos documentos em análise, a nova metodologia de financiamento de investimento público, em regime de Project Finance, este, numa primeira fase, irá permitir, para além da transformação do sistema rodoviário da Ilha de São Miguel, com um investimento de cerca de 200 milhões de euros, a partir de 2003, a libertação de verbas nos planos futuros que possibilitarão o reforço do investimento nos sistemas rodoviários das outras ilhas.

A dinâmica e o ritmo da construção no sector das obras públicas, são um bom indicador do estado da economia regional, contudo aquele não pode, nem deve ser medido pelo número de contratos de obras públicas, como alguns pretendem fazer, mas sim pelo volume de investimento, e este é conhecido de todos nós.

Assim, o plano de investimento previsto, a par dos investimentos programados em Project Finance, são garantias para a continuação dos níveis elevados de confiança dos empresários do sector, e da sociedade em geral, o que garante que este manterá uma forte dinâmica e vitalidade nos Açores, gerando emprego e criando riqueza, e arrastando a produção e o emprego noutros sectores industriais, comerciais e de serviços.

Sr. Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apesar dos progressos que ocorreram nos últimos anos, e da situação de quase pleno emprego que atravessamos, são ainda em número considerável as famílias que não têm acesso a uma habitação condigna, que queremos que todos tenham direito.

Por outro lado, os aspectos relacionados com a segurança estrutural do nosso parque habitacional - onde grande parte das habitações não possuem elementos resistivos em betão armado - e o potencial crescimento da população açoriana, impõem-nos a necessidade de continuar a renovar e ampliar o parque habitacional dos Açores.

O grande impulso dado à área social através de um crescimento da construção de habitação e da recuperação de habitação degradada, constituiu um sector fundamental e prioritário da acção do primeiro mandato do Governo Regional do Partido Socialista, tendo com isso contribuído de forma decisiva, para o desenvolvimento sócio-económico e estrutural da nossa população.

Prova disto foi o esforço financeiro assumido pela Região durante a vigência do VII Governo Regional, na ordem dos 55 milhões de euros em investimento directo, mais cerca de 60 milhões de euro assumidos pelo INH nos acordos de cooperação com as Autarquias Açorianas.

Estimular o acesso a habitação própria, continuará a ser uma das políticas da Habitação do Governo Regional, através da criação de condições e mecanismos favoráveis aos cidadãos de determinados estratos sociais acederam, por iniciativa própria, à melhoria da sua situação habitacional. Não devemos ter dúvidas que a implementação de uma política favorável à aquisição de habitação própria, trará grandes benefícios ao agregado familiar, reforçando a sua privacidade e preservando a intimidade pessoal dos seus membros, para além, de ser um factor de fixação de pessoas e famílias nas zonas mais rurais, podendo ainda retrair o fluxo de jovens para os meios urbanos.

O direito constitucional dos cidadãos em possuírem uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto, encontrou, no Programa do VIII Governo Regional, a determinação e vontade de concretizar, o mais possível, tal objectivo social. Este Plano, dá continuidade a esta vontade com afectação de um verba de 11,5 milhões de euros, na promoção de políticas de apoio à construção ou aquisição de habitação.

Continuará a ser uma preocupação deste Governo a recuperação das habitações sem condições mínimas de habitabilidade, dotando-as de conforto, salubridade e segurança, elevando assim a qualidade de vida das populações.

A este objectivo, será associada um nova preocupação, na salvaguarda das populações, no que se refere à segurança sísmica, com a adopção de um conjunto de medidas que melhorem a resistência das habitações aos fenómenos sísmicos.

Por todos estes argumentos, só existe um caminho possível, o de continuar a aposta no investimento na habitação.

Sr Presidente Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje é assumido por muitos, e no futuro por muitos mais, que o passado governativo do Partido Socialista, apesar de curto, marcou de forma positiva e indelével, em matéria de obras públicas e habitação, tal como em outros sectores, o desenvolvimento desta Região e a recuperação do seu atraso estrutural.

É nossa convicção que assim irá continuar. Os Açorianos assim esperam. Os Açorianos são generosos, e saberão como nos recompensar em 2004.

Por muito que alguma oposição queira fazer passar, num discurso, tipo cassette, já gasta, em que lá como cá o Governo piora com tempo, o que é verdade, e os Açorianos, sabem-no bem, e provaram ainda recentemente, que este Governo melhora com o tempo - é como o "vinho do Porto" - quanto mais velho melhor. Ao contrário de alguma oposição, e aqui, tanto lá, como cá, "turva" com o tempo, acabando por azedar - é como o "vinho a martelo".

Os Açorianos têm bom gosto, e saberão escolher entre um "vinho do porto" e um "vinho a martelo".

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): “Vinho a martelo”, que falta de nível!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo assumiu como objectivo desta legislatura a conclusão do Processo de Reconstrução dos estragos do Sismo de Julho de 1998 e têm sido vários os responsáveis a afirmar que em 2004 a Reconstrução ficava pronta. Sabemos hoje que essa Reconstrução de que falavam é apenas a que se refere aos sinistrados do 1º escalão.

O Plano a Médio Prazo 2001-2004 prevê para a Reconstrução das ilhas do Faial, Pico, e S. Jorge um total de 22.564.000 contos. A meio da sua vigência, as verbas inscritas já são inferiores em cerca de 13% às previstas naquele documento. Mas se atendermos às verbas efectivamente gastas na Reconstrução, então o panorama é bem pior: em 9 meses de 2001, gastaram-se 2 milhões e 920 mil contos, o que representa uma execução inferior a 50%, o que é verdadeiramente de estranhar quando todas as semanas ouvimos algum responsável dizer que a Reconstrução decorre em velocidade de cruzeiro.

Não é essa velocidade de cruzeiro que vemos no terreno, embora se esteja a trabalhar o suficiente para, de tempos a tempos, se ir entregando – e ainda bem – algumas casas aos sinistrados. Se assim não fosse é que seria de estranhar, decorridos 3 anos e meio do sismo.

No terreno, dizia, a Reconstrução lá se vai fazendo, com as virtudes que conhecemos, e que se aplaudem, com os erros que todos reconhecemos não ser impossível acontecerem, mas de que não se quer falar e, quando se fala, logo são apelidados de “crítica fácil”.

O discurso oficial arregimenta a comunicação social para a entrega de chaves das casas concluídas. E aproveita sempre para tecer as maiores laudas a esta Reconstrução, que “é um ensinamento para o País”.

Mas não se fala das casas recém-entregues e já com infiltrações de água.

Não se fala das casas recém-entregues mas com acabamentos exteriores por fazer.

Não se fala das casas recém-entregues e com erros de construção, uma delas com um erro tão grosseiro que até nem o Regulamento Geral de Edificações Urbanas

respeita: a casa, depois de fiscalizada, foi entregue com 2,04 metros de pé direito, quando o mínimo legal é 2,40 metros.

Não se fala das casas, espalhadas por várias freguesias, que há mais de 6 meses estão rebocadas e com o tecto colocado, mas que continuam sem telha, com a madeira a apodrecer e a sofrer contínuas infiltrações de água.

Não se fala das empresas sobre as quais correm insistentes rumores de que estão em falência, nem sequer se afloram as medidas que se estão a tomar para obviar esta possibilidade.

Não se fala dos atrasos que há nos pagamentos às empresas com empreitadas em curso e que já se reflectem na demora destas em remunerar os seus trabalhadores.

E não se fala, nem se quer falar, sobre a anulação dos concursos lançados em Agosto deste ano pelo CPR, no valor total de 2 milhões de contos, para a reabilitação e construção de centena e meia de moradias, cuja anulação se ficou a dever, segundo o Senhor Secretário Regional, à tentativa de moralizar os preços do mercado. Mas essa moralização que quer construir casas a 10.000 contos parece ser infelizmente exclusivo para a Reconstrução, pois é este mesmo Governo que não tem pejo em pagar, na Lagoa Artificial da Ilha do Faial, 15.600 contos por dia para colocação de tubo de canalização.

Finalmente, não se fala, nem se quer falar, da capacidade de execução das empresas e do cumprimento da calendarização dos trabalhos, cujo ritmo, a manter-se como está, tornará, infelizmente, muito pouco provável que em 2004 a Reconstrução de que o Governo fala fique pronta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A estas novas dificuldades, juntam-se as insuficiências que são já estruturais e que se teima em não tocar.

Continua a falta de critérios na prioridade da construção das casas, começando-se por agregados que estão em pré-fabricados em detrimento de outros que continuam a viver em garagens e casas quase em ruínas; reconstroem-se casas de pessoas que estão ausentes da ilha e as que cá estão continuam sem ver ainda solução para o seu caso.

Continuam a existir sinistrados a viver em condições tais que os Bombeiros já mandaram cortar a luz devido à infiltração de água na instalação eléctrica e o Delegado de Saúde comprovou a insalubridade do local, mas, apesar disso, não há maneira de se desbloquear a sua situação.

Continua a falta de critério nas decisões do CPR, por exemplo, ao definir zonas de risco e obrigando a maioria das pessoas a mudar o local da sua habitação, mas permitindo que alguns reabilitem as suas casas nessas zonas. É caso para concluir que o risco não é igual para todos.

Continuam sem solução pública as questões relacionadas com os comodatários e os arrendatários do 1º escalão que, embora tendo direito a uma casa, porque não têm terreno nem posses para o vir a adquirir, estão de fora do processo da Reconstrução.

Continuam sem solução pública as questões relacionadas com os sinistrados do 2º e 3º escalões que não conseguem reconstruir as suas casas porque não encontram meios financeiros de enfrentar as diferenças entre os orçamentos do CPR e os dos empreiteiros.

Continua a teimar-se em aplicar a situações de excepção, como é o caso dos sinistrados de zonas de risco, as tipologias que não se referem a estes casos.

Continua por resolver a questão da inclusão do IVA no cômputo dos apoios que o sinistrado recebe.

Continuam os problemas e as deficiências no atendimento do CPR. Agora a modalidade é os sinistrados terem de esperar por um jurista que vem de S. Miguel atendê-los.

Continua a teimosia em se imporem soluções habitacionais tipo bairros, em terrenos expropriados para o efeito, contra a vontade das pessoas e obrigando a viver neles sinistrados que até tinham terrenos alternativos e neles queriam construir a casa a que têm direito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo está a dar-nos razão. Muitas destas questões tinham um caminho de solução aberto na proposta de Decreto Legislativo Regional que apresentámos nesta Casa e que não foi aprovada. A recomendação ao Governo, aprovada por unanimidade, que a substituiu, jaz esquecida, como prevíramos, nalgum gabinete. Aliás, a baixa

execução financeira de 2001 e os cortes que se verificam para 2002 fazem prever que essa recomendação continue sem aplicação, com manifesto prejuízo para muitos sinistrados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As ilhas do Faial e do Pico, devido às condições específicas da Reconstrução, têm sido um local de atracção para mão de obra estrangeira e imigrante, alguma dela vítima de promessas falsas de angariadores e sujeita a situações de trabalho e alojamento degradantes e ilegais. O trabalho clandestino é um problema da Reconstrução que nos envergonha a todos. Os relatos que nos chegam de trabalhadores a fugir de várias obras para se esconderem nos quintais vizinhos quando se anuncia a chegada da fiscalização (e nem era a da Segurança Social nem a da Inspecção de Trabalho), confirmam que o fenómeno existe e não pode ser escamoteado. E, neste domínio, o que tem sido feito? Qual a resposta efectiva e no terreno que o Governo Regional tem dado a este problema que nos embaraça a todos?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como deputado eleito pela ilha do Faial não posso prescindir de deixar aqui a constatação de que o Plano do Governo para 2002 mantém a tendência dos planos anteriores em relação ao Faial no sentido da diminuição das verbas destinadas a esta ilha. Basta referir que em 2001, o Plano previa para o Faial pouco mais de 6 milhões de contos, enquanto para 2002 caberão ao Faial cerca de 4 milhões e 200 mil contos, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 30%. Mas a situação agrava-se se utilizarmos para comparação o plano de 1999, o primeiro do período pós-sismo: de 1999 a 2002 as verbas destinadas em Plano ao Faial diminuíram 51%.

Já era claro nos anos anteriores que o Governo Regional assumia um claro desinvestimento em relação ao Faial, justificando-se com a canalização de verbas para a Reconstrução. Mas para 2002, as próprias verbas destinadas à Reconstrução inexplicavelmente diminuem: de cerca de 3 milhões e 200 mil contos em 2001 para pouco mais 2 milhões e 600 mil contos em 2002: uma diminuição superior a 20%.

Em resultado desta censurável opção do Governo, o Faial continua a ver os seus grandes projectos adiados e em repouso à espera de melhores horas e de que mais ninguém do Governo se volte a enganar nas contas .

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Gostaria de prestar alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Costa Pereira, porque como ele tem alguns despachos do CPR, provavelmente deveria ter também a última taxa de execução do Governo Regional, em relação ao mês de Outubro.

Efectivamente, não são 2,9 milhões de contos. São 3 milhões 173 mil contos no mês de Outubro.

Nós já estamos em Novembro. Entrou nova facturação e vai ser dado destino à mesma de acordo com a dotação que ainda está disponível.

Portanto, em matéria de execução, é a execução correspondente àquilo que está no Plano.

Naturalmente, este foi um bom ano de execução e ainda bem. Para o próximo ano, em princípio, a execução será semelhante.

Há outra situação que gostaria de referir: as críticas habituais.

O Sr. Deputado Costa Pereira todas as vezes que fala no processo da reconstrução incorre nos mesmos clichés, como o atraso e questões que já foram bastas vezes referidas aqui e que não representam o grosso da reconstrução.

Os casos do 2º, 3º e 4º escalões, que não estão todos estudados no sentido de poderem integrar o regime de empreitadas são só 378. Naturalmente isso não tem nada a ver com aquilo que já está feito, com aquilo que já foi feito e investido.

A sua atitude sempre derrotista em relação à reconstrução, não corresponde nem ao investimento, nem à obra realizada, nem àquilo que os faialenses pensam da reconstrução e que manifestas vezes já demonstraram em vários actos eleitorais para

os quais os senhores sempre levantaram a bandeira do cartão vermelho por causa da reconstrução. Nem aí tiveram razão.

Gostaria de lhe dizer que em relação a critérios, nós optámos pelo processo de que os critérios têm que ser seguidos com algum cuidado.

Suponha, por exemplo, que nós temos que decidir um caso de um pai que vive com uma filha. Na altura da reconstrução, no início, houve um levantamento do agregado familiar com um determinado rendimento e depois verificou-se que o rendimento englobado dessa família ultrapassava o valor para o qual a pessoa não podia estar no primeiro escalão.

Passado algum tempo, essa família gostaria de não contar com os rendimentos que tirariam o seu pai do 1º escalão.

Obviamente que o CPR teve que decidir nesta matéria pelos rendimentos iniciais que tinham sido verificados nessa primeira semana.

Há muitos casos da reconstrução em que os critérios têm que ser rigorosos e para além rigorosos existe um critério que obriga muitas vezes a administração a ter que verificar, caso a caso, uma vez que essas dificuldades se impõem em muitas dessas situações.

Nós já avançámos aqui várias vezes com os mesmos princípios e vamos continuar a defendê-los até ao fim.

O processo de reconstrução nas Ilhas do Pico e do Faial representa um grande esforço financeiro para a Região; um esforço sem precedentes na história de todos os países onde há calamidades; um esforço que representa uma reconstrução de um parque habitacional que foi danificado em 70% no Faial, que não tinha condições e vai passar a tê-las; um esforço financeiro que está sendo acompanhado em termos técnicos.

Esse acompanhamento reflecte também o cuidado do Governo Regional em reabilitar, definitivamente, aquilo que não tinha condições e por isso ficou danificado em 70%.

Isso é o objectivo principal, independentemente de algumas minudências que são carreadas para este debate todas as vezes que ele aparece nesta Câmara.

É preciso mais uma vez clarificar uma situação. O Governo Regional só se pode responsabilizar pelo prazo final do processo da reconstrução das empreitadas que tem a seu cargo, ou seja, daqueles que estão no 1º escalão e que nós temos a empreitada a nosso cargo.

Parece que o Sr. Deputado disse aqui que nós tínhamos dito que o processo da reconstrução terminaria no ano 2004, integrando todas as pessoas que estão a fazer as suas obras por administração directa e sobre as quais nós não temos nenhum controlo, a não ser o pagamento que temos a fazer quando essas obras começam.

A sua afirmação inicial foi no sentido de que o Governo Regional se tinha comprometido a que o processo de reconstrução estaria terminado no ano 2004. E mantemos a nossa palavra, só que mantemos para as empreitadas que são da nossa responsabilidade directa, como é óbvio.

É preciso clarificar esta situação, porque muitas vezes essas generalizações são feitas não sei com que propósito e a nossa atenção a elas é, efectivamente, delimitar esta questão.

Presidente: Sr. Secretário Regional, terminou o seu tempo.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, termino já.

O processo da reconstrução é importante, mas é importante porque tivemos princípios, arranámos o financiamento, estamos a garantir o financiamento e é com esses objectivos que nós queremos requalificar definitivamente um parque habitacional que foi danificado em 70%, porque simplesmente não tinha condições, ou se quiserem em termos mais populares, não tinha nenhuma resistência, não prestava, no sentido de que não resistia ao tipo de sismos que nós temos nos Açores. Essa situação vai ficar resolvida com este processo de reconstrução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer duas coisas.

Algumas das questões que eu aqui levantei, Sr. Secretário, é falsa?

O senhor diz que são minudências.

Os sinistrados que estão em causa, se calhar, não pensam da mesma maneira.

Há mais uma coisa que lhe quero dizer. Há cerca de um ano o Sr. Presidente do Governo disse que não ficava satisfeito enquanto houvesse um caso por resolver na reconstrução.

Eu também tenho esse direito e assumo-o aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Ontem já foi abordada aqui a questão do mercado e do seu funcionamento. Hoje, mais uma vez se verifica uma grande confusão à volta desta questão.

Esta questão é fundamental, é uma questão fulcral no funcionamento de todo este processo de reconstrução, que é um processo de uma dimensão nunca antes vista nos Açores. De facto, é um processo que está a avançar – não tenho dúvida nenhuma em afirmá-lo! – em velocidade cruzeiro, com um investimento já superior a 12 milhões de contos.

A maioria das questões colocadas pelos sinistrados que nos procuram e naturalmente também procuram o Sr. Deputado Costa Pereira e todos os outros Deputados, tem a ver com questões de prioridade e com questões de enquadramento nessas prioridades, mais do que com outras coisas.

Há uma questão que o Sr. Deputado Costa Pereira levantou que se prende com o investimento realizado a cada momento.

Eu gostava de lhe dizer que o investimento realizado a cada momento é irrelevante. O que importa é o investimento global nesse mesmo momento e não o investimento realizado nos dois ou três meses anteriores. Porquê? Porque quem conhece o mercado sabe que numa primeira fase, as empresas quando se instalam, sobretudo neste caso porque são empresas grandes que vieram de fora da Região...

Deputado Costa Pereira (PSD): Já estão cá desde o princípio do ano!

O Orador: ... têm custos acrescidos de instalação, nomeadamente a montagem dos seus estaleiros. Por isso, fazem um esforço tremendo no sentido de realizarem alguma coisa e entregarem alguma facturação que permita a entrada de dinheiro nesse momento.

Numa fase posterior, por reajustamentos do mercado, de mão-de-obra, etc., essa facturação baixa sempre, não só neste caso, como em todos os outros.

Portanto, é normal que neste momento e nesta fase haja um decréscimo significativo em termos de facturação, o que não quer dizer que o que nós temos neste mês não seja completamente diferente daquilo que vamos ter no final do ano, com a facturação que daqui até lá pode entrar.

Isso não tem nada a ver nem tem nenhuma relação directa com o que se passa no terreno em termos de realização de obra. Essa é que é a verdade.

O que importa a cada momento é o volume global do investimento, porque é o volume global do investimento que traduz também a obra realizada a cada momento.

Obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento sobre esta matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma intervenção.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sempre que nesta Assembleia se analisa o Plano e Orçamento e desde que cá estou, entendo que tenho o dever de fazer algumas considerações sobre estes documentos em relação ao círculo eleitoral porque fui eleito — a Ilha das Flores. Vou mais uma vez fazê-lo, mas não pretendo analisar exaustivamente as propostas em relação à minha ilha, fundamentalmente pretendo analisar alguns programas e acções que se previam no Plano de Médio Prazo e que não estão no Plano para 2002 como, em nosso entender, deviam estar, se o Governo Regional tivesse como objectivo executar integralmente o PMP que aqui se aprovou no passado mês de Abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Por proposta nossa e aprovado nesta Assembleia vem consagrado no PMP, e cito, “apoiar-se-á a partir de 2001 e nos anos de 2002, 2003 e 2004 a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores no sentido da construção do seu lar de idosos, o qual estará concluído em 2004” – fim de citação. Quando o Governo Regional efectuou a visita oficial às Flores, o Sr. Presidente do Governo Regional disse-me ser necessário chegar aos serviços a constituição legal da Santa Casa da Misericórdia e a acta de eleição dos seus corpos gerentes, a fim de poderem esses corpos gerentes

receber informação sobre o tipo de projecto que a Região estava disposta a apoiar; durante essa visita foi entregue ao Sr. Presidente do Governo Regional ofício da Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores com os elementos necessários, o qual sabemos ter chegado ao Sr. Director Regional da Segurança Social porque aquela instituição, a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores, recebeu o ofício nº 3375, de 1 de Outubro, da Direcção Regional da Solidariedade Social, o qual diz o seguinte “acusou a recepção do vosso ofício acima mencionado e desejo as maiores felicidades aos novos corpos gerentes”.

E mais não diz!

Quero acreditar que o Governo Regional vai respeitar os compromissos assumidos, mas no Plano para 2002 não existe qualquer verba na acção 22.1.12 criação do Lar de Idosos nas Lajes das Flores, e até ao presente não foi executada a verba orçada para o corrente ano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No Programa 5 – estruturas de apoio à actividade da pesca – previa-se no Plano para o corrente ano e para a Ilha das Flores o início das obras de adaptação do edifício da Alfândega a lota e casas de apresto em Santa Cruz, obra que até ao presente não se iniciou; para o próximo ano continua esta acção, com o objectivo do corrente ano e com outros, que são necessários, mas os 64.844 euros orçados para 2002, com a agravante de não se terem utilizado os 43.395 euros do corrente ano, é notoriamente insuficiente para se fazer o que está programado e que é absolutamente necessário e urgente para os portos de pesca da Ilha das Flores.

No Programa 11, Projecto 2 – reabilitação de estradas regionais, para o ano corrente estavam apenas desagregados 20.000 contos para as Flores, e no Programa 33 – Projecto 1 – acção 18, estavam orçados mais 20.000 contos para a reabilitação das Estradas Regionais da Ilha das Flores, ou seja, havia a verba de 40.000 contos em 2001 para as estradas regionais daquela Ilha. Mas a realidade é que até ao presente, durante este ano, não se viu qualquer intervenção apreciável nas estradas regionais, pelo que os 40.000 contos já não serão executados no corrente ano como se previa em Abril. Para 2002 prevê-se a “correção e reabilitação da Estrada Regional Santa Cruz – Ribeira da Cruz” no Programa 11, e no Programa 33 – Calamidades,

inscreve-se a acção “início da empreitada entre Santa Cruz e Lajes (1ª Fase), que no conjunto terão 500 mil euros, o que é uma verba diminuta para as necessidades que hoje têm as estradas regionais das Flores mesmo no pressuposto da verba ser efectivamente executada. E, mesmo neste pressuposto, continuaremos com as restantes estradas regionais a aumentar a forte degradação que já as atinge.

No Plano de Médio Prazo aprovado em Abril, no Programa 14, na acção 14.1.6. remodelação e beneficiação da Aerogare das Flores previam-se 149.639 euros para o ano de 2002 e afinal no documento em apreciação tão somente se prevêem 74.820 euros, ou seja, metade do que se previa no PMP. Nas Flores já sabemos que, se começar em 2002 a remodelação da Aerogare, será obra para andar devagar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Gostamos de ser justos nas análises que fazemos e por isso ficávamos mal com a nossa consciência se não reconhecêssemos que nas Flores a Administração Regional leva a cabo uma infra-estrutura importante – a adaptação ao Ensino Secundário da Escola Padre Maurício de Freitas. Nessa acção, felizmente, a verba prevista no PMP é aquela que está orçada no Plano em análise. Neste Plano e em relação às Flores resta-nos tão somente esta consolação, esperando e desejando que a verba orçada seja efectivamente executada.

Sr. Presidente , Srs. Deputados , Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Trouxe apenas a este debate alguns exemplos, da minha Ilha, daquilo que foram expectativas criadas para o próximo ano e que afinal julgamos que não vão ser conseguidas com a execução da proposta de Plano para 2002, aqui e agora em análise.

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi com atenção a intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão e as questões que aqui trouxe no que se refere ao nosso círculo eleitoral.

Relativamente a esta matéria tenho que prestar alguns esclarecimentos sobre os aspectos e as áreas sobre as quais teceu considerações.

No que se refere à Casa de Acolhimento de Idosos, nas Lajes, o Sr. Deputado fez a pergunta e deu a resposta. Só a meados de Setembro é que o processo de legalização da Santa Casa de Misericórdia das Lajes ficou concluído. Logo, não era possível, até a esse momento, fazer qualquer investimento nessa infraestrutura. A partir daí estarão criadas essas condições.

Relativamente à verba inscrita para 2001, é manifesto que não podia ser utilizada.

Em relação a 2002 há uma situação que se prende com isso mesmo. Não se sabendo quando é que o processo ia ser resolvido e porque a elaboração do Plano é bastante anterior, não foi inscrita nenhuma verba.

Consta no Plano a Médio Prazo, precisamente para 2003 e 2004.

Tenho a certeza que, entretanto, dado os novos dados, à redundância e tendo em conta que a Santa Casa neste momento já tem o seu problema de legalização resolvido, vai ser apresentada uma proposta de alteração para que seja contemplado o início dessa infraestrutura, nomeadamente ao nível do projecto.

Relativamente à lota e às casas de aprestos de Santa Cruz, infelizmente dificuldades na transferência desse imóvel do antigo armazém da Alfândega para a Administração Regional, levou a que a obra não se tivesse ainda iniciado. Creio que todos temos que lamentar isso e o Governo Regional será o primeiro a fazê-lo.

De qualquer forma, a intenção é iniciar em 2002.

O processo de transferência, tanto quanto sabemos, está bem encaminhado. Por isso, a verba que estava inscrita no Plano a Médio Prazo na acção 5.2.3, que era de apenas 3.150 contos para o ano 2002 – vai-me perdoar que fale em contos, mas esta questão dos euros eu ainda não domino muito bem, e até para uma comparação daquilo que estava previsto no PMP e daquilo que está inscrito no Plano para este ano – passou neste Plano para 13 mil contos.

No que se refere à questão das estradas, na última intervenção que fiz nesta Assembleia, chamei a atenção para a necessidade...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente. Apelo à sua benevolência.

Apenas para deixar claro que o que está previsto no Plano em matéria de estradas, é o que vai ser executado.

Quanto à aerogare a diferença é de 5 mil contos. Estavam previstos no PMP 20 mil e estão inscritos 15 mil para esta acção que se vai iniciar em 2002.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para mais esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou ter que ser rápido, na medida que tenho que controlar com alguma preocupação o meu tempo.

De qualquer modo, Sr. Deputado Manuel Herberto, vamos começar pelo Lar de Idosos.

O Sr. Deputado diz que o processo só terminou em Setembro. O que o senhor poderá dizer é que só chegou aos serviços um ofício em Setembro, porque já tinha sido enviado anteriormente e o processo estava concluído, em relação à Santa Casa da Misericórdia, muito antes de Setembro.

Por outro lado, o senhor sabe tão bem quanto eu que houve um esforço da parte da Santa Casa da Misericórdia no sentido de se avistar com o Sr. Director Regional. Isso não foi possível, penso que por culpa de ambas as partes.

De qualquer modo, aquilo que penso que é fundamental em relação a esta matéria, é que a Santa Casa da Misericórdia está à espera de saber o tipo de projecto que os serviços pretendem apoiar e hoje mesmo ainda não tinha conhecimento de que tipo de projecto é que a Direcção Regional, a Secretaria Regional e o Governo Regional estavam dispostos a apoiar, porque, no fundo, o grande problema é este.

Não vale a pena a Santa Casa da Misericórdia fazer um projecto, sem saber se esse projecto tem condições para ser ou não apoiado.

Uma coisa é mandar fazer um projecto, outra coisa é ter-se a noção e a certeza de qual o tipo de projecto. Esse é o grande problema, é o problema que ainda hoje é desconhecido pela Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores.

Em relação às outras matérias, o senhor reconhece que no que se refere ao problema da lota e ao problema dos portos, há menos dinheiro e não há obra feita, aliás, como se passa em relação à parte restante da minha intervenção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Novamente reitero que o Sr. Deputado Paulo Valadão deu a resposta.

Com efeito o Sr. Deputado fala em apoiar a Santa Casa da Misericórdia na execução do Lar de Idosos.

O dono da obra, por assim dizer, é a Santa Casa da Misericórdia e o Governo vai apoiar a Santa Casa da Misericórdia na execução desta infraestrutura.

Então o que é que falta?

Parece que falta definir o tipo de projecto a implementar.

Se ainda não está definido o projecto a implementar, então, Sr. Deputado, certamente não pode condenar o Partido Socialista e o seu Governo de ainda não ter executado.

Se ainda não está definido o tipo de investimento, ainda não é possível gastar um tostão.

Quanto à definição do projecto a realizar, resta saber de que lado é que surge o problema.

Parece-me que a instituição, antes de mais, é que deve saber qual o tipo de infraestrutura que responde às suas necessidades. O Governo irá definir com essa instituição o projecto que acha que é razoável para, do ponto de vista financeiro, apoiar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para esclarecimentos.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

Há 5 anos foi feito, foi pago e ainda existe um projecto para um Lar de Idosos na Ilha das Flores.

O Sr. Director Regional afirmou categoricamente que a Região não apoiaria esse projecto, porque ele estava super-dimensionado. O Sr. Deputado conhece isto, como eu conheço.

Se não apoiam esse projecto então que nos digam que tipo de projecto é que apoiam. É somente isto que se pretende.

Se estão dispostos a apoiar qualquer projecto, a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores tem um projecto em condições de entrar hoje mesmo nos serviços administrativos da Região.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento.

Praticamente já foi tudo dito, inclusivamente que havia um projecto superdimensionado e que agora, constituída a Santa Casa da Misericórdia, os serviços têm conhecimento. A partir daqui, começam os passos no sentido do estudo do projecto, ou seja, no sentido de se cumprir com o compromisso. É tão simples como isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma pergunta à Sra. Secretária: a Administração Regional está disposta a apoiar o projecto já existente para a Santa Casa da Misericórdia das Lajes das Flores e que os serviços têm uma cópia?

O projecto existe. O projecto está pago. Há uma cópia desse projecto nos serviços da responsabilidade da Sra. Secretária.

Apoia esse projecto?

Se não apoia digam-nos claramente – a Sra. Secretária e o Sr. Director Regional, o Sr. Presidente do Governo ou quem quer que seja – que tipo de projecto é que apoia.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que eu quis referir é que vai ser iniciado o estudo técnico do projecto. O compromisso é assim.

Já há um entendimento que será um pequeno lar, uma pequena residência de idosos.

O projecto de 40 camas está posto de lado.

Não apoio aquele projecto e isso já foi dito há imenso tempo.

O que eu quis dizer foi que nós vamos assumir o compromisso, e o compromisso é uma residência para idosos à dimensão daquele concelho e na dimensão da política de solidariedade deste Governo, que é apoiar equipamentos de dimensões pequenas. Posto isto, julgo que já está tudo dito.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um plano e um orçamento constituem uma expectativa para o futuro.

Em princípio uma expectativa séria.

Em princípio uma expectativa que deve merecer mais a nossa concordância ou não com políticas, do que a nossa desconfiança com a veracidade deste enredo anual que ano após ano entretém vontades escondendo verdades, prometendo fazer o que acabou de esquecer.

Enfim, um pouco ao género dessa grande frase desse "grande líder" dos vossos parceiros do bloco central que diz querer ser Primeiro Ministro, só não sabe é quando.

De facto nos papéis não faltam obras, intenções, programas, dinamizações, crescimentos e tudo quanto a imaginação possa conceber.

Só falha um pequeno pormenor: na prática é como um grande oceano, onde cada intenção é mar e mar que para o ano há-de voltar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A verdade destes documentos é tão grande como a dos anteriores.

Se entenderem o contrário há uma forma fácil de prová-lo. Em nome da transparência das contas públicas fica o desafio: no relatório de execução financeira tenha o Governo a coragem de desagregar por objectivos, por entidade proponente e por ilha, todas as promessas que encham os ouvidos, sem que a vista algum dia partilhe desse privilégio.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

As grandes opções para 2001-2004 pouco têm a ver com as reais intenções neste Plano agora apresentadas.

De facto a dotação para 2002 é reduzida, em relação ao Plano, em mais de 10%. Nem é este com certeza o facto que pretendemos agora tratar.

O que importa aqui é analisar as grandes prioridades estratégicas deste Governo. O Plano a Médio Prazo reza que "o primeiro grande vector de orientação estratégica da política de desenvolvimento a prosseguir visa fomentar e diversificar a actividade produtiva regional".

Esta era há poucos meses a primeira grande orientação do Governo.

Hoje que o Plano é de recessão, sem pestanejar, esse grande desígnio regional do fomento e diversificação é o que mais sofre com as consequências das contas erradas, dos Talibãs que em Lisboa os senhores dizem nos furtar impostos ou talvez até dos fundamentalistas dos tostões que facilmente se enganam em milhões.

10% é o valor da recessão.

Mas na grande prioridade,

No futuro,

Na grande aposta deste Governo, não há que enganar: reduz-se em 20% a diversificação agrícola, em 40% a promoção de produtos açorianos, e em 50% os investimentos estratégicos para o futuro.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Estes são documentos cuja alguma coerência até acreditamos existir.

São tipicamente documentos socialistas.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Muito bem!

O Orador: Há recessão, logo corta-se nas despesas de capital. E a redução das despesas correntes?

Por todos os motivos, esta teria sido uma boa oportunidade.

Deputado João Ponte (*PS*): Como é que se faz isso? Despede-se?

O Orador: As ajudas financeiras deveriam servir para investir e não para simplesmente gastar.

Estamos a hipotecar o futuro.

Aliás, com a maior das naturalidades o Governo afirma que em menos de uma década estaremos novamente endividados em montantes tão perigosos como aqueles que o PSD deixou à Região.

Gastam-se em despesas correntes tanto quanto aquilo que recebemos de ajuda externa.

Sem que nos preocupemos, reduzindo a Autonomia ao que sobra da cruzada guterrista em fazer da Nação um género daquilo que os socialistas fazem aos reformados, para além dos mais velhos, forçosamente, os mais pobres.

"Tememos que em nome da sua perpetuação no poder, o Governo Regional e a maioria que o sustenta, venham a ser obrigados a negociar parcelas importantes da nossa Autonomia em nome das necessidades financeiras correntes."

Dizemo-lo hoje com a mesma convicção com que o dissemos sempre no passado. Por todos citarei um antigo Deputado do CDS/PP:

"Tememos que em nome da sua perpetuação no poder, o Governo Regional e a maioria que o sustenta, venham a ser obrigados a negociar parcelas importantes da nossa Autonomia em nome das necessidades financeiras correntes."

Refiro-me a José Gabriel Menezes que o dizia, e bem, nesta Casa em 03 de Junho de 1993, o tal que antes que o galo cantasse mais três anos mudou de nome para Álamo Menezes e há quem pague 30 moedas para o dependurar politicamente numa figueira.

Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados:

É tempo de definir prioridades.

Os Açores precisam de um governo mobilizador, mais do que mero gestor. Melhor dizendo, mais do que mau gestor.

À semelhança de tantos outros documentos que, antes destes, muito têm contribuído para o atraso dos Açores, estes teimam em não ter opções claras de progresso, de desenvolvimento, de dinamização, de solidariedade, de justiça e de futuro.

Campo a campo, o atraso de hoje não é compreensível nem justificável.

Onde está o lugar da agricultura nos Açores?

Agricultor a agricultor, tantos têm sido aqueles que vão abandonando as suas explorações.

Como diz o nosso povo na rua "isto agora só da para poucos e nós não sabemos o que fazer".

Qual é a resposta política, económica e sobretudo humana para esta gente?

A alternativa onde está?

E se continuarem a acumular dívidas, continuando neste ofício, o Governo garante que dentro de pouco tempo os tempos serão outros?

Onde está um plano que dê resposta a isto? É uma situação de emergência.

São milhares de famílias que vão deixando de ter uma fonte de rendimento segura.

E o caminho tortuoso de anos que fazemos nesta história da Autonomia para adaptar aos nossos dias os caminhos rurais.

Que progresso é este que nos dias de hoje tem uma rede de caminhos rurais em muito piores condições do que as do passado?.

Que desenvolvimento anunciamos, ano após ano, se nem somos capazes de manter em condições aquilo que a geração antes da nossa, com sacrifício, num tempo de maior miséria, soube construir sem os meios técnicos e financeiros que hoje dispomos?

Não é compreensível perceber que tenha havido a coragem de abrir tantos e tantos caminhos rurais e hoje digamos simplesmente que não somos capazes de os manter.

Que outros novos desafios se colocam? O Turismo? Seguramente.

Como? O Plano continua sem dar resposta.

Ou pior, dá a má resposta: transformar os Açores num produto de massas dando grande lugar ao investimento em promoção turística sem critérios.

É o turismo de qualidade que importa à Região.

Podemos ter a certeza que uma má política de promoção é quase tão má como a falta de política.

É mais fácil encher os Açores de amochilados e banhistas de segunda, do que algum dia nos vermos livres deles.

(Risos da Câmara)

O mau exemplo do Algarve destruído pela pimbalhice, pelo mau gosto, pela fúria capitalista, mostra bem que os Açores deixarão de ser eles próprios se não tivermos a coragem de preferir oferecer a nossa terra, a fazer uma cópia que agrada a quem,

por tostão e meio, vem cá este ano porque no Hiper da Buraca não se fala noutra coisa.

Como afirma a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores “as opções a tomar deveriam ser prioritariamente as de carácter estruturante, que criem condições para uma estadia de qualidade a quem visita a Região”.

Reduzem-se investimentos relativos à qualidade ambiental quando o caminho deveria ser necessariamente o inverso. Aliás, conciliar também o turismo com a agricultura, a qual presta um dos mais importantes serviços a esta área económica. A agricultura é a primeira garantia do que de melhor temos para oferecer aos que nos visitam: a paisagem.

E na indústria o que se pretende? É, como se diz no Plano, e bem, "reforçar a produtividade global do sector?".

Isto é logicamente o que todos os açorianos pensam e querem, mas nem por isso todos os açorianos são o governo.

A um governo exige-se mais: como? Qual é a resposta estratégica? Qual o lugar de cada uma das suas áreas? Qual o lugar do artesanato? Onde está, neste Plano, a importância da procura de mercados externos para aquilo que é nosso?

E o comércio? É porventura reduzindo em 30% o investimento na dinamização comercial que os açorianos podem esperar a tão apregoada época das vacas gordas da nova autonomia? Como já referimos, hoje já nem vacas, que fará gordas.

E o futuro? Não deveria ser a educação a chave do futuro?

Não é a capacidade de decidir o primeiro passo para uma sociedade mais livre e mais mobilizada?

Educação!

Não é a questão de mais esta ou aquela telha no Plano dos Centenários; não são as medidas irrealistas do conhecido Secretário José Gabriel.

É a educação: formar, aprender, ensinar, sobretudo saber.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Réguas!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É o que alguns estão precisando!

O Orador: Quanto mais se reforma a educação, mais a ignorância tem um lugar cimeiro.

Os senhores que tanto gostam de maiorias, ouçam o que diz a maioria do povo "cada vez se sabe menos ler e escrever ."

Isto não tem um fim? Senhor Secretário José Gabriel não se pode andar a criar uma educação do faz de conta.

Um ensino onde não há exigência de saber para poder continuar em frente é um método que ganha na simpatia o que perde na sabedoria.

Maior não pode ser a ilusão do que a de não exigir conhecimentos para transitar de ano. É quase tão grave como um governo manter um secretário que não dá provas de sucesso.

Desde a escola primária, aquilo que os socialistas julgam ser pedagogia, mais não é do que utopia.

Mexeu-se onde não se deveria ter mexido.

Pelo contrário, onde os novos tempos impõem novos desafios aí o Senhor Secretário José Gabriel acha que tudo está bem: turmas grandes, professores de apoio que servem de suplentes, alunos com necessidades especiais integrados sem apoio, directores a servirem de professores, tudo está bem, ao bom gosto do Sr. Secretário José Gabriel.

É urgente combater a ignorância nas escolas.

Não há vontade, porque se o problema fosse dinheiro juntavam o útil ao agradável com uma primeira medida: dispensado o já descrito, referido, mencionado e citado Secretário José Gabriel.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é o plano socialista. Não é seguramente a visão dos democrata-cristãos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: Um plano que na época da recessão esquece a solidariedade.

Vergonhosamente, não bastando o facto do investimento original ser de apenas 1% do total da despesa, reduz-se em 20% o investimento na área que abrange os mais desfavorecidos, os mais pobres, os mais velhos, aqueles que mais sofrem com o apertar do cinto.

À boa maneira socialista, sofrem duas vezes.

Se o socialismo é para os mais pobres, está confirmado mais uma vez: é sim para os pobres de espírito que votam naquilo que não conhecem.

Se esta é a solidariedade socialista, gostem ou não os senhores de ouvir, quanto mais não vale a caridade.

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

"As eleições são uma espécie de contrato entre o povo e os seus representantes, em que a escolha dos eleitores recai sobre os cidadãos ou partidos que apresentam programas capazes de satisfazer os interesses dos eleitores e pessoas com idoneidade suficiente para os fazer cumprir. Como verdadeiro compromisso que é, implica do lado de quem recebe o mandato de governar, a obrigação de o fazer de acordo com as promessas que fez e que determinaram a eleição. Ora os senhores prometeram estabilidade, competência, crescimento económico, honestidade e todo um conjunto de virtudes. Os eleitores cumpriram a sua parte do contrato e deram-vos uma (...) maioria absoluta. Ninguém interferiu na vossa governação: os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo governaram como quiseram sem quaisquer entraves da oposição. E o que é que fizeram neste tempo? Exactamente o oposto daquilo que prometeram. Logo, não cumpriram a vossa parte do acordo e por isso, como em qualquer contrato, os eleitores têm o direito de pedir a sua rescisão." Cito: deputado José Gabriel a 03 de Junho de 1993.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): “Vai em paz, mas não voltes a pecar!”

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos a uma intervenção complexada, cega e perfeitamente descabida de um Deputado que caminha para o seu Calvário marcado a 16 de Dezembro.

Sr. Deputado Paulo Gusmão:

V. Exa. oscilou aqui a postura de um provedor de ressentimentos e um pregador aos peixes.

Eu gostava de referir, Srs. Deputados, o rigor e a seriedade com que o Governo, num momento de grande dificuldade, apresenta a esta Câmara documentos rigorosos, sérios e cortes que assumem reorientações e assumem, num cenário de contracção,

toda a coragem para apresentar aqui um documento que mesmo assim prossegue o desenvolvimento dos Açores.

Gostava também de salientar aqui a atitude do Governo, procurando parcerias, tentando encontrar diálogo junto dos parceiros sociais e dos partidos da oposição contribuindo para as reorientações estratégicas e para os novos objectivos que o senhor tipificou e que era vossa responsabilidade apresentar propostas, mas de propostas os senhores apresentaram zero.

Aliás, os senhores nem se dignaram a participar nas audições aos Srs. Secretários Regionais no âmbito das Comissões a que fazem parte e, diga-se de passagem, que já são poucas.

Caros amigos:

No fundo, esta intervenção do Sr. Deputado Paulo Gusmão demonstra apenas a sua total impreparação e incapacidade para poder gerir uma Câmara Municipal, segundo os seus próprios objectivos e desmentindo claramente as últimas declarações públicas que o Sr. Deputado tem proferido.

Uma vez que estou limitado no tempo, gostava de referir que se a sua intervenção pudesse ter um título, ela seria com certeza uma longa metragem demagógica intitulada: “O degrau onde tropecei”.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem !Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Gusmão:

Eu penso que a sua intervenção foi bastante clarificadora e era nesse sentido que gostaria de intervir.

Porém, julgo que era bom termos uma outra visão, não a que respeita obviamente ao socialismo, nem aos sofrimentos do socialismo, – penso que o seu será muito, pior já que sofre por capitalismo, por socialismo e este será muito mais grave – mas percebo perfeitamente a sua intervenção já que, enquadro perfeitamente a sua visão do mundo, de dentro do antigo regime, ou seja, aquele que acabou nos finais do séc. XVIII com o liberalismo e com o socialismo. Portanto, essa sua visão será um grande sofrimento, mas nada posso fazer, é sua opção.

Relativamente ao Plano, porque falou que não eram tantos os decréscimos mas as questões das prioridades, penso que valerá a pena reflectirmos sobre uma questão, ou seja, de que o Governo alterou as suas prioridades.

Se o senhor reparar no que estava previsto no Plano a Médio Prazo para 2002, eu diria que no sector da dinamização do crescimento, antes tinha um peso de 29%, agora passa para 30%.

Na modernização dos níveis e nos equipamentos e infraestruturas, o peso era de 23%, passa para 21%.

Na valorização dos níveis de qualificação, o peso era de 17,8 ou 18%, passa para 17%.

Na promoção, sustentabilidade e desenvolvimento e qualidade de vida, era de 15%, passa para 14%.

Desculpe, mas numa questão de redução não vejo que se possa falar numa alteração dos objectivos que foram anteriormente propostos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem !Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sofro, de facto, entre o socialismo e o capitalismo. Não é por essa razão de velhos ou novos regimes. Conforme V. Exa. deveria saber, existe a doutrina democrata-cristã que passa precisamente pelo meio termo entre o socialista e o capitalismo, conforme pode ler Encíclica Rerun Novarum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado San-Bento:

Antes de falar em Calvário desafio V. Exa. a ir a votos no que quiser, por exemplo, na sua Junta de Freguesia, e depois então fale-me de Calvários.

A propósito desse género de linguagem, que talvez o senhor não domina tão bem, quero lembrar-lhe que foi através do Calvário e foi preciso o Calvário, para haver ressurreição e cristianismo.

Deputado Manuel Campos (PS): Ámen!

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições sobre esta intervenção, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 25 minutos)

Para uma intervenção tem palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Na discussão do Programa do VIII Governo Regional e Plano de Investimento de Médio Prazo 2001-2004 as grandes linhas estratégicas das políticas relativas à Solidariedade e Segurança Social e Saúde foram já, na sua globalidade, aqui debatidas.

Importa por isso designar, em forma de síntese e no referido enquadramento, os objectivos pretendidos com as medidas contidas naqueles documentos estratégicos, tendo em conta o realizado e a realizar no sentido do cumprimento das suas acções.

Assim, o Plano 2002, no seu Programa 22 - Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social e Programa 33 - Calamidades, no que diz respeito ao projecto Sismo, dá continuidade à participação Regional nos investimentos atinentes à prossecução das políticas de Solidariedade e Segurança Social no que respeita aos equipamentos relativos à "Infância e Juventude", "Apoio às pessoas idosas e suas famílias", "Apoio às pessoas com deficiência" e "Instalação de serviços", com o intuito de se desenvolver as acções de intervenção social de apoio prevenção da exclusão social e melhorar a prestação de serviços aos utentes do sistema, nomeadamente na área dos regimes de Segurança Social.

Assim, a título de exemplo, e no que concerne a valência "Infância e Juventude", podemos referir que um dos objectivos primordiais, o de se criar em 8 das 9 ilhas

uma resposta para o acolhimento de crianças e jovens em risco, ficará totalmente realizado com a conclusão da remodelação da casa na ilha das Flores;

Foram criados, de Janeiro a Setembro de 2001, mais 13 Ateliers de Tempos Livres, abrangendo um total de 325 utentes e implicando um custo anual de 30.484; concluíram-se, em 2000, equipamentos para essa valência no valor aproximado de 824.000 contos, encontrando-se em curso obras no valor de 465.000 contos e a iniciar a curto e médio prazo outras no valor de 885.000 contos.

Quanto ao "Apoio às Pessoas Idosas" nas suas vertentes de ajuda domiciliar, centros de convívio, centros de dia, melhoria dos lares existentes e construção de novos lares no sentido de se ter pelo menos um desses equipamentos por concelho e o aumento do número de residências nas freguesias, como forma ideal de estender esse tipo resposta em maior consonância com a realidade das nossas comunidades, tem sido alvo de um grande esforço financeiro tanto na área do investimento como no seu funcionamento.

De Janeiro a Setembro do corrente ano foram criados mais 15 novos centros de convívio para idosos para um total de 624 utentes, a acrescentar ao universo de 2.984 utentes dos 96 centros existentes em 2000.

No cumprimento destes objectivos, em 2000, concluíram-se equipamentos para idosos no valor aproximado de 1,9 milhões de contos, encontrando-se outros em curso avaliados em 1,1 milhões de contos e programados para se iniciarem a curto e médio prazo no montante de 1,5 milhões contos.

No que respeita à acção social despenderam-se, em 2000, em acordos de cooperação para apoio a idosos, verbas no valor de 1,4 milhões de contos, mais 74.550 contos que no ano anterior.

O "Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiências" tem como instrumento essencial a criação de uma rede regional de Centros de Actividades Ocupacionais, para que de dois equipamentos existentes nesta Região, se passasse a dispor de pelo menos um nas ilhas de menor densidade populacional e um por concelho nas ilhas mais populosas. Entre uma resposta imediata, em instalações provisórias e as construídas de raiz, já se encontram em funcionamento 7, em curso 2 e em projecto outras 4.

Neste intuito concluíram-se em 2000 equipamentos no valor de 540.000 contos, estando em curso e previstos para o curto e médio prazo, construções de outros orçados nos montantes de 110.000 contos e 800.000 contos, respectivamente.

Ainda, no âmbito das políticas de Solidariedade apoiou-se a criação de uma residência para pessoas sem abrigo e efectuou-se a aquisição de um imóvel para repatriados nas mesmas condições.

Apoiou-se ainda as mulheres vítimas de violência, através da criação de um centro de aconselhamento e abrigo e da remodelação da casa de abrigo do Instituto Bom Pastor.

É importante referir, também, a existência da rede regional de edifícios para a instalação de serviços de segurança social e de equipamentos sociais de apoio às populações, a nível de concelho e freguesia, sendo de salientar a execução de infraestruturas no valor de 280.000 contos, encontrando-se ainda em curso a construção de polivalentes e edifícios para serviços no montante de 644.000 contos e para se iniciar na corrente legislatura outros num total de 230.000 contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Não poderia terminar esta análise sumária das políticas sectoriais de Solidariedade e Segurança Social deste Governo sem salientar os montantes globais despendidos na sua concretização, nomeadamente, em 2000, concluíram-se obras em equipamentos sociais no valor de 3,7 milhões de contos; encontrando-se em curso outras no valor de 2,4 e iniciar-se-ão a curto e médio prazo, isto é, durante o mandato deste Governo, outros equipamentos no valor aproximado de 2,5 milhões de contos.

A este esforço deve-se juntar ainda aquele que diz respeito aos apoios a conceder, através de acordos de cooperação às instituições, para o funcionamento dessas valências, que em 2000 totalizaram o valor de 3,3 milhões de contos e estima-se para 2001 um valor aproximado de 4 milhões de contos. Só neste ano foram celebrados 40 novos acordos de cooperação, o que significa uma taxa de crescimento de 19,7% de 2000 para 2001

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional da Saúde, tem vindo a caminhar no sentido de promover acções/estratégias, que contribuam para uma melhoria da acessibilidade e qualidade dos cuidados de Saúde a prestar aos seus utentes. As condições e recursos existentes, associados à qualificação do seu pessoal e à diferenciação da tecnologia e técnicas, são pressupostos importantes na melhoria do processo de prestação de cuidados de Saúde.

Estes objectivos, correspondem a uma política de desenvolvimento gradual do sector, implicando o investimento em recursos necessários à sua execução, tornando-se assim compreensível e necessário o crescimento de custos.

No sector da Saúde, as acções previstas no Plano de 2001 têm vindo a ser executadas de acordo com o programado de entre elas destacamos as que dizem respeito ao:

Desenvolvimento das Infraestruturas de Saúde, com uma Unidade de Saúde e um Centro de Saúde em fase final de construção, bem como a remodelação e ampliação de dois Hospitais e um Centro de Saúde, e ao Desenvolvimento do Sistema de Saúde de onde se relevam o apetrechamento em equipamentos de Hospitais, Centros e Unidades de Saúde, a continuação da implantação da telemedicina, o apoio à emergência médica e às estruturas de psiquiatria e toxicodependência, e por último com especial atenção, o cuidado que tem vindo a pôr no reforço das competências profissionais de médicos, enfermeiros e outros técnicos de Saúde.

No Plano para 2002 que aqui e agora, estamos a debater, todas as vertentes atrás enunciadas continuam a merecer a nossa atenção numa busca continuada da melhoria dos cuidados e respectivos indicadores de Saúde, que de uma forma gradual e consistente tem vindo a melhorar na nossa Região.

Permitam-me, neste sentido, salientar os programas já iniciados em 2001 na área da promoção da Saúde e prevenção da doença, como o Controlo da Diabetis Mellitus, a Leptospirose, a Luta Contra as Dependências, a Prevenção da Sida e o Programa de Saúde Oral, entre os que farão parte do Plano Regional Estratégico de Saúde, em estudo e planeamento.

As restrições orçamentais já aqui expostas ao longo deste debate, levaram a que neste Plano para o Sector da Saúde, se tenha efectuado uma redução de 234.000 contos em relação ao valor global de 2.150.000 contos inicialmente programados.

Esta obrigou-nos a alguns reajustes, sem, no entanto, pôr em risco o cumprimento dos objectivos a que inicialmente nos propusemos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Ao analisarmos a situação económico-financeira do SRS verificamos um crescimento do déficite, para o qual contribuem vários factores internos e externos, os quais merecem a nossa atenção.

No ano transacto o SRS apresentou um déficite na ordem dos 10,7 milhões de contos, este déficite, comporta uma despesa em dívida de 13,8 milhões de contos. Não esquecendo que este acréscimo em relação a anos anteriores, se deveu fundamentalmente à reestruturação de carreiras neste sector, contribuindo significativamente para o agravamento da despesa, tendo o SRS despendido desde 1996 a 2000, cerca de 4,8 milhões de contos nesta rubrica.

No primeiro semestre do corrente ano é possível verificar que a dívida do exercício ascende a 4,9 milhões de contos, onde as despesas com pessoal representam cerca de 50% do total da despesa do exercício e 62% das transferências do Orçamento da Região, para a qual contribui também o fraco crescimento da receita, isto é, a evolução da receita não é acompanhada pelo crescimento da despesa.

Este fraco crescimento da receita deve-se fundamentalmente à baixa taxa de cobrança verificada em relação aos subsistemas, que registou no primeiro semestre de 2001 o valor de 3,3%, provocando um aumento dos créditos sobre clientes. Isto significa que o SRS detém, neste período, cerca de 5 milhões de contos de receita que não foi paga pelas respectivas entidades.

Importa lembrar que este crescimento de créditos, significa um aumento da produtividade, o que o mesmo é dizer, um acréscimo das prestações dos cuidados de Saúde, que se traduz sempre numa melhoria da acessibilidade aos cuidados.

Como já foi referido na despesa do exercício, o pessoal é a componente com maior peso, logo de seguida aparecem os fornecimentos e serviços externos com 29%, sendo nestes de salientar o peso dos medicamentos vendidos por farmácias, onde está incluída a dívida à Associação Nacional de Farmácias, a qual ascende a 1,8 milhões de contos no primeiro semestre deste ano.

A carência de recursos humanos na Região, na sequência dos factores de insularidade e dispersão territorial, contribui para que o SRS tenha um quadro de funcionamento sobredimensionado, o que faz com que as capitações das despesas correntes em relação ao Continente sejam significativamente superiores: 95.6 contos per capita nos Açores versus 72.8 no Continente, em 1995.

Este facto implica um acréscimo de trabalho adicional dos profissionais deste sector, nomeadamente, em horas extraordinárias do pessoal médico bem como em noites e suplementos do pessoal de enfermagem. A título de exemplo, em 2000, os gastos em trabalho adicional com pessoal médico representaram mais de 81% dos ordenados auferidos por este grupo profissional.

Assim, no sentido de dar execução às linhas de orientação estratégica do Programa do VIII Governo Regional e com vista a minorar a carência de recursos humanos e alargar o acesso aos cuidados de Saúde, tem-se apostado, como medida estruturante por excelência e fundamental, no apoio à formação pré-graduada, pós-graduada e complemento de formação de enfermeiros.

No final do ano teremos 55 bolseiros em medicina, 50 bolseiros em cursos técnicos de diagnóstico e terapêutica; 27 bolseiros do Internato Complementar e 104 quotas atribuídas para o complemento de formação de enfermeiros. É evidente que a suportar esta medida estrutural está um investimento avultado que acresce ao valor da despesa deste sector.

Outro factor determinante para o crescimento da despesa do exercício, foi o acréscimo de produtividade na prestação de cuidados de Saúde, implicando um maior consumo de recursos nomeadamente de produtos farmacêuticos, material de consumo clínico e hoteleiro, manutenção e conservação, entre outros, consumidos no internamento e no atendimento de doentes na urgência e consulta externa, representando estes uma dívida de 2,2 milhões de contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Como atrás já foi referido, o SRS para dar resposta a todas estas situações registou uma dívida do exercício de 4,9 milhões de contos no primeiro semestre do corrente ano, sendo de salientar que 1,8 referem-se à dívida à Associação Nacional de

Farmácias, isto é, ao encargo gerado com a comparticipação do Estado, neste caso a Região, nos medicamentos prescritos em ambulatório e privado, 2,2 referem-se a compras e ainda cerca de 600 mil contos para a realização de exames complementares e tratamentos no exterior quando esgotada a capacidade de resposta interna de cada unidade de Saúde.

Na sequência destes dados poder-se-á efectuar uma previsão da dívida para o final do exercício na ordem de 8,5 milhões de contos, mas importa salientar que, se o Serviço recebesse os seus créditos, esta previsão seria de 3,5 milhões de contos, o que não se nos afigura excessivo neste sector em permanente evolução tecnológica a nível dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, dos produtos farmacêuticos e do material de consumo clínico, para além de uma procura de cuidados cada vez mais intensa e exigente.

Considerando o impacto económico-financeiro dos factores atrás descritos e dada a especificidade do serviço prestado, o comportamento evidenciado pelo SRS não poderá ser considerado despesista, mas antes dever-se-á reforçar a ideia de que as Unidades de Saúde, mesmo com as limitações de todos conhecidas, tem vindo a efectuar um trabalho meritório na procura de uma maior eficiência e eficácia na gestão dos seus recursos.

Assim e para finalizar, gostaria de salientar mais uma vez, que o acentuado acréscimo das despesas da Saúde tem sido sistematicamente superior às capacidades do seu financiamento, também aqui na Região.

É, no entanto, neste quadro, Senhoras e Senhores Deputados, que o SRS está inserido e se tem desenvolvido; tem sido também neste quadro que as soluções conjunturais têm sido tomadas, como agora com a assunção da dívida de 12 milhões de contos por parte do Governo República. Mas já não poderá ser neste quadro a solução de fundo a encontrar para esta questão, porque aspectos relacionados com mais receitas para Saúde têm de passar por decisões mais alargadas que ultrapassam em muito o âmbito das competências exclusivas da nossa Região. A nós caberá cuidar do seu desenvolvimento, estabilidade e sustentabilidade no limite das nossas capacidades orçamentais tendo em conta o desenvolvimento integrado do todo Regional.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Tenho uma grande limitação de tempo, pelo que não posso tecer pormenores acerca da sua intervenção, mas devo dizer que em alguns aspectos, ela foi pormenorizada, nomeadamente no que se refere às questões da dívida, na questão da suborçamentação do Serviço Regional de Saúde. Neste aspecto, veio trazer-nos uma informação importante.

Contudo, essa informação não deixa de não ser preocupante, na medida em que apontava como estimativa uma dívida para este ano de 8.5 milhões de contos na sua previsão.

A continuar nos próximos anos este índice de endividamento, em breve teremos novamente valores bastante elevados, o que traz para a Região um agravar da situação, não obstante ter sido possível a resolução do problema dos 12.3 milhões de contos da dívida existente.

Sra. Secretária Regional, eu gostaria que me explicasse o porquê de um baixo nível de execução financeira e, quiçá, também material, ao nível do programa das infraestruturas, ao nível do programa desenvolvimento do sistema de saúde e ao nível do programa da solidariedade que anda, num caso, por volta dos 32% e noutro por volta dos 17%.

Gostaria ainda, Sra. Secretária, que nos tivesse feito um diagnóstico do Serviço Regional de Saúde e o porquê deste aumento de despesa, que se está a verificar de uma forma agravada.

Também gostaria que nos tivesse trazido o porquê da não regulamentação do Serviço Regional de Saúde. Julgo que esta lacuna contribui para o disparar das despesas.

Continuamos a ter um Instituto de Gestão Financeira da Saúde, continuamos a ter 3 conselhos de administração dos hospitais, continuamos a ter 17 conselhos de administração dos centros de saúde e não se vê melhoria na gestão da saúde.

Continua a haver uma centralização financeira e orçamental no Instituto de Gestão Financeira e todas as unidades de saúde, hospitais e centros de saúde, continuam sem ter qualquer autonomia de gestão, razão pela qual foi verificada a situação ocorrida no Hospital de Angra que entrou em rotura financeira e certamente teve que recorrer ao dinheiro que era para pagar a fornecedores, para pagar o 13º mês dos seus funcionários.

Gostaria que a Sra. Secretária Regional nos tivesse trazido aqui o porquê do atraso ou do impasse da utilização do Cartão de Identificação do Utente, que é uma medida de gestão fundamental e de controlo da utilização dos serviços de saúde por parte dos utentes.

Gostaria que a Sra. Secretária Regional nos tivesse trazido a utilização da telemedicina, que seria essencial para complementar os serviços de saúde, mormente entre alguns centros de saúde e os hospitais e entre estes.

Gostaria que a Sra. Secretária Regional nos tivesse trazido aqui o porquê do alargamento a todos os médicos do regime das 42 horas em termos de horas extraordinárias, que acresce em 30% as despesas, mesmo aqueles que não têm dedicação exclusiva.

Gostaria que a Sra. Secretária Regional nos explicasse, se já tem mais médicos de cuidados primários de saúde (médicos de família, apontados 117 em Março, e eram necessários 171, ou seja, um défice de 31.5%).

Gostaria que a Sra. Secretária Regional nos dissesse também aqui se o Centro da Saúde da Praia da Vitória vai ter ou não internamento e nos casos dos centros de saúde sediados em ilhas que têm hospitais, se vão ter a componente dos centros geriátricos ou não.

Gostaria, Sra. Secretária Regional, que nos esclarecesse aqui qual é o papel do Centro de Oncologia dos Açores, que continua numa situação provisória, num regime de instalação e que tem a grande responsabilidade do registo oncológico dos Açores.

Também gostaria que nos trouxesse informação sobre o estudo que mandou fazer em Março passado, sobre a mortalidade infantil, que em 1998 era 4.9 por 1000, em 1999 foi de 9.5 por 1000 e ainda não sabemos quanto a 2000.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: Termine já, Sr. Presidente.

Gostaria apenas de dizer que a Sra. Secretária Regional nos devia ter dito se já estão escolhidos os terrenos para a construção do Hospital de Angra e o que é que se passa com o impasse no Centro de Saúde de Ponta Delgada, o maior concelho dos Açores, que tanta necessidade tem desse equipamento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais. Apelo à sua capacidade de síntese perante todas estas perguntas.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que em 3 minutos não posso responder a todas essas questões que dariam uma intervenção muito mais longa do que a que fiz. Porém, vou começar por dar resposta a uma por uma das questões colocadas pelo Sr. Deputado Bento Barcelos.

Começo por referir a justificação destas despesas, porque é a pergunta essencial. Só para dar um exemplo, o aumento de recursos humanos com a entrada de 27 médicos no início do ano, do internato complementar, que além de terem o seu vencimento têm bolsa, a entrada de 21 médicos do internato geral e o apoio ao complemento de formação dos senhores enfermeiros.

No que diz respeito às deslocações – melhoria das acessibilidades que é por todos pedida nesta Região e que é uma das medidas deste Governo no sentido de dar incentivos – houve mais despesa para deslocação de especialistas. Realizaram-se em média, entre 2000 e 2001, 630 deslocações de especialistas, dos nossos especialistas dentro da Região, para centros de saúde que não têm hospitais.

Relembro que só nas urgências, em 2000 realizaram-se 1.1 milhões de análises clínicas. É só para ver o volume de exames complementares que se realizam.

Mas dou-lhe mais um indicador, o aumento da produtividade, que todos nós queremos e exigimos das instituições e que representa sempre na saúde aumento de despesa.

Só para lembrar, os hospitais, no ambulatório, realizaram 600 consultas por 1000 habitantes. Isto são indicadores no que diz respeito à própria acessibilidade/produtividade.

Também tem havido mais internamentos, porque as unidades de saúde têm melhorado a sua gestão.

Portanto, se existe um menor tempo de demora média de dias de internamento com uma maior taxa de ocupação de camas, significa que temos mais internamentos, mais pessoas a serem tratadas.

Se existe um programa de acesso em funcionamento desde o ano passado, que não resolve todas as situações, fazendo-se mais intervenções cirúrgicas, nós temos despesa acrescida com as horas desses contratos e com a despesa com o material clínico, o material próprio para essas intervenções.

Portanto, no que diz respeito à produtividade e à compra dos produtos para essa acção, é compreensível que a despesa aumente.

Outro aspecto muito importante prende-se com a venda de medicamentos. É impressionante como neste primeiro semestre já se tem uma despesa de 1,8 milhões de contos em medicamentos, só no ambulatório, prescritos nas consultas dos centros de saúde e na privada.

Aqui só há dois factores: o aumento de preço dos medicamentos e maior prescrição. Todos estes factores são difíceis de controlar, embora se possa vir a fazer alguma acção pedagógica.

No que diz respeito à relação de melhor gestão, economia e estatuto, gostaria de deixar aqui uma nota de que já se regulamentou as autoridades de saúde – o Decreto Regulamentar acerca das autoridades de saúde já foi publicado – e no fim deste ano com certeza enviarei para os parceiros sociais começarem a dar o seu parecer, o Estatuto das Unidade de Saúde de Ilha que não têm hospitais.

Eu gostaria de chamar a atenção...

Presidente: Sra. Secretária, eu também gostaria de chamar a atenção para o seu tempo.

A Oradora: Então eu termino e volto a intervir.

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais:

Quanto à questão da gestão do Serviço Regional de Saúde, da gestão dos recursos financeiros, dos equipamentos, dos recursos humanos (os recursos humanos efectivamente são os mais caros), é essencial a regulamentação do diploma base do Serviço Regional de Saúde, tão breve quanto possível.

A Sra. Secretária Regional mal tomou posse, disse que o Estatuto do actual Serviço Regional de Saúde precisava de correcções, de aperfeiçoamentos e que era dinâmico. Nós concordamos com isso, achamos isso essencial, mas já se passou um ano. Aí está o cerne de um conjunto de problemas, de uma ineficiente gestão na área de todos os recursos no sector da saúde.

No uso da palavra queria deixar aqui expresso um conjunto de observações e de inquietações.

No âmbito da intervenção da Sra. Secretária Regional não ouvimos nenhuma referência à avaliação do rendimento mínimo garantido nos Açores e os seus custos previstos para 2002; não ouvimos se está contemplada ou não, na dotação de acordos de cooperação com as instituições, a verba para poder corresponder às propostas dos trabalhadores das IPSS no sentido da sua eventual equiparação ao Estatuto Remuneratório da Função Pública; não ouvimos uma avaliação sobre os resultados dos Projectos de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social e não ouvimos uma explicação, por que é que aumenta o número de famílias com fome nos Açores, notícia que há dias foi colocada na opinião pública e que contraria tudo aquilo que é dito de que há uma retracção das situações de pobreza e de exclusão social.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros, para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Atendendo aos dois pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Bento Barcelos, eu gostaria de contribuir com alguns esclarecimentos.

O primeiro, prende-se com a primeira intervenção do Sr. Deputado e tem a ver com a questão dos terrenos do Hospital de Angra e do Centro de Saúde de Ponta Delgada, duas perguntas concretas que colocou.

Nos documentos em análise (página 222, bem como página 460), estão discriminados, pormenorizadamente, o que é uma e o que é a outra acção.

Em relação aos terrenos para o novo Hospital de Angra do Heroísmo, neste momento, está em estudo a sua melhor localização para posterior aquisição, no âmbito da Comissão escolhida para esse efeito. Também está em análise a localização do novo Centro de Saúde de Ponta Delgada.

É pena, Sr. Deputado Bento Barcelos, que retome um assunto que me parece que já foi suficientemente entendido, pelo menos na minha opinião, ou seja, a taxa de mortalidade infantil. Isso foi discutido aqui aquando da discussão do Plano a Médio Prazo e subsequentemente.

Quando falamos em pequenos universos, uma pequena variação significa um aumento, por vezes significativo, em termos percentuais.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Há um estudo!

O Orador: Sr. Deputado Bento Barcelos, relativamente aos estudos que estarão ou não a ser feitos pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, eu suponho que tem toda a legitimidade para os colocar, como também tem outros instrumentos regimentais para saber da sua evolução e da sua consecução.

Passando para a questão central da necessidade de regulamentação do Serviço Regional de Saúde, em Abril passado, estava em discussão com os profissionais do sector, com as diferentes entidades representativas, a questão da autoridade de saúde de ilha. Já está regulamentada, já está publicada.

O que talvez é essencial é o conceito de unidade de saúde de ilha e a sua regulamentação.

Posso-lhe adiantar, porque já me informei junto da Sra. Secretária, que existe uma anteproposta de decreto regulamentar que está a ser alvo de consulta, de negociação e de discussão entre as diferentes entidades envolvidas nesse processo, de modo a permitir, à semelhança do que se verificou com a autoridade de saúde de ilha, um consenso o mais generalizado possível, no sentido de não ser algo imposto do exterior, mas algo consensualizado e que sirva o interesse objectivo que é uma maior eficácia e uma redução em termos de estruturas administrativas que se multiplicam por “n”, fundamentalmente, nas ilhas onde não existem hospitais.

Por fim, Sr. Deputado Bento Barcelos, parece-me que a sua última questão, e peço-lhe desculpa por o dizer, está completamente desfasada do âmbito desta discussão.

Quando afirma, da forma como o fez, que aumenta o número de famílias com fome nos Açores, o senhor interpretou mal aquilo que saiu na comunicação social. Refere-se concretamente a uma entrevista dada a um órgão de comunicação social pela Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome. Suponho que é disto que estamos a falar.

Primeiro equívoco que o senhor faz da interpretação: o Banco Alimentar Contra a Fome, não apoia directamente famílias, ou seja, não anda a distribuir de casa em casa saquinhos de arroz ou pacotes de leite. Apoia instituições e aquilo que foi dito nessa entrevista, e o senhor poderá comprová-lo, é que no âmbito de actuação do Banco Alimentar Contra a Fome, o número de instituições a quem presta apoio, nestes últimos anos, aumentou. Logo, por consequência, o número de pessoas apoiadas por essas instituições aumentou também.

É deveras preocupante, Sr. Deputado, trazer as questões desta forma, em termos de querer fazer algum tipo de confusão, com um assunto tão sério como seja a precariedade económica e social da população.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Srs. Deputados, eu receio que a Sra. Secretária Regional só possa responder às perguntas da parte da tarde, porque chegámos ao termo do nosso tempo regimental.

Assim sendo, vamos interromper os nossos trabalhos, não sem antes os senhores ficarem a saber quais os tempos disponíveis.

Secretário: Os tempos disponíveis são os seguintes:

Partido Socialista: 202 minutos;

Partido Social Democrata: 98 minutos;

Partido Popular: 14 minutos;

Partido Comunista Português: 15 minutos;

Governo: 137 minutos.

Presidente: Muito obrigado, Srs. Deputados.

Estão suspensos os nossos trabalhos. Retomamos às 15 horas.

(Eram 13 horas)

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 20 minutos)

Pelas minhas contas, se tudo for cumprido, ainda temos no mínimo 8 horas e 15 minutos.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Para dar continuidade aos esclarecimentos por si solicitados, gostaria de referir o porquê do atraso da regulamentação do Estatuto do Serviço Regional de Saúde. De facto, há uma razão que é de todos conhecida e talvez não tenha sido lembrada.

Se não estou em erro, em Maio, foi enviada uma proposta de lei aos parceiros sociais que seria a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde. Portanto, sendo uma Lei de Bases, aquela que levou a que a Região pudesse elaborar o seu estatuto, fez com que todas as instituições e nós, pelo bom senso, parássemos, porque uma lei de bases

poderia introduzir modificações e uma reestruturação de tal ordem que nós tivéssemos que modificar profundamente o Estatuto.

Com a mudança de Ministro...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por aí nós vamos esperar muito mais tempo, Sra. Secretária. Os senhores vão mudar rapidamente.

A Oradora: Deixe-me ir até ao fim.

Eu gostaria de referir que por essa razão houve uma paragem no nosso processo, mas ele foi retomado.

Como eu já referi, tenho uma proposta de decreto regulamentar praticamente findada e conto, até ao fim do ano, enviar aos parceiros para começar a ronda de pareceres.

Gostaria ainda de referir que o Estatuto do Serviço Regional de Saúde, no que concerne à contemplação de unidades de saúde de ilha, nas ilhas onde só tem um centro de saúde, o conselho de administração é o mesmo. Se partirmos do princípio das ilhas que não têm hospitais, temos uma poupança de um conselho de administração para 3 centros de saúde e um conselho de administração para 2 centros de saúde na Ilha do Pico e na Ilha de São Jorge respectivamente.

Isto significa que os efeitos de boa gestão com essas unidades de saúde não estão relacionados com os conselhos de administração e os vencimentos que se pagam, mas sim com a centralização de determinados recursos, de determinados equipamentos numa só unidade que permitam uma gestão mais adequada face à dimensão da população das nossas ilhas.

Isto tem tudo a ver com a evolução que se operou na Região no que diz respeito aos transportes, às vias rodoviárias etc., etc..

Quando no Serviço Regional de Saúde abrimos determinados postos em freguesias e em determinadas zonas, ou seja, dispersamos os cuidados, é porque há um isolamento mais intenso por parte das populações.

É claro que com as modificações relacionadas com o desenvolvimento das regiões isto se modifica. Nós também podemos modificar a nossa organização.

Gostaria ainda de dizer que isto se relaciona com o nosso Instituto de Gestão Financeira. Elas estão separadas. Uma coisa é o Instituto de Gestão Financeira gerir, acompanhar e solicitar às instituições que atempadamente lhe forneçam os dados e

providencie para que seja feita a formação específica, porque, como bem sabe, os técnicos dos nossos centros de saúde mais periféricos, por forma dos condicionalismos, não têm a formação técnica que hoje a complexidade das matérias e da contabilidade exige.

Presidente: Sra. Secretária, agradeço que termine.

A Oradora: Portanto, todas estas especificidades das nossas ilhas e dos nossos serviços bem periféricos, faz com que tenhamos um Instituto de Gestão Financeira com este papel e outra coisa é a gestão das instituições pelos conselhos de administração.

A ligação é não só pedagógica, mas é também de relação financeira bastante directa.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito obrigado, Sra. Secretária Regional pelas suas informações, mas tenho aqui algumas questões que gostaria de manter neste debate, entre elas o ponto de situação em relação ao Cartão de Identificação do Utente.

Chega-nos a informação de que ele tem criado, por um lado, dificuldades do ponto de vista do controlo e da gestão – são vários os utentes que no mesmo dia vêm do centro de saúde ao hospital solicitar consultas e através dum cartão informatizado é possível controlar isso – e, por outro, principalmente os doentes dos Açores quando se deslocam ao Continente, têm tido algumas dificuldades não só no atendimento do Serviço Nacional de Saúde, mas também ao nível das farmácias. Algumas farmácias têm dificuldades em aviar as suas receitas.

Gostaria também de saber se o Centro de Saúde da Praia da Vitória vai ter ou não internamento e se na Praia da Vitória vai ser construído o Centro Geriátrico ou se no Centro de Saúde vai haver apenas uma unidade de cuidados continuados para os idosos considerados grandes dependentes ou acamados.

Sra. Secretária Regional, gostaria que também pormenorizasse qual a localização que está definida para a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada e do Hospital de Angra do Heroísmo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros, para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para participar no debate, no seguimento das questões que o Sr. Deputado Bento Barcelos colocou. Poderei contribuir com algumas informações para o seu esclarecimento, nomeadamente no que diz respeito ao cartão do utente.

O Sr. Deputado tem razão quando refere – e isso já aconteceu pessoalmente comigo, mais concretamente com uma filha – haver alguns obstáculos no acesso aos cuidados de saúde por via da falta desse mesmo cartão.

Portanto, é uma situação generalizada, daí haver um interesse específico no mesmo.

Por aquilo que me foi dado saber nas informações que consegui obter, este facto prende-se com a adaptação do sistema informático da Região em termos dos centros de saúde e com a necessidade de implantação do novo software, processo esse que está em curso e que irá permitir, em termos realistas, que até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, dando seguimento àquilo que estava programado, teremos finalmente o cartão do utente na Região que será algo com valor acrescentado.

Relativamente a uma questão que o Sr. Deputado colocou e que se prende com o baixo nível de execução financeira – não colocou agora, mas colocou há pouco, se bem se recorda – gostaria apenas de especificar que é óbvio que um plano que só foi aprovado em Abril deste ano, tem necessariamente nesta altura uma baixa execução financeira, o que não quer dizer que tem uma baixa execução material, que, como sabe, são duas coisas bem distintas.

Quanto à questão dos terrenos – aqui posso falar exclusivamente do novo Hospital de Angra do Heroísmo – eu tenho a impressão que fui claro nos esclarecimentos da parte da manhã, mas se não fui, reafirmo que existe já pelo menos uma hipótese de terreno, mas é necessário, antes de se avançar para uma localização exacta, perceber se essa localização e se esse terreno têm as condições necessárias e adequadas para a construção de uma infraestrutura daquela natureza. Refiro-me naturalmente em termos dos solos, em termos de falhas sísmicas e todo um conjunto de aspectos de

natureza técnica que estão a ser avaliados até se poder avançar para um processo mais concreto e específico e dizer em “x”, “y” ou “z”, local ou freguesia.

Para finalizar recordava ao Sr. Deputado Bento Barcelos que aquando da reunião do Conselho de Ilha, onde suponho que estávamos todos presentes, realizado no dia 24 de Abril do corrente ano, na sequência da visita do Governo Regional à Terceira, essa questão do centro geriátrico foi colocada – não me recordo por quem – e na altura a Sra. Secretária respondeu, no seguimento do que são as políticas e os objectivos em termos de solidariedade e segurança social, que naqueles moldes, com aquela dimensão, não iriam haver mais centros geriátricos na Região, optando-se, isso sim, por unidades de pequena dimensão, maior proximidade, integradas nas diferentes freguesias onde não existam.

Esta política, em nosso entender, é mais humana e consentânea com a realidade regional do que criar um centro geriátrico de grande dimensão, desumanizado e, por vezes, com efeitos contraproducentes na própria inserção dos idosos que lá se encontrem.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Só para completar as informações solicitadas, prestar os devidos esclarecimentos.

Depois da intervenção feita pelo Sr. Deputado da minha bancada, resta apenas esclarecer a questão levantada sobre o Centro de Saúde de Ponta Delgada.

Como se pode verificar no Plano, há uma dotação para este ano que visa a procura de terrenos adequados, já que em 1999 houve uma verba nesse sentido e os estudos efectuados acerca dos terrenos que estavam à volta do novo Hospital, não foram considerados adequados para o efeito.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional:

Em relação aos terrenos do Hospital de Angra, não obstante a informação prestada pelo Sr. Deputado Francisco Barros, há dias tive oportunidade de ter uma breve reunião com elementos do conselho de administração desse hospital que me referenciaram que havia várias hipóteses de localização desses terrenos, mas havia uma que viam com melhores condições.

Grande parte desses terrenos já são propriedade da Região. Estavam apenas a aguardar, e já achavam muito tempo, uma decisão do departamento competente, ou seja, da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

De facto, para nós, Deputados eleitos pelo círculo da Ilha Terceira, é crucial estas decisões, para que este processo seja iniciado com a premência que o investimento exige, para que haja um benefício evidente para as populações que o hospital serve, não só as da Ilha Terceira, mas também as da Graciosa e São Jorge, e para os profissionais de saúde que lá exercem.

Um nota final:

Levantei aqui uma questão preocupante sobre uma notícia vinda na comunicação social, que teve origem no Banco Alimentar de São Miguel, e queria aqui expressar que, afinal, o entendimento que fiz dessa notícia está correcto. Leio apenas o primeiro parágrafo de uma entrevista saída num jornal de Angra:

“O número de pessoas carenciadas de alimentos continua a aumentar na Ilha de São Miguel.

Apesar de ser a ilha com maior número de beneficiários do rendimento mínimo garantido (15.038), em São Miguel estão actualmente identificados cerca de 10 mil pessoas com carências, contra as 6 mil verificadas em 1999”.

Julgo que é preocupante depois de um esforço, que é importante que esteja a ser feito no âmbito do projecto de Luta Contra a Pobreza e Exclusão Social com a implementação do rendimento mínimo garantido – esperava na intervenção da Sra. Secretária Regional uma avaliação da aplicação do rendimento mínimo garantido – numa só ilha e no espaço de um ano, haver este acréscimo de situações de carência e de precaridade económica das famílias ou das pessoas que constituem essas famílias. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Bento Barcelos:

Relativamente ao Hospital de Angra, o senhor acabou, por outras palavras, por dizer o mesmo que eu já tinha dito, apenas com uma pequena nuance, não se trata de uma decisão da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. Trata-se da elaboração dos estudos necessários para ver se os terrenos – e saber concretamente quais são os terrenos que estamos a falar – têm ou não têm condições para que o hospital seja implementado. Quanto a isso estamos esclarecidos.

Quanto à questão da notícia do Banco Alimentar Contra a Fome, uma vez mais o Sr. Deputado não contradisse em nada aquilo que eu referi da parte da manhã. O senhor fala em número de famílias recenseadas ou identificadas.

O âmbito da acção social não é estático, é dinâmico como muito bem sabe.

A intervenção social é um processo que dia a dia atinge novas fases e novos objectivos.

A identificação e recenseamento de situações de precariedade não é imutável, porque as situações também mudam, os próprios agregados familiares mudam.

Deputado Bento Barcelos (PSD): É alargado!

O Orador: Sr. Deputado, o que é alargado é o âmbito da acção social. Não confunda duas coisas distintas, apoios a famílias carenciadas em termos de alimentos, com beneficiários do rendimento mínimo garantido. São duas realidades muito distintas.

Já que falamos nisso de uma forma transversal, porque será um debate que se poderá ter per si sobre a questão do rendimento mínimo e seria muito interessante para de uma vez por todas ser desmistificado o conjunto de situações, apenas umas breves notas sobre beneficiários do rendimento mínimo garantido:

Janeiro de 99 – 29.296

Janeiro de 2000 – 29.857

Agosto de 2001 – 22.140

Houve 6 mil e 400 beneficiários que deixaram de receber o rendimento mínimo.

Se formos um pouco mais à frente e tentarmos perceber o total por ilha, também lhe poderei dizer o número. São:

- 15.038 em São Miguel,
- 519 em Santa Maria,
- 4.383 na Terceira,
- 446 na Graciosa,
- 528 no Pico,
- 389 no Faial,
- 219 nas Flores e,
- 7 no Corvo.

O que é importante aqui é tentarmos perceber, em termos de pirâmides etárias, onde é que estes beneficiários estão incluídos. Podemos perceber que 49,6% são menores de 18 anos e 5,62% são maiores de 65 anos.

Nós estamos a falar aqui num universo de que pelo menos 56% destes beneficiários ou não têm ainda idade para entrar no mercado de trabalho ou já passaram essa idade. Isto desmistifica e desmonta um pouco a ideia de que os beneficiários do rendimento mínimo são um conjunto de “malandros” que a única coisa que não querem é trabalhar. Este é um discurso que, infelizmente, começa a adquirir algum espaço junto de algumas pessoas com algumas responsabilidades em termos políticos.

Se formos ver a questão de prestação, um dos argumentos é de que o rendimento mínimo é uma fonte, que quem o recebe, recebe mais do que se estivesse a trabalhar. Suponho que o Sr. Deputado Bento Barcelos sabe que a prestação média por família, do rendimento mínimo, são 30.290 escudos.

Se formos ver a prestação média por beneficiário, são 8.663 escudos.

Fica aqui à reflexão desta Câmara se será com estes valores médios mensais, que os beneficiários do rendimento mínimo não têm uma prestação que lhes dá alguma dignidade, mas sim uma fuga ao trabalho, como muitos dizem.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para completar a intervenção do Sr. Deputado, vou fazer uma síntese dos números, para termos uma ideia quando falamos em carências.

Até 30 de Setembro de 2001, deram entrada no Serviço de Segurança Social 19.420 processos de candidatura ao rendimento mínimo garantido e foram deferidos 12.927 processos.

O número de beneficiários que deixaram a prestação passou de 15.595, em Dezembro do ano passado, para 23.599 em Setembro deste ano.

No momento, o número de pessoas que deixaram de receber (23.599), é superior ao número actual de beneficiários (21.974). O principal motivo da cessação foi ter-se deixado de verificar a situação de grave carência económica.

Quando falamos em carências, temos que verificar que o nosso nível de carência terá que ser diferente – e esperemos que o conceito desta Casa seja diferente – dos países denominados do 3º mundo.

Quando falamos de fome e de carências na nossa Região – e estamos a falar do Banco Alimentar Contra a Fome – de uma maneira geral já não estamos a falar da fome que existe em determinados locais e em determinados países de África, mas não deixa de ser fome.

Felizmente, temos que evoluir e as nossas carências estão relacionadas com estes conceitos.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito a circunstância da Sra. Secretária ter falado de solidariedade e de combate à pobreza para, nesta Câmara, com a solenidade que a situação merece, lembrar o caso de Rabo de Peixe.

Vou citar uma intervenção de um antigo e saudoso Deputado desta Casa, da bancada do Partido Socialista, Deputado Silva Melo, feita em 1999:

“Rabo de Peixe é a freguesia dos Açores com o maior número de pessoas que vivem à margem da sociedade e do progresso, verdadeiros marginalizados da sociedade e da vida.

Ruas inteiras com centenas de casas que não possuem as condições mínimas de habitabilidade, sem casas de banho, sem quartos condignos onde acotovelam famílias inteiras em espaços ínfimos vivendo em condições infra-humanas.

A solução deste difícil problema social não se resolve apenas com a atribuição do rendimento mínimo às famílias carenciadas nem com a construção de novas casas. A solução para fazer erradicar a marginalização social em Rabo de Peixe engloba diversas vertentes das quais cumpre destacar, em primeira linha, a integração social e a integração cultural, integração social e cultural associada à melhoria das condições materiais das famílias.

É este o caminho.

É um caminho difícil, eu sei. Para isso vai ser necessário disponibilizar avultadas verbas, destacar meios humanos especializados em número suficiente para ajudar estas famílias.

Em Rabo de Peixe não passou nenhum cataclismo natural. O que existe em Rabo de Peixe é talvez pior, um verdadeiro e grave cataclismo social que exige para a sua resolução a mesma ou ainda uma maior disponibilização de meios do que aqueles que foram disponibilizados ainda recentemente para ajudar a combater as destruições provocadas por cheias ou sismos”.

Na sequência desta intervenção, Sra. Secretária, e agora em particular, Sr. Presidente, o senhor tomou a decisão de no Plano a Médio Prazo e como se confirma no Plano de 2001, criar um programa que garantisse uma eficiente intervenção e coordenação dos diversos sectores. Chamou a si, especialmente ao seu gabinete, a responsabilidade para acompanhar este projecto integrado.

Face a esse elevado estatuto de Rabo de Peixe, pela sua situação problemática, perguntava ao Sr. Presidente do Governo o que tem hoje a dizer aos açorianos, a esta Câmara ou mesmo à população de Rabo de Peixe, quando num relatório de execução de 2001 que foi distribuído, observamos:

- intervenção específica em Rabo de Peixe, em matéria de diversificação agrícola, 0 (zero);
- intervenção específica em Rabo de Peixe, relativamente às estruturas de apoio à actividade da pesca 45,4%, mas note-se, o porto de pescas continua sem iluminação, sem sinalização, sem casa de aprestos e agora desapareceu o caminho de acesso ao mesmo.

Que diz o Sr. Presidente, que diz o Governo, quando em matéria de desenvolvimento de turismo, hoje, a taxa de execução deste programa é 0 (zero)?

Que diz o Sr. Presidente – e como se pode compreender o empenho deste Governo, em matéria de integração específica em Rabo de Peixe – quando em matéria de desenvolvimento do comércio e exportação tem feito 0 (zero)?

O que dizer ainda da execução em matéria de transportes ou de consolidação e modernização do sector energético?

Presidente: Sr. Deputado, já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

O que diz sobre a execução 0 (zero) em matéria de juventude e emprego?

O que diz sobre a execução 0 (zero) em matéria de desenvolvimento e de sistema de solidariedade social?

E em todos os outros programas como:

- qualidade ambiental 0 (zero);
- património e actividades culturais 0 (zero);
- desenvolvimento desportivo 50%
- habitação apenas com 3.1%, quando, segundo o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o que todos reclamam para a freguesia, são 500 ou 600 casas.

Sr. Presidente, quando o senhor leva este problema à sua própria condução, quando se cria um observatório para o acompanhamento da situação de Rabo de Peixe, quando o Presidente da República se assume como o “Messias” de Rabo de Peixe e

naturalmente o Sr. Presidente do Governo o seu “Profeta”, como pode a população de Rabo de Peixe estar convicta e confiante nesta atenção?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para dizer que estou de acordo com a prioridade que esta matéria assume e gostaria que pudesse ser emblemática da acção do VIII Governo Regional.

Quanto à execução do programa ela será de 100% no final do ano.

Todavia não é isso que resolve o problema.

O que nós fizemos este ano de 2001 através desta desagregação, foi apenas um mecanismo expedito e de carácter provisório que me permite, no âmbito da coordenação, uma visualização mais simples e um mecanismo de maior transparência quanto ao cumprimento de obrigações de investimento em Rabo de Peixe, por parte dos departamentos governamentais.

Trata-se apenas de uma desagregação de investimentos dos diversos departamentos. Aquilo que hoje é intervenção específica de Rabo de Peixe, ainda não é um programa integrado de desenvolvimento económico e social da freguesia de Rabo de Peixe.

Como sabe, fizemos a encomenda de um estudo à Universidade Católica e dispomos de outros estudos avulsos da Universidade dos Açores e de outras instituições também sobre a realidade social, económica e cultural da freguesia.

Neste momento, entre os departamentos do Governo estamos a opinar, pedindo pareceres aos Srs. Secretários e a diversas instituições sobre a matéria em apreço, sobre os relatórios que foram produzidos.

Conto, no início do ano 2002, vir a constituir uma estrutura de coordenação com dignidade jurídica. Conto mesmo, porque penso que isso será importante, se a Assembleia assim o entender, associar uma representação quer para nos ajudar a definir orientações, quer para promover o acompanhamento e fiscalização das acções que serão tomadas.

Estimo, com ou sem prejuízo do que está disposto na mera desagregação que hoje tem lugar no Plano de 2002, proceder ao início de um conjunto de investimentos que terão especial expressão no domínio do reordenamento da freguesia (habitação) e no domínio da sua animação cultural e económica.

Há cerca de 15 dias ou 1 semana, acabámos de adquirir o Cine Teatro de Rabo de Peixe.

Presidente: Sr. Presidente, agradece que concluisse.

O Orador: Estamos a trabalhar empenhadamente neste projecto com o mesmo sentido e com o mesmo espírito que vi aqui ser expresso pelo Sr. Deputado Bolieiro. Comungo com o espírito de toda a sua intervenção, excepto naquela parte em que aparentemente nos queria dizer que não estávamos empenhados nisso, ou que não íamos fazer nada disso.

Portanto, aquilo que lhe posso afiançar seguramente, é que o Governo está muito empenhado, vai trabalhar, vai realizar e deseja, porque assim acha que deve ser, em circunstâncias como esta, o concurso, a participação e o contributo dos senhores deputados. Gostava de ter ainda um maior contributo das autarquias locais que têm responsabilidades mais directas naquela freguesia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A preocupação com a recuperação de Rabo de Peixe é, pela parte do PSD, total. A dignificação daquela população e a sua verdadeira integração social e cultural é para nós muito importante.

Naturalmente que uma verdadeira acção de coordenação e de actuação concreta que o Governo venha a ter merece a solidariedade do PSD.

Devo dizer, Sr. Presidente do Governo, que os autarcas, em concreto o Sr. Presidente da Junta de Freguesia e o Sr. Presidente da Câmara, solicitam-nos sempre uma atenção especial nesta matéria.

Também espero maior disponibilidade do Governo para cooperar com a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para actuarem de forma concertada, mas com eficiência, nesta árdua tarefa de recuperação da população de Rabo de Peixe para um patamar de dignidade de vida social, económica e cultural, correspondente à média regional e nacional.

Sr. Presidente do Governo, devo-lhe dizer que lamento que até agora tenhamos vivido apenas de anúncios. Estamos já no último trimestre e a execução é zero. Mesmo aquele departamento que exclusivamente depende da Presidência do Governo, a Ciência e Tecnologia, tem zero na execução. Está no relatório apresentado pelo Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Os pagamentos são feitos em Novembro de cada ano!

O Orador: Sr. Presidente, dou-lhe outra nota porque a par da intenção, devem corresponder os meios financeiros disponíveis.

O Sr. Presidente do Governo, com alguma pompa e circunstância, anunciou que Rabo de Peixe teria 1 milhão de contos para investir em 2001. Segundo o relatório de execução, até agora estão gastos apenas 50 mil e 100 contos. Mais, a verba prevista no Plano de 2001 baixou de 1 milhão para 550 mil contos.

Para 2002 há já uma redução relativamente ao previsto no Plano a Médio Prazo de 330 mil contos. Afinal de contas o que fica previsto neste programa específico são 600 mil contos.

O povo de Rabo de Peixe naturalmente que agradece as boas intenções, espera mais do que boas intenções, espera acção.

A minha denúncia é de falta de acção e agora a juntar à falta de acção de 2001, a regressão das verbas disponíveis para essa intervenção.

Quanto ao resto, em matéria de intenções, estamos todos de acordo e até solidários com a acção que o Governo possa promover.

Se trazer a esta Casa acções concretas que promovam o desenvolvimento em Rabo de Peixe, pode contar com a nossa solidariedade. Ela é em absoluto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Eu tinha-me inscrito para falar um pouco antes. Neste momento, a resposta já foi dada pelo Sr. Presidente do Governo, mas já que me concedeu a palavra, gostaria de dizer que me custa um pouco ouvir falar com toda a pompa e circunstância de cataclismos sociais e culturais.

Se não fosse considerar que o assunto de Rabo de Peixe é extremamente sério para se falar, diria que o cataclismo foi o PPD/PSD durante 20 anos.

Rabo de Peixe não é uma situação nova. Para Rabo de Peixe houve imensos programas que não passaram de programas e de estudos.

Portanto, acho lamentável, com toda a pompa e circunstância, que venha falar como se de facto fosse uma situação nova.

Não é uma situação nova e nem sequer se pode dizer que é das situações em que no passado não foram dando atenção, como por exemplo o caso das mulheres.

O Deputado Bento Barcelos estava a falar da questão de mais pobres. Se calhar o que existe é uma preocupação com os problemas relativamente às mulheres vítimas de violência. De certeza que não há mais violência, o que há é mais denúncias e uma maior consciencialização dos problemas.

Não se pode falar de Rabo de Peixe como se fosse uma situação nova. É uma situação que eu acompanhei de algum modo como uma preocupação do seu partido, mas cujos resultados são aqueles que nós conhecemos.

Acho lamentável que fale em falta de acção quando há esses projectos e estudos, quando os senhores tiveram 20 anos de estudos e nenhum trabalho feito, por isso se chegou à situação que agora encontramos ou que sempre encontramos.

De facto, reconheço que a situação de Rabo de Peixe é extremamente complexa, é um problema não só social mas sociológico de uma comunidade, o que levou o PS a dar uma atenção muito particular, por isso não deve ser tratada com esta leveza...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A senhora é que está a tratar com leveza!

Ninguém tratou com leveza, Sra. Deputada!

A Oradora: Não, tratou com pompa e circunstância, de um modo demagógico.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (Fernanda Mendes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para prestar um esclarecimento porque se está a misturar aqui duas intervenções que podem existir, e existem, em Rabo de Peixe.

Não podemos esquecer que as intervenções em Rabo de Peixe têm sido no âmbito da luta contra a pobreza e que têm estado na acção projectos dirigidos, apoiados e iniciados pela Santa Casa da Misericórdia e também projectos integrados que são apoiados por este Governo e pela minha secretaria. Isto quer dizer que se está a agir em Rabo de Peixe, mas isto não entra na execução que o Sr. Deputado referiu, porque os acórdãos de cooperação são despesas de funcionamento. Portanto, é preciso não esquecer as duas vertentes.

Só para lhe lembrar, gostaria de referir que em 2000, final de 2001, estão em execução 15 programas de luta contra a pobreza em 6 ilhas, abrangendo 14 concelhos, 19 mil pessoas, geridos por 21 instituições e com um financiamento global de 686 mil contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Eu penso que já se percebeu, eu é que não tinha percebido.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não, não. Percebeu desde o início. A Sra. Deputada é que não percebeu!

O Orador: Pensei que o Sr. Deputado estava a fazer-me uma pergunta, comungando da mesma preocupação que eu tinha. Vejo que afinal não fez a pergunta pelas

mesmas razões pelas quais eu lhe dei a resposta. Tenho pena que tenha sido assim. Tenho pena que não perceba o que está em causa.

Os exemplos que deu são manifestamente infelizes.

Dizer, por exemplo, que a Ciência e Tecnologia tem zero de execução, é um disparate. Nós fazemos os pagamentos aos Clubes Informáticos sempre no mês de Novembro, portanto não pode estar na execução até ao 3º trimestre.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O relatório é que diz!

O Orador: Percebo que foi para tentar deslustrar a acção do Governo em Rabo de Peixe.

Pelo que vejo, o Sr. Deputado não conhece aquilo que temos feito. Considero que ainda não é o suficiente e, como disse, ainda não é feito de forma suficientemente integrada, mas talvez até seja uma boa oportunidade para, um dia destes, por exemplo, na 1ª ou 2ª semana de Dezembro, convidá-lo a irmos passar um dia ou dois em Rabo de Peixe para lhe mostrar o que temos feito e que vamos continuar a fazer.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não pode ir sozinho. Tem que ir acompanhado pelo PSD!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por responder ao Sr. Presidente. Tanto eu como o PSD comungamos de uma preocupação: a acção concreta em Rabo de Peixe, corresponder com acção à expectativa gerada pelo senhor e pelo Governo, quando quis coordenar, de forma integrada, um projecto de acção a partir do Plano a Médio Prazo, na freguesia de Rabo de Peixe. Esta é verdadeiramente a nossa preocupação.

Eu, em circunstância alguma, procurei ironizar um problema que é grave, que ainda está por resolver e cuja expectativa de tão elevada que foi provoca hoje maior frustração na população, nos autarcas e em todos nós.

Relativamente à Sra. Deputada, lamento dizer-lhe que fez uma intervenção menos feliz. O assunto, da minha parte, não tinha qualquer observação relativamente a qualquer cataclismo ou coisa do género.

Eu limitei-me a citar um texto reproduzido no Diário das Sessões, do saudoso e estimado Deputado Silva Melo, que esteve na anterior legislatura na sua bancada.

A Sra. Deputada em vez de contribuir para o debate e para uma reflexão que eu procurei aqui introduzir sobre a situação de Rabo de Peixe, sobre as expectativas criadas por este Governo e a falta de acção que corresponda àquilo que o povo de Rabo de Peixe espera, veio para aqui fazer uma espécie de retórica comigo, querendo até baixar o debate a uma espécie de chicana política.

Quando estamos a tratar hoje do Plano a Médio Prazo e da criação de um programa específico, a senhora lembrou-se de virar para trás e de falar do que foi feito há 20 anos.

Hoje não estamos a tratar de um estudo técnico. Essa é outra área da sua intervenção ou dos seus cuidados profissionais Sra. Deputada.

Hoje, estamos a falar da reclamação de um povo, sobre aquilo que esperava ter visto até hoje, decorrente da promessa de 1 milhão de contos de investimento em Rabo de Peixe, da criação de um observatório, da coordenação de um programa específico, tudo por parte da Presidência do Governo. Lamentavelmente os relatórios de execução dão nota zero e os autarcas preocupam-se e reclamam da acção do Governo.

A Sra. Deputada quis entrar por este caminho. Eu não sigo por ele, mas tome note:

O povo de Rabo de Peixe não espera um degladiar de bancada a bancada parlamentar ou entre mim e o Presidente do Governo. Espera acção concreta e espera que alguém, designadamente um dos Srs. Deputados eleitos pelo povo, possa relembrar esse assunto e trazê-lo aqui à colação, porque é o local próprio para questionar e fiscalizar a acção governativa, neste caso, sobre matéria de Rabo de Peixe. É isso que o povo espera.

Se a Sra. Deputada quer entrar em mera retórica, eu não vou por esse caminho, Sra. Deputada.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um breve esclarecimento.

Um plano só termina no final do ano.

A Secretaria Regional da Economia tem diversas acções e vai cumpri-las.

Esteve a fazer negociações e chegou à conclusão que já estavam terminadas essas negociações. Tomou a decisão e o Sr. Deputado vai ver no final do ano, na execução, o valor final. Tem que esperar um bocadinho, porque vai ser mais de 100%.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PS): Mais de 100%? Onde é que vão buscar o dinheiro?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir muito rapidamente que o Grupo Parlamentar do PS tem muito orgulho naquilo que o Governo Regional está a fazer na freguesia de Rabo de Peixe com um programa específico e coordenado por Sua Excelência o Presidente do Governo.

Gostaria de referir que o que nos parece verdadeiramente essencial está, de facto, assegurado. Está assegurada a sistematização e a consistência de programas que anteriormente – e o Sr. Deputado Bolieiro não se ofenda com o que eu vou dizer – nos pareciam programas deslocados, esporádicos e que não tinham a persistência e a consistência que é preciso ter.

Em relação às execuções, o Sr. Secretário da Economia e o Sr. Presidente do Governo também foram muito claros.

Registo com muito agrado o facto do Sr. Deputado se inspirar na doutrina e nos Deputados do PS para a prossecução da sua acção política. Penso que é um bom caminho, que está a progredir.

Se me permite, e para terminar, em relação às referências e às preocupações que legitimamente os autarcas da Ribeira Grande têm manifestado para com a população

de Rabo de Peixe, devo dizer que eu tenho esperanças que, a partir do dia 1 de Janeiro, o Sr. Presidente da Câmara da Ribeira Grande possa ter assento na sua bancada.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É só campanha autárquica. Não vêem outra coisa!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados:

Não tinha qualquer intenção de entrar em retórica. As minhas intervenções são raras precisamente porque não estou aqui para entrar em retórica.

Simplesmente, pareceu-me importante chamar a atenção, ou seja, clarificar, uma questão entre o que é que se faz e o tempo que é necessário para que surjam os resultados e aquilo que houve tempo para se fazer e não se fez.

Retórica – e provavelmente vamos ficar por aqui – esteve o Sr. Deputado a fazer ao chamar a atenção para a raridade das minhas intervenções e também para o meu saber técnico que não é para aqui chamado. Isso é que é retórica e não serve de nada ao povo de Rabo de Peixe.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É pertinente trazer aqui o assunto de Rabo de Peixe.

É um dos programas importantes do Plano de 2002 para o qual eu dispenso alguma atenção e é um programa que eu vivo no dia a dia por habitar no concelho da Ribeira Grande.

O Sr. Deputado Bolieiro ao referir que é zero, zero e zero em muitas das rubricas, mostra que não tem acompanhado o dia a dia. Uma das rubricas, a iluminação do campo de futebol, da Secretaria da Economia, já foi atribuída à junta de freguesia e a

obra já está realizada. Portanto, não é zero, apesar de aí estar na rubrica da energia. Este é um dos exemplos que já se fez a nível de Rabo de Peixe.

Depois há um conjunto de instituições já aqui referidas (Santa Casa, Centro Juvenil e Centro de Informática), que no dia a dia têm feito as suas actividades e vão realizando programas que fazem parte deste programa específico para Rabo de Peixe, que pode não ver realizado em Setembro, mas vê-se no dia a dia as actividades que se realizam lá.

É importante repor aqui a verdade dos números porque há realizações em alguns aspectos, mas poderão não haver noutros.

Há outros que se tem falado aqui a nível da autarquia local que são importantes e apesar da Junta de Freguesia ter tido um empenho muito grande neste programa, da parte da Câmara Municipal talvez não tenha havido o empenho necessário, porque há duas rubricas para que esse programa se desenvolva de uma forma rápida e eficaz.

A primeira passa pelo plano de urbanização de Rabo de Peixe. A urbanização de Rabo de Peixe é uma peça importante para o desenvolvimento da própria freguesia, em termos de definição de novas áreas de habitação e em termos de definição da interligação entre o bairro dos pescadores e a zona norte ou sul da freguesia. É uma peça que tem que sair o mais rápido possível para que se possa fazer um trabalho eficaz a nível da freguesia.

Outra peça importante para o desenvolvimento da freguesia passa pela educação. As creches é um dos objectivos do plano do Governo para o próximo ano, a realizar em conjunto com a Casa do Povo. É um projecto que está a andar.

Outro objectivo, prende-se com a Escola do 1º ciclo. Há um ano e meio que a elaboração do projecto é da responsabilidade da Câmara, mas ainda não viu a luz do dia, apesar da Câmara já ter recebido 17 mil contos para o respectivo projecto.

Portanto, é necessário o empenho de todos e, em particular, das autarquias locais.

Disse.

Deputado Herberto Rosa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dar uma nota de satisfação, que o debate tenha sido promovido e que com isso possa ser um estímulo ao cumprimento de uma parte do que está prometido.

Seja como for, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma coisa não pode ser desmentida, o Plano para 2002 reduziu 34%. De quase 1 milhão de contos passou para 600 mil contos. Voaram 330 mil contos.

Para a escola primária Sr. Deputado José do Rego, estavam previstos 150 mil. Agora temos 5 mil contos.

Quanto ao porto, ele não tem iluminação, não tem sinalização, não tem casa de aprestos...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Antes nem sequer tinha porto!

O Orador: Pensei que estava prometido, essa é que é a diferença.

O caminho de acesso ao porto, importante para viabilizar a orla marítima de Rabo de Peixe, desapareceu neste Plano e todos os Senhores Deputados tinham a obrigação de conhecer.

Naturalmente terei muito gosto em aceitar o desafio para ir visitar Rabo de Peixe a seguir às eleições acompanhado pelos autarcas. Vou em qualquer altura, terei sempre muito gosto, porque é um problema da sociedade.

Os senhores deviam conhecer uma carta do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia.

Adquiriram uma casa para realojar uma família carenciada.

Deputado Manuel Campos (PS): Há muitos anos que não se constrói em Rabo de Peixe. Há 20 anos!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A expectativa de Rabo de Peixe é maior.

Eu nem quero discutir quem fez mais ou quem fez menos,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Pois não!

O Orador: ...mas uma coisa é certa, o Governo prometeu muito, mundos e fundos, e até hoje fez muito pouco. Essa é que é a desilusão, Sr. Presidente do Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um esclarecimento em matéria de habitação na freguesia de Rabo de Peixe.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que essa carta do Sr. Presidente de Junta, efectivamente, diz várias coisas, entre elas uma verdade pura: há 20 anos não se faz nada em Rabo de Peixe.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): E 5 já são seus!

O Orador: Não diz, porque não pode dizer, que o Governo Regional desde 97, mesmo fora do programa de investimentos em Rabo de Peixe, na área da habitação, tem um programa de investimentos cumprido e realizado. Isso importa no montante até hoje, de 609.426.902 mil escudos em Rabo de Peixe na área da habitação. Isto significa mais 600 mil contos nesta área, em quê? Em construção, recuperação e aquisição de habitação, em apoios à mão-de-obra, em infraestruturas e até no SAFIN.

Gostaria de dizer que, para além das acções que estão inscritas, como o loteamento de Nossa Senhora do Rosário, o loteamento da orla marítima 1 e 2, o loteamento de Nossa Senhora de Fátima, o Projecto Sementes de Mudança e os programas de apoio à habitação, há um outro problema que resolvemos e que é do vosso tempo, isto é, 60 habitações que passaram para a Caixa Geral de Depósitos. Foi este Governo que negociou com a Caixa Geral de Depósitos e pagou 90 mil contos para aquelas pessoas continuarem nas suas casas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota um pouco marginal a esta discussão e tem a ver com a questão das cartas enviadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rabo de Peixe.

Pelos vistos esse Sr. Presidente é muito hábil a enviar cartas. Eu apenas recordo uma que tive o grato prazer de receber onde ele solicitava informação ao Governo Regional se a sua Junta de Freguesia poderia cobrar uma taxa na passagem do atestado de pobreza e em caso afirmativo qual?

Isso revela bem o teor das cartas que esse Sr. Presidente costuma enviar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Atendo-me só ao que é sério e importante, devo dizer, Sr. Secretário, que em matéria de habitação, gostava de saber qual é a sua impressão sobre as necessidades da freguesia:

- Quantos fogos são necessários para a freguesia?
- Quantos pensa construir ou reabilitar com os previstos 210 mil contos para o ano 2002?
- Como justifica uma execução financeira de 3.1%? É verdade, o vosso relatório é apenas de execução financeira.

Mais do que retórica, o senhor esclarecendo nesta Casa, por um lado, o que foi feito e, por outro, o que está por fazer ou estima fazer, também está a esclarecer o povo de

Rabo de Peixe e a criar então estas expectativas comprovadas por nós. É isto que me importa e é este o dever que me incumbe, perceber verdadeiramente os meios que o senhor vai disponibilizar.

Como justifica o que fez e o que não fez, sendo certo que o que não fez é muito maior do que o que fez?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dizer ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, em primeiro lugar, que os últimos dados que eu tenho em relação à execução de Rabo de Peixe, são no montante de 156 mil contos e não o valor que eventualmente tem.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Mas é que não temos isso!

O Orador: Está bem, mas tenho eu, por isso estou a informar a Câmara.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que o Governo Regional acha que há um problema habitacional em Rabo de Peixe e, por isso, tem o acordo de colaboração com a Câmara Municipal da Ribeira Grande em que está a financiar a 50%, juntamente com o INH, um projecto que vai resolver numa primeira fase cerca de 88 moradias na zona de Rabo de Peixe...

Deputado Humberto Melo (PSD): 77.

O Orador: ... e já tem outros loteamentos previstos, com o mesmo esquema de financiamento.

Tomara que a Câmara Municipal da Ribeira Grande, no âmbito dos protocolos que tem estabelecido connosco, já tivesse avançado com a parte que lhe cabe e que ela tem responsabilidade.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A Direcção Regional sabe isso. Esse é que é o problema!

O Orador: O maior problema é outro. Isto é tão verdade para ilustrar o empenhamento da Câmara Municipal da Ribeira Grande, que basta ver o estado em

que a Câmara deixou ficar os loteamentos que são da sua responsabilidade, que estão lá em péssimo estado de degradação.

São as autarquias, nomeadamente a autarquia da Câmara da Ribeira Grande que fez zero pela habitação de Rabo de Peixe. Não foi o Governo Regional, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação: O senhor continua a procurar fazer mera retórica política, denunciando aquilo que faz ou não a Câmara Municipal.

Ao contrário do que disse o Sr. Presidente do Governo, afinal a Câmara já lançou a infraestruturização de 77 lotes. A construção das casas é da vossa competência, por isso têm que fazer.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Nós é que fizemos a loteação!

O Orador: As indicações que tenho são estas.

Em matéria de habitação é o Governo que está atrasado e eu continuo a aguardar uma resposta do Sr. Secretário sobre quantas habitações são necessárias para resolver o problema de Rabo de Peixe, e quantas é que o senhor já construiu, isso é o que me interessa saber.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Não se constrói casas em Rabo de Peixe há muito tempo!

O Orador: E o senhor está no governo há 5 anos e ainda não construiu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos aos numezinhos, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

- Loteamento de Nossa Senhora do Rosário: empreitada de infraestruturas gerais e eléctricas, arruamentos e pavimentação em 98, dando lugar a 16 lotes para auto-

construção cujas habitações já estão construídas – valor da adjudicação 30 mil contos;

- Loteamento da orla marítima 1 e 2: infraestruturas gerais e eléctricas, arruamentos e pavimentação e passeios onde serão executadas 77 habitações ao abrigo do acordo do INH, esse que estava a falar há pouco.

Tudo isto são obras que o Governo Regional lançou e é que as fez, não a Câmara Municipal,

Falou da adjudicação. Fomos nós que lançámos: 181 mil 832 contos. Não é a câmara que lança nem a câmara que faz. Somos nós e é que pagamos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mas ainda não fizeram e foi isso que eu disse!

O Orador: Já lançámos o concurso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Pode ser anulado, como fez aqui na Horta!

O Orador: O concurso está lançado e as infraestruturas de um dos loteamentos já está em andamento.

Isto são situações que estão definidas, estão em andamento e escusam de dizer que é projecto, que não vai ser feito. São processos administrativos que estão em andamento. Tomara que os senhores tivessem feito metade disto.

Se durante 20 anos tivessem feito metade disto, com estes 5 anos que já temos, tínhamos feito muito mais.

- Loteamento de Nossa Senhora de Fátima: execução das infraestruturas.

Está em curso a aquisição de um lote por 4 mil e 27 contos para o processo de expropriação seguir. É mais um processo que a Câmara Municipal da Ribeira Grande sabe com o que conta e, portanto, são mais lotes que vêm para Rabo de Peixe.

- Projecto Sementes de Mudança.

Foram intervencionadas 90 habitações no montante de 50 mil contos.

- Aquisições à Caixa Geral de Depósitos.

Foram adquiridas 60 habitações no valor de 60 mil contos para que as pessoas que já estavam na rua, tivessem o mesmo tecto.

Os programas de apoio à habitação que foram apoiados entre 97 e 2000, perfazem o montante de 316 mil contos.

Pergunta-me se falta fazer muito mais em Rabo de Peixe. Digo-lhe que falta, mas não é por aquele que tem um cartaz que diz que muito foi feito, mas que falta fazer muito. É por nós!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): É a segunda vez que “roubam” o slogan. A primeira vez foi ao PP!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Habitação: Muito sinteticamente, Sr. Secretário, a competência em matéria de habitação é do Governo.

O que é preciso saber em vez de processos, porque não é isso que dá casa às pessoas, é quantas casas o senhor já disponibilizou para pessoas carenciadas em habitação em Rabo de Peixe? Quantas são necessárias?

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Não ouviu?! Eu já disse isso!

O Orador: Não esclareceu, falou de muitos processos e de intervenções que são meras pinturas.

Esclareça quantas casas entregou em Rabo de Peixe e quantas são necessárias para resolver o problema habitacional em Rabo de Peixe.

Em matéria de cartaz, o que lhe ficaria bem, na página da revista da SATA, era dizer: “Mais por fazer, tão pouco feito!”

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez para dizer ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro que sei que é jurista, mas bastava ter começado por somar o número de lotes e de casas que eu disse que nós já tínhamos intervencionado.

Deputado José Manuel Bolieiro (*PSD*): Lamento. O senhor nem sequer sabe somar!

O Orador: Eu não sei qual é o seu problema numa contabilidade em relação ao somatório.

Em relação àquilo que nós iremos fazer, o que já fizemos nestes 5 anos, é muito mais do que aquilo que os senhores fizeram em 20 anos, porque temos mais esta legislatura e vamos ter outras mais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Retomo um assunto do debate que estava a ter com a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais de uma forma brevíssima.

Não fica nada mal a qualquer Governo mudar de política.

Foi aqui referido que a política de implementação de centros geriátricos tinha sido alterada.

É nesse contexto que a bem da verdade, a bem da ética política, uma vez que estamos aqui em sede de discussão do Plano de 2002 e tendo em conta que há aqui uma acção no âmbito do Programa “Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social”, que é a remodelação do edifício para Centro Geriátrico no Lar Augusto César Ferreira Cabide, era correcto e era devido que esta acção fosse substituída, fosse alterada, porque afinal de contas não vai ser construído o centro geriátrico.

Era apenas isto.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária Regional da Saúde:

Vou fazer uma pergunta muito localizada, porque como compreenderá eu não gostava de ir para São Jorge com dúvidas sobre a sua intervenção, principalmente numa ocasião destas onde vamos ser confrontados de uma forma mais intensa com questões vindas das pessoas.

Já há a algum tempo que se ouve em São Jorge alguns rumores de que o Governo Regional se prepara para reduzir os serviços no Centro de Saúde de São Jorge.

Pela sua intervenção fiquei a perceber que ia haver uma concentração de alguns serviços, em alguns centros de saúde.

Em primeiro lugar, gostaria de saber se isso vai acontecer e se pretende centralizar o internamente nalguns centros de saúde?

Essa media vai influenciar ou implicar a transferência ou redução dos recursos humanos de cada um dos centros de saúde?

Em que medida é que isso vai afectar o Centro de Saúde da Calheta e o Centro de Saúde das Velas?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Sociais para prestar esclarecimentos.

Secretária Regional dos Assuntos Sociais (*Fernanda Mendes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isso é o que se chama uma pergunta objectiva.

Gostaria de referir que o que disse acerca da futura unidade de saúde na ilha de São Jorge, com a sua regulamentação, é que os equipamentos de grande investimento passarão a estar concentrados num polo em vez de se repetir. Foi a isso que eu chamei de concentração.

Isto é a gestão correcta e adequada para a que a própria ilha possa usufruir de mais equipamentos e de mais cuidados.

Quanto à integração dos cuidados, quanto à existência de um internamento, isto a médio e a longo prazo, conforme o desenvolvimento e os interesses da ilha, poderá acontecer ou não.

O regulamento permite ir devagarinho, permite organizar-se em função do que a população e os técnicos pensam sobre o que é melhor para São Jorge. Nada vai ser imposto do ponto de vista administrativo, sendo certo que de início não se

modificará. O quadro de pessoal ficará como está e ninguém tem que mudar de lugar.

No futuro, as coisas poderão ser diferentes no que diz respeito a um quadro único para melhor servir os jorgenses.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É notória a importância que o Partido Socialista dá às Políticas de Solidariedade, herdeiro que é de uma filosofia política que na época contemporânea, em pleno processo de industrialização, defendeu uma perspectiva de sociedade formalmente mais solidária, procurando que nem o grupo social de pertença nem as livres regras do mercado fizessem esquecer a dignidade que é devida a todo o ser humano: sem favores nem boas vontades de ordem individual mas como imperativo social, legalmente consagrado.

É um facto que, passado um século e num novo enquadramento mundial – mais aberto e globalizado, no qual o mercado, as regras de mercado, extravasam os domínios que lhes eram específicos e procuram, até agora com algum sucesso, dominar todos os aspectos da sociedade –, também as filosofias políticas sofreram alterações. Justificadas pelo novo contexto das relações internacionais, pela necessidade de eficiência económica e pelos novos problemas sociais, assistimos desde há já alguns anos à permuta de alguns princípios e valores, diluindo-se, ou parecendo diluir-se, muitas vezes as diferenças entre o que é a essência própria das várias famílias políticas.

Mas ainda que mais diluídas, por vezes, ou em aspectos particulares, confusamente misturadas, elas existem e são, de resto, a razão pela qual nos diferenciamos também aqui neste hemisfério. Na sua perspectiva cada partido político deseja o melhor, mas este não é igual para cada um, como não o são os meios para o atingir, como também não o são as pessoas e os interesses das pessoas que representam. A necessária contratualização social não pode fazer-se pela minimização das nossas diferenças e muito menos reduzi-las a mera questões de exercício do poder – quando se o detém e mais ainda quando já não se o detém – ou a sentimentos de pertença

mais consentâneos com a adesão clubista, cuja justificação se perde nos meandros da emotividade, que a razão desconhece e até não precisa de conhecer. Em meu entender, foi o que se passou no debate respeitante ao Complemento de Pensão e problemática dos idosos, que não pode ser dissociado do entendimento global sobre as reformas da Segurança Social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É notória a importância que o Partido Socialista dá às Políticas de Solidariedade, facto cuja visibilidade me surge clara tanto a nível nacional como nesta Região, e claramente distinta da defendida no passado por outros partidos políticos, também a nível global, ou seja, do país no seu conjunto, como também a nível regional. O primado da defesa da liberalização, do economicismo, mesmo em questões de âmbito social, como é a Solidariedade e a Segurança Social, não está assim cronologicamente tão longe para que dele nos possamos esquecer – mesmo os mais novos e muito menos os que têm responsabilidade políticas. Qualquer evolução que os partidos políticos possam fazer, e é natural e normal que a façam, na busca de adequação às novas realidades, que se fazem sentir também na nossa sociedade, não pode, ou não deve, haver dois pesos e duas medidas: quando se está ou não está no poder. Impõem-no a coerência partidária, a dignidade da prática política, legislativa ou executiva.

É notória a importância que o Partido Socialista dos Açores dá às Políticas de Solidariedade, questão que já tive oportunidade de afirmar em várias circunstâncias, designadamente no momento da apresentação do Programa do VIII Governo a esta Assembleia Legislativa Regional. Como então dizia: “As Políticas de Solidariedade são uma componente fundamental das Políticas Sociais e é através da sua definição e implementação que se podem consubstanciar alguns dos princípios e práticas da vivência em igualdade e do direito à cidadania que regem as sociedades modernas, democráticas e humanistas.”

E mais à frente, após elencar grupos populacionais e sociais que mais sofrem processos de marginalização, dizia: “... é imprescindível dar continuidade às medidas que contemplam estes grupos de características específicas, possibilitando-

lhes uma melhor qualidade de vida e uma efectiva inserção social, quer através do Rendimento Mínimo Garantido para os casos de maior pobreza, quer com iniciativas que se dirigem a crianças em risco, como com políticas de apoio a pessoas com deficiência, a idosos ou a mulheres vítimas de violência.” E a finalizar a minha intervenção, acrescentava: “...as medidas de solidariedade constantes no Programa do Governo, são conducentes a acções e práticas de diminuição das desigualdades individuais e sociais inseridas em valores de dignificação do ser humano.”

Todavia, e sem que seja qualquer novidade, convém não esquecer que as Políticas de Solidariedade, não obstante a sua importância, não são elas mesmas estruturantes do desenvolvimento económico e social de uma comunidade, mas sim vias de diminuição das desigualdades, de clivagens entre grupos sociais, que se foram acumulando ao longo de séculos, por um lado, e de desfasamentos resultantes do tipo de modernidade globalizada, por outro. É neste sentido que acho que devem ser entendidas. Ou seja, se elas são em si mesmas das mais representativas, ou até a mais representativa, de uma Política que tem em conta a dignificação da pessoa, de todas as pessoas – fundamentação primeira de uma sociedade democrática, justa e igualitária, o desenvolvimento depende essencialmente de outros aspectos e vectores, quer estes sejam ainda do domínio do social, quer do económico. Destaco, no primeiro caso, a questão educacional, que cada vez adquire maior importância, pois é a base de toda a modernidade, que com virtudes e defeitos não podemos ser alheios; e, no segundo, a criação e o crescimento de actividades geradoras de riqueza, que deve ser distribuída de um modo justo e equitativo.

Na questão educacional os dados que conhecemos indicam uma melhoria significativa nos níveis de habilitação e a formação profissional seja uma realidade cada vez mais presente, tanto em termos de aspirações como de prática. Todavia, estamos, como todos sabemos, muito longe ainda das metas desejadas. No que respeita ao trabalho, e cinjo-me aos trabalhadores por conta de outrem (TCO), a evolução ao longo da década de noventa, e não obstante as melhorias sentidas, designadamente no que respeita às remunerações nos diversos níveis de qualificação, assistimos a um aumento da desigualdade, especialmente sentida no sexo feminino.

Os aumentos salariais beneficiaram fundamentalmente os maiores níveis de qualificação, ou seja, muito poucos, já que a grande maioria dos trabalhadores açorianos se insere nos níveis mais baixos ou intermédios. A entrada da mulher no mercado de trabalho, que tem apresentado uma evolução positiva de ritmo crescente, faz-se principalmente nos escalões menos qualificados, contribuindo decisivamente para a referida desigualdade. Aumentam as diferenças de poder de compra entre os mais e menos qualificados como aumentam as diferenças de poder de compra entre homens e mulheres. Para uns o acréscimo foi da ordem dos 0,2% ao ano; para outros superiores a 3%. Para eles cresceu 1,8%, para elas 1,2.

Estas são questões que importam, não só às Políticas Económicas e Sociais, como às de Solidariedade Social, no presente e no futuro. Se muitos dos problemas que hoje urge resolver têm a sua origem no passado, temos obrigação de que no futuro eles estejam bastante minimizados.

No entanto, quero reafirmar que me parece difícil não reconhecer que na vigência do VII e VIII Governos Regionais se ampliaram os conceitos e as práticas de Solidariedade Social. Conceitos que atendem a uma maior diversidade de problemas e preocupações de inclusão social e práticas mais efectivas, tanto em termos quantitativos como qualitativos.

Mas, um ano passado sobre a aprovação da política do VIII Governo, creio que me devo centrar agora não tanto em questões de princípios, pois estes já foram apresentados e amplamente debatidos (embora nesta como em qualquer outra altura estou sempre disponível para os discutir) mas, fundamentalmente, nas possibilidades que o Plano de 2002 dá para que seja possível a sua efectivação, em conformidade com o que está plasmado no Plano a Médio Prazo.

Como todos já tivemos oportunidade de observar, existem diferenças face ao que estava previsto, decorrentes do decréscimo global da dotação financeira. Neste contexto, o sector “Valorizar e Aumentar os Níveis de Protecção da Sociedade Açoriana” registam também uma diminuição, que se faz sentir de um modo especial no Programa “Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social”. Mas a sua importância relativa no contexto de todo o Plano é bastante superior àquela que lhe era atribuída por quem de facto tem, e teve oportunidade de o demonstrar, um

projecto de sociedade diferente do Partido Socialista, ao nível das práticas mas também dos valores.

Atendendo aos quantitativos dos diversos Projectos do Programa de Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social, verifica-se que as diferenças se fazem sentir fundamentalmente naqueles que envolvem verbas mais significativas e, conseqüentemente, um maior esforço financeiro e que se dirigem em especial aos equipamentos para idosos, crianças e jovens. Mas, se atentarmos na importância relativa que lhes é dada no Plano a Médio Prazo e na Proposta agora em análise, as diferenças relativas são quantitativamente pouco relevantes.

No Projecto 21.1- “Equipamentos de Apoio aos Idosos” o valor percentual era de 53,3% e passa para 52,7% (tendo em consideração unicamente a comparticipação regional); no Projecto 22.2 - “Equipamentos de Apoio à Infância e Juventude” de 35% para 33,8% (tendo também em consideração unicamente a comparticipação regional); no Projecto 22.3 - “Promoção da Igualdade de Oportunidades”, de 1,5% para 1,8%; no Projecto 22.5 - “Prevenção das Toxicodependências”, de 4,3% para 5,4%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se é justo – mais do que justo, é nossa obrigação – como representantes da população que nos elegeu, chamar a atenção para os problemas sociais que se vive na Região, em cada uma das suas ilhas, concelhos, freguesias, bairros, ruas ou casas; se é nosso dever contribuir para a resolução dos problemas dos nossos concidadãos, nomeadamente aqueles que pelas mais variadas razões vivem com maiores dificuldades económicas e de inclusão social; se é igualmente nosso dever saber das razões que justificam a redução das dotações financeiras, já não me parece que o seja dizer que relativamente aos objectivos do documento que agora estamos a analisar, e em especial no que respeita ao Sistema de Desenvolvimento de Solidariedade Social, porque é dele que estou a tratar, existam alterações significativas quanto às prioridades desde sempre defendidas pelo Partido Socialista e por este Governo. A filosofia de actuação é a mesma. Os princípios que defende são os mesmos. As prioridades são também as mesmas.

Verificamos, assim, que é possível e que vai ser dada continuidade às medidas preconizadas pelo Governo do Partido Socialista:

- Apoio a creches e jardins de infância; promoção de actividades lúdico-pedagógicas; acolhimento e resposta de emergência para crianças e jovens em risco – iniciativas especialmente dedicada aos mais novos e suas famílias.

- Apoio a estruturas e projectos para aos mais idosos e suas famílias.

- Apoio a estruturas e projectos direccionados para cidadãos e grupos sociais de elevado risco de exclusão e suas famílias.

a) Apoio a Centros de Economia Solidária.

Um projecto de sociedade desenvolve-se segundo determinados valores e respectivas práticas, numa coerência interna que lhe é específica. Nem sempre estão em perfeita consonância, é certo. As razões são de natureza muito diversa, dependente quer de situações e projectos anteriores, quer da intervenção dos vários actores sociais, com protagonismos e responsabilidades distintas. Mas o processo de aproximação entre o que se pretende e o que se executa, também faz parte do próprio projecto de desenvolvimento. Mais, deve servir como factor de motivação e trabalho para todos os que nele acreditam.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Gilberta Rocha:

Ouvi com atenção a sua intervenção e em relação a algumas questões conceptuais estamos de acordo, no que se refere a algumas questões de análise, especialmente na parte final, não estou de acordo.

A Sra. Deputada referiu o problema dos trabalhadores por conta de outrem, das remunerações, em termos correctos. Penso que terá faltado acrescentar um aspecto que é uma situação que permanece na nossa Região há muitos anos e que não tende a modificar-se de forma sensível, prende-se com o facto dos trabalhadores por conta

de outrem na Região Autónoma dos Açores, em média, ganharem substancialmente menos que os trabalhadores por conta de outrem no conjunto do país ou no território do Continente, sendo o custo de vida aqui mais caro. Essa característica veio de trás e permanece sem evolução apreciável, o que é mau para a Região e é um indicador que, na minha opinião, não haverá desenvolvimento sem que este problema seja encarado de outra maneira.

Entretanto, surgiu uma medida desta Assembleia, o acréscimo regional ao salário mínimo nacional.

Não havendo, como não há, muitos dados disponíveis sobre a sua execução ou o seu cumprimento, ficamos com a ideia de que essa lei não é rigorosamente acatada ou executada.

Acontece que o acréscimo regional ao salário mínimo nacional é criado depois de ter havido o desagramento do IRC, ou seja, depois das empresas regionais terem sido desagradas de algum peso da fiscalidade que sobre elas caía, no sentido de possibilitar uma resposta positiva a esta exigência legal que é absolutamente justa e necessária. Entretanto o grau de execução é bastante baixo.

Gostaria de pedir à Sra. Secretária, porque sei que estuda estas coisas, um comentário sobre esta situação, qual a ideia que terá para estes casos – a diferença média de salários e da não implementação de legislação regional favorável aos trabalhadores de mais baixos rendimentos – e que medidas deviam ser tomadas a este respeito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Decq Mota:

Obviamente que não podemos ignorar a nossa estrutura de emprego que é relativamente diferente da do Continente.

Quando estava a dar como exemplo o valor médio global na questão do 1,8 e 1,2, engloba, obviamente, todos os trabalhadores e como tal tem em conta a própria estrutura de emprego da Região, que é diferente da do Continente.

Eu penso que ela é comparável se não estivermos a falar na questão da desigualdade entre os sexos.

Mas a verdade é que existem – e estamos a falar de trabalhadores por conta de outrem, não inclui a Administração Regional, os agricultores e os empregados domésticos – situações que urge que a sociedade, nomeadamente os empregadores, esteja atenta, porque para além da estrutura de emprego, verificam-se acréscimos mais significativos, não só nos valores globais, como é lógico, mas nos ritmos de crescimento. Isso é preocupante.

A mim preocupa-me essa situação de que não se esteja a contribuir a nível do privado para uma diminuição das desigualdades.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de participar neste debate num comentário à intervenção da minha camarada de bancada e às questões levantadas pelo Sr. Deputado Decq Mota.

Não nos podemos esquecer que o que estamos a comparar aqui são trabalhadores por conta de outrem excluindo tudo o que está no sector público, ou seja, os trabalhadores da educação, da saúde, que representam muito na nossa estrutura de emprego, e a agricultura.

Estamos a falar aqui, e é bom que tenhamos essa noção, de trabalhadores por conta de outrem, na maioria, em muito pequenas empresas, porque se formos ver a estrutura empresarial da Região, nós temos uma estrutura extremamente enviesada.

Acontece que, por muita boa vontade que tenhamos aqui com algumas medidas que foram tomadas, nomeadamente no âmbito do desagravamento fiscal, a sua eficácia, no universo dessas pequenas empresas, é muito pequena.

Quem beneficiou do desagravamento fiscal em sede de IRC – eu não tenho aqui os números, mas com certeza era possível comprová-los – não foi este universo de pequenas e médias empresas, foram as grandes empresas.

Desse ponto de vista, o raciocínio que fez de que por ventura o desagravamento fiscal poderia contribuir para dar algum alívio às pequenas e médias empresas, não é verdade.

Raciocínios que se fizeram nesta Casa, procurando puxar ao máximo o desagravamento fiscal, dizendo que isso iria contribuir em larga escala para o benefício do tecido empresarial da Região, é possível prová-los hoje com dados. Na altura eu argumentei somente com princípios, mas hoje em dia é possível argumentá-los com dados. Portanto, foram completamente errados.

Hoje, estamos a pagá-los caros do ponto de vista fiscal e reflectem-se neste orçamento. Eu ainda não vi isso discutido nesta Casa.

Mais do que isso: não atingimos os objectivos que pretendíamos. Quando faz o raciocínio de que era necessário aliviar a pressão fiscal para depois dar alguma folga às empresas para reflectirem nos complementos do salário, isso não acontece.

Também não acontece a outros níveis e não acontece uma outra coisa extremamente importante que eu queria aqui deixar para reflexão desta Casa, isto é, o nível dos aumentos de produtividade. Só se pode pagar mais se a produtividade na Região crescer. De facto, não foram nestes sectores.

As contas regionalizadas do Produto Interno Bruto, recentemente publicadas, provam-no.

Não foi nestes sectores e nestes segmentos empresariais que se deram os aumentos de produtividade. Basta ir aos números – e escusa de abanar a cabeça, Sra. Deputada Berta Cabral – basta ir à página da Internet do Serviço Regional de Estatística e os números estão lá.

Eu acho que o Governo Regional, desse ponto de vista, somente pecou neste Plano por uma coisa: trouxe os números do produto, mas não trouxe os números da evolução da produtividade. Acho que era extremamente benéfico para a Governo Regional se tivesse trazido os números da produtividade, porque eles cresceram muito comparativamente com o que se passou ao nível do país.

Voltando à conversa que eu estava a ter aqui, o que é importante é que não são estas medidas que, do ponto de vista neoliberal e demagógico que aqui se colocou, fazem crescer a produtividade, que contribuem para a melhoria da condição social e para a melhoria da situação da maior parte das empresas desta Região. Não são essas. São outras e essas ainda estamos à espera delas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De facto, não posso continuar a alimentar este debate, sob pena de arruinar a minha gestão do tempo.

Agradeço a resposta da Sra. Deputada Gilberta Rocha e em relação ao que o Sr. Deputado Fernando Lopes colocou, muito sucinta e brevemente, dizia-lhe que, em primeiro lugar, estava-me a referir rigorosamente a trabalhadores por conta de outrem, sem trabalhadores agrícolas, sem trabalhadores domésticos, etc..

Em segundo lugar, pedia ao Sr. Deputado que estudasse os instrumentos regulamentadores das relações de trabalho nos vários sectores e vai encontrar instrumentos de âmbito nacional ou pluridistrital que estão em vigor aqui, vai encontrar em vários sectores instrumentos diferentes dos da Madeira e do Continente e vai perceber que esses que são diferentes aqui, por regra, são substancialmente mais fracos ou piores para os trabalhadores.

É esta questão que não tem sido preocupação da generalidade dos interventores políticos regionais.

Este problema merece um debate muito mais vastos, eu estou de acordo.

Eu não concordo consigo quando diz que a diminuição do IRC não pode ajudar a equilibrar esta situação em termos do acréscimo regional do salário mínimo. Há muitas empresas que não estão a praticar esse acréscimo regional, mas deviam fazê-lo e estão a beneficiar da redução efectiva de IRC. Nesse aspecto não concordo consigo.

Este é um debate que vamos ter noutra altura. Neste momento é impossível, mas esta questão tem que ser trazida para a agenda da discussão política regional, sob pena de não poder haver desenvolvimento, porque não há desenvolvimento sem os trabalhadores.

Muito obrigado.

(Pausa)

Eu gostava de ouvir uma resposta.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Eu quero é que eles digam se o Sr. Deputado tem razão, mas não vão responder.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Vão se embora?!

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Podem ficar que eu não vos maço muito. É um minuto e meio, no máximo!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Se as obras, tantas vezes prometidas no tempo dos milhões, estão em grande parte por fazer, agora, com o reconhecimento da crise financeira que aperta orçamentos, que arrocha empresas, que emagrece escolas, que adocece hospitais, que afoga as pescas, que inventa estratégias e engenharias financeiras, como é que se vai acreditar?

Deputado San-Bento (PS): Como é que se afoga pescas, Sr. Deputado?

O Orador: Também no Pico, cinco anos a debitar milhões, a fazer estudos, a elaborar projectos, a anunciar concursos. No Pico, os problemas têm barbas... e como cresceram nestes últimos anos!... A ampliação do aeroporto, a defesa e ordenamento da orla costeira das Lajes, a consolidação dos portos de S. Roque e Madalena, a construção da nova escola das Lajes...

Andámos, anos a fio, a sugerir a construção dum novo matadouro. Abriu-se uma porta e o Governo admite-a, agora. Esta importante estrutura para a rentabilização do sector da carne na nossa ilha acrescerá à nova fábrica de lacticínios que será inaugurada, presume-se, amanhã. Mas como “não há bela sem senão”, já não se sabe se o laboratório de despiste da BSE para as ilhas do Triângulo ficará no Pico. Desculpas de mau pagador!...

Estão aí novos processos para fazer obra no imediato, diluindo os custos por gerações futuras. Ainda que discutíveis, entendemos que, a utilizarem-se, deviam contemplar, também, quiçá prioritariamente, as ilhas com menor capacidade

endógena de desenvolvimento. Só para falar em repavimentação de estradas regionais teríamos, no Pico, as longitudinal e transversal, a Cachorro-Barca, os ramais e o fecho do anel.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (que restam!):

Finalmente, os padres do Pico falaram, que se ouvisse! Que a reconstrução das igrejas vai demorar 25 anos, já o suspeitávamos. Continuarão os tempos de instabilidade nas nossas comunidades, com tudo a funcionar fora do seu lugar. Nisto, também, o Governo anuncia milhões, mas os grandes imóveis continuam a deteriorar-se, ano após ano. Dito por nós, é maledicência, "vacuidade vociferada", "imediatismo impolítico". José Contente dixit). Dito pelos padres, tem odor a "profecia".

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem! Muito bem! Poético!

O Orador: Não é poeta, é verdade, é a realidade!

Será que as ovelhas destes pastores estão satisfeitas com a reconstrução das suas casas? Senão, anunciem-se mais milhões!...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado José Decq Mota)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Azevedo:

Essa sua curta intervenção vem deixar claro que os picarotos estão bem com este Governo do Partido Socialista, porque aquilo que o senhor enumerou são tudo obras cuja resposta é dada ao nível do PMP e ao nível do Plano para este ano.

A ampliação da pista do aeroporto do Pico vai ser uma realidade em poucos meses e a adjudicação da obra vai ser uma realidade em poucos dias.

Portos de São Roque e da Madalena: as obras na zona de passageiros da Madalena já começaram e as obras ao nível do reforço e ordenamento do molhe serão obras para poucos meses.

As obras do porto de São Roque, cujo concurso será lançado dentro de poucos dias, serão uma realidade dentro de poucos meses.

Em relação à orla costeira das Lajes, finalmente pôs-se fim, pôs-se de parte, pôs-se de lado um mau projecto que vinha do tempo dos Governos do PSD, insistentemente sustentado pela autarquia do PSD. Agora, temos um bom projecto que está a ser desenvolvido, cuja obra será certamente lançada e iniciada no próximo ano conforme consta do Plano para 2002.

Matadouro do Pico. Vamos ter o novo matadouro no Pico, obra para começar no próximo ano conforme consta do Plano para 2002.

Laboratório da BSE: Aguarde Sr. Deputado, porque se calhar ainda terá alguma surpresa durante este plenário.

Estradas regionais: Srs. Deputados, temos 67 km repavimentados pelo Governo do Partido Socialista, contra zero metros pelos Governos do PSD.

Escola das Lajes: Aprovámos há poucos meses nesta Casa um Plano de Médio Prazo que aponta e prevê a escola das Lajes para finais de 2003-2004. Estamos a discutir o Plano para 2002. Este não é nem o momento nem a altura certa para se discutir a escola das Lajes.

O levantamento topográfico dos terrenos está realizado, está entregue ao Governo e estamos na fase de identificar os proprietários das parcelas de terreno necessárias à sua construção.

A seguir virá, naturalmente, a declaração de utilidade pública das mesmas, por forma a que quando discutirmos os Planos de 2003 e 2004, a obra conste e avance.

Com este Governo, com o Governo do Partido Socialista, todas estas obras serão feitas no Pico.

Não enumerou nem reivindicou uma única que não seja feita.

Até ao final desta Legislatura as promessas do Governo do Partido Socialista e desta bancada serão cumpridas e os picarotos continuarão a dar a sua confiança ao Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No que se refere à reconstrução das Igrejas do Pico e do Faial, esta é uma matéria que está a cargo da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

De facto, estas são obras extremamente caras. O levantamento inicial apontava para custos na ordem de 1 milhão de contos. Neste momento, já nos aproximámos dos 5 milhões de contos.

O Governo Regional tinha assumido o compromisso de co-financiar estas obras e assim o tem vindo a fazer. O co-financiamento que está contratado neste momento é de 1 milhão, 140 mil contos e estão a ser estudados instrumentos financeiros que permitam não atrasar a realização destas obras.

Sr. Deputado, há um grande empenho da parte do Governo Regional para que estas obras não demorem 25 anos. Aliás, não demorem 25 anos no Pico, no Faial e também na Terceira, porque no caso da Terceira ainda há duas que se encontram inscritas no Plano. Não queremos que cheguem aos 25 anos. Queremos que acabem pelo menos pelos 24.

Eu não quero que as Igrejas do Pico cheguem ao que as da Terceira chegaram com os senhores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Secretário da Educação, eu lembrei-me, quando o senhor pediu a palavra, que ia falar da escola das Lajes, para lembrar aquilo que disse em 16 de Dezembro de 98, ou seja que brevemente, num curto espaço de tempo, ia resolver esse problema. Afinal, veio falar de 25 anos que os padres do Pico suspeitaram, por contas que fizeram, que a reconstrução das Igrejas iria demorar.

É claro que logo a seguir o Sr. Bispo foi engrossar o cortejo dos peregrinos de Sant'Ana, quando alguém levanta problemas. São as Associações Agrícolas, são os professores e agora é o Sr. Bispo.

Por algum tempo, tudo vai ficar sanado neste aspecto. Quanto às Igrejas, veremos o que vai acontecer.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, congratulo-me!... O senhor, como bom socialista, veio engrossar a fileira dos fazedores de promessas e dos coleccionadores de milhões.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Manuel Azevedo:

Essa sua curtíssima intervenção relativamente ao meu esclarecimento, na sequência da sua intervenção inicial, é a prova de que a razão está do nosso lado. Não se tratam de promessas! Tratam-se de obras, algumas delas que avançarão dentro de poucos dias, outras que avançarão dentro de poucos meses.

Deputado Manuel Azevedo (PSD):Avançarão! Não são obra, serão obra!

Deputado Dionísio Sousa (PS): Mas isso é que é próprio de um Plano! É serão!...

Deputado Joaquim Machado (PSD):Mas é se não se rasgar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um esclarecimento relativamente a uma questão que não é futuro, é presente.

A escola das Lajes, é presente, Sr. Deputado!

Agora, a luz entra apenas pelas janelas. Antes entrava também pelos buracos do tecto.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Azevedo (PSD):Não havia iluminação?!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A natureza da nossa Região e do seu sistema político cria a indispensabilidade de, a par da abordagem aos grandes problemas regionais, nunca se perder de vista as questões específicas das várias ilhas, muitas delas dependentes da acção e do investimento da Administração Regional.

De facto, o desenvolvimento harmónico, sólido e seguro da Região depende do desenvolvimento de cada uma das suas ilhas.

No que respeita à ilha pela qual fui eleito — esta Ilha do Faial — vários e sérios são os problemas directamente relacionados com este Plano. O tempo que disponho obriga-me a colocar só alguns.

Conforme referi aqui há sete meses a Reconstrução condiciona o investimento público no Faial, o que até se pode compreender nalgum grau, mas não se pode aceitar como verdade absoluta. Foi aliás, num contexto de aceitação da ideia de que, apesar da reconstrução, há sectores que não podem ter atrasos penalizadores, que o Governo Regional aceitou a proposta do PCP no sentido de se criarem condições para a obra da Escola Secundária da Horta se inicie em 2003 e não em 2004 como estava inicialmente previsto no PMP.

Acontece porém que, de forma inesperada, o Programa 33 – Calamidades aparece com um corte importante, se comparado com a previsão contida no PMP para o ano 2002, conforme já foi discutido ontem.

As explicações entretanto dadas pelo Senhor Secretário Regional são lacónicas e pouco objectivas, pelo que o assunto tem que ser forçosamente referido de novo.

Aliás basta o facto do Secretário da Habitação e Equipamentos não ter feito, da tribuna e por iniciativa própria, o balanço da reconstrução e da actividade do CPR, como fez sobre as estradas, a habitação, os equipamentos, a Protecção Civil e a segurança rodoviária, para se perceber que a Reconstrução está a ser de algum modo secundarizada.

Se juntarmos a isto o facto da Comissão Eventual de Acompanhamento da Reconstrução desta Assembleia não reunir desde antes do Verão; o facto dos problemas tratados na resolução aqui aprovada em Junho não terem tido evolução visível; o facto de muitas empreitadas já estarem largamente atrasadas; o facto de centenas de sinistrados estarem sem resposta para as suas situações, então vamos perceber que algo de muito errado se está a passar.

A somar a tudo isto aparece o corte de verbas e então é obrigatório dizer claramente ao Governo e à maioria: Expliquem-se, Senhores, mas não adiem mais questões que são fundamentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Há outro assunto de especial interesse desta Ilha, mas também como todos os outros, de interesse para a Região que tem que ser referido hoje aqui.

Estou a referir-me ao tão importante quanto falado problema da construção da fábrica da CALF.

É certo que o Senhor Secretário Regional da Agricultura me deu a garantia de que a Fábrica será construída. É também certo que já tinha dado igualmente tal garantia em Abril. Do mesmo modo o conhecido protocolo assinado nos Cedros nas vésperas das eleições regionais garantiam isso mesmo e assumiam outros compromissos que até agora não foram cumpridos.

Estão nesse caso a questão da classificação desde há muitos anos assegurada pela CALF e a compensação à CALF por esse serviço, o que permitiria um aumento do leite à produção. Estes compromissos seriam para ser realizados a partir de Outubro de 2000.

É necessário que se diga que a lavoura do Faial mantém a mesma determinação que a anima há vários anos sobre a necessidade da Fábrica. Essa determinação resulta, quer da justeza mais comprovada da pretensão, quer da necessidade e da urgência que há na sua concretização.

Isso mesmo disseram na passada 2ª feira ao Grupo Parlamentar do PCP largas dezenas de lavradores de toda Ilha do Faial, que vieram aqui à sede do Parlamento Regional participar numa auscultação sobre a política agrícola e o Plano.

Disseram também, de entre muitas outras coisas, algumas das quais já referidas pelo Deputado Paulo Valadão, que precisam que sejam aplicadas medidas relativas ao abate do gado adulto, que precisam de caminhos e água, que precisam que os projectos dos jovens agricultores sejam aprovados, etc..

O apoio que a agricultura do Faial necessita é o mesmo que necessita toda a agricultura regional, isto é, precisa de uma política sectorial adequada que não feche portas, que não gere estagnação, que não impeça o seu adequado desenvolvimento. A prática concreta do Governo está a ir no sentido inverso deste que é aqui apontado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Permita-se-me uma reflexão de carácter geral e regional sobre as políticas sociais.

Há hoje crescentes preocupações que resultam do facto de, da parte do Governo, pouco ou nada se falar quanto à evolução da política de saúde, exceptuando aquilo que a Sra. Secretário falou hoje aqui.

Olhando para o Plano vemos que o Programa 20 (Infra-estruturas de Saúde) sofre uma redução de 14,5% em relação ao previsto no PMP e que o Programa 21 (Desenvolvimento do Sistema de Saúde) tem um corte de 7,1%.

Se associarmos a estes cortes, que diminuirão a possibilidade de aproximação aos objectivos traçados, a ausência da regulamentação do SRS, a demora em tomar decisões correntes, a ausência de reflexão sobre a evolução qualitativa do SRS nas diversas ilhas, então percebemos porque é que os açorianos, de acordo com alguns estudos de opinião recentes, se mostram crescentemente preocupados com a problemática da saúde.

No que respeita no Programa 22 (Desenvolvimento do Sistema de Solidariedade Social) verifica-se um corte de 18,9% o que, inevitavelmente empalidece muito o

esforço sempre anunciado e que fez aliás, que no âmbito do PMP se tivessem produzido esforços no sentido do seu reforço.

Fica um pouco no ar a ideia de que toda esta grande área designada por “valorizar e aumentar os níveis de protecção da sociedade açoriana”, educação incluída, com um corte global de 10,2%, iniciou um percurso de perda de importância relativa face às necessidades, que é preocupante, por quanto corresponde ao enfraquecimento de um conjunto de sectores que podem de facto fazer a diferença.

Este Plano sem alma, como disse na minha 1ª intervenção, constitui nas áreas sociais, de algum modo, em “balde de água fria” para todos os que, legitimamente, esperamos a operatividade, a criatividade e o empenho que foram anunciados sempre para estas áreas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para, em nome da bancada do Partido Socialista, dizer ao Sr. Deputado Decq Mota que também não estamos contentes com o montante atribuído ao Programa 33.2.

A partir da altura em que tivemos conhecimento da dotação que estava atribuída para esse programa, temos vindo a trabalhar, designadamente os Deputados da Ilha do Pico e eu próprio, no sentido de que essa dotação venha a ser reforçada.

É isso que na altura própria e através dos mecanismos regimentais, a bancada do Partido Socialista fará.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado Renato Leal é oportuno e importante. De facto, corresponde a uma situação que eu próprio, na minha intervenção de abertura, referi, ou seja, a indispensabilidade de ser feita uma correcção.

Da nossa parte e desde que a correcção possa ser considerada uma correcção, obviamente que a pretendemos também, lutamos por ela e achamos que é indispensável.

A forma como foi feito e o que temos neste momento é inaceitável.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando da discussão, em Abril do corrente ano, do Plano a Médio Prazo, foi nesta Assembleia referido que, no Sector da Saúde, se tem vindo a verificar um significativo aumento do número de utilizadores do sistema, que tem levado a necessidades acrescidas em recursos humanos.

O grande desafio que hoje se coloca é o de definir o modo de como compatibilizar a gestão dos recursos humanos existentes que, como é sabido, se afiguram escassos, com uma cada vez maior procura de cuidados de saúde, o que implica também apetrechar e otimizar as diversas unidades de saúde existentes, bem como avaliar da necessidade do surgimento de novas, de modo a permitir uma mais eficaz resposta aos utentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo do Partido Socialista consagra como vectores orientadores da actuação do Governo Regional, o princípio da melhoria das acessibilidades dos cidadãos à prestação de cuidados globais de saúde.

Para tal, tem sido feita uma aposta na formação e no aumento dos recursos humanos, na melhoria da acessibilidade ao Sistema, na aquisição de equipamentos e na modernização das infra-estruturas de saúde, na promoção da saúde e prevenção da doença, com especial incidência no combate as dependências e as Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Os documentos que hoje aqui se discutem, Plano e Orçamento para 2002 traduzem, de uma forma clara e sistematizada, alguns dos que foram os objectivos definidos pelo Programa do Governo.

De facto, os seus princípios gerais apontam para um investimento destinado à melhoria e beneficiação das infra-estruturas de saúde e ao desenvolvimento do sistema de saúde.

Os Programas 20 e 21 do Plano, consagram verbas globais de 9,556 milhões de Euros, o que corresponde a cerca de 2,7 milhões de contos.

Do Programa 20 - Desenvolvimento das Infra-estruturas de Saúde, dotado com 4 milhões e 690 mil Euros, merecem destaque, inserido no Projecto 20.1 - Construção de Novas Unidades; a conclusão do Centro de Saúde da Praia da Vitória, cujas verbas se destinam, fundamentalmente, a aquisição de equipamentos para apetrechamento das instalações, cujos, concursos já decorrem; a ampliação da Unidade de Saúde da Lagoa, onde se prevê a criação de um espaço destinado a Fisioterapia; o início do processo que visa a construção do Centro de Saúde de Ponta Delgada, estando em elaboração estudos destinados à aquisição de terrenos e elaboração do projecto; e, dando seguimento a um compromisso assumido pelo anterior Governo, o início do processo conducente a construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo, estando-se na fase de definição da sua localização e estudos técnicos subsequentes.

De referir ainda a continuação, no âmbito deste Programa, da Acção relacionada com os Acordos de Cooperação com as Juntas de Freguesia, destinados à comparticipação das despesas na construção de casas mortuárias.

Ainda no âmbito deste programa, é de realçar as medidas propostas no Programa 20.2 - Remodelação/Ampliação de Unidades de Saúde existentes. onde se prevê a continuação das obras no Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, no Hospital da Horta, no Centro de Saúde da Povoação, este em fase de aquisição de equipamentos, e na remodelação e ampliação dos Centros de Saúde da Madalena e da Calheta.

Para além disso, é também contemplado o apoio a conceder às estruturas de apoio à Psiquiatria e Toxicoddependências.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Programa 21 - Desenvolvimento do Sistema de Saúde, consagra igualmente um conjunto de medidas que visam garantir uma melhor prestação de serviços e a promoção de uma política realista de recursos humanos.

O apetrechamento e modernização dos nossos hospitais, para além das acções previstas para a aquisição de equipamentos para vários Centros de Saúde, bem como o investimento no âmbito da Emergência Médica, indiciam a continuação da aposta na melhoria da qualidade do acesso aos cuidados de saúde por parte do Governo Regional.

Decerto que ainda há muito por fazer, decerto que não se conseguirá suprir todas as necessidades. Mas estamos longe. Muito longe mesmo, da teoria da catástrofe e do caos que muitos arautos da desgraça ciclicamente vão profetizando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Igualmente no âmbito do Programa 21 duas acções surgem que, pelo seu significado estratégico, merecem uma referência especial. Falamos, concretamente, na aposta na telemedicina e na renovação e informatização dos serviços.

A criação de uma rede informática estruturada nas Unidades de Saúde, permitindo a ligação em rede entre todos os Centros de Saúde e Hospitais garantirá, num futuro próximo, não só uma maior produtividade, com o conseqüente aumento do um valor acrescentado na prestação de cuidados de saúde.

Esta aposta nas novas tecnologias, que contará com o apoio do Programa Açores - Região Digital, é um passo fundamental na modernização e na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

O outro projecto inserido neste Programa diz respeito ao apoio à formação profissional. Para além dos cursos previstos no Programa de Formação da Direcção Regional de Saúde, esta acção revela uma estratégia cuidada e persistente deste Governo Regional em matéria de Recursos Humanos visando, essencialmente, a redução da carência dos recursos humanos neste Sector.

A tão propagada e explorada falta de médicos na Região não é um problema que tenha soluções milagrosas ou no imediato. As medidas implementadas de criação de incentivos à fixação de médicos na Região, de que a Resolução nº 56/99, de 8 de

Abril é exemplo, e que atribui apoios de montantes significativos aos médicos que se desloquem do exterior para a Região não resolve, por si só, esse problema.

E não o resolve pela simples razão de que há falta de médicos em todo o país e, por muita promessa irrealista que se faça, nomeadamente em termos de prometer o que já existe, a solução não existe dentro da manga de um qualquer ente iluminado.

A busca de soluções passa também pelo esforço continuado que muitas unidades de saúde já fazem, de promoção das condições existentes na Região, bem como na eventual necessidade de melhorar o regime de incentivos de uma forma justa e sustentada em termos económicos e financeiros.

Deste modo, a continuação dos apoios ao sistema de Bolsas de Estudo implementado, que consiste na contratualização de que o bolseiro terá que prestar serviço na Região o dobro do número de anos em que auferiu a bolsa e que abrange, actualmente, mais de 120 pessoas, não só é de saudar como revela, por parte deste Governo, uma aposta continuada e realista no incremento de medidas estruturantes que visem a fixação de mais Técnicos de Saúde na Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um debate desta natureza não se esgota com a análise dos documentos em apreciação.

Importa avaliar as opções estratégicas que estão subjacente aos mesmos, de modo a se perceber, com mais clareza, os números e os Programas em presença.

Não podemos, deste modo deixar de referenciar alguns aspectos que, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, estão subjacentes a estes documentos, dando-lhes corpo e definindo a sua linha de acção.

Desde logo, importa realçar o incremento dos Programas de Combate às Dependências, de iniciativa da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, bem como a implementação do Programa de redução de danos - Metadona. aspecto relevante de uma política de prevenção terciária que passa, igualmente, pelo protocolo estabelecido com o Serviço de Prevenção e Tratamento das Toxicod dependências (SPTT), visando o tratamento de toxicod dependentes da Região no Continente.

A prevenção e o combate às toxicodependências é um desafio que deve ser assumido por toda a sociedade, numa perspectiva que, mesmo vivendo em ilhas, não se podem encontrar soluções localizadas numa região ou num país.

A título de exemplo, e de forma a se compreender melhor o problema, observe-se o facto de que, de acordo com o Relatório da ONU, de Janeiro deste ano, designado "World Drugs Report", existem cerca de 180 milhões de consumidores de Droga no Mundo, sendo que ao Tráfico e Consumo de Droga estão associados 80% da criminalidade mundial, a que correspondem montantes na ordem dos 500 biliões de dólares, cerca de 50 vezes mais do que o mercado de armamento.

Estes números não podem deixar de nos fazer reflectir da dimensão e gravidade e complexidade do problema.

Estamos pois perante um fenómeno de dimensão quase inimaginável, a que não bastam uns quantos "out-doors" de duvidosa utilidade para se declarar muito preocupado com o problema.

Importa pois unir esforços e delimitar estratégias adequadas, envolvendo toda a sociedade numa luta que, não tendo fim à vista, se vai consolidando através de pequenas vitórias.

A recuperação de um toxicodependente não pode ser encarada apenas como um dado estatístico.

A recuperação de um toxicodependente é, acima de tudo, um acto de coragem, de esforço, de dedicação e de trabalho de toda uma comunidade e não apenas de técnicos especializados de uma determinada área de conhecimento médico, psicológico ou social.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A aposta na valorização dos recursos humanos e na modernização tecnológica, a melhoria e modernização das unidades de saúde existentes e a construção de novas unidades são propósitos que merecem o nosso apoio e o nosso esforço continuado para que se alcancem esses objectivos.

Por parte dos Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, entendemos ser essencial que estes documentos sejam aprovados para que, de um modo

sustentado, tenham uma tradução prática no nosso quotidiano e contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos os açorianos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia *(Duarte Ponte)*: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No actual contexto de incerteza proveniente dos impactos dos recentes acontecimentos trágicos de Setembro passado nas principais economias mundiais, bem como do abrandamento económico que já se vinha a fazer sentir nestas economias a partir do choque petrolífero que ocorreu no início do ano 2000, gostaria de chamar a atenção para a importância das propostas do Plano de 2002, agora apresentadas a esta Assembleia.

Reconheço que os tempos que vêm aí podem perspectivar algumas nuvens negras, que já se começam a fazer sentir, nomeadamente no Turismo e nas companhias aéreas, felizmente ainda sem efeitos relevantes na Região Autónoma dos Açores. É, porém, em momentos destes que devemos unir esforços, encontrar parcerias e ter sobretudo uma aposta forte nos factores duradouros de competitividade da nossa Região. Numa economia cada vez mais aberta e global, onde os custos das acessibilidades começaram, a partir do VII Governo Regional, a ser menos relevantes, é importante estimular o aumento da produtividade das empresas,

passando de uma estratégia extensiva de criação de emprego para uma estratégia de qualificação de recursos humanos e de prolongamento da cadeia de valor.

É fundamental inculcar em todos os sectores da actividade económica uma cultura generalizada de exigência, de rigor, de criatividade e de inovação que começa pelos bancos da escola. Veja-se o que ocorre no Norte da Europa a este respeito. Criar hábitos de trabalho, criar uma nova cultura de eficiência, aumentar a produtividade das empresas é uma tarefa de longo prazo, mas que envolve todos os sectores da nossa sociedade.

A qualidade, enquanto elemento produtor de inovação, é outro factor fundamental que deve ser uma prioridade em todas as actividades económicas da nossa Região. Não podemos apostar na quantidade. Sabemos que a nossa Região é limitada em termos geográficos e que os recursos naturais são frágeis. Aceitar a prioridade das questões da qualidade com todas as consequências, implica uma tomada de atenção à qualidade de vida, à qualidade ambiental e à qualidade de produtos e de serviços, superando desta forma a nossa pequenez e tornando a Região mais atractiva.

É importante reconhecer que nos Açores há espaço para a diversidade de sectores económicos. O desenvolvimento do turismo não é incompatível com o desenvolvimento da agro-pecuária, antes pelo contrário o crescimento do turismo certamente acarretará benefícios para muitos outros sectores da actividade económica, incluindo a agro-pecuária. Existem, felizmente, na nossa Região potencialidades em diversas áreas que podem e devem ser melhor exploradas, prosseguindo estratégias de racionalidade, de aumento da produtividade e de certificação dos produtos e serviços.

Outro factor fundamental para o nosso desenvolvimento é o da selectividade. Não podemos nem devemos dar incentivos a todo e qualquer investimento privado. A passagem do II Quadro Comunitário de Apoio para o III Quadro Comunitário foi uma oportunidade para alterar a filosofia por que se regiam os diversos Sistemas de Incentivos tanto a nível nacional como a nível regional. Assim, passou-se de uma estratégia de criação de emprego extensiva para uma estratégia de premiar a qualificação profissional, a certificação de qualidade, a inovação e a mais valia ambiental.

O SIDER e o Programa Operacional da Economia vêm dar um forte contributo para estimular a produtividade das empresas, e introduzem rigor e selectividade na análise e avaliação dos projectos, premiando a excelência e a inovação. Em vez de darmos incentivos a todos os projectos que atingiam um mínimo de classificação, como foi o caso do SIRALA, SIRAPA, RIME e SAJE, SIFIT e PEDIP passamos a ter uma hierarquização onde apenas os melhores terão o seu incentivo aprovado. As verbas adstritas ao III Quadro Comunitário de Apoio são muito maiores, quando comparadas com as existentes para a Região no II Quadro Comunitário, mas também felizmente hoje é muito maior a confiança dos empresários e apetência para investir no futuro dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A adesão dos empresários aos diversos Sistemas de Incentivos demonstra, de uma forma simples, o estado da nossa Economia. Pode bem a oposição pregar que a recuperação económica nos Açores encetada pelo VII Governo Regional em 1996 é efémera, é conjuntural ou que já esta em fase de desaceleração que os empresários no seu dia a dia demonstram exactamente ao contrário.

De meados de 1996 até ao dia 31 de Dezembro de 1999 e no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, deram entrada 151 projectos no SIRAPA, 3 projectos no SIRAPE, 12 projectos no PEDIP II, 3 projectos no IC PME, 351 projectos no PROCOM, 138 projectos no RIME, 23 projectos no SAJE, 903 projectos no SIRALA, 127 projectos no SITRAA e 6 projectos no SIFIT III, representando um investimento global de cerca de 50 milhões de contos.

De Janeiro deste ano até à presente data, ou seja em cerca de 10 meses, deram entrada no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, 16 projectos no âmbito do SIME-Indústria e Construção no valor de 6.2 milhões de contos, 10 projectos no âmbito do SIME-Comércio e Serviços no valor de 3.1 milhões de contos, 10 projectos no âmbito do SIME-Turismo no valor de 16.4 milhões de contos e 1 projecto no âmbito do SIVETUR com um valor 4.6 milhões de contos, e 361 projectos no âmbito do SIDER no valor de 8.7 milhões de contos.

Como se pode verificar, em cerca de 10 meses, deram entrada nos diversos Sistemas de Incentivos já abertos no III Quadro Comunitário de Apoio 398 projectos no valor global de 39 milhões de contos, ou seja, praticamente 78% do entrado no II Quadro Comunitário de Apoio.

Destes projectos já foram aprovados 16 milhões de contos de investimento no Programa Operacional da Economia, com um incentivo de 3 milhões e 745 mil contos, ou seja quase o mesmo que obtivemos durante o II Quadro Comunitário de Apoio dos Sistemas de Incentivos Nacionais. Contamos, até ao final do ano, ver aprovado os restantes projectos, o que nos garantirá no próximo ano um fluxo de incentivos do Programa Operacional da Economia superior a 6 milhões de contos. Na área do Turismo estão ainda em fase final de preparação de candidatura os projectos de construção dos hotéis do Fanal, na Terceira, dos Terrenos da Calheta, de São Gonçalo e da Rua de Lisboa, em São Miguel, e o do Porto Pim, no Faial, só para mencionar os mais importantes.

A correcta articulação entre os sistemas de Incentivos Regionais e os Sistemas de Incentivos Nacionais originou este enorme fluxo de candidaturas de projectos de investimento que estão a ser financiados a nível nacional, havendo na Região apenas um complemento para este investimento. Só nesta articulação entre os dois Sistemas a Região irá ganhar cerca de 27.4 milhões de contos até 2006, ou seja, um financiamento acrescido para os privados que está fora dos Planos de cerca de 5.5 milhões de contos anuais, enquanto ao nível do II Quadro Comunitário de Apoio a Região apenas conseguiu transferir do Sistema de Incentivos nacional 4 milhões durante os 6 anos de vigência. No que diz respeito ao SIDET e ao SIDEL demonstra-se pelos números acima apontados a justeza das nossas opções ao proceder a uma hierarquização dos projectos e ao premiar apenas os melhores.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento é o principal factor de criação de riqueza e de emprego. O investimento é a mais forte alavanca para o crescimento económico. Felizmente nos Açores cada vez menos o investimento está dependente do Estado ou do Plano e Orçamento aqui aprovados. Mas se a iniciativa privada, pelos números acima

descritos, está confiante e está a investir como nunca ocorreu no passado, o Plano e o Orçamento que agora se apresentam a esta Assembleia representam um dos mais elevados investimentos públicos feito por qualquer Governo Regional até agora.

Se aos 50 milhões contos do Plano juntarmos os investimentos projectados pela EDA, pelas Juntas Autónomas e pela SATA e pelo fluxo de incentivos provenientes do Programa Operacional da Economia, facilmente se verifica que o forte investimento público global projectado para 2002 terá um grande efeito multiplicador em toda a actividade económica. Mas mais importante que o valor global do investimento público e a qualidade deste mesmo investimento, é, sem dúvida, o seu efeito indutor no investimento privado. É, pois, fundamental manter um clima de confiança, gerador de expectativas positivas em relação ao futuro dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aos profetas da desgraça,...

Deputado João Cunha (PSD): Que fazem parte deste Governo!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não sabem dizer outra coisa!

O Orador: ... aqueles que passam a vida a semear a desconfiança na nossa economia, a nossa resposta são as estatísticas, são os indicadores económicos, que não são do Governo, mas são sim o fruto do trabalho e do engenho de todo um Povo e de toda uma Região.

Todos os indicadores mostram que a nossa economia está bem. Temos a mais baixa taxa de desemprego do País e da União Europeia. A Madeira apresentou no 2º trimestre deste ano uma taxa de desemprego de 2.7%, enquanto que Portugal no seu todo apresentou uma taxa de desemprego de 3.9%. Hoje, também somos a Região do País com a mais baixa taxa de inflação, 2,9% para o mês de Setembro, quando na Madeira estava a 3.6% e no País estava a 4.3%.

A construção civil continua em alta. Até Setembro deste ano já foram consumidas 250 mil toneladas de cimento, ou seja, um aumento de 19.1% em relação ao período homólogo do ano anterior. As instituições financeiras descrevem de uma forma simples a realidade da construção civil. O crédito concedido à habitação passou de

47 milhões de contos em 1995 para 159 milhões de contos em Junho de 2001. O consumo de cimento passou de 161 mil toneladas em 1995 para cerca de 280 mil toneladas em 1998, 1999 e 2000 e prevê-se que ultrapasse as 320 mil toneladas em 2001.

A evolução do comércio indica também um comportamento optimista. Os inquéritos, feitos em Setembro deste ano ao comércio por grosso e a retalho, demonstram uma evolução positiva do volume de vendas e uma subida em relação ao volume de encomendas aos fornecedores. De Janeiro a Julho deste ano foram já vendidos 3.612 carros, ou seja, perspectiva-se que também este ano se atinja um valor recorde de vendas muito semelhante ao do ano passado, que foi de 6.438 unidades.

O consumo de electricidade até Setembro deste ano cresceu 7.8% em relação ao período homólogo do ano anterior.

O turismo está a crescer exponencialmente. Os dados até Setembro deste ano apontam para um crescimento da ordem dos 26.2%, em relação ao período homólogo anterior; neste momento já atingimos as 599 mil dormidas, ou seja, mais do que as 588 mil dormidas atingidas durante o decorrer de todo o ano de 2000 na Hotelaria tradicional e no turismo em espaço rural. Veja-se o nosso ponto de partida em 1997 que era de apenas 423 mil dormidas. Neste momento o número de turistas que nos visitam por ano é praticamente igual à população dos Açores.

Apesar de algum endividamento das famílias, que no caso do crédito à habitação é apenas de 63.2% do das famílias continentais, há um crescimento notável das poupanças. Só no 1º semestre deste ano os depósitos dos residentes cresceram 4%, e tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos a uma taxa média de 8.5% ao ano, muito superior à da inflação

Nada surge por acaso. A confiança dos empresários no futuro dos Açores ultrapassa, em muito, uma possível conjuntura favorável. Como sabem os anos de 2000 e 2001 foram afectados negativamente pelo choque petrolífero que se fez repercutir em todas as economias.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria agora, de uma forma sumária, descrever as principais medidas e acções dos diversos Programas que estão adstritos à Secretaria Regional da Economia e que fazem parte do Plano para 2002.

No que diz respeito ao Programa 7, referente ao Desenvolvimento do Turismo, assume capital importância a Medida 7.1 dedicada à Promoção turística. A Secretaria Regional da Economia em parceria com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores e de acordo com o Plano Operacional de Marketing que será apresentado publicamente no próximo dia 20 deste mês, está a preparar uma Associação privada sem fins lucrativos de forma a envolver ainda mais os privados nesta importante tarefa que é promover os Açores. Convido o Sr. Deputado Paulo Gusmão a assistir à apresentação do Plano Marketing dos Açores para aprender alguma coisa ...

Deputado Paulo Gusmão (PP): Uma associação privada sem fins lucrativos, deve ser uma coisa boa!

Aliás é perguntar à Câmara do Comércio por que é que com todo esse investimento acha que é demasiado e não é por aí o caminho!

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

O Orador: Trata-se de uma parceria que está a ser preparada entre o Governo, as associações empresariais e os operadores turísticos de forma a potenciar sinergias e aumentar a notoriedade dos Açores no Exterior. O Plano de Ordenamento Turístico que está na sua fase final de elaboração e estará em discussão pública nos próximos meses. O projecto de recuperação do Teatro Micaelense a Centro Cultural e de Congressos está na sua fase final e contamos lançar o concurso para a empreitada no próximo ano. O recém criado Observatório do Turismo verá as suas actividades enquadradas pelo Plano Operacional de Marketing e pelo Plano de Ordenamento de Turismo da Região Autónoma dos Açores.

Nos Programas 8 e 9 dedicados ao desenvolvimento industrial e ao desenvolvimento do comércio e exportação merecem realce a dinamização do Sistema Tecnológico e a Promoção de Produtos Regionais no Exterior.

No Programa 10 estão descritos os sistemas de incentivos de apoio à iniciativa privada. Todos os projectos entrados até ao dia 31 de Dezembro de 99 e com

despesas realizadas em 2000 tiveram de aguardar a publicação do SIDER e a sua notificação a Bruxelas para poderem ser avaliados pelas entidades competentes e começarem a ser processados normalmente. Por isso aparecem ainda em 2002 as acções do SIRALA, SITRAA e SIRAPE-A.

No Programa 13, dedicado aos transportes marítimos, descrevem-se medidas e acções fundamentais para a reabilitação de infra-estruturas portuárias, com especial destaque para o Porto da Calheta, para o porto de São Roque, para o início das obras nos núcleos de recreio náutico em Santa Maria, Graciosa, São Jorge e Flores.

No Programa 14 dedicado as infra-estruturas e equipamentos aeroportuárias refira-se o início da empreitada do aeroporto do Pico e das aerogares de São Jorge e das Flores.

No Programa 15 referente a consolidação e modernização do sector energético avulta a acção ligada à Agência Regional de Energia que após a sua recente instalação irá iniciar diversas acções na área da utilização racional de energia.

No Programa 33 continua a acção ligada à reparação de estabelecimentos comerciais afectadas pelo sismo.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A riqueza de uma Região constrói-se com trabalho, com investimento e com estabilidade económica e social. Os últimos anos foram bons para os Açores. Esta Região cresceu economicamente e o poder de compra dos açorianos aumentou. Estamos convencidos de que este Plano, agora apresentado a esta Assembleia, encerra um conjunto muito vasto de Programas e Medidas que promoverão o desenvolvimento sustentado dos Açores. Contamos, como sempre, com a participação activa de todos para vencermos mais este desafio.

Muito obrigado

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na apreciação ao Plano a Médio Prazo podemos verificar as poucas obras que se fizeram na Ilha Graciosa, durante a 1ª legislatura em que os Socialistas governaram os Açores, e só agora estão a decorrer as obras de remodelação, ampliação e beneficiação da antiga Aerogare e da Casa de Matança, as quais há muito já deveriam estar concluídas.

Para essas obras, e tantas outras que nunca se chegaram a efectuar, o Governo Regional Socialista orçamentou, em 1997, 420.413 contos, em 1998, 840.102 contos, em 1999, 1.286.566 contos e, em 2000, 1.017.989 contos o que dá um total de 3.565.070 contos.

Foi na verdade muito dinheiro para tão pouca obra.

Tudo isto confirma três coisas que caracterizam bem os Socialistas:

1ª - Que são despesistas, já que para pouco volume de obra gastam milhões;

2ª - Que prometem muito mas cumprem pouco, já que planeiam muitas obras que nem chegam a iniciar;

Deputado José San-Bento (PS): É mentira!

O Orador: Sr. Deputado, eu estou a falar de coisas sérias, não estou a falar em nenhum conceito primário de temática pública.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Se o senhor não sabe isto o que é, o Sr. Presidente do Governo pode-lhe explicar.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor é que parece que ainda não percebeu!

O Orador: 3ª - São desleixados, porque o tempo de execução das obras é sempre ultrapassado.

Agora, já na segunda legislatura, após terem decorridos 5 anos de acção de Governos Socialistas, cabe perguntar o que fizeram ou o que estão a fazer com mais 845.302 contos orçamentados para o corrente ano, já que obras tão necessárias como as que a seguir se indicam não avançam:

- Ampliação da Escola 2, 3/S de Santa Cruz da Graciosa;
- Porto de Pescas e Núcleo de Recreio na Vila da Praia;
- Nova Fábrica de Lacticínios;
- Construção de Casas de Aprestos na Praia da Graciosa;
- Caminhos Agrícolas;
- Desenvolvimento do Turismo;
- Desenvolvimento do Comércio e Exportação;
- Reabilitação de Estradas Regionais;
- Lar da 3ª Idade da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia;
- Defesa da Orla Marítima;
- Reconstrução do cais do Porto Afonso.

Devo ainda dizer que nos campos da Defesa e Valorização do Património Arquitectónico da Zona Classificada de Santa Cruz da Graciosa, bem como na Habitação, a resposta tem sido pequena em função das carências que se fazem sentir na Ilha!

Sempre a mesma coisa sempre as mesmas obras, dirão os senhores.

Pois são exactamente aquelas que vem de há 6 anos, mas que nunca fizeram.

Esta é a realidade daquilo que se fez, ou melhor dizendo não se fez, em mais um ano, que está prestes a findar, naquela parcela da nossa Região Autónoma.

Mas se calhar daqui a pouco estarão aqui, nesta tribuna aqueles que são coniventes com este estado das coisas, a cantar hinos de glória e louvor a este Governo e a dizer que tudo está feito.

A prova provada de que nada se fez é que o Partido Socialista através do seu Governo volta a prometer tudo de novo no Plano e Orçamento que agora analisamos.

Mas o povo começa a não acreditar nos senhores e é por haver pessoas como V. Exas que esse povo inventou um ditado que vos assenta que nem uma luva e que diz o seguinte:

"Quem mente uma vez mente sempre".

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Como hão-de então os Graciosenses e até os demais Açorianos, acreditar que obras imprescindíveis ao seu desenvolvimento vão aparecer agora, se quando havia dinheiro à “fartazana” elas nunca se iniciaram?

Agora que os melhores e maiores Planos e Orçamentos Regionais de sempre estão a murchar, aliás à semelhança da rosa socialista, vai acontecer o contrário?

Era bom que assim fosse, mas vamos de esperar para ver!

Cada vez mais os documentos em apreciação, apenas servem para cavar um fosso maior entre as ilhas da nossa Região, já que não cuidam de forma equilibrada e harmoniosa do seu desenvolvimento.

Cada vez mais temos aquilo que eu já referi aqui ou seja: uma Região a duas velocidades.

O certo é que estes documentos deveriam ser estruturantes e orientadores de políticas que visassem a convergência de todos os Açorianos, sem excepção, com os nossos irmãos portugueses e europeus, afinal só nos permitem alcançar patamares de desenvolvimento que cada vez mais nos situam como a Região mais pobre de Portugal e uma das mais pobres da Europa dos quinze.

Este Plano e Orçamento será mais um a contribuir para esse agravamento.

Os documentos em apreciação, da responsabilidade do Partido Socialista, dão bem a entender que tempos de crise se aproximam a passos largos, daí o tom crítico com que se referiram quase todos os sectores da nossa sociedade que foram chamados a pronunciar-se sobre eles.

Este Plano Regional, para 2002, também “cheira a queijo”, dado que os “ratos” já lhe “roeram” um bom bocado em relação àquilo que se previa no PMP discutido e aprovado nesta Casa, em Abril passado.

Ou será que foi “mais um erro de contas” do Senhor Secretário Regional das Finanças?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente (que não está na Sala)...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Estou aqui!

O Orador: Peço perdão, Sr. Presidente, não estava a ocupar o seu devido lugar.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Eu nunca perderia uma intervenção sua!

O Orador: Com certeza deve estar a aconselhar alguém que bem precisa!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Graciosa também dispõe de recursos nos sectores da Agricultura, da Pecuária, das Pescas, aptidões ambientais e paisagísticas impares que a vocacionam para a atracção de turismo, que bem conjugadas e exploradas poderão, a curto prazo, criar novos empregos, fixar a sua juventude, que cada vez é menos, e assim dar melhores níveis de bem-estar a sua população.

Na Graciosa a iniciativa privada tem de ser estimulada Sr. Secretário da Economia, abrindo-se-lhe mais espaços de actuação e apoiando, com racionalidade, as iniciativas que contribuam de forma clara para a criação de valor acrescentado.

A nossa condição de ilha, onde muita coisa já não existe, chega tarde e tudo é mais caro, tem de ser mudada. Para isso as acessibilidades à ilha têm de sofrer uma autêntica revolução nos seus mais variados aspectos, mas acima de tudo nos preços, horários e frequência.

Temos que dar um passo largo no sentido de alterar os rumos do futuro que a cada ano que passa se apresenta para pior, mas para se atingir esse desiderato é necessário um plano corajoso acompanhado de melhor e maior investimento para aquela parcela da nossa Região.

Era preciso um Governo solidário capaz de ter essa atitude corajosa mas, infelizmente, não nos parece, de todo em todo, isso ser possível com este Governo Regional Socialista.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente, a intervenção do Sr. Deputado João Cunha em relação à Graciosa é uma catástrofe: os graciosenses não pensam assim.

Os graciosenses nos últimos actos eleitorais têm dado a vitória ao PS, porque ele merece.

Já que comparou números, eu também tenho alguns para comparar, referentes aos últimos 4 anos de Governo do Partido Social Democrata. Eu não vou falar em dotações orçamentais.

Deputado João Cunha (PSD): O senhor tem vergonha desses números!

Deputado Mark marques (PSD): É inconveniente!

O Orador: Não, eu vou falar do mapa de execução financeira. Esse é mais realista.

1993 – 540.871;

1994 – 520.159;

1995 – 266.572;

1996 – apenas 165.780.

Governo do Partido Socialista:

1997 – 243.970

1998 – 638.246

1999 – 1.168.338

2000 – (vou-me referir ao valor que está no Orçamento e não no mapa de execução financeira, porque não disponho desse número), falou em 3 milhões 500 e tal mil e eu vou falar em 3.063.699, contrariamente a 1.493.382, o que quer dizer que o Governo do Partido Socialista nos últimos 4 anos investiu na Graciosa mais do dobro do que aquilo que foi investido pelo Governo do PSD nos últimos 4 anos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Para além disso, Sr. Deputado, as promessas que foram feitas vão ser cumpridas.

Tenho na minha posse um documento da EDA, datado de 20 de Janeiro de 92, que dizia num determinado parágrafo o seguinte:

“Ainda durante o corrente ano, realizar-se-á o estudo prévio da nova central termoelétrica da Graciosa, estando prevista a sua entrada em funcionamento em Dezembro de 95”.

Realmente esta obra vai ser feita, mas pelo actual Governo do Partido Socialista.

As coisas por vezes falham e isso é perfeitamente normal em qualquer governação.

Falou na questão do porto de pescas.

Em 1994, quando entrei para esta Casa, uma das propostas de alteração que fiz, ia no sentido de se dotar com 200 mil contos, para fazer o molhe de protecção do porto da Praia da Graciosa e sabe muito bem qual foi o resultado.

Deputado João Cunha (PSD): O senhor não propôs isso. Propôs para as pescas. Leia bem!

O Orador: Projecto da frota pesqueira, das estruturas locais, reparação e alargamento da rampa de varagem.

Votaram contra isto e sabe bem que nessa altura tomou a posição que teve que tomar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostava de referir algumas obras que foram aprovadas no Plano a Médio Prazo, que vão ser feitas e que o Sr. Deputado esqueceu-se de mencionar.

Este já é o terceiro mandato que o senhor está cá.

Vamos começar pela escola. A Escola Básica 2/3 da Graciosa já constava do Plano a Médio Prazo 89/92. Acredito que o Sr. Deputado João Cunha não se lembre porque não estava cá. Já se passaram muitos anos, já tem barbas.

Deputado João Cunha (PSD): Estava!

O Orador: Quando refere essa escola e fala em 97, gostaria de lhe lembrar que o Governo do Partido Socialista quando esteve lá tomou uma decisão. Essa escola vai avançar em breve. É preciso fazer um programa funcional, porque não havia programação feita e as coisas não se fazem de um momento para o outro.

Quando em 89/92 disseram que iam construir, não cumpriram.

Essa obra vai avançar e o senhor sabe muito bem que o concurso já foi aberto. No princípio de 2002 teremos obra.

Em relação ao Lar de Idosos da Praia, essa obra está no Plano que aprovámos. A Santa Casa já tem autorização. Ela é que fez, porque é uma obra do domínio privado que tem um protocolo estabelecido com a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais. A obra da Santa Casa da Misericórdia da Vila da Praia pode avançar. Ela sabe muito bem o que é que tem a fazer e o que é que vai fazer.

No que se refere ao porto de pescas, está a decorrer um estudo de impacto ambiental. No próximo ano será aberto o concurso e em 2003/2004 avançará a obra, como consta do Plano a Médio Prazo.

O Sr. Deputado João Cunha, se quiser, tem conhecimento de todas estas obras.

Em relação às casas de aprestos da Praia, não preciso de lhe lembrar que o problema prende-se com a aquisição dos terrenos.

As obras da aerogare estão praticamente prontas....

Deputado João Cunha (PSD): Já há muito tempo que deveriam estar!

O Orador: ... e o senhor esteve na inauguração de uma parte e está a ser recuperada a outra parte. Portanto, está feito.

Deputado João Cunha (PSD): Está e o senhor há-de ver que está mal feito. Daqui a uns tempos vai ver que é pequena!

O Orador: A Escola do 1º Ciclo da Praia, onde se calhar estivemos juntos na inauguração em 85, foi um desastre.

Em relação à fábrica de lacticínios, brevemente a obra vai avançar.

Deputado João Cunha (PSD): É sempre para avançar, só que não é agora!

O Orador: O Sr. Deputado já vai para o 3º mandato e o seu Governo não teve coragem para avançar. Portanto, sabe muito bem as péssimas condições em que está a funcionar aquela fábrica na Graciosa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Podia ler aqui aquilo que disse na discussão do Plano a Médio Prazo, mas não vale a pena porque são só 3 obras e demonstram aquilo que o Partido Socialista fez na Graciosa.

Eu já sabia o que é que ia ser dito aqui e para provar trago comigo uma cábula para vos dar resposta. É pena que o Sr. Deputado Manuel Avelar esteja aqui há tão pouco tempo, porque senão era mais um dos que era apanhado nesta “ratoeira”, mas apanho o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Deputado José Nascimento.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Diz o povo – um ditado que se aplica aos Socialistas: “mais depressa se apanha um mentiroso do que um coxo!”

Neste caso, até apanhámos dois de uma vez. Os senhores deputados querem ficar a saber quem são? É exactamente o Sr. Presidente do Governo e o Sr. Deputado José Nascimento.

Começo pelo último que referenciei:

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Faça uma carta anónima!

O Orador: Descanse, Sr. Presidente do Governo, porque tenho para si. O Senhor não se lembra daquilo que promete, mas eu vou-lhe relembrar!

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Para quê? Faça uma carta anónima, como costumam fazer!

O Orador: O senhor tem vergonha daquilo que prometeu e não cumpriu!

Em 1998, o Sr. Deputado José Nascimento dizia nesta câmara em relação a esse Plano:

“Dotação destinada à iniciativa das obras da Escola Básica Integrada de Santa Cruz da Graciosa, cuja ampliação já é reclamada há muitos anos.

Esta ampliação é essencialmente destinada aos alunos da Escola Secundária consubstanciada na construção de um novo pavilhão que passará a dispor de novos espaços destinados para mais uma sala de aula normal, 5 laboratórios, 1 sala para a cultura, área de gestão administrativa, ... etc., etc., etc.”

Mesmo sem projecto naquela altura, o Sr. Deputado José Nascimento sabia o que é que se ia fazer e congratulava-se aqui porque se ia fazer.

Que eu saiba, o ano 2001 está a terminar e nada disto foi feito. Que promessa foi esta?

O Sr. Deputado José Nascimento congratulava-se no mesmo ano com a “verba para a protecção da orla marítima na Graciosa, para a concretização tão necessária e cada vez mais urgente da intervenção na Fonte da Areia, na freguesia de São Mateus, nas termas do Carapacho, freguesia da Luz”, porque havia verbas para esse fim. Nada! Já está feita?!

Agora, Sr. Presidente, é para si:

Em 1999, no Plano para 2000, respondendo ao meu colega de então, José Aguiar, dizia:

“O compromisso que o Governo assumiu foi o de proceder à elaboração do projecto neste ano e em 2001 veremos se por qualquer razão a obra ainda não tiver sido possível iniciar, será iniciada no ano subsequente.”

Até hoje, Sr. Presidente do Governo, estamos a terminar 2001 e nada vejo. É como diz o povo: “mais depressa se apanham dois mentirosos - neste caso - do que um coxo!”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Neste caso apanhou-se um tolo!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, eu agradecia que tivessem alguma cautela com a linguagem.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): É o nível do Presidente do Governo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Deputado João Cunha que realmente proferi essas palavras congratulando-me com aquilo que o Governo ia fazer.

Deputado João Cunha (PSD): Mas não fez!

O Orador: Não fez, mas vai fazer e posso-me congratular por muito que já foi feito na Graciosa. Isso é reconhecido e os próprios números que apontei há pouco são bem elucidativos de todo o investimento que lá foi feito.

Em 2002, possivelmente vai ficar mais incomodado com aquilo que se vai fazer e iniciar na Graciosa, porque são muitas as obras. Essas tais que eu me congratulei que se iam fazer, vão-se fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só para retorquir muito rapidamente ao Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

O senhor congratula-se com tudo o que foi feito na Graciosa. Eu digo-lhe tudo o que foi feito na Graciosa:

- ampliação da aerogare
- 6,9 Km de asfaltagens
- correcção de duas curvas
- 11 cubículos a que chamaram casas de aprestos
- e deram alguns apoios, uns bem aproveitados e outros mal.

Foi isto que se fez na Graciosa.

Se tivesse estado com atenção durante a minha intervenção eu disse que gastaram muito dinheiro e fizeram pouca obra.

Aproveito este momento para dizer aquilo que disse S. Paulo. “mansos, pacientes, apesar das ofensas recebidas; benignos em corrigir os adversários, com a perseverança de que Deus lhe queira conceder a conversão para que sempre reconheçam a verdade e nela meditem”. Acabei de citar S. Paulo e o Sr. Deputado José Nascimento Ávila. Acrescentaria: Perdoai-lhes Senhor, porque eles não sabem o que dizem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostava de explicar ao Sr. Deputado João Cunha que em termos de habitação degradada, no Plano a Médio Prazo 93/96, foram investidos na Graciosa 117 mil contos. No Plano 97/2000, foram investidos 231 mil, ou seja, mais 96,5%. Isso para demonstrar ao senhor que se tem investido e vai-se investir muito mais. Aliás, no Plano deste ano, em termos de habitação degradada, há mais dinheiro do que em 2001.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Nascimento Ávila.

Deputado José Nascimento Ávila (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para lembrar ao Sr. Deputado João Cunha que, para além das poucas obras que aí falou, este Governo do Partido Socialista gastou mais de 1 milhão de contos na consolidação do porto da Praia que estava em mau estado.

Deputado João Cunha (PSD): Eu referi isso!

O Orador: O senhor não referiu essa obra.

Deputado João Cunha (PSD): Se não referi foi por engano!

O Orador: Se houvesse um temporal como houve, estava sujeito a partir-se. Gastou-se mais na consolidação do que na própria obra.

Para além disso, esqueceu-se de dizer que se tinha construído um pavilhão para apoio às actividades do Serviço de Desenvolvimento Agrário e servirá também de sede à Associação de Jovens Agricultores; esqueceu-se de dizer que houve uma comparticipação de 85% no custo total da ampliação da Escola Primária de Santa Cruz da Graciosa, que já está a funcionar e que houve sinalização horizontal e vertical e construção de redes protectoras em diversas estradas regionais.

No sector da habitação nunca se disponibilizou tantas verbas em tão pouco tempo, atingindo mais de 2 mil contos para aquisição, conservação e construção de casas; houve apoios financeiros à Santa Casa da Misericórdia para manutenção do Lar de Idosos e para tornar possível que a Santa Casa criasse um lar para acolhimento de crianças, bem como um Centro de Juventude de Informática; houve um subsídio de 32 mil e 500 contos à Santa Casa da Misericórdia da Praia para aquisição dos

edifícios onde já funciona há alguns anos um centro de dia e será futuramente o lar de idosos.

Para além disso, houve também bastantes apoios deste Governo a filarmónicas, a clubes de futebol, etc., etc....

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Regional para 2002 trata-se de um documento fundamental para a conceptualização de uma estratégia de desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores.

É um instrumento indicativo mas determinante para a estruturação do futuro que todos desejamos e dos meios indispensáveis para alcançá-lo, o que pressupõe, necessariamente, uma reflexão prévia sobre um conjunto de alternativas possíveis.

Como tal, o Governo Regional, órgão competente na matéria, procedeu à definição das prioridades, com o devido enquadramento no Programa do VIII Governo e no PMP 2001-2004. O plano agora em debate estabelece, à semelhança dos anteriores, como um dos principais objectivos a dinamização do crescimento e a competitividade da economia regional, potenciando a modernização da actividade produtiva em que a Região tem vantagens competitivas, e pugnando pelo alargamento da nova base económica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A definição de um plano estratégico ideal para um determinado sector deverá ser antecedida da identificação e análise ponderada das medidas potenciadoras dos pontos fortes e daquelas que têm uma actuação mais preponderante na atenuação dos pontos fracos, permitindo a tomada de decisões consistentes com os objectivos da política e utilizando com eficiência os meios disponíveis.

Posto isto, a política definida pelo VIII Governo Regional, para o sector industrial, focaliza-se, quanto a nós, em dois elementos essenciais: o primeiro diz respeito à promoção de acréscimos de produtividade e o segundo ao aprofundamento da especialização das actividades industriais tradicionais.

Com esse intuito, o Governo do Partido Socialista preconiza medidas de apoio a projectos de deslocalização de indústrias para parques e zonas industriais, promove as artes e ofícios tradicionais e apoia o investimento que possibilita um incremento da produtividade, designadamente, em factores de competitividade nas áreas da inovação tecnológica, de sistemas de qualidade, de introdução de tecnologias de informação e de técnicas de distribuição, comercialização, marketing e design.

As medidas referidas encontram-se consubstancializadas no programa nº 8 - desenvolvimento industrial - que inclui quatro projectos relativos à consolidação de infraestruturas, a serviços de apoio às empresas e ao artesanato.

Cumpr-me destacar o projecto 8.1 - consolidação de infra-estruturas - onde se prevê por um lado a dinamização do sistema tecnológico, mediante o apoio à modernização e reorientação das infra-estruturas de suporte às empresas nos domínios tecnológico, formativo e de consultoria e, por outro, o estímulo à criação de novos espaços de desenvolvimento económico, através do apoio a projectos de deslocalização de unidades empresariais para áreas destinadas e concebidas à localização empresarial.

Este projecto está dotado com 448.919 euros no Plano para 2002, o que equivale a cerca de 90.000 contos, representando um acréscimo de 8,43% relativamente ao valor previsto quer no plano para 2001, quer no PMP 2001-2004.

Podemos então concluir que os grandes desafios do mercado ao sector industrial são a concorrência, os novos mercados, os novos produtos e a produtividade, sendo a inovação, a diversificação e a flexibilidade critérios essenciais para garantir a competitividade da indústria regional, tornando-se prioritária a aposta na investigação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O sector comercial dos Açores possui algumas características particulares decorrentes da natureza insular e dispersa do território. A primeira, diz respeito ao elevado número de grossistas, de dimensão e capacidade financeira débil e, o segundo, ao número relativamente pequeno de consumidores por estabelecimento,

com consequências ao nível das economias de escala e da rendibilidade das empresas.

Por se tratar de um sector com algumas especificidades, consideramos que carece de medidas direccionadas para a modernização e dinamização da actividade comercial impondo-se como determinante fomentar a cooperação com associações empresariais tendo em vista a promoção e divulgação aos agentes económicos de informação necessária para a definição e formulação de estratégias empresariais.

Entendemos ser essencial promover e incentivar a divulgação de produtos regionais no exterior, dando continuidade à política definida pelo anterior Governo e já reconfirmada no Programa do VIII Governo Regional, consubstanciada no apoio financeiro às empresas exportadoras regionais e através da participação em feiras nacionais e internacionais.

Para a concretização dos objectivos referidos, o programa 9 - desenvolvimento do comércio e exportação - está dotado com 197.000 contos em 2002 sendo que o projecto de promoção externa de produtos regionais dispõe de uma dotação de 145.000 contos em 2002, representando cerca de 74% da verba global destinada ao programa.

Em nosso entender, as medidas propostas no Plano para 2002 no âmbito da promoção externa de produtos regionais e da dinamização comercial contribuirão, simultaneamente, para a revitalização e dinamização do comércio tradicional, bem como, para melhorar a competitividade das empresas comerciais, não descurando a requalificação do parque comercial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Consideramos que a política do VIII Governo Regional para o sector energético assenta, fundamentalmente, em três factores: o primeiro diz respeito ao apoio a execução de infra-estruturas eléctricas de usufruto público; o segundo, está relacionado com a necessidade de racionalização do consumo de energia e o terceiro com a premência de aumentar o peso das energias renováveis no total da produção de electricidade pugnano, assim, pela diversificação energética.

O primeiro aspecto enquadra-se no projecto 15.2, relativo aos apoios à execução de infra-estruturas eléctricas e às obrigações decorrentes do protocolo entre o Governo Regional, a Associação de Municípios da RAA e a EDA, encontrando-se dotado com 179.418 contos em 2002, representando cerca de 87% da dotação global do programa.

O segundo factor refere-se à constituição da Agência Regional de Energia dos Açores e ao papel que esta desempenhará na informação técnica, económica e financeira nos campos da utilização racional de energia, conservação da energia e utilização de recursos energéticos endógenos.

O terceiro elemento decisivo da actuação do Governo do Partido Socialista é o facto deste defender como prioritários os investimentos que proporcionem uma maior penetração das energias renováveis, com especial ênfase para a energia geotérmica, contribuindo, por um lado, para a redução de um custo que consideramos condicionar marcadamente a competitividade da economia regional e, por outro, para garantir a salvaguarda do património ambiental.

Pensamos ser importante ressaltar as alterações substanciais registadas ao nível da utilização de energias renováveis na produção de energia eléctrica, que se traduziram num acréscimo de 13,9 pontos percentuais da utilização de energia hídrica, eólica e geotérmica, passando de 7,7%, no ano de 1993, para 21,6%, no ano de 1999.

O Governo Regional reafirma, nos documentos em apreço, a intenção de prosseguir o processo de convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional de forma estável e duradoura, em consonância com a estratégia desenvolvida no último quadriénio, havendo então sido alcançada uma redução de cerca de 34% do mesmo.

As energias renováveis constituem um factor estratégico de desenvolvimento económico e social das sociedades actuais, tendo a Região assumido a dianteira do fomento e desenvolvimento deste tipo de energias quando avaliada no âmbito nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por fim o turismo.

Penso ser opinião unanime que, também, nos Açores o Turismo começa a assumir um dinamismo interessante que não pode ser dissociado do espírito de confiança e de optimismo que reina entre os empresários ligados ao sector e que assenta essencialmente num conjunto de factores dos quais penso ser importante destacar:

- o significativo crescimento do fluxo de turistas registado desde 1998;
- a forte campanha promocional do destino Açores e,
- a política de incentivos financeiros ao investimento turístico.

Estes factores aliados a uma série de outros tão ou mais importantes, constituem elementos determinantes na formação de expectativas positivas entre os empresários existentes e os potenciais investidores de um crescimento sustentado do sector do turismo.

De facto, o Turismo é um sector com elevada capacidade de expansão, senão aquele que tem actualmente maior capacidade de expansão, e que tem um efeito transversal e multiplicador ao nível de toda a economia potenciando a criação de postos de trabalho e de riqueza, produzindo efeitos positivos não só no alojamento mas também na restauração, no comércio, na indústria, nos transportes e no artesanato.

Para atestar aquilo que foi dito anteriormente, entendo ser relevante deixar claro que os dados estatísticos relativos à procura turística no segundo trimestre de 2002, revelam um acentuado crescimento relativamente ao período homologo no total de dormidas, mais 22,6%, e em relação ao número de hospedes, mais 17,7%.

Mas não poderia falar de turismo sem referir o forte esforço de investimento que o anterior Governo e o actual têm preconizado nos sucessivos planos anuais apresentados a esta Assembleia. De facto, o Plano para 2002 não é excepção, prevendo um acréscimo na ordem dos 5,3% relativamente ao Plano para 2001 e 13,8% se tivermos por base o PMP 2001-2004, no que toca ao programa 7 - desenvolvimento do turismo.

O referido programa está dotado com 1.706.582 contos (aproximadamente 8,5 milhões de euros) o que representa 3,4% do investimento do Plano e 11,3% do investimento previsto no objectivo de dinamizar o crescimento e a competitividade da economia regional.

Gostaria de referir que ao investimento efectuado e a efectuar pelo Governo Regional correspondem prioridades e grandes objectivos tais como o aumento da oferta hoteleira, a sua diversificação, o combate à sazonalidade e a promoção dos Açores no mercado nacional e no estrangeiro tentando desta forma responder aos desafios da globalização e da grande competitividade internacional com políticas de preservação dos recursos endógenos que valorizam e diferenciam este destino turístico insular.

Não gostaria de terminar sem antes referir a título exemplificativo a realidade da Ilha Terceira. De facto, os empresários terceirenses são parte integrante de uma estratégia consensualizada entre o sector público e privado e nesta matéria como noutras reagem da melhor forma as oportunidades de realizar investimentos cuja rentabilidade tudo indica estar garantida.

A dinâmica do tecido empresarial terceirense, já por diversas vezes atestada e mais uma vez confirmada, contribuiu indubitavelmente para uma melhor estruturação da oferta turística na ilha Terceira.

Ora vejamos, ao nível dos empreendimentos em alojamentos turísticos, no que respeita especificamente à ilha Terceira, estão projectados e já com projecto de arquitectura aprovado pela edilidade, 5 novos hotéis, dos quais 4 em Angra do Heroísmo e 1 na Praia da Vitória, criando mais 417 quartos.

Acresce aos empreendimentos acima mencionados a remodelação e ampliação do conhecido Hotel de Angra, para mais 36 quartos e da Albergaria Cruzeiro prevendo a reclassificação em Hotel de 3 estrelas e a ampliação de mais 35 quartos.

Para além dos investimentos elencados, estão ainda projectados, embora ainda sem parecer da Câmara Municipal, 2 empreendimentos novos no Concelho da Praia da Vitória correspondendo a 34 quartos.

Resumindo, no global registaremos, a muito breve trecho, um aumento efectivo da oferta turística na Ilha Terceira na ordem dos 453 quartos, o equivalente a 1.038 camas.

De resto, cumpre acrescentar que a verba destinada ao apoio directo ao investimento privado, prevista no programa 10 - sistemas de incentivo - representa, por um lado, o reconhecimento da importância do sector empresarial regional como parceiro

estratégico no processo de desenvolvimento e, por outro, a relevância deste apoio enquanto factor potenciador da modernização e competitividade das empresas regionais.

Em jeito de conclusão, gostaria apenas de dizer que a modernização e o acréscimo da competitividade dos sectores industrial, comercial e turístico não depende unicamente dos investimentos sectoriais do plano, nem do apoio financeiro directo concedido pelo Governo Regional a esses sectores, depende essencialmente da dinâmica própria do tecido empresarial a qual foi incomparavelmente comprovada ao longo dos últimos anos, tratando-se de uma prova incontestável de que a economia açoriana está de boa saúde.

Este é um bom Plano. Este é um Plano que se adequa às características específicas da nossa Região e que tem em linha de conta a conjuntura muito particular que agora vivemos.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas em debate, Plano e Orçamento para 2002, são apresentadas num momento que decorre sob o signo da desaceleração da economia mundial a um nível superior ao esperado.

O sector dos transportes está em profunda agitação e reestruturação. Os atentados de 11 de Setembro colocaram em grande destaque o que há muito se sabia, ou seja, que a aviação comercial atravessava uma profunda crise a qual só agora se começou a reflectir em toda a sua extensão .

Como consequência a evolução da procura será inferior às previsões, originando uma redução generalizada dos resultados do sector, apesar das baixas taxas de juro e da descida do petróleo. Contudo, o sector dos transportes continua a ser um dos poucos ainda em crescimento particularmente na sua componente marítima.

Mesmo tendo a Comunidade Europeia adoptado uma política de transportes aéreos visando a transformação do mercado Europeu num espaço sem fronteiras internas, no qual se assegura a livre circulação de pessoas e bens, tem sido consideradas e plasmados na legislação, disposições especiais as quais, em situações específicas consagram obrigações de serviço público tendo em vista que em circunstâncias não resolvidas pelo mercado se assegure regularidade e qualidade na exploração de algumas rotas. Os Açores enquadram-se numa dessas situações .

A melhoria das condições de vida das populações e logo de uma maior mobilidade a par de um crescimento acentuado nos sectores da hotelaria e do turismo e de uma melhoria generalizada em quase todos os restantes sectores de actividade económica tem tido reflexos, embora diferentes, em cada segmento do transporte.

Se por um lado o transporte marítimo, apesar da manutenção de tabelas de fretes ao nível de 1995, mantém equilibrada a sua exploração, por outro lado no transporte aéreo não se regista qualquer equilíbrio, mas antes uma perda acentuada sendo que as ajudas de Estado são cada vez mais insuficientes para compensar a acumulação de elevados prejuízos e seguramente nunca compensarão erros grosseiros de gestão .

Talvez como consequência desta profunda crise, a maior de que há memória na história da aviação comercial, a comissária europeia para os transportes tenha afirmado recentemente: «a indústria europeia de transportes aéreos deve reestruturar-se rapidamente e só quatro ou cinco companhias com vocação internacional subsistirão. Qual será o futuro das transportadoras regionais?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste plano para 2002, mantém-se válida como grande linha de orientação a promoção da competitividade e da diversificação da actividade produtiva. Também se mantém válida a afirmação já aqui por mim proferida de que, sem infra-estruturas de transporte que respondam com eficácia, qualidade e rapidez, tal objectivo nunca será atingido .

Pelo atrás exposto e em face de uma cada vez mais acentuada concorrência, fácil é concluir que se impõe a definição clara de uma estratégia sustentada em rigorosos critérios de racionalidade na utilização dos recursos que a Região dispõe os quais,

não são só de natureza financeira mas também de equipamentos de transporte e de apoio desse mesmo transporte .

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Até Setembro deste ano o número de passageiros movimentados nos aeroportos da Região foi superior a um milhão. A parte mais significativa desse movimento continua a ser o tráfego interno com 672.586 passageiros os quais continuam a representar mais de 50% do total.

Para o desenvolvimento do transporte aéreo impõe-se a continuação da melhoria das infra-estruturas aeroportuárias a par também de uma melhoria na qualidade dos serviços prestados e de uma forte racionalização ao nível dos custos .

A esta rubrica consagra este plano uma verba superior a 9,7 milhões de Euro sendo de realçar :

- Aquisição de equipamentos aeroportuários;
- Ampliação e nova aerogare do aeroporto do Pico;
- Terminal de carga da aerogare das Lajes;
- Remodelação de várias aerogares;
- Planos directores de vários aeroportos e
- Manutenção das obrigações de serviço público .

Para aumentar os níveis de eficiência dos equipamentos e das infra-estruturas são sem dúvida necessários investimentos, mas não chega: Impõe-se a modernização e remodelação de alguns serviços também ao nível dos portos. O investimento é porém sem dúvida fundamental e o esforço efectuado enorme .

À melhoria do transporte marítimo e das respectivas infra-estruturas são destinados mais de 6,7 milhões de Euro sendo de realçar :

- Tráfego de passageiros inter-ilhas ;
- Construção da gare marítima da Praia da Vitória ;
- Reabilitação do porto comercial do Pico (embora ainda não seja a construção de um segundo posto de acostagem um dia lá se chegará);
- Construção de vários núcleos de recreio ;
- Construção do porto da Calheta ;

- Reordenamento do porto da Madalena ;
- Projecto para a empreitada de reordenamento e ampliação do porto de Ponta Delgada e
- Estudo sobre o transporte marítimo .

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em face do total disponível para investimento é claro o esforço desenvolvido no sentido de dotar a Região de infra-estruturas capazes de responderem com eficácia às solicitações a que possam vir a estar sujeitas. Tal esforço só terá êxito se acompanhado de uma melhoria significativa em toda a sua extensão do binário qualidade/preço o que só acontecerá se for substancialmente alterado e melhorado o modelo organizacional.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pesca (Ricardo Rodrigues): *Excelentíssimo Sr. Presidente Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Excelentíssimos Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:*

Discutimos hoje, nesta Assembleia, o Plano e Orçamento para o ano de 2002. Neste contexto, compete-me, em paralelo com alguns esclarecimentos de oportunidade, objectivar a política da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas para o próximo ano, naturalmente dentro da perspectiva do Programa do VIII Governo Regional dos Açores e com o propósito subjacente de configurar as melhores soluções para os sectores agrícola e das pescas da nossa Região.

Não é, com certeza, simples nem de grande deferência redefinir e implementar uma estratégia de sucesso, que pretenda alterar práticas e corrigir distorções antigas nas estruturas de produção da nossa agricultura, e será ainda menos fácil se, por acaso,

permanecermos renitentes e de ideias fixas, quer em relação aos modelos alternativos que vão surgindo, quer em relação às constantes mutações que se verificam em qualquer economia moderna do mundo, ou pelo menos em qualquer economia tendente para a modernidade.

É preciso, por isso, vencer a resistência à mudança e contornar os obstáculos que se opõem à modernidade e ao desenvolvimento. Estes factos, por si, constituem sempre questões de complexidade específica, desde que se trate de fases de transição. Daí que a necessidade de uma política determinada para a agricultura nos Açores tenha, em primeiro lugar, de definir prioridades e, em segundo, de separar conscientemente aquilo que poderemos e deveremos na realidade concretizar, das insinuações demagógicas e das pretensões de facilitismo que muitas vezes se quer alimentar.

As dificuldades porque passam os nossos agricultores neste preciso momento, são, na sua maioria, o reflexo do esforço de modernização e das imposições que resultam do aperfeiçoamento do processo comunitário, onde felizmente estamos inseridos, e do qual não podemos esquecer o quanto temos beneficiado.

Não merecem, por isso, qualquer crédito os falsos pretextos e os argumentos despropositados de que “está esgotado o ciclo da vaca”. É falso esse argumento e demonstra-o o empenho do Governo em geral e a acção da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas em particular.

Já afirmei e reafirmo hoje neste plenário, que o sector agrícola é, e continuará a ser, um dos sectores de maior importância para a economia da Região, até porque na sua contribuição ao desenvolvimento rural, presta um serviço imprescindível ao sector do Turismo, porquanto mantém a Natureza na sua exuberância e aos níveis que determinam, cada vez mais, a procura das nossas paisagens pelos turistas.

Qualquer intenção, por mais perniciosa que seja, de inventar e colar um decréscimo do investimento no sector agrícola no Plano para 2002, a uma alteração disfarçada de retrair a política deste Governo para a Agricultura, não passará disso mesmo, de uma intenção, ou se quisermos de uma má intenção. E a questão esclarece-se mais com factos concretos do que com contestações, tão fúteis quanto prejudiciais, à motivação e ao rendimento de uma actividade que se pretende dinâmica para bem dos Açores e para bem dos açorianos.

Em primeiro lugar, creio estar sobejamente explicada a diminuição das receitas fiscais na Região Autónoma dos Açores.

Em segundo lugar, parece-me perfeitamente claro e notório que no Plano 2001 houve investimentos inscritos a 100%, como, por exemplo, o Matadouro Industrial de S. Miguel, com um valor de 1,5 milhões de contos. Ora, este investimento terminou porque está concluída a obra e por isso mesmo desapareceu do Plano.

Por outro lado, o Matadouro Industrial da Terceira dispõe de uma verba inscrita no Plano para 2002 de apenas 15%, visto que a obra é candidatável *ab initio* aos apoios comunitários.

Em terceiro lugar, é do conhecimento geral que os programas comunitários do II Q.C.A., como aqueles que se destinavam ao apoio das medidas agro-ambientais e à reforma antecipada dos agricultores, preceituavam uma comparticipação regional de 25%. Porém, hoje, os mesmos programas no III Q.C.A. necessitam apenas de uma comparticipação regional de 15%.

Este conjunto de situações permite-nos afirmar que não há qualquer desinvestimento no sector, porquanto se verifica, pelas a razões e pelos números atrás referidos, que estamos em presença de um crescimento real do investimento para a Agricultura nos Açores.

Esclarecida esta situação, julgo de interesse referir e reafirmar que as vantagens comparativas das nossas ilhas, configuram à produção de leite e aos lacticínios uma importância fundamental no desenvolvimento da economia agrícola regional.

Será necessário, todavia, entender e assumir, que a especialização na fileira do leite e da carne não pode, nem deve, constituir obstáculo à diversificação necessária da nossa Agricultura. E aqui, sublinho o proveito que poderemos retirar das culturas florícola, hortícola e frutícola, bem como das culturas industriais num sério contributo à economia dos Açores.

Devemos, por isso definir as nossas potencialidades, mas devemos também e em consciência, definir as nossas limitações, para evitar apostas erradas. Agora, o que não devemos é ter medo da reconversão da base produtiva, no sentido de participarmos nas evoluções do mercado nacional e internacional, nem tão pouco

devemos temer o processo e a reversão em curso na nossa Agricultura, que pretende transitar de uma política sectorial para uma política territorial.

Afinal, o que se deseja é apenas e só o aproveitamento máximo das nossas condições naturais e a adaptação a cada uma das nossa ilhas ao sistema agrícola que mais lhe convém e mais rendimento poderá dar.

É importante a certificação oficial dos nossos produtos, nomeadamente no que se refere à certificação de origem geográfica da carne açoriana.

É com certeza importante a especialização, como acontece também com o leite e com a carne.

É fundamental a criação de infra-estruturas e de estruturas que permitam o desenvolvimento sustentado da nossa Agricultura, como é de interesse a definição das zonas orientadas para a extensificação e a intensificação desta actividade nos Açores.

Sabemos do peso de Rede Regional de Abate neste processo de modernização e progresso, e estamos perfeitamente conscientes do trabalho já realizado no combate à BSE e à extinção da Brucelose na Região. E em tudo isso temos trabalhado com persistência, com toda a vontade e com todo o empenho em sintonia com os parceiros sociais.

Mas isso, só por si, não é o suficiente. Como tal, não devemos persistir numa política sectorial de objectivos mais ou menos confusos. Devemos sim, seguir, reafirmar e consolidar a estratégia que se destina a aproveitar as especificidades próprias e as realidades económicas de cada uma das nossas ilhas.

Só deste modo poderemos reduzir os desequilíbrios que ainda nos marcam. Só assim poderemos melhorar a qualidade de vida das populações e rejuvenescer o tecido produtivo, paralelamente à promoção da qualidade de vida e da promoção das fileiras tradicionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Caros Colegas:

Não gostaria de terminar esta curta explanação sobre a Agricultura, sem antes falar da quota leiteira para os Açores.

A solução ideal deste problema não está em poder exclusivo do Governo Regional, porque se trata, afinal, de uma competência da União Europeia. Com certeza que não

deixaremos as nossas justas reivindicações por mãos alheias, no sentido de conseguirmos o melhor para os Açores.

Convém, no entanto, esclarecer que neste momento a quota é nacional e, neste particular, devemos analisar internamente a situação, na procura do maior consenso entre agentes e entidades do sector agrícola.

Devemos também reiterar a transposição da nossa opinião para o nível nacional e daí para o nível comunitário, com a responsabilidade de todos e de cada um de nós de fazermos o trabalho que nos compete e que se exige, pelas circunstâncias que todos conhecemos.

Devo ainda salientar que, nas nossas preocupações de crescimento, deveremos ter sempre presente a necessidade de segurança e de credibilidade perante terceiros, compatibilizando a capacidade de produção com a capacidade real de distribuição e de venda.

Seria óptimo que ao crescimento correspondesse directamente uma maior procura, para que assim se pudesse prever o aumento do preço, mas nem tudo depende na nossa vontade e do nosso esforço, se assim fosse tudo estaria resolvido.

É necessário entender as regras do mercado, e por elas o preço das coisas não depende apenas da quantidade, mas também da qualidade e da procura.

No entanto, o assunto das Quotas leiteiras foi já abordado no último Conselho Regional de Agricultura e, na passada Segunda Feira, foi também seriamente discutido em reunião com os representantes da produção e da transformação e com o Governo Regional, na ilha de S. Miguel.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que se refere ao sector das Pescas, interessa também referir as medidas pelas quais a Secretaria Regional da Agricultura e Pescas tem desenvolvido todos os esforços no sentido da sua aplicação.

A modernização da Frota de Pesca da Região e a sua adaptação às melhores condições de valorização do produto, na garantia das melhores condições de segurança, continuam a ser um dos objectivos de primordial importância para este Departamento Governamental e para o Governo em geral.

Apostámos, também e justificadamente, na formação profissional e mais em concreto na sua componente regional, tendo em vista o aumento das nossas próprias capacidades.

Continuamos, necessariamente com o processo de construção, reparação e melhoramento dos nossos principais portos de Pesca, no sentido de obtermos realização de economias de escala e a melhoria logística no que se refere às ligações com o mercado externo.

Por outro lado, constitui ainda preocupação permanente da nossa política de Pescas, a fiscalização da Zona Económica Exclusiva dos Açores, que como já referimos, contempla uma área bastante extensa e por demais vulnerável às cobiças das frotas estrangeiras.

Julgo também importante referir que o sector conserveiro do Atum passou por uma das suas mais graves crises nos últimos anos. Crise essa que teve fundamentalmente duas origens: a primeira na escassez de matéria prima nos mares dos Açores; e a segunda na conseqüente necessidade de recorrer à importação para colmatar essa falta.

Estes factos determinavam não só que a matéria prima fosse conseguida a um preço significativamente superior no mercado internacional, como também determinavam que o aproveitamento para transformação do peixe importado fosse substancialmente inferior àquele que se poderia obter da transformação do peixe pescado nos nossos mares.

Esta situação foi frequente nos últimos anos, pelo que se imponha a necessidade de uma intervenção eficaz por parte do Governo Regional. Assim, e em diálogo com as associações conserveiras e armadores, foi possível encontrar mercados alternativos, a exemplo de Angola, já confirmado, e de S. Tomé que se espera vir a concretizar no próximo ano.

Estamos também em fase final de negociação com a Associação dos Industriais de Conserva, de um fundo de garantia que visa, por um lado, apoiar a compra de Atum no mercado internacional. (Neste sentido, está em elaboração uma proposta de Decreto Legislativo que será presente a esta Assembleia, a par da necessária notificação à União Europeia). Por outro lado, prevê-se ainda o apoio do Governo

Regional à contracção de um empréstimo subscrito por aquelas entidades, suportando o Governo, em parte ou mesmo na totalidade, se for caso disso, os respectivos juros.

Quer um quer outro dos apoios referidos, contam à partida com um "Plafond" máximo, que será proposto em consenso com a respectiva Associação.

No que diz concretamente respeito ao Plano para 2002, deve notar-se que o sector das Pescas regista um aumento no investimento de cerca de 30%, relativamente ao ano transacto.

Na renovação da frota e para além do valor inscrito no Plano Regional, o sector conta ainda com mais 1,6 milhões de contos, resultantes do Investimento Público inscrito no Plano Nacional (PIDAC) e com o correlativo financiamento europeu.

De resto, nesta área de renovação da Frota, nos últimos anos – **infelizmente** – o sector das Pescas não foi capaz de absorver o dinheiro disponível, quer a nível regional, quer a nível nacional.

No âmbito das calamidades está prevista uma verba de 249.339 Euros (50.000 contos), para as seguintes acções que consideramos de fundamental importância:

1 - Transferência de verba para o fundo de compensação salarial (diploma que está já em fase de consulta nos parceiros sociais), e que garantirá aos profissionais da Pesca um determinado rendimento, em condições específicas, ou seja, sempre que não consigam exercer a sua actividade por razões justificadas de mau tempo.

2 – Reparação de estragos, causados por mau tempo, nos portos de Pesca.

De realçar ainda neste âmbito, que está em apreciação da Comunidade uma proposta de Portaria que prevê, para os anos de 2000 a 2001, um conjunto de apoios comunitários e regionais para os armadores e pescadores da frota do atum.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para terminar, sublinho que esta Secretaria tem previsto no Plano 2002 um investimento de 1.232.031 Euros, que se destina à cooperação com entidades nacionais e internacionais e onde se inclui o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, para investigação da pesca do Atum e da implementação de técnicas de detecção remota das espécies altamente migratórias,

da investigação do peixe espada preto e das espécies demersais, e de outros trabalhos de alto interesse científico para o sector.

Ainda em protocolo com o DOP temos previsto um programa de recolha de dados das espécies marinhas, de âmbito comunitário, que permitirá a médio prazo caracterizar as nossas pescarias, na perspectiva da qualidade, da genética, do manuseamento a bordo, das artes de pesca e das descargas em porto.

Continuaremos também com a realização da Semana das Pescas e da Expopescas (de 13 a 16 de Março na Ilha do Faial). E manteremos a nossa participação em conferências do ICCAT, da CE e de outros eventos e organizações que se considerem de interesse para o desenvolvimento deste importante sector para os Açores.

Para terminar, direi que o grande objectivo do VIII Governo Regional centra-se, com este Plano e Orçamento, na concretização de uma política realista para esses sectores e orientada para a preparação de um futuro cada vez mais promissor, que consubstancie um novo entusiasmo e uma nova esperança dos senhores agricultores e pescadores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque temos limitação de tempo.

Ouvi com muita atenção o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas e gostaria de colocar aqui duas ou três questões pontuais que para mim são importantes.

A primeira questão de ordem geral, prende-se com o financiamento deste Plano, na medida em que vejo que a partir do momento em que a comparticipação dos fundos comunitários passa de 75 para 85%, as verbas de comparticipação regional diminuem.

Eu julgava que o aumento da comparticipação comunitária era exactamente para nos ajudar a caminhar de uma forma mais rápida na atenuação do atraso estrutural que temos e a caminhar no sentido da convergência.

Vejo agora, e passo a expressão – não vejam nisso ofensa ao Governo Regional – que o Governo mete os 10% ao bolso e deixa-nos caminhar exactamente com a mesma velocidade com que vínhamos caminhando. Visto nesta perspectiva, eu gostaria de ouvir o Sr. Secretário.

Gostaria ainda de colocar mais três ou quatro questões pontuais, mas antes gostaria de deixar aqui uma nota:

Quando se aprecia uma proposta de Plano que já é, digamos, um segundo Plano dentro do Plano a Médio Prazo, isto é, tem acções que foram iniciadas em 2001 que se prosseguem em 2002 e vão continuar em 2003, os elementos que temos para avaliar o Plano resumem-se a uma execução financeira que apenas está por acção, por projecto, o que nos dificulta extraordinariamente, na medida em que não temos a execução material correspondente.

Isso pode fazer com que a nossa avaliação seja uma avaliação menos correcta e de certa forma tenhamos dificuldade em avaliar o que foi gasto.

Salvaguardado este aspecto, as questões que gostaria de colocar ao Sr. Secretário prendem-se, em primeiro lugar, com a reforma antecipada.

Muita gente pôs na reforma antecipada, no anúncio das reformas antecipadas e no que vinha sendo feito, uma forma de rejuvenescer o tecido agrícola.

Os mais idosos vêem nisso uma saída digna para a sua actividade e para o abandono da actividade e os jovens vêem a criação de espaço para poderem instalar e modernizar as suas instalações.

Em 2001, tínhamos 300 mil contos de dotação. Previsto no Plano a Médio a Prazo um abaixamento de cerca de 33%, com 200 mil contos.

Na proposta para 2002 temos 172.357 contos, ou seja, há um abaixamento de 2001 para 2002 de 42,5%.

Quando pegamos no Plano de 2001 e no 2002, vemos que em 2001 se dizia processamento de candidaturas relativas à cessação antecipada da actividade agrícola e início do processo de novas candidaturas no âmbito do PDRu. Quando pegamos

em 2002 temos apenas processamento de candidaturas relativas à reforma antecipada.

A questão que se põe é se este montante que está previsto para 2002 inclui novas candidaturas ou apenas prevê a manutenção das que foram feitas em 2001. Nesse caso, quantas é foram aceites em 2001 e quantas é que estão prevista para 2002?

A segunda questão prende-se com o Laboratório Regional de Veterinária.

Em 2001 tinha uma dotação de 80 mil contos; 85 mil contos no Plano a Médio a Prazo para 2002; 76.500 contos na proposta para 2002.

Gostaria de saber em que fase é que se encontram as obras, qual foi o despendido e para quando se prevê a conclusão?

A última questão, Sr. Secretário, prende-se com vazios sanitários, sanidade animal.

No Plano de 2001 previa-se o abate de 3100 animais co-habitantes com animais brucélicos, com leucoce para se fazer os chamados vazios sanitários.

No Plano para 2002 desaparece completamente essa pretensão.

Gostaria de saber, uma vez que foram feitos vazios sanitários em 2001, se o desaparecimento dessa acção em 2002 representa uma inflexão da orientação sanitária.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra apenas para clarificar uma afirmação feita aqui, que me pareceu estranha vinda do Sr. Deputado Luís Medeiros, sobre o Governo estar a colocar dinheiro ao bolso.

Eu tenho estado a apreciar os valores apresentados nos Planos e os que estão aqui em discussão e acho curiosa essa afirmação, porque na situação em que nos encontramos de algum constrangimento, que não vale a pena voltar a clarificar, o que é certo é que a revisão que é feita agora relativamente ao Plano a Médio Prazo, aumenta a importância da opção do sector agrícola.

No PMP essa importância era de 15,16%, agora passou para 16,7%. Isto significa que há um esforço adicional, uma prioridade adicional para este sector, face às limitações.

Mas essas limitações não querem dizer menos dinheiro, porque a preços correntes, neste momento, este Plano relativamente a 96 tem mais 60% de meios financeiros para investir. Ninguém está a pôr dinheiro ao bolso, está-se a pôr muito dinheiro na economia.

Ainda levando a situação para outro plano, que eu não entendi e que seria o plano de ver as correcções em baixa, se formos para o PMP 93/96, o plano inicial previa 17,2% de peso nas opções do sector agrícola e no plano definitivo ficou-se pelos 12,6%.

Nos anos seguintes, em 96 estava nos 14,1, ou seja, com os recursos que o Governo de então tinha, fez uma opção de peso para a agricultura de 14,1%.

Hoje em dia essa opção é de 16,7%.

Portanto, se há alguém que dá importância e peso a este sector, comparativamente, terá que fazer o favor de me dizer que este Governo dá mais importância.

Quer em termos absolutos, quer em termos relativos, não percebo como é que se pôs dinheiro ao bolso.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A questão do financiamento, de uma forma genérica, foi referida pelo Sr. Deputado Luís Paulo, mas de qualquer maneira eu gostaria de concretizar um pouco mais as perguntas levantadas pelo Sr. Deputado.

O seu raciocínio relativamente à passagem dos 25 para os 15% estava correcto se houvesse falta de dinheiro para aprovar o projecto. Não há falta de dinheiro para aprovar projectos, não há queixas da falta de verbas para a aprovação de projecto e os projectos têm sido aprovados com a normalidade com que o IFADAP e os serviços oficiais os despacham. Portanto, não temos tido dificuldades de tesouraria

para aprovar projectos, daí que se consubstancia num verdadeiro ganho, ou seja, não havendo desinvestimento, temos a possibilidade de aprovar mais projectos.

De resto, vou recear que em 2003 ou 2004 haja, por parte da iniciativa privada, alguma falta de iniciativa e que os projectos não sejam tantos quantos os que desejaríamos, a avaliar pela quantidade de projectos que estão pendentes. Ou seja, relativo ao fim do ano de 1999, 2000 e 2001, uma vez que não houve aprovação de projectos na transição dos Quadros Comunitários, prevejo que em 2002 e 2003 haja mais projectos para podermos aprovar.

Quanto à reforma antecipada, o raciocínio é o mesmo. A verba inscrita no Plano Regional diminuiu precisamente porque a reforma antecipada é um dos casos em que a comparticipação regional desceu de 25 para 15%.

A Portaria, como já disse durante este debate, vai ser publicada este ano, portanto, é bem possível que este ano não haja aprovações de candidaturas.

De qualquer maneira, para o ano 2002 há de certeza absoluta aprovação de candidaturas.

Quanto ao Laboratório Regional de Veterinária, de facto, ele teve um pequeno atraso. Quando nós nos preparávamos para apresentar o projecto, verificámos que todo aquele terreno propriedade da Região, na Vinha Brava, não tinha qualquer registo.

Os senhores não tinham como preocupação o registo das propriedades da Região, não havia levantamentos topográficos, e aquela propriedade não estava registada no nome de ninguém.

Nós estamos a tratar das burocracias relativamente ao registo daquela propriedade em nome da Região. Já fizemos o levantamento topográfico para o projecto e segue-se naturalmente o projecto e a sua aprovação.

Relativamente aos vazios sanitários, o Sr. Deputado Sequeira de Medeiros deve ter lido, pelo menos na Comunicação Social, a alteração que houve relativamente à brucelose e ao consenso que foi estabelecido com a Federação Agrícola dos Açores com a introdução da vacina.

Como sabe, introduzindo-se a vacina deixa de haver vazios sanitários, porque qualquer rebanho vacinado não tem necessidade de ser abatido.

Não se tratando de uma medida obrigatória, sendo uma medida voluntária, o que é facto é que neste momento não há notícia de nenhum caso de lavrador que tendo brucelose na sua exploração, queira proceder ao vazio sanitário em vez de vacinar os seus animais. A vacinação dos animais faz com que os vazios sanitários deixem de existir.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de colocar duas ou três questões ao Sr. Secretário Regional, embora telegraficamente em função do tempo que temos disponível.

A primeira prende-se com as reformas antecipadas. Gostaria de ter oportunidade de aprofundar um pouco este tema em termos de verbas. Infelizmente não tenho tempo, mas de qualquer modo vou repetir aquilo que disse ontem na minha intervenção.

Em 6 meses, praticamente metade da verba orçamentada este ano foi consumida. Provavelmente essa verba orçamentada para este ano vai ser totalmente consumida com as candidaturas que estão em execução.

O Sr. Secretário diz que para o próximo ano vai fazer candidaturas, embora tenha menos verbas. Nós já estamos a contar com o problema do diferencial entre a comparticipação no antigo Quadro Comunitário de Apoio e a comparticipação que a partir da última regulamentação está em execução.

Acreditando e aceitando de boa fé aquilo que o Sr. Secretário diz, pergunto se vai ser concedida a todas as pessoas que se enquadrem dentro da candidatura da reforma antecipada, de acordo com aquilo que é feito no país e no caso concreto no Continente, ou vão haver limitações extra na Região Autónoma dos Açores?

Penso que me exprimi embora esteja sendo rápido na minha explicação.

Outra questão que gostaria de colocar e que o Sr. Secretário já falou, refere-se à certificação da origem geográfica da carne.

Em 2002 temos condições ou o Sr. Secretário pensa que haverão condições técnicas para se poder desenvolver toda essa certificação e colocação da nossa carne no mercado com a certificação de origem geográfica?

Em relação àquilo que é proposto quanto à arborização de 320 hectares de terrenos agrícolas, gostaria de saber se isto obedece a um plano determinado em relação a esses terrenos, se isso está de acordo com os PDM's existentes nas ilhas onde se vai realizar, se isso tem a ver com as bacias hidrográficas ou tem a ver com mais do que isso e esse mais onde é, como é que vai ser e em que condições?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à reforma antecipada, vejo que isso é um tema recorrente na Assembleia. Portanto, terei todo o gosto em responder a todas as questões sobre esse tema.

Primeiro, trata-se de um regime excepcional. É um direito específico e especial e não um direito genérico. Os senhores andam permanentemente a confundir e a incutir nos lavradores a ideia de que toda a gente tem direito à reforma antecipada.

A reforma antecipada, como o próprio nome sugere, é uma antecipação do regime geral; sendo uma antecipação do regime geral, é um regime especial; sendo um regime especial tem critérios específicos.

O que se pretende com a reforma antecipada é que haja o rejuvenescimento do sector e uma reestruturação fundiária que ele também permite e habilita.

Contudo, no II Quadro Comunitário de Apoio, e ontem já referi isso, passaram à reforma antecipada um número bastante avultado de lavradores. Nós não queremos fazer nenhuma reforma agrária por via de passar à reforma todos os lavradores dos Açores.

Temos que ter um tempo de “digestão” – passo a expressão – das reformas. Na prática, vão existir critérios limitativos.

Quando falo em reforma antecipada, digo que no III Quadro Comunitário de Apoio, salvo algo de anormal que possa acontecer, prevemos a passagem à reforma de mais de 300 agricultores, a menos que haja alguma coisa anormal como ocorreu no II Quadro Comunitário de Apoio, em que o Continente não aproveitou todas as pessoas e potencialidades, enquanto nos Açores aproveitámos. Reformaram-se cerca de um

quarto dos lavradores açorianos, uma percentagem elevadíssima para um regime excepcional.

Portanto, vão haver critérios que limitam o acesso, mas que hierarquizam condições de forma a poder ser mais fácil atribuir as reformas com critérios justos e gerais para todos.

Relativamente à certificação para 2002, é minha convicção que sim, que em 2002 já teremos carne dos Açores certificada. Os primeiros lavradores já estão certificados pela comissão técnica, daí que já é possível começar a produzir carne açoriana.

Tendo em conta que o novilho leva cerca de 8 a 10 meses em crescimento, é natural que no final do ano 2002 já tenhamos carne certificada.

Relativamente à arborização, a sua pergunta era pertinente se todos os concelhos tivessem Planos Directores Municipais. O que é facto, é que as nossas contas são feitas com base numa previsão e não com base nos Planos Directores Municipais. Essa é uma previsão.

Aquilo que achamos que é esperável que se venha a arborizar na Região, não assenta em nenhum critério objectivo, no sentido de se retirar de outro instrumento de ordenamento territorial essa previsão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Medeiros

Deputado Luís Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente uma vez que o Sr. Secretário já respondeu à questão das reformas que tinha ficado por responder, quando interveio pela primeira vez.

Primeiro gostaria de deixar a nota de que o terreno onde vai ser construído o Laboratório Regional de Veterinária, se é na Vinha Brava (não sei se é ou não!), pertencia à antiga Junta Geral de Angra do Heroísmo e passou para o Património da Região. Havia um departamento na Secretaria Regional das Finanças, que era a Direcção Regional do Património, que tratava desses assuntos.

Portanto, quando diz os senhores,...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): O Sr. Deputado não era do Património, mas era do IAMA!

O Orador: ... eu não sinto minimamente a consciência pesada pelo facto de não haver o registo de propriedade do terreno destinado ao laboratório, só pelas responsabilidades que tive nesses serviços.

Segundo, uma questão técnica.

Vejo aqui que se pretende substituir o vazio sanitário pela vacina. Não é bem a mesma coisa. O vazio sanitário implica a vacuidade durante um determinado tempo, de uma determinada instalação, de um determinado espaço para que nele não se desenvolvam mais agentes microbianos ou agentes de doença, para que se possa assim eliminar a possibilidade de propagação.

A vacina, como meio profiláctico que é, e dada a confluência de exploração e a fragmentação de explorações que nós temos em que as vacas hoje estão numa pastagem e amanhã podem estar a 3 ou 4 Km de distância, confinando com outras explorações, que são as mesmas, implica um conceito muito diferente. O que eu temo é exactamente isso, é que se esteja a aplicar as vacinas nas manadas que são foco de brucelose, protegendo o efectivo dessa manada, mas no que respeita aos vizinhos nada está a ser feito, nem nada está a ser estudado.

Pergunto ao Sr. Secretário se vai ser ou não tido em conta o desenvolvimento do programa sanitário em 2002.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

O senhor ao responder ao Sr. Deputado Paulo Valadão em relação ao problema das reformas antecipadas, disse que era um assunto recorrente nesta Casa, e depois disse “os senhores andam a incutir nos lavradores”.

Gostaria de lhe explicar que não andamos a incutir coisa nenhuma e qual o nosso ponto de vista sobre isso.

Quando se governa, há determinados objectivos que podem divergir por acção ou por omissão: por acção, desenvolvendo as acções correspondentes, investindo, etc.;

por omissão é impedindo que determinadas coisas aconteçam levando a processos de estagnação ou de paralisação.

Gostaria de explicar ao Sr. Secretário Regional, ao Governo e a todos os presentes que a nossa postura, em relação ao problema das reformas antecipadas vai no sentido de que tem que haver um regulamento, temos que adequar às nossas condições, visando sempre um processo de modernização. Deve visar o criar uma aceleração num processo de modernização, criando efectivamente espaços e condições para que os mais velhos se retirem com dignidade, e que os mais novos possam entrar, eles próprios, reordenando e ordenando, modernizando como já aconteceu.

Não estamos a defender nenhum processo arbitrário. Estamos a defender um processo transparente e útil para a modernização da agricultura regional. É este o nosso ponto de vista e queria deixar muito bem explicado aqui que é essencial.

Se o Sr. Secretário Regional analisar, em muitas das ilhas e em vários sítios isso resultou, porque por exemplo nesta Ilha do Faial, não sei se é do seu conhecimento, mas havia 1055 explorações de leite no início dos anos 90. Actualmente existem 400 e muitas poucas explorações de leite, mas há o dobro da produção do leite e há muitos mais jovens agricultores na actividade. Esse processo resultou nesta ilha.

É bom ter em conta esta noção e é bom que fique esclarecido de uma vez por todas que quando nós defendemos este ponto de vista, defendemos neste sentido e só neste sentido.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Sequeira de Medeiros:

Eu penso que quanto a vazios sanitários, estamos entendidos. A única diferença é que o Sr. Deputado diz que nada está a ser feito quanto aos vizinhos e eu discordo com essa posição.

De facto, há um serviço da competência da Secretaria que tem essa preocupação, tem um técnico com as habilitações adequadas para essas situações. Portanto, estou tranquilo quanto a essa matéria. Não vejo que haja qualquer motivo de preocupação.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Eu não estou tranquilo!

O Orador: O Sr. Deputado está na sua condição de deputado da oposição e eu de membro do Governo.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Não, estou na de técnico veterinário!

O Orador: É natural que o senhor não esteja tranquilo e que eu esteja.

Sr. Deputado José Decq Mota, digo-lhe mais: há por omissão consciente e inconsciente. No nosso caso é por omissão consciente.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Pior ainda!

O Orador: Temos o domínio perfeito de que a falta da nossa acção tem uma consequência e essa consequência é não só premeditada como querida.

Portanto, é quase com a consciência de que nós estamos a operar uma digestão no sector. Só faltou acrescentar mais uma coisa Sr. Deputado, é que, como sabe, a introdução de um jovem agricultor na actividade agrícola, por via dessa cessação de exploração, implica que o jovem traga mais 20% da superfície agrícola útil.

O Sr. Deputado verá a dificuldade concreta, com o sistema informático em funcionamento, em que é possível saber através do parcelário quais são as parcelas de todos os terrenos que compõem uma exploração agrícola – por exemplo com os números que o Sr. Deputado citou, de 1000 agricultores terão passado para 400 no Faial – se não tivermos esse prazo de “digestão”, que haja muitos mais jovens a trazer mais 20% da superfície agrícola útil.

Deputado José Decq Mota (PCP): Estude os números e depois dir-me-á!

O Orador: Eu estou a dizer-lhe que estamos a fazer a “digestão” desse problema.

No ano 2002, a reforma antecipada vai entrar em vigor. Aliás, a portaria vai ser publicada ainda este ano. Ela está para parecer no IFADAP e aquilo que vos posso dizer é que se o IFADAP não me der o parecer até ao final deste mês, ela será publicada na primeira semana de Dezembro, independentemente de ter parecer ou não do IFADAP.

Muito obrigado.

Deputado José Decq Mota (PCP): Ficamos à espera.

Presidente: Srs. Deputados, chegámos ao fim do nosso tempo regimental.

Vamos interromper os nossos trabalhos para jantarmos e regressamos às 22 horas.

Antes de interrompermos o Sr. Secretário vai anunciar os tempos disponíveis.

Secretário: O Partido Socialista dispõe de 132 minutos, o Partido Social Democrata de 55 minutos, o Partido Popular de 14 minutos, o Partido Comunista Português de 5 minutos e o Governo de 70 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, bom jantar.

(Eram 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 22 horas e 25 minutos)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O sector agrícola vive intranquilo. Têm surgido evidentes contestações, tanto quanto parece, sustidas, não resolvidas, pelos compromissos assumidos pelo Governo Regional na aceitação de muitas das reivindicações apresentadas pelos órgãos representativos da produção. Contudo, e independentemente das “tréguas” pontuais que vão sendo conseguidas pelo executivo, o clima de insatisfação e de intranquilidade existe, indesmentivelmente, instalado nas bases deste sector que, por enquanto, ainda é o principal esteio da economia açoriana.

E se as reclamações que têm vindo a lume nos órgãos de comunicação social são velhas e sobejamente conhecidas, e necessitam atenção e soluções urgentes, são, contudo, apenas a parte visível do problema. De facto, em minha opinião, há causas mais remotas para o clima de insatisfação que se respira.

Sobre o produtor agrícola açoriano, recaem agora, em catadupa, novas exigências, resultantes do facto de ter passado a competir num mercado único, com regras de funcionamento muito apertadas, agravadas por uma burocracia asfixiante, pelas desvantagens inerentes a um atraso estrutural que ainda não

conseguiu vencer e pela sua situação ultraperiférica. Por outro lado, na sequência das alterações que a evolução da economia regional tem vindo a evidenciar, assiste-se a uma pouca clarificação dos objectivos a prosseguir no desenvolvimento da agricultura regional (que este plano, diga-se, não ajuda a esclarecer).

Tudo isto origina sentimentos de incerteza e de falta de confiança no futuro que, esses sim, parecem ser as causas das atitudes de mal-estar e de desânimo que se sentem no sector agrícola em geral e no pecuário em particular.

Com efeito, as perspectivas actuais das diferentes vertentes do panorama agrícola regional não são sorridentes.

No sector do leite, o discurso do Governo tem sido desincentivador, apontando no sentido da contenção da produção. As quotas leiteiras distribuídas na Região ainda não foram alteradas e a perspectiva da multa continua a assustar as pessoas.

Desconhece-se qualquer medida que vise a aplicação prática das disposições do POSEIMA que vieram permitir à Região a ultrapassagem da quota em 73.000 t, e os seus reflexos ao nível da exploração não tiveram ainda qualquer expressão.

Há uma quase total incompreensão dos critérios de prioridade estabelecidos para o acesso à redistribuição de quantidades de referência a partir da Reserva Nacional, que, como era suposto, deveria ter resolvido as situações de produtores com projectos de investimento ainda não deferidos por falta de quota.

Verifica-se actualmente uma diminuição sensível das entregas de leite nas fábricas, o que, com certeza, virá dificultar a justificação da passagem das 73.000 t de “quota virtual” a “quota definitiva” em 2003.

Há pouca visibilidade das acções de melhoramento das infra-estruturas agrárias (emparcelamento, caminhos, água e energia) que continuam sem dar satisfação, e são responsáveis por perdas de tempo e de dinheiro que agravam custos de produção.

O rejuvenescimento do tecido produtivo continua sem grandes perspectivas. Os rendimentos da exploração diminuem.

Se é este o panorama no sector do leite, o da carne não é melhor.

Entre outros, a permanência de preços baixos e as dificuldades do escoamento, são motivo de desalento.

Criaram-se muitas expectativas relativamente à certificação da “carne dos Açores”. Porém, já aqui o disse e volto a afirmar, não basta criar o selo e as respectivas regras de utilização, para que, de imediato, o produto possa surgir e ocupar a quota de mercado que se espera.

Há todo um conjunto de questões que se põem a montante, sobre as quais os produtores se interrogam e que necessitam resposta.

Somos até ao presente expedidores de gado vivo jovem, que deixa as mais valias da sua transformação em carne nas regiões de destino. Não desenvolvemos até agora o “know-how” necessário nos aspectos da produção, transformação e comercialização da carne, nem estabelecemos correntes comerciais de vulto.

O mercado, cada vez mais exigente, quer segurança, qualidade, uniformidade do produto e continuidade no aprovisionamento, pelo que a imagem de pureza ecológica que possamos garantir, por si só, não basta.

Para vencer todas estes desafios é preciso investigar, experimentar e desenvolver, a fim de se encontrarem as respostas mais adequadas às questões que se põem. Mas, o Governo Regional desistiu e abandonou a pouca investigação e experimentação que vinham sendo feitas nestas áreas, pelo que é de prever que tudo continue sem resposta.

O caderno de especificações técnicas aprovado para a “Carne dos Açores” não facilita as coisas. Retrata um modo de produzir ancestral, totalmente desfasado da realidade actual, incumprível pela maioria dos nossos produtores em muitos dos seus aspectos.

No entretanto, é preciso sublinhá-lo, a hotelaria e a restauração, recorrem, com uma expressão já muito significativa, às peças de carne de elevada qualidade, importadas da América do Sul. E o nosso produtor continua, descrente, na mesma rotina de sempre, produzindo sem regra e sem técnica, à mercê das flutuações dos preços e das maiores ou menores dificuldades do escoamento do gado vivo. Temos perdido tempo! Muito tempo!

E a diversificação da produção agrícola? Desejável e sempre apontada como a solução para fugir à monocultura da vaca, como lhe chamam alguns, tal como manda a regra, figura entre os objectivos do programa do VIII Governo Regional e é título de um dos projectos do Programa Fomento Agrícola. Não sendo tarefa fácil e de resultados rápidos, sabemo-lo, também não tem sido alvo de uma estruturação sólida e consistente.

As culturas industriais que ainda sobrevivem, debatem-se com as dificuldades que todos conhecemos e não vou agora aqui referir.

A produção de batata de consumo permanece a braços com os problemas dos preços e do escoamento, quando, cíclica e inexoravelmente, surgem os excedentes.

O sector horto-frutícola, por falta de uma reforma estrutural adequada, não é capaz de dar o passo em frente no abastecimento da Região que continua, cada vez mais, a importar e a consumir milhares de toneladas de produtos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em linhas gerais, procurei chamar a vossa atenção para um conjunto de situações que caracterizam o estado actual da agricultura regional, para cuja solução o Plano, enquanto instrumento enquadrador e financiador das políticas do Governo, deveria dar um contributo importante.

Já aquando da análise e debate do Plano a Médio Prazo 2001-2004 que decorreu nesta Assembleia em Abril passado, referi que as propostas que então se apreciavam, eram pouco inovadoras e financeiramente mal dotadas para que pudessem constituir o motor da mudança de que o sector agrícola regional carecia.

Face ao panorama actual, o Plano, cada vez com mais acuidade, necessita ser revisto, reforçando-se todos os Programas, Projectos e Acções que conduzam ao aproveitamento integral das nossas potencialidades produtivas e à sua afirmação inequívoca na realidade actual do mercado. Só assim se contribuirá para a criação de riqueza!

Sem descurar o muito que há para fazer na área das infra-estruturas agrárias, a investigação, experimentação e vulgarização nas áreas da pecuária e da produção agrícola propriamente dita, a organização dos produtores, a qualidade e segurança na

produção alimentar, a prospecção de mercados e a promoção dos nossos produtos deveriam ser vectores a merecer muito maior atenção e acompanhamento. Até que a iniciativa privada adquira a dimensão, a organização e a experiência para se afirmar sozinha, cabe ao Estado, neste caso à Região, apoiá-la. Assim não acontece. Este Plano é tímido nesse sentido!

Vejo com preocupação que, nesta proposta de Plano Anual, as verbas destinadas à Agricultura são inferiores àquelas que estavam inscritas no PMP para o mesmo período (-4%). Diga-se o que se disser ou sejam quais forem as razões que se invoquem, os valores inscritos para a Agricultura no Plano para 2002 só poderão ser interpretados como uma diminuição sensível no nível de investimento que se estimava realizar neste sector.

Da análise à repartição das verbas pelas diferentes acções, podemos concluir, *grosso modo*, o seguinte:

Do total dos 7.817.000 contos destinados à agricultura, apenas 12,8 % correspondem ao apoio ao investimento privado nas explorações, sendo outro tanto o valor correspondente para a agro-indústria. Assim, o apoio directo ao investimento privado rondará os 26 % do total de verbas atribuídas ao sector. O investimento público nas infra-estruturas agrárias, com 1.212.000 contos, representa 15,5 %. A soma das verbas destinadas a compensação de rendimentos, formação profissional e reformas antecipadas, não representa mais de 6%. Os encargos financeiros de compromissos anteriormente assumidos rondam os 20 %. As infra-estruturas dos serviços 10,9 % e as verbas que se podem atribuir ao funcionamento normal dos serviços da SRAP poderão atingir os 23%. Em suma, mais de 50% das verbas da dotação deste Plano, não têm reflexos directos na produção e transformação do produto agrícola.

Sem querer entrar em detalhes, não posso deixar de referir que as reduções mais acentuadas, relativamente ao que havia sido proposto no PMP, surgem nos Programas Fomento Agrícola, com menos 4,8 %, e Diversificação Agrícola, com menos 16,7 %, exactamente aqueles que deverão ser responsáveis pela modernização e pela mudança.

Mais especificamente, são de salientar as diminuições que se apontam nas já de si exíguas verbas destinadas às infra-estruturas agrícolas, (com menos 16,5 % na acção Abastecimento de água às explorações agrícolas, menos 28,6% na Electrificação Agrícola), no projecto Modernização das Explorações Agro-pecuárias, onde se inclui a Experimentação e Divulgação, (com uma redução global de 9,5 % - e tendo em conta a dotação atribuída a esta última acção, 298.551 contos, e todos os encargos obrigatórios que nela se incluem, nada restará, com certeza, para o desenvolvimento dos projectos de investigação que a própria acção prevê nas áreas das pastagens e forragens, bovinicultura de leite e de carne, viticultura, enologia, horticultura, fruticultura, floricultura, apicultura e agricultura biológica). Finalmente, e sem mais comentários, o Projecto Diversificação da Produção Agrícola sofre uma redução de 18,4%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Por todas as razões expostas, e sobretudo por não constituir um estímulo consistente para o desenvolvimento e progresso do sector agrícola, esta proposta de Plano para 2002, não pode merecer o nosso acordo.

Disse

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Sequeira:

Ouvi com muita atenção a sua intervenção e fiquei deveras impressionado com ela.

Esse quadro que o Sr. pinta se fosse totalmente certo, os agricultores da Região estavam todos na falência.

Eu sou deputado, como toda a gente sabe, mas também sou agricultor e, portanto, não acredito de forma nenhuma que este Plano seja assim tão mau para os

agricultores e lavradores, porque nós temos, como o Sr. Deputado sabe, muitas formas de fazer agricultura na nossa Região.

Eu acredito que muitos agricultores na nossa Região se ouvissem a sua intervenção ficariam de tal forma preocupados que optariam pela desistência.

Como eu já disse há muitas forma de nós podermos ganhar dinheiro. Eu pessoalmente como agricultor, e afirmo isto sem nenhum problema, posso dizer que ganho muito mais dinheiro do que como deputado e é muito simples fazer essa contabilidade.

Se as nossas vacas comessem erva em vez de ração, porque a erva é que é feita para alimentar os animais, nós ganharíamos, de facto, muito mais dinheiro.

(Voz inaudível do Sr. Deputado João Cunha)

O Orador: O Sr. Deputado João Cunha não precisa de estar a dar corda, porque eu sou uma pessoa, por natureza, muito calma e não me enervo com essas coisas.

Deputado José San-Bento (PS): Não ligue, Sr. Deputado!

O Orador: Voltando ao que estava a dizer, os nossos agricultores muitas vezes também fazem investimentos sem os poder fazer e dou como exemplo o seguinte: há muitos agricultores que quando fazem a adubação dos terrenos não fazem análises aos próprios terrenos e, portanto, já estão a perder dinheiro por aí. Eu estou a falar neste momento como agricultor e não como deputado, mas há muitos agricultores que em vez de se preocuparem com a qualidade, preocupam-se com a quantidade.

O Sr. Deputado falou da quota leiteira, mas eu penso que neste momento a quota leiteira não é nenhum problema. Nós temos que produzir dentro da quota que temos com qualidade e quando falo em qualidade é no sentido de obter o maior rendimento possível dentro da nossa quota.

Eu tenho 185 mil litros de quota, tenho uma fabriqueta que produz queijo e neste momento ganho muito dinheiro com isso.

Só tenho 185 mil litros de quota e não preciso de 200, 300, 400 ou 500 mil.

Portanto, acho que nós temos que viver com aquilo que temos e o que temos neste momento é muito mais do que tínhamos há uns anos atrás. Eu sempre disse isso e não tenho problema nenhum em dizê-lo.

Eu fui dirigente agrícola e nunca tive problema nenhum em dizer aquilo que pensava. Eu assumo aquilo que digo e não tenho o mínimo problema.

Eu acho é que os nossos agricultores já passaram a época de serem “coitadinhos” e fico pior do que estragado quando ouço intervenções aqui deste género.

Não tenham dó de nós. Penso que não é necessário chegar a tão baixo. Nós não somos uns “coitadinhos” e podemos ganhar dinheiro nesta Região.

Em termos de estradas podemos não ter a totalidade, mas temos muitas e boas estradas de penetração.

Portanto, neste momento, com a classificação do leite, que já está a chegar a todas as ilhas, com a certificação do queijo, no caso de S. Jorge – e estou a falar de uma ilha que só produz queijo e não carne - temos condições para ganhar muito dinheiro.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): O Sr. está sempre a ganhar muito dinheiro!

O Orador: Ganhamos mesmo e não somos “coitadinhos”. É isso que me chateia.

Os agricultores são pessoas como o Sr. e como os outros que têm uma vida, que trabalham e que vivem do seu trabalho.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Eu sou pobre!

O Orador: Os agricultores são pessoas como as outras e não posso ouvir intervenções deste género, porque dá a impressão que eles são uns “coitadinhos”.

Não somos “coitadinhos”, somos pessoas como as outras.

Presidente: Independentemente disso, Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: Peço imensa desculpa, Sr. Presidente. Fico por aqui, mas provavelmente voltarei ao debate.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros iniciou a sua intervenção referindo-se à insatisfação e à intranquilidade que vive o sector agrícola.

Para que não se fique a pensar que isso é efectivamente uma realidade, eu gostava de dizer e prestar aqui este esclarecimento que, pelo menos, na ilha do Pico e após um grande período de pressão que aconteceu entre 93 e 96 e para o qual contribuíram, aí sim, entre outras razões, as gravosas opções políticas do Governo do PSD, a agricultura do Pico apresentou uma significativa recuperação nos últimos anos e dou alguns exemplos:

- A produção leiteira cresceu 23%, ou seja, 1,6 milhões de litros, fixando-se actualmente nos 8,4 milhões de litros que é a maior produção leiteira, pelo menos, dos últimos 12 anos;
- Entre 98 e 2001, e olhando à quota leiteira, foram atribuídas quotas aos agricultores num valor superior a 1 milhão e 150 mil litros;
- 2001 foi o ano em que a lavoura do Pico pôde finalmente ser contemplada com o aumento efectivo do preço do leite;
- Os abates no matadouro do Pico cresceram desde 96, 30% nos bovinos e 35% nos suínos;
- A exportação de gado vivo cresceu cerca de 22%, sendo que foram embarcados 364 contentores em 96 e 442 em 2000;
- Foi incrementado uma crescente dinâmica na produção de fardos de erva pelos Serviços de Desenvolvimento Agrário do Pico e olhando aos números, em finais de Outubro, que ainda não era o final da campanha deste ano, verificou-se um aumento de 328% relativamente àquilo que tinha sido possível efectuar em 97. Dos 1304 fardos feitos em 1997, passamos para 5576 no final do mês passado, ainda antes de encerrar a presente campanha.

Mais exemplos:

- O valor que se atribuiu aos agricultores do Pico, a título de indemnizações compensatórias, passou de 148.221 contos pagos em 1997 para 154.371 contos pagos este ano;
- Os pagamentos feitos no âmbito das medidas agro-ambientais passaram de 280.785 contos em 97 para 454.558 contos pagos este ano, um aumento de apenas 62%, consequência da nova política que teve na base o actual plano de desenvolvimento rural.

Conclui-se por tudo isto que a produção e o produto agrícola cresceram e o rendimento dos lavradores, que segundo algumas vozes, às quais juntamos agora a sua, dizem que se afunda, também cresceu e, portanto, o sector agrícola na ilha do Pico apresentou, como se comprova, desde 1997 um período sustentado de crescimento.

Acresce a tudo isto, Sr. Deputado, que nos últimos anos, quer no âmbito europeu, quer internamente, foi possível concretizar importantes medidas estruturais ao desenvolvimento agrícola, essenciais para o futuro deste sector.

Refiro-me, a nível europeu, à exclusão da Região do embargo à carne de vaca portuguesa, à negociação que conduziu à decisão da Cimeira de Nice, relativamente à quota leiteira, ao não pagamento da interdição suplementar, ao aumento para 85% da comparticipação comunitária dos projectos da rede pública de abate e à derrogação até 2006 da comercialização dos vinhos provenientes dos ditos produtores directos.

A nível regional foi ainda lançado um conjunto de medidas e tomado um conjunto de acções de entre as quais se destaca o apoio ao saneamento financeiro da lavoura do Pico, ...

Presidente: Sr. Deputado, terminou o seu tempo, agradeça que concluisse.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

... apoio à exportação e modernização das organizações de produtores, associações, cooperativas e também à indústria.

Permitiu também não só recuperar a produção leiteira e os pagamentos em atraso, como desenvolver um projecto de recolha que está praticamente concluído e construíram uma moderna fábrica que será inaugurada amanhã.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Vai funcionar amanhã?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves para esclarecimentos.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu comungo de algumas preocupações que foram trazidas aqui pelo Sr. Deputado Sequeira de Medeiros.

É evidente que há muitas insuficiências ainda no nosso sector agrícola. O seu potencial é muito grande e, portanto, falta muito para fazer e são necessários ainda muitos meios para dotar os planos no sentido de superar todas as dificuldades.

Contudo, não partilho de outras opiniões que aqui manifestou e algumas das quais são um pouco forçadas.

Eu gostaria só de ler aqui uma passagem do Pano que diz o seguinte: “alteram-se assim os grandes objectivos da política agrícola enunciados e prosseguidos no passado, sobretudo no caso da actividade pecuária. Já não se trata de produzir mais, trata-se acima de tudo de produzir melhor. Entende este objectivo como produzir com melhor qualidade, menor preço, competindo e respeitando o enquadramento ambiental”.

Este discurso não é do PMP do Governo do Partido Socialista, mas sim do último PMP do Partido Social Democrata.

Não tinha nada de mau, não fora a produção do leite nessa altura ser apenas de 308 mil toneladas.

Agora, o que é certo é que se nessa altura o discurso já era desincentivador da quantidade, com mais 200 mil toneladas em cima, deve compreender que me parece pouco forçado acusar este Governo e ter este discurso quando ele já existia com menos 200 mil toneladas.

Quanto ao clima de insegurança, pois ele existe, é evidente, e cada vez mais vai existir, porque isto é um sector altamente dependente da conjuntura internacional e quanto mais ele se desenvolver, mais afinados terão que estar os mecanismos para ele funcionar.

Relativamente à desconfiança ou falta de confiança, isso foi no passado, porque de 90 a 96 um quarto dos produtores da Região abandonaram o sector. De 96 a 99 apenas abandonaram 3%.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Uns dias elogiam, nos outros voltam atrás.

O Orador: É verdade. Isto são números que revelam que se as pessoas se mantêm no sector é porque a situação melhorou. Embora com preocupações, com falta de mutações, que são reais, e insuficiências, mantêm-se mais pessoas no sector.

Portanto, quanto a erros de previsão eu também poderia mencionar outros e, por exemplo, posso afirmar que em 96 a quota disponível e ideal nos Açores seria de 400 mil toneladas. Este era o nosso limite.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Em 96 não, mas em 89 a quota fixada para a Região foi de 400 mil toneladas.

O Orador: Numa entrevista em 96, o Sr. Secretário da Agricultura de então, na revista “Via-Láctea”, diz que nos encontramos no limite da produção e que mais 20 ou menos 20 mil toneladas, ou seja, 380 a 400, chega-nos e basta.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Ele não diz isso.

O Orador: Eu posso citar, está aqui escrito. Ele dizia o seguinte: “Não penso que a Região possa aumentar muito mais a sua produção”. Eram 380 mil toneladas.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Tinha outra quota que era 400 mil.

Presidente: Srs. Deputados, por favor não conversem uns com os outros

O Orador: Não é isso que aqui diz, o que diz é o seguinte: “Não devemos estar muito perto dos 400 milhões. Estamos naquela fronteira que para o ano de 96/97 é o limite de capacidade de produção da pastagem, com alguma ajuda de pelo menos de compostos, mas fundamentalmente neste equilíbrio, entre o equilíbrio natural e aquilo que, de facto, é preciso produzir. Penso que, com mais ou menos 20 milhões, estamos dentro dos nossos limites”.

A questão que se colocava aqui era uma situação de um erro de previsão. Se quisermos caminhar para erros de previsão brutal, e um erro de previsão é dizer-se hoje que tem que se produzir mais uma quantidade de leite, quando naquela altura o leite já era suficiente e o que era necessário era qualidade.

Portanto, há um bocado de incoerência neste tipo de crítica e ficava por aqui.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Deputado Manuel Silveira o que eu tenho a dizer é que quando traço este quadro não estou a dizer “coitadinhos” dos lavradores. Longe de mim

dizer tal coisa. O que eu trouxe aqui foi um conjunto de preocupações que são preocupações de quem vive numa ilha como a de S. Miguel. Aliás, o Sr. Deputado Luís Paulo Alves partilha das mesmas preocupações, porque lê os jornais todos os dias.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Não é por isso.

O Orador: Pode-se ler aqui: “Lavoura rompe com a tutela”, “Secretário estranha atitude da lavoura”, “Reunião ou manifestação terça-feira”, “Lavoura reúne para definir a luta”, “Governo não dá resposta”, “Quotas leiteiras dadas por despacho verbal”, “Caminho sem dono põe as vidas em perigo”. Isto são os títulos de 1ª página de jornais da minha ilha, Sr. Deputado.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): A vossa política são os títulos dos jornais!

O Orador: Quero dizer também que o Sr. Deputado Manuel Silveira é um lavrador excepcional, porque, em primeiro lugar é um produtor directo, ou seja, transforma o leite que produz. O Sr. não me vai dizer que todos os produtores de leite dos Açores podem ter a sua fábrica e cada um produzir e vender o seu queijo. Isso não é assim e, portanto, há situações diferentes.

Eu acredito que São Jorge seja uma situação singular no conjunto das outras ilhas.

Deputado Mark Marques (PSD): Não é São Jorge. É só ele.

O Orador: Efectivamente em S. Miguel, que representa mais de 50% da produção de leite desta Região, as preocupações que aqui trouxe existem e são reais.

Quanto ao rol de benefícios elencados pelo Sr. Deputado Hernâni Jorge, eu pergunto por que é que foi então a contestação da lavoura do Pico e por que é que apresentaram um caderno reivindicativo ao Governo, quando afinal parece que está tudo uma maravilha?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Eu já lhe explico. Pergunte à sua bancada que alguém há-de saber explicar.

O Orador: Eu acredito que as coisas melhoraram, Sr. Deputado, quando diz que de 1300 fardos passaram a fazer 5000, que a produção de leite aumentou. Aliás, sempre apostamos no Pico como sendo uma ilha com potenciais fabulosos e que pode ainda desenvolver-se mais. No Pico até acredito mais na produção de carne, porque é das

ilhas com maiores possibilidades de produzir com altíssima qualidade, embatível por qualquer outra. Se o Pico está satisfeito, tanto melhor.

S. Miguel, - e as preocupações que eu aqui trouxe e que traduzem as preocupações do sector - enquanto PMP, precisa de um conjunto de situações que permitam inverter determinadas tendências que se começam a verificar. Digo-vos neste momento que são muitas as manadas e as explorações à venda em S. Miguel. Conheço vários jovens agricultores que estão à espera que acabe os cinco anos de compromisso com os subsídios recebidos para porem as suas explorações à venda. São estes sinais de desânimo e de desalento que me preocupam.

Não estou a dizer que é uma desgraça e se venderem 5, 10 ou 20 lavouras não vem daí mal nenhum ao mundo, mas são sinais de desalento e de descrença no futuro que a mim me preocupam e que acho que quem governa deverá ter no Plano esses sinais em atenção e introduzir nele os vectores de investimento necessários para alterar esse estado de coisas.

Não falando agora da pecuária, eu tive o cuidado de falar do sector da produção agrícola propriamente dita e pergunto o que é que se está a fazer em termos de horticultura e fruticultura com dimensão que permita preparar esta Região para este aumento que se está a verificar no consumo e que não vai ser aproveitado por nós, porque vão vir os turistas e nós vamos ter que importar a comida para eles comerem, inclusivamente a carne, que é o que já está a acontecer nos restaurantes de Ponta Delgada, onde pedimos um bife e trazem-nos um belíssimo bife de carne importada do Paraguai ou do Urugai?

Muito obrigado.

Voices da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Silveira para esclarecimentos.

Deputado Manuel Silveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros que enquanto o Sr. lê jornais eu vou ordenhar vacas, tratar delas e vou resolver a minha vida e quando estou em S. Jorge vou todos os dias às vacas de manhã. Portanto, eu conheço isto por dentro e por fora e estamos conversados a este nível.

Muito obrigado.

Vozes da bancadas do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para tirar 3 ou 4 conclusões acerca deste debate.

O PSD gostava que o sector da agricultura estivesse como o Sr. Deputado diz, mas ele está, é bem diferente. Sr. Deputado, os exemplos falam por si.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Não é isso que a gente vê!

O Orador: Eu calei-me propositadamente, até porque tenho confiança nos deputados do PS e sei que todos eles sabem como é que se vive nas suas ilhas e sei que eles sentem como é que a lavoura está e o Sr. vem para aqui ler títulos de jornais e o Sr. sabe como é que a imprensa se faz e como é que se fazem títulos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não é inventado!

O Orador: Na verdade o que se tem que fazer é ir ver no local o que é que se passa. Longe vão os tempos, Sr. Deputado, em que havia inscrições no Plano, como em 96, para o saneamento financeiro das explorações agrícolas que estavam a falir. Essa era uma rubrica dos vossos Planos de 92 a 96 que tinham uma acção própria que era o saneamento financeiro das explorações que estavam a falir e eu como técnico fazia parte do gabinete de crise na Associação Agrícola para fazer face às falências dos agricultores micaelenses. Essa fase foi no vosso tempo. Estamos noutra, ultrapassamos essa fase e já demos vários passos em frente e não foram precisos muitos anos. Foi só preciso o VII e o VIII Governo.

É evidente que eu não posso dizer, como em qualquer outro sector da actividade, que estamos num oásis no meio da Europa.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Parece!

O Orador: Não estamos, porque há dificuldades como qualquer um dos Srs. Deputados já aqui referiu. Há a crise internacional no sector da carne.

Mas, Sr. Deputado, vir demagogicamente dizer que os nossos restaurantes não vendem carne açoriana, é pura demagogia,...

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Eu não disse isso, Sr. Secretário.

O Orador: ... porque o Sr. Deputado bem sabe que, no actual estado em que se encontra a produção da carne nos Açores, não temos capacidade de poder oferecer a todos os restaurantes e aos hotéis a necessidade e a quantidade que eles precisam.

Portanto, não é por aí, Sr. Deputado, não é dizendo que não comemos carne açoriana. Qual é o mal que existe em importarmos carne e hortofrutícolas, se o mercado não se comportar doutra maneira?

Repare, nós temos o desemprego ao nível que temos, um dos mais baixos da Europa e de certeza o mais baixo de Portugal e não temos disponível mão-de-obra para esse tipo de agricultura que o Sr. Deputado refere e para muitas outras que não sejam mecanizadas. Não há mão-de-obra e temos que importar. Qual é o mal que vem ao mundo por isso? É o sector que está em crise? Não é o sector que está em crise, porque estamos em franca expansão, estamos a desenvolver um sector e a diversificar com passos seguros.

As alegadas crises são só e exclusivamente de quem pretende incutir nos lavradores esse espírito, mas não é a realidade.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Só para dizer que para o Sr. tudo o que vem nos jornais deve ser falso. Não corresponde à realidade.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Uma grande parte não.

O Orador: Para mim não. Eu acho que os órgãos de comunicação social escrita traduzem um pouco o pulsar da sociedade onde vivemos e como diz o ditado “não há fumo sem fogo” e quando com tanta insistência aparecem diariamente as notícias

que eu aqui passei em revista, é porque, de facto, há um clima de insatisfação e o Sr. Secretário sabe muito bem.

Se isso não for o suficiente, basta ler – e não vou aqui citar, porque o Sr. conhece – o parecer dos parceiros sociais, neste caso da Federação Agrícola dos Açores sobre este PMP, para ficarmos completamente esclarecidos, porque transmitiu as mesmas preocupações que eu aqui trouxe.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Quanto à questão de se comer carne importada, Sr. Secretário, não há mal nenhum nisso, agora eu acho é que estamos há 6 anos a falar de carne e ela não se vê. Em 6 anos dá para produzir muito novilho e depois de se ter começado a falar da produção e da certificação da carne, ela continua sem aparecer e, entretanto, o mercado evolui, as exigências aparecem e a alternativa é importar, só que se preenche, com o produto importado, uma faixa de mercado que, em meu entender, poderia ter sido ocupada por um produto nosso, ficando mais valias na Região.

Quanto à diversificação e à produção agrícola, eu não estou a dizer que não se faça produção hortícola mecanizada, mas é preciso que apareça os programas no Plano.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): É o Governo. É tudo o Governo!

O Orador: Sr. Secretário, numa Região com a dimensão da nossa se o Governo não for motor, se o Governo não criar os estímulos, se o Governo não amparar até que as coisas tenham a dimensão, desculpa-me o termo e a expressão, “ter pernas para andar”, ninguém arrancará. É mais fácil importar.

Neste momento, Sr. Secretário, o que sucede é que o leite entregue nas fábricas diminui à volta de 6%.

O Sr. Deputado Luís Paulo Alves que está de braço no ar para falar depois de mim, sabe perfeitamente que a organização, para qual trabalha, precisa de mais leite. Disso me falaram os seus dirigentes.

Toda a indústria de S. Miguel neste momento está a precisar de mais leite. Todo o mercado está carente de mais leite e nós, entretanto, recuamos e muito desse recuo pode dizer-se que foi pelo abate das vacas com mais de 30 meses, mas não foi só, Sr. Secretário, porque esse abate não representa muito mais do que 10 a 15% do efectivo.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): São 15%!

O Orador: É um pouco mais. Isso é a renovação normal.

Há efectivamente uma situação de descrença e de medo que eu sinto nos lavradores com quem eu falo, que estão assustados e que meteram travões na produção.

Se é este, de facto, o objectivo do Governo, estamos conversados.

Os Srs. dizem que está tudo bem. Para mim não está e em termos de futuro estou preocupado.

Vozes da bancada do PSD *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para tranquilizar o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros relativamente a esta diminuição do volume do leite entregue nas fábricas.

Efectivamente o ano civil traz-nos uma diminuição de 6%, mas se atendermos a este período de campanha leiteira que começou em Abril, essa diminuição desce para 3%. Essa diferença tem vindo a diminuir, o que significa que o ritmo de reposição vai acabar no fim desta campanha, provavelmente por trazer problemas ao contrário daquele que está a colocar. Vamos esperar os resultados, porque futurologia aqui não é muito bom fazê-la.

Portanto, o ritmo de crescimento abrandou bastante e os primeiros meses do ano apresentavam decréscimos elevados. Neste momento, em termos de campanha leiteira, o diferencial é de apenas 3% e penso que ele virá a diluir-se ao longo do próximo ano.

Quanto à necessidade de mais leite, é evidente que o nosso sector está a ganhar força e está a ganhar penetração nos mercados do Continente.

É óbvio que as unidades transformadoras da Região, com outras capacidades de transformação, com outras fábricas, com outra qualidade higio-sanitária dos seus produtos, começam a ganhar e a conquistar outros mercados e não é por acaso que o nosso volume de queijo tem estado a subir de uma maneira geral na exportação em todo o arquipélago, fruto de uma procura do mercado.

É evidente que é perigoso nestas coisas do leite, porque se o mercado hoje tem uma abertura e nós queremos mais produto, amanhã o mercado complica-se e torna-se difícil resolver.

Este é um dos dramas deste sector, mas a pujança que vão apresentando do ponto de vista da qualidade das infra-estruturas de transformação por várias ilhas, tem aberto, de facto, outros mercados que antes não abriam.

Nem tudo é um mar de rosas,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem! Reconhece que não é um mar de rosas!

O Orador: ... porque, por exemplo, o leite em pó neste momento tem uma conjuntura complicada. O mercado internacional colocou problemas neste tipo de transacções e, portanto, a situação que se criou, a qualquer preço, também é perigosa.

O nosso desejo de querer mais leite só revela que podemos transformar aquilo que temos, e já é bastante, naqueles produtos onde nós podemos ganhar mais dinheiro, o que só dá um sinal de vigor do sector e não de crise. É o sinal contrário.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): É por isso que vão pagar melhor!

O Orador: Era este o esclarecimento que eu aqui queria deixar.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco Oliveira para uma intervenção.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os açorianos que vivem do produto da terra, não poderiam ter encontrado melhor forma de iniciarem o século XXI, do que fazê-lo ao lado de um Governo que tem demonstrado a cada momento, ser correcta a orientação política que imprimiu ao sector da Agricultura.

De facto, ano após ano vem-se acentuando com maior clareza o acerto da opção por uma agricultura sustentada que possa garantir no presente e para o futuro a viabilidade económica daqueles que auferem do espaço de terra que trabalham, o seu sustento e o das respectivas famílias.

Para trás, é sempre bom não esquecer, ficaram os tristes e negros dias de incerteza, que tantas noites de insónia provocaram ...

Hoje, seguro que está o pão e a habitação o vai ficando, assim como vão progressivamente melhorando as condições de trabalho, através dos investimentos público e privado que estão acontecendo, é bom que nos nossos empresários agrícolas, surjam novos anseios, novos desejos de melhoria de vida e de condições de trabalho ainda mais favoráveis, procurando uma maior participação e maiores responsabilidades para as organizações que eles próprios formaram.

Isso significa uma forma adulta de estar na vida, uma procura de novas formas do saber, da pesquisa, da tecnologia, do confronto de ideias que conduz ao raspar de novos horizontes...

Enfim: está na hora da modernização, e os empresários agrícolas açorianos estão prontos para assumirem a sua quota parte na tarefa, tranquilos que estão com o Governo que os acompanha neste início do novo século.

Foi enorme a melhoria verificada durante o mandato do VII Governo Regional, o primeiro da responsabilidade do PS. Não vamos porém falar disso agora. A invocação serve apenas para explicar a grande expectativa criada em relação ao VIII Governo, o actual.

Todavia, se a expectativa foi grande, o acerto não foi menor.

A prová-lo aí temos como exemplo o primeiro ano da sua acção governativa. Do Plano aqui aprovado há muito menos de um ano, este Governo não só cumpriu com quase tudo, como nalguns casos até o ultrapassou.

Assim, em relação ao primeiro programa, o Fomento Agrícola, concluiu-se um caminho no Perímetro de Santana/Rabo de Peixe com 6,2 km, o qual custou 33 mil cts. Estão em início de empreitada um caminho com 5 km e o custo de 143 mil cts no Perímetro Serra do Cume/Agualva e 13,6 km em 2 caminhos na Bacia Leiteira de Ponta Delgada, pelo preço de 66 1mil cts.

Quanto à rede de distribuição de água, está em execução um projecto de 21.500 cts, em Santana, Caldeirão Grande de Ponta Delgada, e uma empreitada na Povoação abrangendo 533 ha, cujo custo é de 66 mil cts. Está adjudicada a estação de tratamento de água nas 5 Ribeiras que abrangerá 1900 ha e que terá um custo de 97 mil cts.

Em termos de electrificação, já se fez chegar a luz a mais 6 ordenhas na ilha Terceira, a que se acrescentarão 2 em 2002 e vão ser electrificadas 15 explorações na Bacia de PDL pelo preço de 67 mil cts.

O aumento significativo da verba para caminhos agrícolas no Plano para 2002 é demonstrativo do esforço continuado no melhoramento das infra-estruturas na área dos Perímetros Agrícolas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à sanidade animal, o Governo tudo tem feito para manter a Região num estado elevado de garantia da saúde animal realçado pelo facto de, por exemplo, se terem iniciado os exames de pesquisa de proteína de origem animal em concentrado de bovinos já em Dezembro de 1996, o que permitiu a Região ser considerada imune à BSE, mesmo quando foi detectado o animal de origem alemã com essa doença. Só durante este ano e até Outubro já se realizaram 801 exames e análises na pesquisa desta proteína.

Nos dois laboratórios montados em São Miguel e Terceira para a realização do despiste rápido dessa doença, efectuaram-se de Abril a Outubro 7.457 testes, estando aqui incluídos todos os testes realizados a animais desde a idade de 24 meses encontrados mortos ou abatidos de emergência, e todos os abatidos para consumo com idade igual ou superior a 30 meses. Estes laboratórios custaram cerca de 65 mil cts e cada teste realizado custa em média 10 mil escudos. Devemos aqui realçar a prontidão com que o Governo Regional actuou nesta matéria, tendo estes equipamentos sido reconhecidos nacional e comunitariamente, de grande nível, tendo sido a RM das primeiras regiões do país a implementar semelhante teste tão importante para a garantia do consumo dos nossos produtos.

Em relação à brucelose e no conhecimento das grandes vantagens da vacina viva deletada RB 51 aprovada nos Estados Unidos da América em 1997, perante a

situação verificada de uma certa inflexão na quantidade de animais apresentando resultado positivo nas análises, e após notificar as autoridades veterinárias Nacional e Comunitária, o Governo encomendou nos Estados Unidos 20 mil vacinas, tendo já aplicado as primeiras 1.800 em 2860 bovinos. As restantes 18.200 chegaram aos Açores a 10 de Novembro, iniciando-se de imediato a sua aplicação. Importa referir que cada uma destas vacinas dá para 4 bovinos adultos.

Não é que o valor (1,2% em 157.598 animais rastreados até Agosto) seja de alguma forma exagerado, mas estes procedimentos revelam o cuidado que o Governo coloca no controlo efectivo destas doenças. O elevado número de animais rastreados, quase triplicando nos últimos anos em relação a 1996, é também revelador do propósito de ir à procura da realidade existente, procedimento que revela honestidade e merece o reconhecimento dos principais beneficiários: os empresários agrícolas dos Açores.

Assim se reduzirá no futuro muito do abate compulsivo de bovinos como tem acontecido nos últimos anos. Refira-se como exemplo que até ao final de Dezembro, estima-se que em 2001 sejam abatidos cerca de 2.000 animais com brucelose o que, ao preço actual de 250 cts cada, perfaz a quantia de 500 mil cts, dos quais a Região paga 50%.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa apreciação ao programa de redução de custos de exploração agrícola verificamos que na acção do apoio ao investimento se aprovaram 2.018 projectos no valor global de 2.227 mil cts sendo cerca de uma centena respeitantes a jovens agricultores. Importa salientar que o prémio para a primeira instalação que era de cerca de 3.100 cts, aumentou 42,3% para os jovens sem formação específica completa, e 61,7% para os jovens com a formação empresarial completa, fixando-se agora em 4.410 cts e 5.012 cts respectivamente.

É de referir o elevado número de projectos aprovados este ano, devido ao facto de se terem acumulado durante a transição do II para III Quadro de Apoio. Daí que, ao voltar a situação a normalizar-se, é de prever que não seja necessária tanta verba na dotação do Plano para apoio ao investimento, como a existente em 2001.

Durante este ano garantiu-se atempadamente o pagamento das IC's a 4.247 explorações no valor de 1.187 mil cts. O sector cooperativo foi solidamente apoiado

na construção de medidas estruturantes na área da transformação e as organizações de produtores vêem reforçada a verba para acções relacionadas com o seu funcionamento.

No Programa da Diversificação Agrícola, executaram-se as acções nele incluídas, tais como o pagamento das 976 candidaturas às agro-ambientais num total de 922.788 cts, realçando-se aqui a diminuição da comparticipação da Região de 25% para 15%. Aprovaram-se ainda 189 projectos para a cultura de produtos vegetais, no valor de 351.863 cts.

A reestruturação da vinha teve de aguardar que fosse conseguida a derrogação da proibição do cultivo de algumas castas, em negociação levada a cabo com sucesso pelo Governo Regional com a Comissão Europeia no âmbito do POSEIMA. Os 39 projectos existentes no valor de 86.033 cts transferir-se-ão assim para o novo programa.

A extensão rural teve execução prática através do apoio concedido no terreno às produções biológicas, ao melhoramento animal, à protecção das culturas, à higiene da ordenha, e no atendimento a todas as solicitações dos empresários agrícolas junto dos serviços da SRAP.

Mas um Governo atento, sabe que a formação profissional dos Jovens Empresários é uma das principais bases para o seu sucesso no futuro. Por isso investe forte no prosseguimento desta acção tendo movimentado 900 formandos agricultores em 54 cursos de formação.

Ainda no âmbito da reestruturação agrária deu-se início à implementação do SICATE, uma arma que se espera seja de defesa dos pequenos e médios empresários. Deram entrada 50 candidaturas, para um investimento em terrenos superior a 400 mil contos. Estamos convictos que esta acção consolidará a sua importância num futuro próximo.

A, quanto a nós erradamente, chamada "Reforma Antecipada", pois deveria antes chamar-se "Prémio a Cedência de Terra", teve a dotação de 300 mil cts em 2001, que possibilitaram o acesso a 900 mil cts de fundos comunitários para pagamento das 1.100 reformas existentes. Esta é uma acção em que a comparticipação regional

reduziu também de 25% para 15%, justificando-se assim que a verba nesta rubrica tenha sido reduzida de 300 mil para 171.900 cts no Plano para 2002.

Um outro programa de importância estruturante para a Região é de vital importância para o futuro da Agricultura é o da Transformação e Comercialização. Aqui se enquadra a Rede Regional de Abate, uma das bandeiras do VII Governo Regional, e que o continua sendo deste VIII Governo. Estão já concluídos os matadouros de São Miguel, Flores, Corvo e Faial, encontrando-se em fase de acabamento os de São Jorge e Graciosa, enquanto que para o da Terceira as propostas serão abertas no final deste mês, prevendo-se o início da construção no 1º trimestre de 2002. Também em 2002 serão lançados os concursos para os matadouros do Pico e de Santa Maria. Todavia, é bom lembrar que até estar a rede concluída, todos os matadouros existentes estão devidamente homologados e com o número de controlo veterinário atribuído, possibilitando a exportação da carne da nossa Região.

Há um natural decréscimo nas verbas atribuídas para 2002 em relação a 2001, pelo facto de se ter concluído o Matadouro de São Miguel e quanto ao Matadouro da Terceira serem apenas atribuídos na dotação do Plano, os 15% da participação regional, dado que a restante verba sai dos fundos comunitários. Esta rubrica tem pois a verba suficiente para as obras a realizar, da forma em que estão programadas. O processo de certificação da carne está evoluindo e neste momento já aderiram ao pedido de Indicação Geográfica "Carne dos Açores" 33 produtores.

No que diz respeito à produção de leite, e numa demonstração do máximo interesse que o Governo tem colocado na importância da sua qualidade, está o investimento de cerca de 400 mil cts na classificação do leite, que se desenvolve em São Miguel, Terceira, Pico, São Jorge e Graciosa, estando tudo preparado para apoiar a sua implementação na ilha do Faial. Este esforço já permitiu que no ano anterior tivessem sido classificados 477 milhões de litros, dos 491 produzidos na Região.

Interessa aqui também realçar o papel do Governo Regional como mediador, na extremamente difícil negociação para o recente aumento do preço do leite, repondo assim algum equilíbrio em matéria tão sensível.

No domínio da Floresta há um investimento realizado em caminhos rurais e florestais no valor de 472 mil cts, bem como a realizar até ao fim do ano no caminho

do Pinhal da Paz e do Ramal do Grotão/Portal do Cedro em São Jorge no valor de 44.600 cts. Com esta verba os diversos serviços de ilha intervencionaram mais de 650 km de caminhos rurais e florestais em trabalhos de manutenção, construção e beneficiação.

Procedeu-se à manutenção e beneficiação das 23 Reservas Florestais de Recreio existentes, bem como a uma grande remodelação da Reserva Florestal de Recreio da Cancela do Cinzeiro e a grandes intervenções na área cinegética, com realce para a construção do Posto da Chã da Macela com a finalidade de reproduzir a perdiz cinzenta em cativeiro para repovoamentos.

A dotação prevista para 2002 para caminhos rurais e florestais é de 609 mil cts, mais 22% do que a dotação de 2001 o que permitirá uma intervenção de regularização, macadamização, remendagem asfáltica, conservação e limpeza em 700 km, para além do revestimento betuminoso e melhoria de drenagem em outros 30 km. Serão aprovados projectos no âmbito do PDRu-Açores para a florestação de terras agrícolas numa área de 345 ha, e através da Portaria 26/2001 de 10 de Maio, para 310 ha.

Dar-se-á início à implementação de um sistema de certificação de gestão florestal sustentável e concluir-se-á o Inventário Florestal dando assim continuidade aos trabalhos relativos ao Plano de Melhoramento Florestal dos Açores. Continuar-se-á a intervenção nas Reservas Florestais de Recreio bem como na área Cinegética, com vista a povoamentos de caça seleccionada na Floresta existente.

A Floresta assume assim, uma importância cada vez mais relevante no contributo para a melhoria do meio ambiente ao mesmo tempo que se acentua o seu papel como parte integrante do desenvolvimento sustentado do mundo rural.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa óptica de reforço das fileiras do leite e da carne consagrado na orientação política que este Governo traçou para o desenvolvimento da Agricultura Regional, as medidas executadas em 2001, são a prova evidente do cumprimento eficaz das directivas que se anunciaram quando da elaboração do Plano de Médio Prazo e Plano para 2001.

Simultaneamente, ficou evidenciado o esforço realizado em relação à diversificação da produção agrícola bem como a relevância que se atribui à Floresta no enquadramento paisagístico e ambiental e também na importância económica da sua exploração.

Este desenvolvimento sustentado da agricultura, em que é possível integrar de forma harmoniosa as produções tradicionais com as que vão conquistando o seu espaço através da aposta na diversificação da produção e a forma de desenvolver as potencialidades da Floresta, são a verdadeira essência da luz que os Governos da responsabilidade do Partido Socialista trouxeram a escuridão do túnel da confusão em que a agricultura mergulhava.

A concretização deste sonho que um dia começou, numa agricultura moderna e competitiva, far-se-á, executando ano após ano o caminho tracejado através dos Planos de Investimento e com a participação interessada e eficaz de todos aqueles que vivem da Agricultura.

As verbas para a Agricultura no Plano para 2002, sensivelmente iguais às constantes no Plano para 2001, possibilitarão o acesso ao financiamento de 52.168.783 € de outros Fundos Comunitários. Sendo assim, o total do Plano para 2002 são 91.162.679 € (18.276 mil cts) o que constitui 28,5% do total das verbas do Plano.

Mas a vida do agricultor é tão difícil, tão dura e tão cheia de imprevistos, que não bastam os Planos e o dinheiro neles contido para lhes sossegar o espírito. A vertente humana desempenha aqui um papel essencial em relação à confiança e tranquilidade necessárias. Neste aspecto, eles têm mais do que suficientes razões para acreditarem que o Presidente do Governo Regional deseja mais do que ninguém o maior sucesso para a Agricultura e que sabe compreendê-los sempre que alguma dificuldade se atravesse no caminho. Com objectividade. Com clareza. Com dignidade.

Do Sr. Secretário Regional da Agricultura sabem, através de provas dadas, que podem contar com ele em qualquer circunstância. Na nova fase que os empresários agrícolas estão encetando, já muito contributo existe do seu cunho pessoal. Para além da competência, já demonstrada, todos sabem que têm ali um amigo. Interessado. Isso é muito importante.

Disse.

(Aplausos das bancadas dos PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate que está a decorrer e que me tenho interessado muito, gostaria de pôr uma questão à bancada do Partido Socialista, na pessoa de V. Exa., Sr. Deputado, porque me ficou aqui a sensação que reina uma satisfação total e absoluta no que diz respeito a quotas leiteiras e ao desenvolvimento do sector leiteiro para a Região. Estão satisfeitos com a quota que temos? Não precisamos de mais quota?

Isto é uma questão de fundo, é uma opção política que tem que ser tomada e desenvolvida, e o Sr. Secretário tem que saber isso, porque tem que desenvolver esses esforços em Bruxelas e nada disto é fácil, junto do Governo da República, não só nos quantitativos da quota, mas também na forma de administração de uma quota para os Açores que possa ser gerida internamente, dentro dos limites permitidos pela legislação e pela regulamentação comunitária.

A pergunta que eu faço é se o Sr. Deputado julga que nós precisamos de mais quota, se ela deve ser aumentada ou se continuamos com a quota que tínhamos em 2000, apenas com o acréscimo que tivemos do resgate que foi transferido do Continente?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira para esclarecimentos.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão relacionada com a quota leiteira, eu penso que ela tinha ficado claramente explicada aquando da intervenção do Sr. Secretário da Agricultura.

É evidente que o Governo, nas negociações que está encetando com a Comunidade Europeia, não tem descurado o mínimo no sentido de que seja possível aumentar a quota leiteira para a Região. Seria, de facto, o ideal conseguir-se uma quota até a um número ilimitado de milhões de litros, mas tudo isso está em fase de negociação.

Há, de facto, um esforço muito grande do Governo, como foi aqui dito pelo Sr. Secretário, no sentido de tentar desbloquear definitivamente essa questão da quota leiteira, agora o que não podemos é estar aqui a dizer que queremos 20 milhões para amanhã, 30 milhões para o ano seguinte, etc.. É uma questão que se coloca, é uma questão em que há todo o interesse que seja satisfatoriamente resolvida e o Governo Regional tem feito, está fazendo e continuará a fazer todos os possíveis para que o problema da quota leiteira não volte a surgir nos Açores da forma como surgiu anteriormente.

Esta situação não tem absolutamente nada a ver com a nossa continuada afirmação de que a aposta na qualidade é, de facto, extremamente importante, muito mais do que a aposta na quantidade.

O que aconteceu e que foi aqui colocado em evidência em entrevistas e em posições dos Governos do PSD nas políticas de PMPs anteriores, e referido pelo meu colega de bancada Luís Paulo Alves, foi que o limite já estava perto de ser atingido e, portanto interessava apostar na quantidade com medo de que esse limite fosse ultrapassado, em detrimento da qualidade.

Neste momento aquilo que os Governos do Partido Socialista vêm defendendo é a aposta na qualidade, o que não serve de desculpa a não tentativa de aumentar a quantidade simultaneamente.

Agora, o que é importante neste momento é a aposta na qualidade e há provas dadas, como referiu o meu colega de bancada Manuel Silveira quando reafirmou aqui de forma clara que, na prática, uma forma de ganhar dinheiro é através da qualidade.

Neste momento o que se procura fazer é industrializar os agricultores para que procurem acima de tudo a quantidade e depois de atingir esse nível, quanto mais melhor.

Portanto, continuar na quantidade desde que se vá conseguindo o aumento da quota leiteira necessária.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A parte final do discurso do Sr. Deputado eu não percebi muito bem.

O Sr. fala em qualidade e em atingir quantidade, mas para mim acho que qualidade esteve sempre subjacente, quer se produza pouco, quer se produza muito e agora mais do que nunca tem que se produzir com qualidade. Isso dizemo-lo todos há muitos anos.

O Sr. Deputado Luís Paulo Alves foi buscar uma entrevista do Secretário da Agricultura e Pescas do último governo do PSD, mas essas coisas evoluem e já disse isso várias vezes aqui nesta Casa, porque as perspectivas de 1985 não eram as mesmas de 1990, que por sua vez não eram as mesmas de 1995 e que não são as mesmas de 2000 ou de 2001. Nós temos uma conjuntura hoje totalmente diferente em que os mercados evoluem.

Quando eu levanto esta questão aqui é porque acho que nos próximos anos vai ser fulcral saber-se, efectivamente, o que é que nós pretendemos e o que nós precisamos para a sustentação de um sector que, por um lado está a investir no sector industrial com fábricas novas e, por outro temos esses aumentos de eficiência, temos possibilidades acrescidas de estar nos mercados com produtos de maior qualidade e o que eu temo é que agora que começamos a sentir que temos estrada para andar, falta-nos o motor para avançar, isto é, matéria prima para trabalhar.

Portanto, este é um assunto que julgo que deverá ser muito ponderado e objecto de um consenso político a nível regional que envolva produtores, industriais, governo, políticos, a sociedade em geral.

Muito obrigado.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dar o meu contributo a este debate, dizendo o seguinte:

O sector precisa, eventualmente, de alguma elasticidade na produção leiteira, mas precisa que essa elasticidade seja ponderada do ponto de vista da sua evolução, porque é preciso não perder de vista que neste momento existe uma conjuntura nos lacticínios decorrente da BSE que promoveram o abate de milhões de vacas no

espaço europeu e, por outro lado, a União Soviética, como mercado consumidor, abriu, o que significa que há uma procura internacional muito maior de leite do que existia há uns tempos e reflecte-se aqui nos Açores.

O problema que se põe é se estas coisas muitas vezes não estão consolidadas e se dão um sinal de aumentos de quota muito elevados, isso pode conduzir a que se aumente rapidamente a produção e não se tenha consistência para essa produção e esta conjuntura que evoluiu neste sentido, evolua no sentido contrário, ou seja, baixe imenso os preços do petróleo, volte a baixar o mercado da União Soviética, sejam repostas as manadas de gado na Europa e nós ficamos aqui a braços com uma crise ao contrário do que temos hoje, isto é, as fábricas ficam sem ter onde colocar os produtos, os produtores sem terem com que receber o dinheiro e o problema inverte. Estas coisas têm os seus círculos normais e, como em tudo, requerem para já que não tenham garrotes, e penso que isto é importante, mas requerem também que a sua evolução não seja feita a soluções nem numa forma demasiado brusca, porque se trata de um tecido mais ou menos em movimento com constrangimentos externos que nós não controlamos.

Obrigado.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Observação sensata.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É só para dar mais um contributo a este debate que me parece interessante.

Queria chamar a atenção para alguma contradição do Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros, porque afinal temos estrada para andar, afinal estamos a crescer, mas o seu discurso de há pouco não foi esse, mas sim que existe intranquilidade, “se calhar estamos aqui numa crise, se calhar não vamos ter projectos para aprovar; que os lavradores estão a abandonar a agricultura e a lavoura; já falaram comigo e já disseram que não querem ser mais lavradores”. Afinal, Sr. Deputado, em que é que ficamos? Afinal estamos a crescer e à espaço para crescer!

Afinal o seu discurso voltou àquilo que eu esperava que sempre fosse, um discurso consentâneo com a realidade, um discurso consentâneo com as nossas preocupações. De facto, a quantidade de referência dos Açores é uma das nossas preocupações, que tem que reflectir aquilo que há pouco os dois Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista já referiram neste debate e que eu tive oportunidade de dizer na minha intervenção que está a ser feito com a transformação e com os parceiros sociais, com as associações agrícolas que têm o sentido da responsabilidade de perceber o momento que nós atravessamos e que deixaram de dizer números em abstracto, que deixaram de falar em milhões, que é aquilo que o Sr. gostava de ouvir, para assentarem num plano muito mais responsável, sabermos onde nos inserimos, se a comunidade vai alargar ou não para a Polónia, quanto é que produz a Polónia e quanto é que isso significa de instabilidade na União Europeia, para não chegarmos ao ponto que o Sr. Deputado Luís Paulo Alves acabou de referir que é não ter sítio para colocar os produtos.

Só podemos crescer na medida da necessidade do aumento da procura. A isto chama-se crescimento sustentado. É esse objectivo que nós queremos para os Açores, sob pena de, não sendo assim, o preço do leite passar a descer em vez de subir.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu estou muito limitado no tempo, mas só para dizer que quando falei de termos estrada para andar, foi no sentido de que a conjuntura actual do mercado e as perspectivas de futuro do mercado colectivo dos lacticínios na Europa são neste momento favoráveis.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Entretanto referi que o parque industrial regional está substancialmente melhorado e, portanto, vamos ter motor.

Agora a questão que se põe é se efectivamente não nos vai faltar matéria prima, porque ouvi V. Exa. dizer, num colóquio que houve em Santana, que é preciso ter cuidado.

Sr. Secretário, o que é certo e que é preciso que se note, e retomo aqui a minha intervenção, é que o produtor individual, o homem que produz leite ainda não viu a sua quota alterada de acordo com a produção que está a ter neste momento e é isso que está a criar um clima de insegurança,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): De angústia!

O Orador: ... de incerteza em relação ao futuro, a nível do produtor que está a dar, de facto, o clima de mal estar que eu referi, que é real e V. Exa. sabe que é.

Vozes dos deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quem cala consente!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O plano para 2002 é mais uma vez um documento que em termos de execução final certamente deixará muito a desejar.

Contínuo francamente sem perceber para que se orçamentam verbas quando já se sabe à partida que as mesmas não serão utilizadas nas acções previstas.

O adiar sistemático de obras fundamentais ao desenvolvimento das diversas ilhas começa a ser de alguma forma comprometedor do futuro das mesmas.

Sendo compreensível que uma ou outra acção não se concretize, não se pode é entender de forma alguma esta falta de rigor no cumprimento dos sucessivos planos que vão sendo apresentados.

Uma maior eficácia da acção governativa por um lado, e uma maior eficácia da acção desta Assembleia por outro, passariam certamente pela elaboração de documentos credíveis e de fácil entendimento.

Só assim é que o plano se pode considerar um documento orientador da acção do Governo, onde está contida a sua estratégia de desenvolvimento para determinado ano e só assim é que a Assembleia pode exercer cabalmente a sua acção fiscalizadora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para 2001 no caso particular da ilha de Santa Maria, teve uma execução quase nula.

De todas as acções previstas, apenas a Escola Bento Rodrigues efectivamente teve o seu início.

O plano para 2002 que ainda nem está aprovado, já infelizmente dá garantias de seguir o mesmo caminho.

Com excepção do abastecimento de água à lavoura, cujo concurso público foi lançado na recente visita do Governo a Santa Maria, tudo o resto se encontra na fase de estudo prévio, anteprojecto ou projecto.

Mesmo obras que já têm projecto há já alguns anos (a casa de matança), mesmas essas, têm tantos entraves à sua execução que já tenho as minhas dúvidas que o seu início seja para 2002.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano a Médio Prazo deveria ser um instrumento orientador que de alguma forma definisse a política de desenvolvimento do governo nos quatros anos de mandato.

O actual P.M.P. foi aprovado há menos de um ano e fica-se com a triste sensação que de nada serviu a sua aprovação e muito menos o tempo que perdemos a analisá-lo.

Desde cortes naquilo que foi orçamentado, passando por mudanças de ano no início das acções e terminando na pura e simples eliminação de algumas delas, de tudo aconteceu um pouco.

Perguntava por exemplo o que é que aconteceu à conclusão da casa do Povo de Santa Bárbara e ao Centro de Jovens, obras cuja execução estava programada para 2002?

Será que passaram para 2003?

E o Centro de Idosos. Qual foi o critério que presidiu à redução dos 100.000 cts previstos no P.M.P. para 2002, para os 50.000 cts que estão agora orçamentados?

Será que a obra ficou mais barata?

Por outro lado o Núcleo de Recreio Náutico de Vila do Porto e Gare Marítima de Passageiros que tinham, em principio, dinheiro suficiente para serem executados, neste momento parece que se transformaram só em cais de acostagem e gare marítima de passageiros, ficando o porto de recreio para melhor oportunidade.

Apesar de em 2001, por proposta do P.S., ter sido aprovada uma alteração orçamental que reforçava a verba para o porto dos anjos a verdade é que a obra não se iniciou e ainda está em fase de anteprojecto.

Será que o Partido Socialista vai propor uma nova alteração a ver se a obra se inicia em 2002?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não se podem continuar a penalizar as ilhas pequenas.

Se elas já têm de si economias mais frágeis e consequentemente uma menor capacidade de desenvolvimento, têm é que ser mais apoiadas.

Compreendo as dificuldades;

Compreendo que por vezes existe boa vontade e até intenção de resolver as coisas;

Mas a manifestação de boas intenções por si só não resolve os problemas.

É necessário abandonar a fase das promessas e passar à fase das concretizações.

Não está certo que em termos de execução orçamental sejam sempre as ilhas mais pequenas a pagar crise, nem está certo que se continue a prometer sabendo que se não vai cumprir.

Aos governos regionais cumpre governar por forma a combater as assimetrias existentes entre as diversas ilhas dos Açores nunca no sentido de as agravar.

Disse.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu se não estivesse estado na reunião do Conselho de Ilha eu diria que o Sr. não esteve lá, porque não ouviu nada daquilo que se passou.

Também se por acaso o não tivesse visto em Santa Maria e se soubesse que o Sr. leu o comunicado do Governo, em também não acreditava.

Em relação ao cais de atracação de ferrys, deliberação do Conselho do Governo, a obra no valor de 332.500 contos, já está posta a concurso.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): O que é que eu disse? O Sr. não percebeu!

O Orador: O Sr. não disse isso. Leia a sua intervenção.

Relativamente ao porto de recreio o Sr. devia saber, porque também lhe foi explicado, que está a ser elaborado o projecto – um projecto leva o seu tempo a fazer, não se faz assim de um momento para o outro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Por acaso leva.

O Orador: O Sr. está nervoso?!

Em Maio ou Junho vai ser posto a concurso e em 2003 a obra do porto de recreio é para avançar. Não há dúvida nenhuma.

Admirei-me do Sr. vir falar da Casa de Matança, quando o Sr. Secretário já disse que, se passasse 3 meses, iam encontrar outro terreno para a construção da Casa de Matança, que não havia problemas com o dinheiro e que estava resolvido. O Sr. não ouviu ele dizer isto?

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Eu não disse isso.

O Orador: O Sr. não disse, mas ouviu o Sr. Secretário dizer isso.

O Sr. pôs em dúvida de que ela iria ser feita neste ano de 2002...

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Isso em pus!

O Orador: ... e o que eu estou a dizer é que vai ser feita.

Em relação ao Centro Comunitário o Sr Deputado reconhece que a culpa não é do Governo. A culpa é da entidade que faz a obra e quem faz a obra é a Santa Casa da Misericórdia.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): A culpa é do empreiteiro, não é da Santa Casa.

O Orador: Se os projectos não avançaram não foi por culpa deste Governo, mas sim do empreiteiro, do engenheiro ou do arquitecto.

O que o Sr. me disse outro dia eu não vou dizer aqui, mas que o Sr. tem a certeza que a culpa não é do Governo, isto é verdade.

A obra está atrasada, mas não é o Governo que tem que fazer. Quem tem que fazer é a Santa Casa de Misericórdia, como o Recolhimento de Santa Maria Madalena é que fez a sua obra. É só isto.

O Sr. não falou da Igreja Matriz de Vila do Porto, mas devia ter falado. Em Outubro o Sr. falou disso aqui e o dinheiro já está entregue.

Aliás, das coisas que o Sr. Deputado disse aqui eu acho que não há nenhuma que não vá ser feita no próximo ano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira para esclarecimentos.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Humberto Chaves: Apenas dois esclarecimentos:

Em relação ao Centro de Idosos eu não disse que não arrancava em 2002, o que eu disse foi que no Plano a Médio Prazo estavam previstos 100 mil contos para 2002 e que agora no Plano só tinha orçamentado 30 mil contos. Foi a única coisa que eu disse.

Nós já vimos qual foi a execução do Plano de 2001. Quando chegar ao final de 2002, voltamos a conversar.

Era só.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Manuel Campos para uma intervenção.

Deputado Manuel Campos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo:

É do conhecimento geral, que o sector das pescas atravessa, em particular no que à Europa diz respeito (Região Autónoma dos Açores incluída), um período complexo e difícil.

O recurso à legislação protectora de espécies, à regulamentação preservadora de zonas costeiras, o aumento da fiscalidade e das normas para o exercício da pesca e das artes utilizadas, são, entre outros, instrumentos moralizadores ou mesmo recorrentes, para evitar o desaparecimento de algumas espécies e concomitantemente, a possibilidade do seu desenvolvimento.

Tendendo os recursos pesqueiros para a redução, inversamente, a sobreexploração dos mares com grandes e devastadoras embarcações, aumenta.

Como se sabe, o Atum é uma espécie migratória com flutuabilidade de capturas maiores ou menores, de picos periódicos mais elevados, descendo nos anos seguintes. Isto é histórica e cientificamente comprovado. Porém a situação, tal como se nos apresenta nos dias de hoje, torna-se mais delicada, considerando os novos factores de ordem não natural.

Nos últimos anos os reflexos da crise no sector tem sido óbvios.

Sem ser necessário entrar em grandes detalhes, essencialmente, é neste enquadramento que deveremos analisar a situação.

Os problemas do sector, têm maiores e mais evidentes efeitos no tocante à pesca do Atum e, conseqüentemente, na indústria conserveira. Quer dizer, no caso da escassez de Atum nos mares dos Açores, a acção predadora de grandes palangreiros de países terceiros, não sendo a única, será uma das principais.

Esta nova realidade cujo tempo de duração não se pode precisar, requer em paralelo, uma diferente natureza de esforços de índole diplomática, política de influências e de estreitamento de relações com os diversos países alvo.

Atento, o Governo Regional tem mantido contactos com outras realidades, nomeadamente com países africanos da área do Atlântico Sul, onde esta e outras espécies são mais abundantes e a pesca nessas regiões se apresenta como uma alternativa para a frota açoriana.

Nesses contactos, têm sido directamente envolvidos quadros técnicos e as forças vivas do sector, no sentido de avaliar as reais possibilidades alternativas e as condições e infra-estruturas localmente existentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em sobreposição aos fracos resultados da safra do Atum, os meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2000 e os primeiros 3 meses do corrente ano, devido ao prolongado período de mau tempo no mar (que afectou seriamente a actividade do sector da pesca na região), contribuíram de igual modo para que se perspectivem resultados menos bons no ano 2001, em quantidade e em valor.

A redução das capturas de tunídeos em 2000, significa um decréscimo de receitas na ordem dos 600.000 contos. Se acrescentarmos as descargas de tunídeos, efectuadas na ilha da Madeira e a venda directamente em Lisboa, por embarcações da Região, de algum peixe de fundo, não será exagero afirmar que esses valores rondarão os 800.000 contos.

Ainda que tenhamos exemplos de bons rácios de exploração, o efeito imediato de tudo isto, foi e é, o impacto social negativo provocado.

Foram afectados em primeiro lugar, pescadores e armadores, que viram substancialmente reduzidos os seus rendimentos, agravados os encargos e dificultado o cumprimento dos seus compromissos financeiros, impedidos que estiveram, de utilizar o seu principal meio profissional de subsistência, a sua principal fonte de rendimento.

Ao mesmo tempo, as pequenas economias locais, o pequeno empresariado e o pequeno comércio, ressentem-se dos efeitos constrangedores deste actual estágio do sector. Em consequência a exportação regional, que tem nas pescas um dos seus principais expoentes, viu reduzidos os montantes de divisas entradas na Região.

Os problemas advenientes deste conjunto de factores, pressupõem a assunção de medidas sociais atenuantes dos impactos negativos que lhes estão subjacentes.

Também nesta área o Governo Regional assumiu as suas responsabilidades. De acordo com as regras estabelecidas, atribui uma Compensação Salarial a cada um dos trabalhadores da pesca, para minorar os seus prejuízos.

Agora, pretende regulamentar esse apoio, disponibilizando verbas e preparando-se para propor à Assembleia, legislação sobre esta matéria, através da adaptação à Região, do Decreto-Lei nº 311/99, de 10 de Agosto, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 255/2001, de 22 de Setembro, que cria o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca.

Para além de se pretender que com equidade, no plano social, venham a ficar formalmente estabelecidos direitos, outras áreas nos merecem atenção.

A possibilidade de surgimento de novas indústrias no sector, reequacionar a aquicultura, espreitar e estimular a pesca de espécies não tradicionais na nossa Região, como é o caso do Espada Preto (em fase experimental), ou o estudo e investigação do Peixe Relógio, poderão implicar também, a experimentação e posterior utilização corrente, de artes diferentes das usuais e, eventualmente, a readaptação em casos específicos, das embarcações, ou mesmo a opção, nas construções novas, pela concepção de embarcações de características mais e melhor adequadas.

Isso exige apoios, exige trabalho de convergência, desde os pescadores aos cientistas, passando pelos serviços administrativos (colaboradores fundamentais para os potenciais candidatos, na informação e no esclarecimento que muitas vezes são escassos e equívocos) e a liderança e coordenação do poder político e indispensáveis apoios comunitários que muito bem deveremos saber aproveitar.

O Plano e Orçamento para 2002 aí está, com instrumentos financeiros para utilizar, com verbas disponíveis para as diversas frentes através do III QCA-PRODESA e de fundos próprios. Para apoiar a construção de novas unidades, a renovação e modernização da frota existente, para a formação profissional e para actividade científica.

Na sua vertente pescas, o Plano e Orçamento apresenta ainda um outro enunciado de medidas e investimentos que importa salientar, no que concerne às infra-estruturas portuárias e às infra-estruturas de apoio em terra, Casas de Aprestos, Lotas e Equipamentos.

O Plano e Orçamento para 2002, contempla de forma equilibrada, intervenções, projectos e investimentos cuja preocupação central é, fundamentalmente, acudir às

necessidades de manutenção e beneficiação de alguns portos, a continuação e conclusão de outros e ao início de importantes obras, como é o caso do Porto de Ponta Delgada.

Prevê-se para 2002, a conclusão das obras dos portos de Ribeira Quente e Rabo de Peixe em S. Miguel, a realização de obras de remodelação nos portos de Maia e Anjos em Santa Maria, transformando-os em infra-estruturas adequadas às necessidades que, para além da actividade desenvolvida em ambos, passarão a permitir que os profissionais da pesca tenham, localmente, portos alternativos quando a pesca o aconselhar ou as intempéries o exijam.

Em 2002 terão início as obras do porto de pesca e recreio da Praia, na Graciosa. Esta importante infra-estrutura de valorização da ilha, certamente permitirá aos profissionais da pesca muito melhores condições de trabalho.

O projecto para a construção de um Porto de Pesca no Norte Grande, em S. Jorge, tem em vista a construção de uma infra-estrutura portuária no norte da ilha, para os pescadores que a partir dali pretendam desenvolver a sua actividade ou ali se recolher.

Para o Pico está prevista a construção de infra-estruturas portuárias na Madalena de custo estimado de 250.000 contos, do projecto de ampliação do porto do Calhau da Ponta da ilha e a construção de diversas Casas de Aprestos.

Depois de Ponta Delgada e Rabo de Peixe, em S. Miguel, S. Mateus e Praia da Vitória, na Terceira, durante o 2º semestre de 2002, a Lota do Porto da Horta, no Faial, será a 5ª a ser equipada com sistema electrónico de arrematação do pescado.

Para a ilha das Flores, é reforçada a verba disponibilizada para investimentos em cerca de 50%, relativamente ao ano anterior.

Continuarão a ser construídas também, Casas de Aprestos em todas as ilhas e portos carenciados. Aliás, essa tem sido a prática deste Governo. Todos os portos onde haja actividade de pesca, serem infra-estruturados de Casas de Aprestos, de acordo com o número de embarcações no activo.

O Departamento de Oceanografia e Pescas (DOP) ao longo de 2002, prosseguirá investigações, acompanhará e fará experiências, observará zonas oceânicas específicas e recolherá elementos considerados importantes, com vista sempre, à

descoberta de novas opções de pesca, de mais espécies comercializáveis e ao entendimento de fenómenos que permitam salvaguardar o futuro da pesca e daqueles que dela vivem. Para isso, disporá de uma verba de 100.000 contos.

No conjunto, para além das verbas contempladas no Plano e Orçamento em discussão, o apoio ao sector das pescas terá um reforço de cerca de 1.640.000 contos, através do PIDAC.

Em 2002 as verbas destinadas ao sector das pescas, têm um acréscimo real de mais 30%, consideradas as transferências referidas.

Sinceramente, pensamos ser um bom sintoma. Que seja também um bom augúrio para melhores tempos.

Os pescadores, armadores e industriais, saberão fazer a sua leitura política sobre um governo que, num período de maior aperto, arregaça as mangas da solidariedade e apresenta-se não só determinado em ajudar, como apostado em dar um forte impulso no sector, de modo a que este sinta que tem, neste governo, um bom aliado.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente (Helder Silva): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O VII Governo Regional deu passos significativos e de fundamental importância para a resolução dos problemas ambientais, invertendo a tendência acessória e dispersa das competências mas estranhamente convergente nas responsabilidades.

Iniciou-se um percurso de estruturação estratégica do sector do ambiente, transpondo-o para um nível de paridade nas decisões sobre a política de desenvolvimento regional e reforçando-o progressivamente em recursos técnicos e financeiros.

Compete-nos, no âmbito das atribuições da Secretaria Regional do Ambiente, assegurar que a política de desenvolvimento económico que vimos prosseguindo na Região se sustente cada vez mais em conceitos de modernidade, hoje indelevelmente associados aos conceitos de crescimento harmonioso, equilibrado, durável e sustentável.

O desenvolvimento hoje, está igualmente associado a um novo conceito de tempo que implica afinal uma projecção da dimensão económica, numa escala temporal não de meses ou anos mas de décadas (ou mesmo séculos).

Não estamos mais, e apenas, a assegurar o nosso próprio bem estar, mas pensamos cada vez mais nas gerações dos nosso filhos e netos. Queremos assim, romper definitivamente com a política do desenvolvimento egoísta.

A consecução destes objectivos, assenta assim em dois elementos fundamentais: olhar o presente e planear o futuro. Por outras palavras, sustentamos as nossas decisões no estudo aprofundado dos problemas e projectamos o desenvolvimento no planeamento integrado das nossas acções.

Foi com este enquadramento que, durante o primeiro ano deste Governo, demos prioridade à elaboração de um conjunto de planos, com especial destaque para o Plano Regional da Água agora concluído e a submeter brevemente à discussão pública. Este instrumento, que em termos hierárquicos assumirá um posicionamento superior (acima dos Planos Directores Municipais e dos Planos de Ordenamento de Orla Costeira ou das Lagoas), detém uma natureza estratégica e programática e contribuirá para a resolução de um largo espectro de disfunções na área da gestão dos recursos hídricos. (Para além de serem analisadas, em qualidade e quantidade, as disponibilidades destes recursos, foi também equacionada a protecção dos ecossistemas aquáticos, identificadas as pressões e situações de maior risco, tendo sido ainda analisados os regimes económico e financeiro e o quadro legal e institucional conexo. Coloca-se-nos pois, o desafio de fazer substituir um modelo de gestão arcaico, ineficaz e desintegrado, por outro moderno e de elevado nível de eficácia que integre todo o sistema de montante, ao nível da protecção da água nas origens, até ao tratamento de águas residuais a jusante do sistema hídrico, passando pela captação, adução, tratamento e distribuição deste bem ambiental.)

Neste âmbito, abrimos duas frentes de trabalho de particular significado: o combate à eutrofização das lagoas e à gestão de ribeiras. Ao nível das lagoas, lançámos os Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas de Furnas e Sete Cidades, que se encontram em fase de adjudicação, estando em discussão, no âmbito da respectiva Comissão de Acompanhamento a adopção de Medidas Preventivas intercalares. Contudo, não basta prevenir, é igualmente necessário intervir correctivamente e, nesse âmbito, temos construído um conjunto de bacias de retenção de material sólido, travando assim a entrada de nutrientes responsáveis pela situação vigente. Mas estamos também a intervir curativamente, através da construção de uma comporta nas Furnas que permitirá a extracção de água em profundidade e, com ela, o fósforo que ao longo de décadas se acumulou no fundo da lagoa. Através destas intervenções, estamos a resolver cerca de 50% do problema da eutrofização (um pouco mais nas Furnas e menos nas Sete Cidades). A restante componente do problema, resulta em grande escala dos usos do solo nas vertentes daquelas bacias hidrográficas, em particular da agro-pecuária, estando a ser considerada ao nível dos Planos e Medidas Preventivas, sendo que o Plano de Desenvolvimento Rural, pelo montante e natureza das ajudas previstas, constitui um instrumento de especial relevo.

Ao nível da orla costeira, em paralelo com um conjunto de acções de monitorização das águas balneares, genericamente consideradas de muito boa qualidade, o que aliás tem merecido a atribuição da "Bandeira Azul da Europa" a cerca de 25 zonas balneares (um quarto das atribuídas a nível nacional), a Secretaria Regional do Ambiente tem também lançado a elaboração de "Planos de Ordenamento de Orla Costeira" para as diversas ilhas do arquipélago. Passaremos pois a dispor, no médio prazo, de mais um conjunto de instrumentos que, em conjunto com os Planos de Água acima referidos, proporcionarão um correcto ordenamento da costa das ilhas, definindo os seus usos e determinando as necessidades de intervenção, por forma a melhor proteger as populações e seus bens.

A Secretaria Regional do Ambiente não enjeita as suas responsabilidades, que são muitas, em matéria de planeamento, tanto as que estão na sua alçada directa, como promovendo a elaboração daqueles planos que se encontram cometidos aos

municípios. Contudo, não estamos também a aguardar a aprovação dos planos para iniciar as intervenções que reconhecidamente são mais prioritárias, trate-se de campanhas de sensibilização dirigidas para as ribeiras, combate à eutrofização, nomeadamente nas lagoas de Furnas e Sete Cidades, ou da protecção das orlas costeiras de Lajes do Pico, Santa Cruz das Flores, Santa Cruz da Graciosa, Rabo de Peixe ou S. Roque em S. Miguel. Esta última, não obstante se tratar de uma situação que ultrapassa claramente o âmbito da intervenção específica desta Secretaria Regional, recaindo largamente na esfera das competências autárquicas, por requerer a elaboração de um Plano de Pormenor que garanta a requalificação daquela área urbana e conduza, necessariamente, à deslocalização de parte da população.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Também a gestão de resíduos se apresenta como uma área de intervenção desta Secretaria Regional fortemente partilhada com as autarquias que, no domínio das suas competências específicas se constituem como "entidades - chave" no processo de gestão de resíduos sólidos urbanos.

Ao nível dos resíduos sólidos urbanos dispomos de um plano de gestão, necessariamente dinâmico, como dinâmica é esta área de gestão ambiental que nos últimos anos se tem imposto, particularmente no espaço europeu, como uma área de forte evolução. Apesar das dificuldades, que decorrem da dispersão do território regional obrigando à construção de aterros sanitários em cada uma das nove ilhas, a pequena escala das estruturas de gestão existentes e aos custos inerentes ao transporte de resíduos inter-ilhas, e destas para o continente, associados ainda à desadequação que nalguns casos se observa entre os modelos de gestão tradicionais e a realidade insular, os Açores estão a dar um salto qualitativo ao nível da gestão dos resíduos. Em sequência do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos, adjudicamos já a elaboração de um Plano de Resíduos Hospitalares, estando para breve o arranque do processo de elaboração do Plano de Resíduos Industriais. Encetamos conversações com o Governo da República e com o Instituto de Resíduos para a exportação comparticipada de resíduos, cabendo agora à Associação de Municípios dos Açores definir junto das entidades gestoras o protocolo que suporta

essa colaboração, para o qual dispomos já do necessário enquadramento legal pela aprovação, nesta Assembleia, do correspondente Decreto Legislativo Regional.

Mas, também aqui, estamos não apenas a planear o futuro como também a resolver problemas acumulados ao longo de largos anos. Neste âmbito, temos o enorme desafio de, contrariando uma regra do ambiente, segundo a qual é mais rápido criar um problema do que resolvê-lo, coloca-se-nos a tarefa de requalificar

ao longo dos próximos anos situações criadas nalguns casos há mais de dez, como é o caso bem paradigmático de Santa Maria, sendo que dispomos já de um Plano Integrado de Requalificação das Áreas Envolventes ao Aeroporto que será brevemente lançado a concurso. Mas não só. Temos vindo a proceder ao levantamento destas situações por todo o arquipélago e numa política de corresponsabilização dos diversos actores e entidades responsáveis estamos, com um bom conhecimento das situações ao nível da localização de resíduos, volume e natureza, a iniciar um processo de requalificação de algumas áreas. A zona da Barca no Pico, como a antiga lixeira das Lajes, constituem exemplos recentes da nossa estratégia. Vamos prosseguir-la, paulatinamente, por contactos com as autarquias, empresas e demais entidades, coordenando estas acções e assegurando sempre o nosso papel de responsabilização dos diversos agentes.

Temos, no entanto, que alargar o sistema de recolha selectiva, melhorar a gestão dos aterros que em muitos casos se encontra longe dos padrões exigidos, para que nos possamos então concentrar, a outros níveis de preocupação, em formas de tratamento alternativo de muitas categorias de resíduos que poderão ser reutilizados, por exemplo por compostagem de matéria orgânica e até reciclados localmente. Esta é uma área que tem merecido da parte das Regiões Ultraperiféricas da Europa uma preocupação redobrada bem expressa na Resolução recentemente aprovada no âmbito da Declaração Final da VII Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas quando se diz, sobre a gestão de resíduos "... o contexto sócio económico e ambiental distintos dos da União Europeia geram dificuldades que são acentuadas pelos sobrecustos de encaminhamento para o exterior e de gestão significativos comparativamente com o território continental." Pelo que e continuo a citar: "... convidam a Comissão Europeia a tomar em conta as preocupações

expressas a este nível e a estudar medidas que permitam às Regiões Ultraperiféricas ultrapassarem com sucesso estes constrangimentos particulares".

Algumas palavras também para o trabalho que vem sendo realizado no âmbito da Conservação da Natureza. Trabalho importante, porquanto os Açores, constituem-se no quadro europeu, como um reduto ambiental que, pela sua riqueza e biodiversidade, bem expressa no elevado número de espécies, muitas das quais autóctones e várias endémicas, merece uma atenção redobrada.

No âmbito da Rede Natura 2000 estão definidos 23 Sítios de Interesse Comunitário, estando em fase de elaboração os seus planos, dos quais os relativos a Sítios Marinhos se encontram em fase adiantada. Em paralelo, estão definidas 15 Zonas de Protecção Especial.

Reconhece-se, no entanto, a necessidade de rever as áreas classificadas dos Açores, processo que será despoletado ao longo dos próximos meses, como se reconhece a necessidade de promover a elaboração de planos de gestão para um conjunto de áreas com estatuto de protecção especial mas que, em resultado do aumento dos fluxos turísticos, são cada vez mais concorridas. Estes planos abrangerão, numa primeira fase, áreas de maior prioridade como a montanha do Pico, o Monte da Guia, ou o Ilhéu de Vila Franca e pretende-se que sejam posteriormente alargados a outras parcelas do território.

Em paralelo, a Secretaria Regional do Ambiente tem em suas mãos o dossier da candidatura à UNESCO da Paisagem Protegida da Zona da Vinha e do Vinho no Pico, a qual tem merecido a nossa prioridade nos últimos meses. Contudo, a enorme expressão assumida pelo território oceânico na Região, justifica também o investimento que temos vindo a desenvolver ao nível da criação de algumas Áreas Marinhas Protegidas longe da costa (ou Offshore), centradas desde logo nas fontes hidrotermais como o Menez Gwen ou o Lucky Strike que, pelas características únicas enquanto ecossistemas e pela sua raridade mundial, merecem uma atenção e estatuto de protecção especial. O mesmo se verifica com o recife de Dollabarat (vulgo ilhéus das Formigas) e com alguns montes submarinos

Este esforço, que tem vindo a ser consertado com diversas instituições internacionais, bem como com organizações não governamentais de ambiente,

particularmente o World Wide Fund, conduzirá, assim confiamos, ao estabelecimento nos Açores das primeiras Áreas Marinhas Protegidas Offshore da Europa.

Concluo, finalmente, com uma nota sobre o investimento previsto neste Plano para 2002.

Treze milhões e meio de Euros, representando 5,4% deste Plano. Este é, em termos absolutos e relativos, o maior plano de investimentos alguma vez aprovado para o Sector Ambiental e vem consubstanciar as crescentes preocupações ambientais expressas no Programa do VIII Governo Regional e do Governo que o antecedeu. Com efeito, de um nível de investimento médio anual de 635 mil Euros no período de 1992/1996, crescemos para um nível médio anual de 6,34 milhões Euros no período de 1997 / 2000, 11 milhões Euros no corrente ano e agora 13,5 milhões de Euros para 2002, representando já um crescimento, a preços constantes, de 2.136% entre 1996 e 2002.

Aproveito também para informar esta Assembleia que demos expressão no Plano agora em discussão, aos pareceres dos parceiros ambientais, reforçando os montantes atribuídos no Programa Regional de Protecção das Origens da Água em mais 60% e na acção " Protecção e Intervenção em Lagoas - expropriações de terrenos em zonas vulneráveis" em mais 67%.

Termino com uma referência aos protocolos recentemente estabelecidos com o Instituto da Água, Resíduos e Conservação da Natureza, na dependência do Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, que vieram reforçar as capacidades, financeira e técnica, de intervenção desta Secretaria Regional.

Lembro pois afirmando que a aprovação deste Plano para 2002 será o garante da continuidade do trabalho encetado nas diversas frentes atrás referidas e bem assim o garante do desenvolvimento sustentável que vimos promovendo nos Açores.

Ficarei naturalmente à disposição dos Senhores Deputados para quaisquer pedidos de esclarecimento que queiram apresentar.

Disse

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

De uma análise ao Plano e Orçamento da Região para 2002, no que respeita aos investimentos para São Jorge, facilmente se constata a dotação orçamental adequada para o início de uma obra que representa a solução de um problema antigo da ilha de São Jorge – o Porto da Calheta.

Lançada a primeira pedra no passado mês de Outubro, verificou-se, logo após, um vazio de informação no que respeita ao plano de trabalhos e respectivo andamento da obra em causa que julgo que poderia ter sido evitado.

É muito importante manter a população informada sobre as várias etapas desta obra, para que se crie um clima de confiança junto das próprias pessoas, e particularmente junto dos empresários, no que respeita às verdadeiras intenções do Governo Regional, nesta matéria. É uma sugestão que vos deixo.

Mas, por outro lado, em áreas igualmente decisivas, verifica-se a ausência de verbas adequadas a outros investimentos, também de inquestionável importância para a Ilha de São Jorge.

Refiro-me concretamente à necessidade da ampliação do Aeródromo de São Jorge.

Nem um estudo sobre a viabilidade deste projecto está previsto neste Plano.

Penso que todos os senhores Deputados reconhecerão os condicionalismos daquela infra-estrutura. A verdade é que, Senhor Presidente, estamos, de facto, muito penalizados.

Considero mesmo que as deficientes condições do aeródromo de São Jorge, poderão trazer repercussões que afectem as próximas gerações e condicionem de forma quase irreversível o ritmo de desenvolvimento da minha ilha.

É importante que esta Assembleia aceite este assunto como uma prioridade.

São Jorge precisa definitivamente de um aeródromo com melhores condições para não ficar parado no tempo.

Pode-se mesmo concluir que a Ilha mais central dos Açores continua com as maiores carências ao nível das acessibilidades.

Senão vejamos:

Outro investimento, absolutamente necessário, e que já deveria constar do Plano do Governo, é a ampliação do Porto do Topo.

As razões da sua importância são sobejamente conhecidas, desde logo, através das minhas intervenções nesta Assembleia.

O Porto do Topo é estratégico para o tráfego de passageiros. A sua ampliação possibilitará uma ligação com a ilha Terceira bastante mais rápida e económica.

Por outro lado terá um efeito decisivo no desenvolvimento da zona do Topo que, como sabemos, já está condicionada pela sua distância em relação às Sedes de Concelho e pela estrada difícil, devido às condições atmosféricas que possui na maior parte do tempo.

A sua ampliação permitirá também o desenvolvimento de um sector que estagnou nas últimas décadas naquela zona da ilha – o sector das pescas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pavimentação e correcção de alguns troços de importantes estradas regionais, um pouco por toda a ilha, deveriam constar, e não constam, do Plano que estamos a analisar.

Refiro-me concretamente à pavimentação dos troços Manadas/Urzelina, à correcção e pavimentação do troço Ramal/Igreja da Ribeira Seca, à pavimentação do troço Biscoitos/Relvinha e à correcção e pavimentação da estrada que passa pelo centro da Vila do Topo, uma vez que as obras da Escola Básica Integrada do Topo terminam durante o primeiro semestre do próximo ano.

Ainda nesta área quero sublinhar a urgência em proceder-se à correcção e pavimentação do troço Urzelina/Aeroporto.

Outro assunto da maior importância que consta do Plano, mas de forma pouco explícita, é o investimento em Caminhos Agrícolas.

São Jorge precisa urgentemente de uma aposta clara, da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, na pavimentação dos caminhos existentes, com betume asfáltico, uma vez que se verificam resultados muito negativos ao nível da sua

manutenção, e, por isso mesmo, os lavradores estão a ser bastante penalizados com dispendiosos desgastes nos seus equipamentos agrícolas.

Reconhecemos a dificuldade desse trabalho de manutenção, e que exige mesmo um esforço quase incomportável por parte dos Serviços. Por isso torna-se imperioso apostar na sua pavimentação.

No Plano não estão, e já deveriam estar, enumerados os caminhos que serão sujeitos a uma intervenção.

E sobre esta matéria deixo aqui, nesta Assembleia, uma sugestão: a prioridade deve ser a asfaltagem dos caminhos agrícolas da Bacia Leiteira da freguesia de Santo Antão/Topo e da ligação Biscoitos/Estrada dos Nortes.

Outros investimentos ainda, reivindicados pelas populações e trazidos a esta tribuna e discutidos nesta sala, continuam a não ter a atenção adequada deste Governo.

Como exemplo: o Abastecimento de Água às Explorações Agrícolas, a Electrificação das Fajãs, a protecção da Orla Marítima de algumas zonas de São Jorge, entre outros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os maiores problemas referidos nesta minha intervenção sobre o Plano do Governo são, uma vez mais, as acessibilidades.

Trata-se de uma área que condiciona gravemente o desenvolvimento da minha terra e que, por isso, todos nós e o Governo Regional, devemos dar especial atenção.

Disse.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas para esclarecimentos.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Numa segunda fase para dar esclarecimentos, mas numa primeira fase gostava de fazer uma interpelação à Mesa.

O Governo recebeu e calculo que todas as bancadas terão recebido, várias propostas do PSD de alteração ao Plano Regional para 2002.

O Grupo Parlamentar do PSD diz que, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, apresenta a seguinte proposta de alteração à Proposta de Resolução que aprova o Plano.

Como não há nenhuma Proposta de Resolução que aprova o Plano, não percebo o conteúdo dessas propostas e solicito à Mesa que me esclareça se as admitiu ou não?

Presidente: Relativamente a esta interpelação que faz à Mesa, ela já detectou o lapso.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Lapso não, erro!

Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus (Carlos Corvelo): Desconhecimento, ignorância e humildade no estudo!

Presidente: Anteriormente à última revisão de 98, o Plano era aprovado como Resolução e agora é por Decreto Legislativo Regional e a Mesa emitiu um despacho de aperfeiçoamento que está neste momento, creio eu, a verificar-se e, portanto, fica o assunto sanado.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

O Sr. Deputado elencou na sua intervenção uma quantidade de questões que me deixaram, de certo modo, confuso.

O Sr. Deputado o que pretendia naturalmente era que este Governo cumprisse, num curto espaço de tempo, todas as promessas que o PSD fez ao longo dos seus mais de 20 anos de governação.

Começou por se referir ao Porto da Calheta. Ó Sr. Deputado, o Sr. esteve na cerimónia de assinatura do auto de consignação para a obra do Porto da Calheta em que o empreiteiro assumiu o compromisso de a executar no prazo de 14 meses.

O Sr. Deputado lamentavelmente não está atento ao que se passa à sua volta.

O Sr. Deputado ainda não se apercebeu que a obra está a ser feita em estaleiro. Neste momento estão a fabricar-se os alicerces para o porto da Calheta e já foram também

extraídos um grande número de blocos de pedra para se fazer o enrocamento ao porto da Calheta.

O facto de não estarem a executar a obra no seu local, isso tem a ver com a programação do empreiteiro e pelo o que o Sr. aqui veio dizer é prova de que está perfeitamente por fora de todo este processo, o que é mau, como autarca, vereador da Câmara da Calheta e que devia interessar-se mais pelos problemas do seu Concelho, nomeadamente por este que tem um interesse relevante, mas o que é certo é que o Sr. Deputado não sabe o que se está a passar à sua volta...

Deputado José San-Bento (PS): Anda distraído!

O Orador: ... e veio para aqui demonstrar essa ignorância.

Relativamente ao assunto do aeroporto de S. Jorge, o Sr. Deputado naturalmente apercebeu-se que no Plano existem verbas para se proceder à remodelação da aerogare de S. Jorge.

Por outro lado, também já ouviu aqui dentro, dito pelo Sr. Secretário Regional da Economia, que seria um estudo relativamente à ampliação daquele aeroporto.

Em relação às estradas de S. Jorge a informação que eu tenho para lhe dar é de que este Governo em 4 anos pavimentou mais estradas que os Srs. pavimentaram em 20 anos. Isso é uma realidade. Este Governo já pavimentou em S. Jorge cerca de 30 km de estrada.

Quanto à questão do troço da Estrada Regional entre Urzelina e Aeroporto, o Sr. veio para aqui falar numa questão que nem se apercebeu que está contemplada no Plano para o ano de 2002. Se o Sr. estivesse atento à comunicação social tinha-se apercebido que essa obra foi posta a concurso há cerca de três meses.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse, pois o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: Quanto à electrificação das Fajãs de S. Jorge, o Sr. Deputado se tivesse lido com cuidado os documentos que estão aqui para serem aprovados daqui a pouco, aperceber-se-ia que lá está efectivamente a electrificação da Fajã de S. João, como também a electrificação da Fajã dos Cubres.

Era esta informação que eu tinha para dar a aqui neste plenário. Lamento que o Sr. venha para aqui sem ter estudado convenientemente estes documentos, que são se

interesse para a Região e, como é óbvio, também para S. Jorge e são a pedra basilar para a actuação do Governo durante o próximo ano.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Aires Reis:

O Sr. era a última pessoa que eu esperava que viesse falar nos caminhos rurais da Calheta de S. Jorge.

Este Governo não fez nenhum contrato ARAL com nenhuma Câmara com excepção da sua, para reparação dos caminhos rurais e o Sr. vem aqui dizer que a gente não fez os caminhos rurais, que devíamos fazer e não sei mais quantos.

Sr. Deputado, eu não sei é como é que se resolve essa situação, porque aqueles que deviam falar não falam e o Sr. que não devia falar é que vem para aqui expor os problemas dos caminhos rurais do seu Concelho.

Há limites para tudo e essa razão que o Sr. expõe oportunamente não é razão. Desculpe lá, Sr. Deputado, mas não devia ter trazido esse assunto para aqui. Devia ter vergonha em falar nesse assunto, porque os contratos ARAAL são públicos e foram 50 mil contos que foram transferidos da minha Secretaria para a vossa Câmara, destinados a caminhos rurais.

Espero que não fale mais deste assunto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vergonha de vir para aqui falar sobre os caminhos agrícolas, Sr. Secretário?!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Pior do que vergonha é o descaramento!

O Orador: Sr. Secretário, peço imensa desculpa, mas penso que o Sr. não percebeu a minha intervenção, talvez porque estava distraído, porque eu não falei aqui rigorosamente em nada disso, apenas sugeri a pavimentação dos caminhos agrícolas que o Sr. sabe muito bem que são bastante difíceis de conservar e pelo facto do Sr. ter feito um contrato ARAAL com a Câmara da Calheta isso não implica que não se

possa trazer este assunto aqui, desde logo porque o que eu referi foi em relação à pavimentação e não à recuperação dos caminhos.

O Sr. disse que transferiu 50 mil contos para a Câmara da Calheta, pois a Câmara não tem conhecimento disso.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Assinámos um contrato ARAAL!

O Orador: Se essa verba foi transferida, a Câmara não tem conhecimento disso. Pode ter sido hoje à tarde, mas eu ainda não liguei hoje para a Câmara.

Deputado José San-Bento (PS): Foi para o saco azul!

O Orador: Uma outra coisa que eu gostaria muito rapidamente de referir é aquilo que o Sr. Deputado António Gomes falou em relação ao porto da Calheta.

O Sr. Deputado não se deve admirar de eu ter levantado esta questão e ter dito que as pessoas não têm conhecimento do andamento da obra, porque quando foram lá lançar a primeira pedra, e o Sr. Secretário sabe disso, fizeram um rompimento na muralha, puseram lá uma máquina durante aquela hora em que aconteceu essa cerimónia e as pessoas da Calheta pensaram que, de facto, aquilo já era início da obra.

Conclusão: romperam a muralha e está lá na mesma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes, para esclarecimentos.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

Como pessoa responsável que é, na qualidade de deputado regional e vereador da Câmara Municipal da Calheta, a sua função é precisamente informar as populações, os seus munícipes do ponto da situação do porto da Calheta. Não precisava de vir para aqui falar disso, tinha era, no terreno, que ter dito à população do Concelho da Calheta, aos seus munícipes que estão a ser executadas as peças para o porto da Calheta. Sobre esta matéria ficamos por aqui e não é necessário dizer mais nada.

Em relação aos caminhos rurais devo dizer que exerço as funções de deputado, exerço também as funções de autarca numa Assembleia Municipal, mas não tenho uma ideia da planificação das obras dos caminhos rurais da Câmara Municipal da Calheta. Gostaria que me informasse, tratando-se de verbas regionais, quais são os

caminhos que a Câmara Municipal tem em curso e que estão a ser apoiados financeiramente pelo Governo Regional?

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É só para explicar um pouco ao Sr. Deputado Aires Reis, que é de S. Jorge e que tem responsabilidades na Câmara Municipal da Calheta.

Esperava da sua parte um elogio público à actuação deste Governo em relação àquele porto.

De facto o que nós estamos a fazer na Calheta é o melhor que se poderia fazer, após diversas tentativas feitas pelos governos anteriores, para melhorar aquele porto.

O Sr. sabe perfeitamente, e não precisa de iludir ninguém, que há determinadas obras que se fazem no mar, em determinados períodos, e o que se faz em terra é tão importante como o que se faz no mar.

Neste momento está a fazer-se a parte em terra e daqui a uns tempos vai se fazer a parte no mar. O empreiteiro tem 14 meses para fazer a obra. É tão simples como isto: ou cumpre ou não cumpre.

Aquilo é uma obra de um milhão e oitocentos mil contos. Trata-se de um imenso esforço do todo regional em prol do desenvolvimento do seu Concelho, do qual o Sr. é representante em termos autárquicos e representante em termos de deputado.

Portanto, penso que deve saber o que se passa e esperava da sua parte uma melhor informação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que eu tenho conhecimento do andamento da obra. Nestas coisas o Sr. sabe que nós trabalhamos com seriedade e nós temos, sem dúvida nenhuma, informado as pessoas do andamento da obra.

Deputado António Gomes (PS): Então vem para aqui de má fé!

O Orador: O que eu refiro aqui na minha intervenção é que a maior parte das pessoas não foram bem informadas do que é que estava a acontecer, principalmente quando viram o rompimento da muralha, no acto do lançamento da primeira pedra. Ainda estavam na cerimónia e a máquina já estava a sair de lá para fora. Aqui é que foi a confusão.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso é falta de informação!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, não temos dado essas informações às pessoas com muito gosto.

Relativamente aos trabalhos que a Câmara Municipal fez nos caminhos agrícolas, Sr. Deputado António Gomes, se o Sr. não os conhece, eu convido-o, como fez comigo ontem ou anteontem, a ir visitar todos esses caminhos, mas admiro-me do Sr. não estar por dentro desse assunto quando ele já foi aqui tanta vez falado e na Assembleia Municipal da qual o Sr. faz parte.

Isso denota só, da sua parte, o desconhecimento dos assuntos do Concelho.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aires Reis:

Eu efectivamente vejo equipamento da Câmara Municipal, nomeadamente aquele que está adstrito ao aterro sanitário – poucas vezes passa por lá e por isso é que tivemos uma lixeira a céu aberto – a romper, a abrir algumas “feridas” por aqui e por acolá.

Agora, como membro da Assembleia Municipal, e prezo-me de ir lá muito vezes, todas as vezes que posso, penso que isso era uma matéria que tinha que passar, em termos de aprovação, por esse órgão e não me recordo de me ter passado pelas mãos o rompimento desses caminhos, como acabei de ouvir.

Era só esta questão que eu deixo ao Sr. Deputado Aires Reis.

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para uma intervenção.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

A Administração Pública e os seus funcionários são, via de regra, objecto de várias e apaixonadas posições políticas, muitas vezes demagógicas e quase sempre contraditórias.

A moda recorrente de reforma da administração pública insere-se, aliás, na nossa melhor tradição burocrática, pelo menos desde Mouzinho da Silveira e do seu Governo na Terceira. Neste momento, há um grupo neoliberal em Lisboa, com boa penetração na comunicação social e que pretende tomar de assalto o PSD, que já anunciou a sua reforma administrativa: o despedimento de cerca de 300.000 funcionários públicos. Louve-se, ao menos, a transparência de intenções.

Numa região pequena, dispersa e periférica como a nossa, o funcionalismo público e um corpo operativo que garante, nomeadamente a saúde, a educação, e o apoio técnico às autarquias locais e que dá corpo à política de apoio aos parceiros sociais.

Mas esta é, para alguns, a altura de falar no aumento da despesa corrente. O mês passado, por exemplo, e ao invés, os mesmos disseram que a despesa na educação não era despesa, era investimento, e que era preciso mais professores, mais psicólogos, mais técnicos. Também com frequência se vem aqui clamar por mais médicos para as ilhas. E com razão, mas não é essa a questão. A questão é de princípios e de coerência de discurso. Ou bem que se entende que, também entre nós, a concretização do Estado Social tem sobrecustos e deseconomias, ou bem que se assume o contrário e se age em conformidade, exigindo mais contenção na contratação de professores, pessoal de saúde, votando contra as propostas de regularização de falsos tarefeiros; vilipendiando os aumentos da Remuneração Complementar e demais formas da às vezes apelidada subsidiodependência.

Pela nossa parte, fizemos a integração na função pública, por questão de equidade e justiça administrativa dos falsos tarefeiros; e temos sido muito contidos em descongelamentos, com excepção da área da saúde. Ao nível da Administração Pública preocupa-nos sobretudo a qualidade e proximidade do serviço, sobretudo numa Região como a nossa. Daí que a Rede Integrada de Apoio ao Cidadão esteja a decorrer ao ritmo planeado, tendo já sido assinado o protocolo com o Ministro da Administração Pública e da Reforma do Estado, e candidatados aos fundos comunitários do Estado Português os encargos pelo mesmo assumidos para este

Projecto. Está identificada a localização dos três postos-piloto, que serão instalados no próximo ano. Está garantida, com o apoio e a experiência do Instituto da Loja do Cidadão a formação dos funcionários que integrarão esses e os restantes postos.

Este projecto descentralizado, com um figurino específico e adaptado à nossa realidade, terá, esperamos, um grande alcance na melhoria da proximidade e eficiência dos cidadãos à Administração Pública e na contaminação de princípios de excelência a toda a restante máquina administrativa.

Também pensamos nas pessoas ao prosseguir, em 2002, um ambicioso projecto de formação profissional, co-financiado pelo Fundo Social Europeu, e que será executado com um novo enquadramento legal, com a adaptação feita por esta Câmara à R.A.A. da Lei de Formação Profissional na Administração Pública, e que um sindicato do sector ainda desconhece.

A aposta na melhoria das competências dos nossos funcionários, para além da concretização de um direito laboral, é a melhor aposta numa reforma lenta mas consistente e não demagógica da nossa Administração Pública.

Estará também já em plena vigência no ano 2002 o Acordo celebrado entre o Governo Regional e o Ministério das Finanças, no sentido de serem os Serviços da Região do ADSE a processarem todas as comparticipações dos beneficiários aposentados do ADSE residentes nos Açores, e inclusive a adiantarem o montante dessas comparticipações, que continuarão a ser da responsabilidade nacional. Estamos certos que a execução deste protocolo irá melhorar em muito o serviço e a rapidez do processamento das comparticipações que aquela categoria de beneficiários tem direito.

A cooperação com as Autarquias Locais tem vindo a crescer a bom ritmo. Depois de, pela primeira vez, no PRODESA, estar consagrado um eixo específico para os municípios; depois de, pela primeira vez, os municípios deterem a maioria dos assentos na respectiva sub-unidade de gestão – os níveis de execução elevados que a maioria dos municípios da Região já denota comprova a sua imprescindibilidade como parceiro institucional no desenvolvimento dos Açores.

Pensamos, por isso, que é necessário rever a política de cooperação técnico-financeira entre o Governo e as Autarquias Locais, adequando-os à nova realidade,

momento alargando o âmbito do conjunto de projectos co-financiados, cujos eventuais empréstimos para cobertura da parte restante possam ter os respectivos juros bonificados pelo Governo Regional. Também, serão alargados o âmbito de matérias e áreas de investimento que poderão ser objecto de contrato ARAAL.

Sr. Presidente; Sr. Presidente do Governo; Sras. e Srs. Deputados; Colegas do Governo

A sustentação financeira das Autarquias Locais não foi esquecida pelos Governos Socialistas. As transferências para os municípios da Região, ao abrigo da respectiva lei enquadradora, terão em 2002 um aumento médio superior a 14,02% relativamente ao montante do corrente ano.

Tal aumento, que continua a ser o maior do país, e o constante do OE para 2002, viabilizado pelo PS, deputado independente Daniel Campelo e pelo PSD.

Lembre-se ainda que, de 1997 até ao actual momento os contratos ARAAL celebrados entre o Governo Regional e os seus municípios permitiu um investimento total de cerca de onze milhões de contos, com um apoio financeiro do Governo Regional de mais de cinco milhões e setecentos mil contos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Colegas do Governo:

As linhas constantes do Programa 30 para o ano 2002 asseguram a execução dos projectos de modernização administrativa e formação profissional a níveis suficientes. E garantem níveis adequados de cooperação financeira, numa perspectiva qualitativa mais abrangente e diversificada.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Não há pedidos de esclarecimento, vamos fazer uma pausa de 15 minutos para prepararmos aqui alguns documentos. Após o intervalo passamos às declarações finais, seguida de votação.

(Era 00 horas e 45 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradeço que tomem os vossos lugares.

(Era 01 horas e 35 minutos)

Vamos entrar na ponta final dos nossos trabalhos com o período destinado às intervenções finais. Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Esta larga maratona de debate do Plano e do Orçamento para 2002 está a chegar ao fim.

O debate em si mesmo decorreu com a normalidade que era exigível, isto é, o Governo defendeu as suas propostas, acompanhado pelo partido que o suporta e os vários Grupos Parlamentares de oposição colocaram as suas dúvidas, preocupações e diferenças a par da legítima crítica que os diversos posicionamentos gera.

Mas este debate teve, ele próprio, diferenças em relação a outros similares aqui travados, porquanto foi antecedido, na mesma sessão legislativa, de dois debates importantes, com directa relação com as filosofias de utilização e gestão dos meios públicos. Discutiram-se, em várias perspectivas, a compensação pelos custos da insularidade, nomeadamente o complemento de pensão; discutiu-se a introdução de Parcerias Público Privadas (PPP) na construção e concessão de vias rodoviárias em regime SCUT.

Ao tratarmos da compensação pelos custos da insularidade estamos a tratar de aspectos essenciais da utilização de meios públicos; ao tratarmos das SCUT estamos a tratar simultaneamente do financiamento, da forma de execução material e de despesa assumida por longos anos.

Nesta mesma semana deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Revisão da Lei de Finanças Regionais, proposta essa proveniente do Conselho de

Ministros, mas que se afasta da proposta do Grupo de Trabalho do Ministério das Finanças.

Esta semana portanto discutimos um Orçamento para 2002 que é de retracção, discutimos a necessidade imperiosa de haver despesa para compensação dos custos da insularidade, discutiram-se formas de financiamento de longo prazo que excluem o recurso à banca pela parte da Região e conhecemos uma Proposta de Lei de Finanças Regionais que nada acrescenta de sério no que respeita à disponibilização dos meios necessários a um processo de convergência real.

Percebemos que os meios são escassos, constatamos que as necessidades são muitas, percebemos que as intenções de financiamento regular da República não são grandes.

Assim temos que constatar que muita coisa está em aberto e que porventura estaremos num momento de viragem embora não claramente assumido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Existe claramente hoje um problema financeiro, quer quantitativo, quer qualitativo. A receita arrecadada por todas as vias aparece como insuficiente, mas também o conhecimento e os meios de controle sobre a receita própria são claramente insuficientes.

No ano em curso terá sido especialmente grave a expressão dessa carência de receita, ou melhor dizendo, terá sido especialmente sério o desvio entre a receita prevista e a receita arrecadada.

Os problemas financeiros foram e são reais e a opinião pública apercebeu-se deles em vários momentos. O Governo entretanto enfrentou a situação sem recurso a um Orçamento Rectificativo, o que na nossa óptica teria sido o único caminho institucionalmente correcto.

A existência de um Orçamento Rectificativo para 2001, discutido e aprovado nesta Assembleia, teria sido o caminho certo para a apresentação da presente Proposta de Orçamento para 2002, que é efectivamente um Orçamento de retracção.

Esta tendência de governamentalização da política orçamental e consequentemente de governamentalização do debate político das orientações que informam os Orçamentos, sendo uma tendência antiga, não deixa de ser uma tendência errada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A redução de investimento verificada no Plano para 2002, associada a uma prática política que faz aparecer uma tendência para uma baixa execução material de programas e projectos, se é verdade que resultará da carência de receita, não é menos verdade que traz em si mesmo uma perspectiva de introdução de nuances nas orientações.

Se é verdade que, no Plano para 2002, a percentagem de meios atribuídos a cada um dos grandes vectores é semelhante aos do PMP, não é menos verdade que, dentro de cada uma dessas grandes áreas o tratamento diverso de vários sectores, introduz diferenças de orientação apreciáveis.

A redução de meios de investimento para acções de modernização da agricultura é uma realidade, face, por exemplo, ao Plano em vigor.

O acentuado reforço dos meios de investimento para o sector do turismo são também uma realidade. O peso relativo destes dois sectores, no que toca a investimento público, foi alterado de forma significativa.

A Reconstrução viu-se privada de verba numa percentagem de 20%, contrariando toda uma pormenorizada planificação anual que o Senhor Presidente do Governo apresentou, faz agora um ano aos Deputados eleitos pelo Faial. Mas a ausência de explicações credíveis para esse corte é pelo menos tão grave como os cortes em si.

Esperamos legitimamente que compromissos assumidos, no âmbito da aprovação do PMP e que implicaram alterações objectivas à respectiva programação, sejam cumpridas nos termos em que foram assumidos. É essencial que assim seja porque esses acordos correspondem a situações limite, que não resolvidas introduzem desequilíbrios sérios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O PMP continua a ser, legalmente, a referência para o quadriénio e é importante que o seja em termos políticos, embora já sejam muitas as modificações efectivas.

Será essencial que embora alterado, porventura para pior, o quadro financeiro, se continue a manter uma perspectiva de equilíbrio entre os sectores económicos e os sectores sociais, uma perspectiva de aproveitamento das capacidades produtivas instaladas, uma perspectiva de valorização do ambiente e da qualidade de vida e uma perspectiva de valorização dos trabalhadores e do trabalho.

Mas se é verdade que a planificação e o investimento são importantes, não é menos verdade que as orientações são determinantes.

A par das orientações genéricas assume igual valor a prática política de todos os dias e a sua correlação ou não com as orientações que se afirmam.

No entender do Grupo Parlamentar do PCP, no presente momento político, há um acentuado desfasamento, na postura do poder, entre orientações e objectivos afirmados, práticas desenvolvidas e distribuição de investimento decidido.

Não há, na nossa óptica, um traço firme de ligação entre o que se diz querer, o que se faz e os meios que se aplicam.

Acontece naturalmente para além disto que muito do que se faz, nalgumas áreas, diverge daquilo que pensamos.

Quando há 7 meses votámos a favor do PMP, não foi por estarmos de acordo com tudo o que ele continha, conforme declarei na altura, mas foi porque pensámos que ele pode contribuir para uma evolução equilibrada da vida colectiva.

Nessa mesma ocasião abstivemo-nos no Orçamento e Plano para 2001 porque já tínhamos dúvidas, que a prática confirmou, sobre aspectos essenciais da sua realização.

Agora, que tivemos que definir posição sobre o Orçamento e Plano para 2002, não podemos deixar de considerar o desvio que ele apresenta em relação ao PMP, quer o quantitativo, quer o qualitativo.

Não podemos, também, deixar de ter em conta que neste curto espaço de tempo de 7 meses o Governo equacionou soluções de financiamento, que porventura podem ser necessárias, mas que não estão, tudo o indica, solidamente preparadas face à complexa realidade regional.

Temos a ideia que neste contexto era possível haver uma proposta de Plano mais equilibrada e mais útil e que o Orçamento poderia ter sido melhor trabalhado.

Mantivemos, como sempre fizemos no passado e faremos no futuro, uma postura de diálogo com o Governo sobre as propostas.

Concluimos, diferentemente do que aconteceu há 7 meses, porque o enquadramento tem diferenças, que não havia possibilidades de estabelecer acordos prévios às votações com o Governo.

Esta nossa posição não anula da nossa parte nenhum dos compromissos que assumimos no âmbito do PMP, nem exclui qualquer possibilidade de diálogo que a vida política venha a impor.

Sabemos, porque foi anunciado, que irão aparecer algumas propostas de alteração em várias matérias. Contribuiremos com o nosso voto para a valorização daquelas que se apresentem como positivas e equilibradoras.

Em consequência de tudo quanto expus o Grupo Parlamentar do PCP votará, na generalidade, contra as propostas de Plano e Orçamento.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano e Orçamento para 2002 era aguardado com natural expectativa já que, por se tratar do segundo ano de programação deste Governo e por estarmos a apenas seis meses de distância da aprovação do Plano de Médio Prazo, seria um verdadeiro teste à pujança do próprio Governo Socialista, à sua capacidade para manter a expectativa positiva dos Açorianos e à adequação das suas políticas às reais necessidades da Região e da sua economia.

Outra curiosidade tinha a ver com a confirmação ou não da precipitada garantia do Presidente do Governo de que a crise nacional, na sua componente político-orçamental e económica, não teria repercussões na Região.

O que se verifica é que após um ano de governação socialista, em maioria absoluta, os níveis de insatisfação de importantes sectores da população açoriana aumentaram significativamente e o estado de graça da governação socialista na Região começa a sofrer um apreciável desgaste.

Este facto é bem visível na própria reacção dos parceiros sociais a estas propostas de Plano e Orçamento. A veemência dos protestos e a indignação só não são maiores dada a dependência estrutural de muitos deles que ainda condiciona as respectivas tomadas de posição.

No campo económico e financeiro as posições de crítica e de apreensão demonstradas contrastam frontalmente com o mar-de-rosa que há menos de um ano caracterizava a relação entre o Governo Regional e os sectores económicos.

Para acentuar esta clivagem crescente entre o executivo regional e a sociedade açoriana muito contribuiu o irresponsável irrealismo das promessas governamentais. É que o elemento fundamental de avaliação dum Plano consiste exactamente no realismo da programação financeira e no rigor da calendarização temporal.

Por muito nobres que sejam os objectivos, quando não existe um mínimo de compatibilidade daqueles com a capacidade de execução, não há metas que resistam.

É óbvio que não se pode confundir capacidade de gastar dinheiro com capacidade de execução dum Plano, já que para a avaliação da boa governação, importa ter presente a respectiva execução material.

Nessa perspectiva os sucessivos desvios da governação face aos propósitos estabelecidos nos Planos tem sido a nota predominante dos executivos do PS.

Resta-nos a dúvida se estamos efectivamente perante uma repudiável postura que leva à consciente inscrição nos Planos de projectos e acções sem qualquer possibilidade prática de virem a ser executados, que visa sistematicamente iludir os destinatários, que na prática são as populações das diferentes Ilhas e as suas instituições representativas.

Daí o crescente descrédito das populações açorianas nos Planos apresentados pelo Governo Regional do PS cuja concretização da maioria dos projectos e acções não ocorrem no período determinado, havendo mesmo desfasamentos de muitos anos de distância entre o momento da inscrição da promessa e o momento da sua eventual execução.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O ambiente económico e social que enquadra este Orçamento para 2002, é francamente preocupante.

Durante o Primeiro Semestre :

- O gado abatido na Região decresceu 12 %.
- O leite entregue nas Fábricas baixou 6 %.
- A produção de lacticínios baixou 4 %.
- A pesca descarregada baixou 29 %.
- O valor do pescado baixou 22 %.

É pois evidente que os dois principais sectores produtivos dos Açores passam por uma grave crise estrutural, que para além dos efeitos económicos e sociais, acarreta, de imediato, uma preocupante quebra de rendimentos nos agentes directamente ligados aos respectivos sectores.

Assim se compreende a onda de contestação da lavoura açoriana e das suas estruturas representativas face à política governamental ou, o que é bem pior, à sua falta.

É ver a indefinição do PS que paira na lavoura açoriana e a sua insatisfação pelo facto de o Governo Regional não cumprir com as suas promessas nem acautelar devidamente a resolução dos seus problemas, que, em geral, se têm agravado.

A lavoura continua a debater-se com a desvalorização dos seus produtos, a falta de infra-estruturas, o mau estado dos caminhos agrícolas, o inadmissível atraso na aprovação dos projectos de investimento.

Que esperar para o futuro, quando as verbas para Agricultura em 2002 decrescem 10%.

Se até agora os projectos privados na Agro-pecuário a aguardarem financiamento já eram alvo das maiores habilidades burocráticas para justificar a sua desaprovação, que dizer agora e para o futuro quando a dotação para participação de projectos de investimento decresce 40 % em 2002, com o conseqüente desaproveitamento de fundos europeus.

Os próprios representantes da lavoura Açoriana são muito severos para com o Governo Regional quando temem pela hipoteca do futuro da agricultura dado que todas as medidas estruturais por eles apresentadas em finais de 1999 estão por resolver.

Mas o Comércio também se queixa da redução da dotação para investimento em mais de 10 % e indigna-se com o corte de 30 % nas verbas para a dinamização comercial, sobretudo no comércio tradicional.

Os comerciantes dos Açores também estão preocupados com o corte de 29% em relação ao PMP, na dotação para Formação Profissional e denunciam a insuficiência das verbas destinadas a incentivos ao investimento, onde os atrasos no pagamento dos compromissos governamentais já são significativos.

Temos conhecimento de empresários que viram os seus projectos de investimento aprovados e publicados no Jornal Oficial em Setembro de 2000 e decorridos 14 meses nada receberam.

Não há planeamento empresarial que resista a atrasos de pagamento tão significativos. Muitos dos ganhos dos incentivos, acabam por se perder com os encargos bancários das empresas.

Sr. Presidente, os grandes agregados deste Orçamento para 2002 são preocupantes e contradizem todas as apostas que este Governo Regional do PS se propunha fazer, e que era subir o Investimento e baixar as despesas não reprodutivas.

Ora, para 2002 acontece exactamente o contrário :

- O Investimento desce 8 % e as despesas de funcionamento sobem 10 %
- Por seu turno as despesas correntes sobem 5 %, passando a representar 66 % de despesa total, quando em 2001 representava apenas 58 % do total.

A degradação das Finanças Públicas Regionais são já bem patentes no presente ano fiscal, dando para se compreender a ocultada ruptura de tesouraria ocorrida durante todo o ano, na sequência da derrapagem das receitas fiscais próprias, e que tem levado ao não pagamento de inadiáveis compromissos governamentais com preocupantes consequências na vida económica e social da Região, inclusivamente no próprio desporto federado.

Tal como havíamos referido, confirma-se que durante o 1º Semestre :

- A cobrança do IRS desceu 37 %
- A cobrança do IRC desceu 66 %
- As transferências da U.E. desceram 45 %

No Orçamento para 2002 continua bem patente a total falta de conhecimento e de controlo da Região sobre a sua receita fiscal.

A desorientação reinante neste domínio é preocupante e desoladora.

Infelizmente o Governo Regional escuda todas as suas incertezas e incapacidades nos efeitos Orçamentais da Redução Fiscal operada nos Açores pela Oposição.

Só que o Governo Regional já sabia disso, desde 2000, e quando elaborou o Orçamento para este ano de 2002, logicamente que teve em conta uma diminuição de 30 % no IRC.

Por isso, agora não tem fundamento para a queda de 44% nas receitas previstas, em IRC, para 2002, de resto, à semelhança do que acontece com a preocupante quebra de 12% nas verbas proveniente da União Europeia.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O que se passa no Serviço Regional de Saúde é também um espelho da incapacidade governamental e do descontrolo das finanças públicas

Este Governo do PS está a proceder em relação ao sector da Saúde exactamente da mesma forma como os Governos anteriores, apesar de se ter comprometido, perante esta Assembleia, a equilibrar financeiramente o sector.

Lisboa acaba de assumir uma dívida de 12 milhões de contos e já se estima que com este Orçamento para 2002, a Região vai chegar ao fim do ano com mais um buraco financeiro de 8 milhões de contos.

Tudo isto porque o Orçamento continua a não incluir a dotação necessária para o funcionamento dos Serviços, surgindo depois notícia de que certos hospitais já não têm verbas para pagar aos funcionários.

O Partido Popular não pode estar de acordo com um Orçamento que não contempla um aumento condigno do Complemento de Pensão para os Reformados e Pensionistas da Região.

O CDS/PP Partido tornou a propor que em 2002 o Complemento de Pensão passasse para o valor base de 7.500\$00 mensais.

Um aumento de 1.100\$00 mensais, em relação ao valor que está em vigor, traduzia um esforço orçamental perfeitamente possível e compensador para aqueles que já deram uma vida de trabalho à sociedade e ainda auferem pensões que a todos nos envergonham e põem em causa o sentido de justiça da democracia e da própria autonomia.

Inacreditavelmente o PS tornou a chumbar essa proposta, tal como o fizera no passado recente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Da análise destes documentos fica claro e demonstrado que este Governo Regional do PS arredou dos seus objectivos a realização das reformas que a nossa Região exige, quer no campo social quer na área económica.

Por outro lado é entendimento do Partido Popular que os documentos não traduzem uma programação realista, justa e equilibrada.

Não atendem a prioridades requeridas por importantes parceiros e agentes económicos e sociais;

Não contemplam os apoios ao investimento com as dotações necessárias;

Não apontam para a racionalização da Administração Regional, nem indicam uma vontade de diminuição do peso do sector público na economia;

Não fazem as melhores opções por forma a dar satisfação aos sectores mais pobres da sociedade, como sejam os reformados e os pensionistas.

Por tudo isto, e de forma fundamentada, o Partido Popular vai votar contra estes documentos.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenção do Deputado Victor Cruz no encerramento do debate parlamentar sobre o Plano e o Orçamento para 2002.

Senhor Presidente Senhoras e Senhores Deputados Senhor Presidente do Governo e Senhores Membros do Governo

O Governo do Partido Socialista já não é o que era e nunca foi o que quis parecer 2001 foi um ano em que o Governo falhou financeiramente.

O anúncio do maior Plano e Orçamento de sempre foi a véspera de problemas para os açorianos, o anúncio de milhões antecedeu a distribuição de tostões.

O PS aprovou o Orçamento para 2001 em 6 de Abril e em 11 de Julho do mesmo ano, apenas 3 meses e 5 dias depois, cativou 8 milhões de contos no Orçamento.

As escolas, os hospitais e centros de saúde sentiram as consequências da má gestão financeira do Governo, assim como os agricultores e os pescadores, os empresários e os agentes desportivos e culturais.

Os açorianos sentem as dificuldades e de nada vale tentar iludi-los.

Ao encarar os primeiros sérios problemas financeiros, o Governo socialista demonstrou não saber lidar com as dificuldades.

Os problemas de tesouraria, a derrapagem das contas publicas, o ritmo de endividamento, a falta de credibilidade das suas previsões, a descrença que os açorianos sentem face as suas promessas fazem deste segundo Governo socialista um governo pior do que o primeiro Governo do PS.

Dois mandatos e o tempo ideal para quem piora a olhos vistos com o passar do tempo.

Este Plano e Orçamento esta reprovado pelos parceiros sociais que, progressivamente, vem subindo o tom critico ao Governo socialista de Carlos César. Da boca de representantes dos Agricultores ouve-se, e passo a citar, que "o sector atravessa um coma provocado por uma irresponsabilidade total do Governo".

De resto, a Federação Agrícola afirma que ou o Plano para 2002 era alterado de acordo com propostas por si efectuadas ou se hipoteca o futuro do sector na Região.

Não foi o PSD que o disse, mas sim representantes dos agricultores.

A Câmara de Comércio e Indústria dos Açores manifestou preocupação com a redução do investimento público em relação ao previsto no Plano a Médio Prazo; que abrangera as verbas destinadas à indústria, ao comércio e a formação profissional e chama a atenção para os atrasos significativos nos pagamentos de incentivos.

Não foi O PSD que o disse, mas os representantes dos empresários.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A CGTP-Açores afirma, e passo a citar. "não basta reafirmar que se mantém válido para o ano de 2002 o quadro de referência dos grandes objectivos de desenvolvimento a prosseguir no médio prazo ... o certo é que sendo os objectivos os mesmos o investimento e substancialmente menor".

Não foi o PSD que o disse, foi a CGTP-Açores.

O Núcleo de São Miguel da Quercus afirma, e passo a citar, "no plano técnico, as discrepâncias significativas que se continuam a verificar, entre a teoria (objectivos) e a pratica (verbas disponibilizadas), fazem do Plano um expressivo anuncio do incumprimento de muitas das suas próprias metas".

Não foi, mais uma vez, o PSD que o disse, foi a Quercus.

A Ordem dos Médicos, por exemplo, afirma que o Serviço Regional de Saúde esta em pré-ruptura.

Enfim, a sociedade civil organizada desaprovou este Plano.

Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados do Partido Socialista, acham mesmo que somos todos "profetas da desgraça" ?

O que ha de comum entre o PSD e os parceiros sociais e que pensamos que

o PS esta, em muitos sectores, a governar mal.

O PSD não esta sozinho nas criticas que faz, o Governo e que esta sozinho quando pensa que tudo e cor-de-rosa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Com maioria relativa, o Governo do PS era obrigado a dialogar; com maioria absoluta, o Governo do PS esvaziou a concertação social, dialoga cada vez menos e não aceitou as opiniões dos parceiros sociais.

Estamos perante o governo mais agressivo da História da Autonomia, que tem como aposta forte fazer à oposição, – seja a do passado ou a do presente - que não liberta, antes tenta dominar a sociedade civil.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Governo prefere o subsidio sem regra, à legislação sem destinatário prévio.

O Governo vira as costas a quem o critica e, com isso, ajuda a criar uma sociedade de medo.

O Governo ataca quem o critica, como o fez com os sindicatos dos professores ao ponto do Sindicato dos Professores da Região Açores dizer que o Secretário da Educação lhes fez, e passo a citar: "um violento ataque indigno, de baixo nível". Fim de citação.

Este Governo sempre quis ser assim, só que foi preciso ter maioria absoluta para se revelar tal como é.

(Aplausos da bancada do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que pensa um agricultor que, passados cinco anos, recebe uma carta do Governo a dizer que o seu projecto não tem viabilidade? Ele e todos os agricultores que por via dos milhões anunciados ficaram com a fama de privilegiados do erário público, quando são apenas vítimas da propaganda socialista dos milhões.

O que pensa um pai ou uma mãe de um toxicodependente que não sente que o Governo tem uma verdadeira estratégia de combate à toxicodependência ?

O que pensa um açoriano que não tem médico de família ou que tem de esperar dois anos por uma consulta de oftalmologia ou que tem de esperar dois anos para ser operado a uma catarata ?

E o défice do Serviço Regional de Saúde não pára de aumentar.

O que pensa um reformado ou pensionista quando o PS vota contra o aumento de dois contos propostos pelo PSD, sabendo-se que tal representa menos de 1% do Orçamento dos Açores ?

O que pensa um reformado sobre quem o peso da maioria absoluta do PS recaiu, quando lhe negam mais 2 contos para acrescentar aos 45 que recebe, mas vê ao lado o vizinho receber 60 contos de Rendimento Mínimo Garantido?

Deputados João Cunha e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancada do PSD)

O Orador: O que pensa um professor a quem se ordena cortes orçamentais na sua escola quando a educação era uma paixão socialista?

O que pensa um empresário que tanto espera pelo incentivo que se tem de endividar enquanto o mesmo não chega ?

O que dirá um pescador de Rabo de Peixe com dificuldades quando se corta 34% na Intervenção Específica prevista para aquela freguesia, face ao previsto para 2002?

O que pensam os cidadãos quando o Governo socialista faz política partidária com a política social para a qual todos contribuímos financeiramente?

A política social do Governo tem protagonistas a mais e resultados a menos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: O que pensam os sinistrados que, após três anos e meio, ainda não tem o seu problema resolvido depois de milhões gastos na reconstrução?

O que pensam, enfim, os açorianos de tantos milhões e de tão pouca obra?

O que pensam os açorianos de tantas promessas que não se cumprem? Acreditam nas desculpas ou concluem que o Governo prometeu demais?

E os açorianos que votaram no PS fizeram-no para que se desculpasse, sempre que não cumpre, com o passado do PSD; ou para cumprirem com o futuro que prometeram?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Muitos açorianos fazem estas perguntas e não compreendem as respostas, porque lhes foi dito que tudo seria diferente e nada seria assim.

Assim, como esta sendo com a governação socialista.

Não duvido, que fique bem claro, da boa vontade dos Membros do Governo para resolverem os problemas, e são tantos, os que os açorianos sentem.

Tenho e a certeza de que a estratégia esta errada, que as promessas ultrapassam a capacidade para as cumprir, que falta em bom senso o que há de mais em propaganda.

Deputados Duarte Freitas e Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mais uma vez repetimos: este, como todos os governos, também faz coisas boas.

O que está em causa não é saber se o Governo faz tudo bem ou tudo mal, mas sim se tem uma boa estratégia, uma boa actuação e um comportamento democrático inquestionável.

Agora que 2001 é o primeiro ano de sérias dificuldades, percebe-se bem que o primeiro mandato do Governo socialista foi uma oportunidade perdida.

Em 1995 o PIB per capita dos Açores era 69.5% do nacional, em 1999 é de 69.4%.

No tempo das "vacas gordas" a convergência real com o país foi um objectivo não atingido.

Tudo se agrava quando o país, também governado pelos socialistas, se afasta da Europa.

O Governo culpa as oposições pelas dificuldades financeiras que atravessa, porque reduzimos os impostos e aumentamos as pensões, quando não havia maioria absoluta.

Agora que tem maioria absoluta, o Governo, se acreditasse no que diz, revogava tais medidas mas, como sempre, prefere "um bode expiatório".

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Acontece, porém, que neste debate encontramos o culpado, é o próprio Governo. Um Governo que erra nas contas, que erra nos cálculos e mergulhou os Açores nas dificuldades que atravessamos.

Ou, em alternativa, a culpa é da administração tributária da qual o Governo socialista desconfia e, caso confirme a desconfiança, ficamos hoje a saber, pretende regionalizar. Na ânsia de manter a ilusão de um oásis o Governo divide culpas que são dele e do Governo da República - que é quem manda na administração tributária. Lá como cá os principais responsáveis socialistas anunciam pomposamente que em 2002 vamos andar "em velocidade cruzeiro".

Com o agravamento ou indefinição da situação económica internacional, com mais um orçamento rectificativo, com a proposta de Lei de Finanças das Regiões Autónomas que o Governo da República apresentou, ou algo muda ou o tempo que falta a este Governo será pior do que o tempo que passou.

Desejo, sinceramente, a melhor sorte ao Sr. Presidente do Governo na reunião que vai ter segunda-feira com o Governo da República para tentar mudar a "versão minimalista" da Lei de Finanças das Regiões Autónomas que o Governo de Guterres apresentou.

Tem o nosso apoio para dizer ao Sr. Primeiro Ministro que estamos muito insatisfeitos com as soluções que propõe. Não lhe transmita a versão socialista, transmita-lhe a versão dos Açores.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: O que está em cima da mesa está muito aquém do que o PSD apresentou, está aquém, infelizmente, do que o Grupo de Trabalho concluiu é um retrocesso face às expectativas criadas com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Não o podemos admitir.

O PSD está disponível para dialogar, para trabalhar com todos no sentido de melhorar a versão agora proposta.

Essa é, de resto, nossa obrigação e é com satisfação que a cumprimos.

Primeiro os Açores, depois o PSD é essa a linha de ensinamento que recolhemos de Francisco Sá Carneiro.

Importamos, ao contrário do que diz o Governo Socialista, a crise nacional na qual o Governo de Guterres mergulhou o país.

A estilos iguais geralmente correspondem destinos iguais.

A descida na arrecadação das receitas do IVA e um exemplo e as negociações salariais da função pública darão também notícia do estado da nação socialista.

Temos de conviver com dois governos socialistas, ambos em segundo mandato, os dois mais cansados e piores do que os primeiros executivos socialistas, os dois em fim de ciclo, os dois a sofrerem uma crescente contestação social e dos parceiros sociais.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, nós não acreditamos na força reformadora deste Governo, mas acreditamos na capacidade criadora e inovadora dos açorianos; nós não acreditamos na propaganda deste Governo, mas acreditamos na voz do povo; nós não acreditamos na capacidade do Governo para cumprir as suas promessas, mas acreditamos no trabalho dos açorianos e na sua obra.

Em suma, nós não acreditamos no Governo, mas acreditamos nos açorianos.

Com eles e por eles estamos a trabalhar.

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: O PSD tem o direito de discordar e dar voz aos que discordam, e muitos dos que hoje discordam votaram no PS e estão a ficar desiludidos.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Mais uma vez o PSD apresentará propostas de alteração aos documentos estratégicos em causa, que não significam uma alternativa global ao Plano e Orçamento para 2002, mas são um contributo para melhorar os mesmos. Será que a maioria absoluta socialista as vais chumbar, será que o Governo vai prescindir mais uma vez do contributo dos outros e agir apenas por conta própria?

Veremos, dentro em pouco, se a força da razão supera mais uma vez a razão da força. Notou-se, neste debate, a necessidade recorrente do PS e do Governo atacarem as Câmaras Municipais do PSD.

Tentaram transformar esta maioria absoluta numa Assembleia Municipal contra os autarcas do PSD.

De nada vos serviu ou servirá.

Nos temos grande orgulho na obra realizada pelos autarcas do PSD, pois eles também são responsáveis por muito do que se tem feito nos Açores.

De resto,, em resposta a várias investidas de candidatos a deputados, devo dizer que estou confiante que em 16 de Dezembro os açorianos vão votar maioritariamente nos autarcas do PSD e que estes - em cooperação com qualquer que seja o Governo e com todos os que com eles querem colaborar - vão continuar o seu trabalho, enriquecendo e não menorizando o poder local.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O povo decidirá.)

Em Janeiro voltaremos a falar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Este Plano não cumpre com as previsões do Governo plasmadas no Plano a Médio Prazo, não corresponde aos desejos dos parceiros sociais e não condiz com as expectativas dos açorianos.

Este Plano e Orçamento prevê menos investimento público e a dívida continua a crescer.

Temos um arquipélago de razões para votar contra esta estratégia.

Só o PS acredita em si e está isolado e ancorado na sua maioria absoluta.

Cinco anos passados já não há "estado de graça", nem benefício da dúvida.

O povo não quer, cinco anos depois, nem desculpas, nem adiamentos, nem mais promessas - quer resultados.

O verbo não substitui a obra, mas o povo pode substituir o governo.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Até lá, já sabemos, ficará gasto de tanto abusar da sua maioria absoluta.

E nos trabalharemos, sem descanso, para que os açorianos possam escolher um rumo diferente e novos protagonistas.

O presente governativo então será o passado, mas o futuro está aqui hoje presente.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos de pé da bancada do PSD)

Presidente. Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Governo Regional, no cumprimento da lei, o que em nada diminui o respeito que o Executivo tem demonstrado para com a Assembleia, apresentou as propostas de Plano e Orçamento para o ano 2002.

Ao longo de três dias de debate se muito se questionou, outro tanto foi esclarecido e, por isso, esta foi a oportunidade em que as dúvidas relativas aos referidos documentos foram clarificadas e explicitados os aspectos que se poderiam revestir de menor clareza quanto à previsão da actuação do Governo Regional.

Aqui chegados, não será por certo este o momento para insistir na discussão de aspectos sectoriais dos documentos em causa, nem, muito menos, avaliar das questões particulares de previsão das medidas e acções a realizar pelo Executivo.

Em nosso entender, mais do que uma referência a aspectos parcelares ou sectoriais, importa que no final do debate que sobre estes se gerou, reflectamos sobre a postura que os diversos intervenientes assumiram neste processo.

Dada a importância que os presentes documentos assumem, cabe a este Parlamento avaliar o trabalho que o Governo Regional se propõe realizar no âmbito das suas competências. Mas se é certo que, directa e imediatamente, o que aqui está em causa é a análise que os partidos fazem do comportamento futuro do Governo, também não é menos verdade que é, desde logo, o comportamento presente desses mesmos partidos que será avaliado pelos açorianos.

Na verdade, é importante ter presente que, num sistema como o nosso, este não é apenas o momento em que se discute a perspectiva de desenvolvimento, o modelo ou a estratégia que o Governo Regional e o partido que o suporta apresentam à consideração desta Câmara.

Em nosso entender, este é a altura por excelência em que será possível constatar as diferentes perspectivas que cada um tem sobre o caminho que a nossa Região poderá trilhar no futuro.

E este, não é apenas um direito, é, sem sombra para qualquer dúvida, um dever que a diversidade da composição desta Casa reclama e a importância do futuro dos Açores impõe que seja cumprido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Existe um aspecto prévio que importa esclarecer, pois assume um carácter decisivo para a discussão que temos vindo a encetar e, sobretudo, para a forma como poderemos encarar a postura que cada um dos partidos políticos aqui assumiu.

Queremos, desde logo, realçar o entendimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista segundo o qual os documentos que chegaram a este Parlamento e propostos pelo Governo Regional correspondem à continuidade de um trabalho destinado a materializar os compromissos eleitorais assumidos para com os

açorianos a quando das eleições legislativas regionais de Outubro de 2000 e que, posteriormente, foram formalizados no Programa do VIII Governo Regional.

Apraz-nos registar, por isso, a persistência e determinação do Executivo em, através de um esforço inequívoco, sério e permanente, avançar na concretização daquelas opções que, sob sua proposta, esta Câmara determinou que fossem realizadas.

Este facto, que alguns, com manifesta ligeireza de opinião, poderão considerar como de referência desnecessária, assume para nós a importância de um sinal claro e sintomático do elevado grau de compromisso com que o Governo encara a vontade dos açorianos e a vontade desta Casa.

Esta perspectiva de forma nenhuma exclui, ou sequer condiciona, a legitimidade democrática que todos têm de tecer críticas e objecções às concretas opções que aqui estão materializadas. Mas se é certo que o exercício de crítica é um direito, não deve ser ignorada a correspondente responsabilidade de, em seriedade, quer no modo, quer no tempo, apresentar alternativas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Nós temos apresentado.

O Orador: A este propósito convém salientar um facto que nos parece revelador da forma como cada um dos partidos encara este desafio e dá forma à sua resolução.

Não poucas vezes, ao longo destes três dias de debate, foi o Governo Regional invectivado pelos partidos da oposição com os argumentos que os parceiros sociais tecem quanto ao teor do Plano para 2002.

Tamanha sanha de criticar levou até a que alguns, com inegável gozo e satisfação, apresentassem como prova do demérito das opções governamentais excertos de pareceres mais ou menos críticos que sobre o referido documento foram emitidos.

Passando ao lado da questão da validade material destas críticas, pois trata-se de aspectos que outros já abordaram, não é demais realçar este aspecto, pois ele marca bem a diferença de posturas entre o Partido Socialista e o Governo Regional por um lado, e, por outro, alguns partidos da oposição, nomeadamente, PSD e PP.

Querer utilizar excertos de argumentos de parceiros sociais para atacar a globalidade da estratégia que os documentos em apreço corporizam, denota um parca perspectiva daquela que deve ser a função de um Governo, e uma não menos parda noção do relacionamento que deve existir entre o Governo e a sociedade civil.

Voices das bancadas do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Talvez por não vermos em críticas uma ameaça ou uma heresia, mas sim um saudável exercício de liberdade e de democracia que os Açores durante muito tempo almejaram, não consideramos que a função de um Governo, sobretudo quando determina investimentos futuros e afectação de meios, deva eleger como objectivo principal da sua actuação o agradar a este ou àquele sector.

Quando muito, esta fortuita circunstância deve constituir uma consequência da actuação do Governo. Nunca o seu critério!

Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*) *Muito bem!*

O Orador: Pois, se é lícito, legítimo e até, numa sociedade democraticamente activa e livre, desejável, que este sindicato, aquela associação patronal ou aquela outra instituição reclamem do Governo Regional mais atenção ou um maior montante de investimento para os respectivos sectores, a este exige-se uma actuação que transcenda os interesses sectoriais e que a assuma como sendo dirigida a conseguir o ponto de equilíbrio entre aqueles, e a correspondente satisfação do interesse global.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: E se é isso que se exige do Governo, é, pelo menos, isso que se espera dos partidos políticos.

No entanto, aquilo a que se assistiu na argumentação de alguns partidos da oposição foi a um simples coleccionar de críticas alheias, um somatório de reclamações sectoriais com a consequência, nefasta em democracia, de abdicarem da luta por um diferente projecto global de desenvolvimento.

Esta circunstância condiciona, inequivocamente, o debate, pois não se confrontam modelos de desenvolvimento, não se discutem opções globais do caminho a seguir no futuro, mas simplesmente se discute mais verba para esta acção, mais dinheiro

para aquele projecto, mais meios para aquele sector. É claro, porém, que a Democracia também inclui a liberdade do discurso tacanho e parcelar.

Deputado Ricardo Barros (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes mesmo do início deste debate, alguns partidos da oposição, nomeadamente, PSD e PP, resolveram anunciar, “urbi et orbi”, que votariam contra os referidos documentos.

Porém, e no caso do PSD/A, fosse por súbito assomo de consciência da precipitação, ou por qualquer outro desígnio, o facto é que, com aquela outra comunicação, veio anexa, em segundo lugar, a intenção de apresentar propostas de alteração para, segundo se declarou, afirmar-se o sentido de responsabilidade desse partido.

Curioso e peculiar sentido de responsabilidade que primeiro decide que vota contra e depois quer apresentar propostas de alteração.

Ao agir dessa forma, o PSD/Açores assume, com uma clareza raras vezes vista no passado, a sua postura de partido do contra, rejeita liminarmente a possibilidade de participar na definição das soluções para o futuro da nossa Região, claudica no desafio de, através do Plano de Investimentos, ajudar a desbravar os caminhos do nosso desenvolvimento.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): *Muito bem!*

O Orador: Ao agir como agiu, a constatação, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista é óbvia: da parte do PSD/Açores há uma clara e assumida instrumentalização do debate do Plano e Orçamento para servir os seus próprios interesses.

Para o PSD/A não está aqui em causa o debate do futuro dos Açores, mas sim uma tentativa de credibilização duma liderança.

Para o PSD/A, na votação do Plano e do Orçamento para 2002, não interessa o fim último que é o de discutir as opções que se nos apresentam para o desenvolvimento da Região, interessa sim servir os interesses do próprio partido.

Para o PSD esta não foi a oportunidade para discutir a estratégia para o nosso futuro, foi sim o instrumento para concretizar a tática de afirmar uma imagem.

E isto é tanto mais assim, quanto a circunstância de, na sua cegueira pelos interesses próprios, ser indiferente ao PSD se as suas propostas serão ou não aprovadas.

A decisão está tomada e é de votar contra!

A tática está revelada!

Os interesses que ela serve descobertos, e estes não coincidem com os interesses que o debate visa servir.

Vozes da bancada do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Para quem tanto fala no prestígio e na dignidade do Parlamento é, francamente, pouco. É, confrangedoramente, mau.

Terá sido um erro?

Certamente que foi! Mas, apesar disso, fica-nos a incómoda sensação de, quantas vezes no passado e, provavelmente, outras tantas no futuro, não serão apresentadas propostas para servir objectivos que pouco ou nada têm a ver com aqueles que nelas são declarados.

Esta instrumentalização do debate pelo PSD causa talvez mais prejuízo à credibilidade, prestígio e dignidade do Parlamento do que uma qualquer exaltação no âmbito de um caloroso debate parlamentar.

Afinal, parece não ser só o PSD nacional a ter dificuldades em exercitar com coerência a sua presença parlamentar.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas de Plano e Orçamento que temos vindo a analisar enquadram-se numa conjuntura económica nacional e internacional, porventura, menos favorável do que aquela que já vivemos recentemente.

Acontecimentos por todos sobejamente conhecidos, aliados a outros do mundo globalizado em que vivemos, condicionam, necessariamente, a actuação futura do Governo Regional que o Plano e o Orçamento para 2002 corporizam.

Ao invés, porém, de nos ficarmos apenas pela constatação que assim é, importa também avaliar a forma como o Governo Regional actua nesta conjuntura desfavorável e, sobretudo, a forma como é planeado o futuro da Região.

É com grande orgulho que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista constata a forma rigorosa, responsável e reveladora duma grande coragem política com que o Executivo enfrenta esta situação.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Se, porventura, actuasse com menor sentido de responsabilidade face a uma conjuntura económica menos favorável, não seria por certo a primeira vez que um Governo Regional dos Açores assim se comportaria. O negro período de 1992/1993 é prova bastante das consequências desse tipo de postura irresponsável.

No entanto, o que é possível constatar é que, da mesma forma que este Governo enfrentou tantos contratemplos derivados das intempéries e de cataclismos naturais, este é mais um contratempo que será, seguramente, ultrapassado com determinação, com rigor e com trabalho.

Este é um Governo que, mais uma vez se demonstra, não vira as costas à luta pelos Açores, mas embrenha-se na tormenta mantendo firmemente o rumo que foi traçado.

Este é um Governo que não ignora, que não esconde, pelo contrário, assume corajosamente e com grande dignidade política quando as circunstâncias permitem avançar mais rapidamente e quando as circunstâncias impõem maiores cuidados.

E é isso que se espera de um Governo responsável, é isso que se exige de um Executivo consciente da dimensão, da nobreza e da importância da tarefa de governar.

É isso, em suma, aquilo que o VIII Governo Regional faz!

É, assim, que onde alguns partidos da oposição se limitam a criticar a, momentaneamente, menor afectação de verbas a este ou àquele investimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vê a continuação de um esforço sério e empenhado de, apesar de tudo, dar resposta às necessidades.

Temos perfeita consciência que nesta Câmara não estamos sós na vontade e no desejo de que os Açores progridam e se desenvolvam.

No entanto, a verdade é que divergimos no caminho que escolhemos para alcançar este objectivo. E é em alturas de conjuntura desfavorável que esta diferença de posições se torna manifesta com particular clareza.

Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O debate chegou ao fim e dentro em breve passaremos à votação.

Este Governo já deu provas que aí está para os bons momentos e para os momentos menos bons.

É grande a dimensão da tarefa e certamente muitas as dificuldades que atravessam. Mas nunca esqueçam que nesta Casa e, desde logo, na bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão açorianos que representam açorianos e que pelo vosso exemplo, nesta e noutras circunstâncias, também não virarão costas à luta, estando prontos para aqui cerrar fileiras, arregaçar as mangas, fincar pé e arrancar a circunstâncias menos favoráveis o progresso e o desenvolvimento, que a vossa actuação potenciará, e que os Açorianos merecem!

Disse!

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Colegas do Governo:

Cabe-me, como Presidente do nosso Governo, proceder ao encerramento destes três dias de debates parlamentares, em que discutimos a programação financeira e de investimentos da nossa Região para o ano 2002.

Debatemo-la, como foi insistentemente referido, na percepção das dificuldades enormes das principais economias mundiais envolvidas, e da imprevisibilidade quanto à sua evolução. Do Japão aos Estados Unidos, da Alemanha à Itália, o pânico tem atingido intermitentemente os mercados financeiros, paralisando o crescimento económico, ameaçando situações de recessão, provocando inúmeras falências e lançando centenas de milhares de pessoas no desemprego e na desilusão.

Essas tendências já eram visíveis antes de 11 de Setembro, inclusive no nosso país, e acentuaram-se ainda mais, de então para cá.

Os Açores, porém, viveram, como que em "contra-ciclo", revelando, felizmente, uma pujança e uma confiança contrastantes.

Abriram-se novas empresas e áreas de negócios, reorganizaram-se e formaram-se novos grupos empresariais para responderem à nova dimensão das oportunidades de investimento, a taxa de emprego subiu, a taxa de desemprego esteve e está ao nível do mínimo europeu, os custos de um conjunto de acessibilidades nos transportes, como nas comunicações ou na energia, são ainda hoje inferiores em termos nominais ao que eram há cinco anos atrás, a sua eficiência melhorou, e, milhares - sim, milhares! - de projectos empresariais recorreram e obtiveram os incentivos regionais e nacionais do governo para irem em frente. Quem anda pelas nossas ilhas sente, em cada lugar, a diferença, a obra nova ou em curso, e este novo pulsar.

A inflação tem continuado em baixa face à nacional, a construção civil continua em alta, as instituições financeiras reconhecem o crescimento do recurso à banca pelas famílias para o investimento, a compra de casa e de outros bens, o qual, embora abaixo da média nacional, revela altos índices de cumprimento dos compromissos bancários, notando-se mesmo um crescimento nas poupanças. O comércio mostra-se em recuperação e requalificação, e mesmo em ascensão, e o consumo de electricidade pelos serviços e pelas empresas sofreu um significativo impulso. Alguns segmentos de exportação, como os lacticínios e derivados, revelam um bom

comportamento, verificando-se, inclusive, segundo os dados do INE, uma significativa recuperação da taxa de cobertura das importações pelas exportações.

Os turistas animam as nossas ruas em maior número e num período mais prolongado, provenientes de mercados mais diversificados, os hoteleiros vêem os seus lucros crescerem, novos hotéis e unidades turismo rural e de habitação entram e entrarão em funcionamento em todas as nossas ilhas, gerando mais riqueza em outros sectores e mais postos de trabalho nas nossas ilhas. Preparam-se as escolas profissionais, com milhares de formandos, para os desafios mais exigentes da economia e do emprego, no presente e no futuro.

Ao contrário do que aconteceu até 1997, no período do VI Governo Regional, em que se divergiu negativamente em relação ao contexto nacional, o peso relativo do PIB Açores no PIB Nacional tem vindo a recuperar, representando 1,65% em 1997, 1,69% em 1998 e 1,71% em 1999, estimando-se que essa recuperação tenha continuado em 2000 e 2001, terminando o período de decréscimo dos tempos dos governos do PSD. O poder de compra dos açorianos cresceu, nos anos de 97 a 2000, face ao do país, de 60 para 66%.

Em todos os concelhos são recuperadas escolas do 1º ciclo do ensino básico através das Câmaras Municipais, com 85 ou 100% de apoio financeiro do Governo. Construimos escolas novas e efectuámos grandes reparações em outras 14 grandes escolas, temos em curso dezenas de pequenas intervenções e 9 grandes remodelações e escolas de raiz. Estamos a empreender, no âmbito das competências regionais, uma profunda e, por isso mesmo, polémica reforma do sistema educativo, que se repercutirá positivamente no curto prazo, tal como irá acontecer na valorização do nosso património e na criação e fruição culturais.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Estamos a reparar e a melhorar milhares de habitações em todas as ilhas e, com encargos insignificantes para as das Câmaras Municipais, a construir centenas de habitações para realojamento de milhares de pessoas sem casas e que vivem

indignamente, algumas centenas delas esperando, 21 anos depois, o realojamento depois da crise sísmica que abalou a Terceira. Isso, sim, é uma vergonha.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Já recuperámos e construámos centenas de kms de estradas espalhadas pela nossas ilhas, algumas das quais não tinham sido objecto de grandes reparações há mais de vinte anos.

Lançamos uma vasta obra de equipamentos sociais dedicados aos idosos, à juventude, pela primeira vez às pessoas com deficiências, às crianças em risco, da qual só em curso, estão infra-estruturas no valor de 2,4 milhões, e não tostões, de contos, e, em acordos de cooperação que ultrapassam os 4 milhões, e não tostões, de contos, prestamos assistência a todos os que necessitam através das instituições particulares de solidariedade social. Empenhamo-nos, profundamente, na fiscalização das prestações do Rendimento Mínimo Garantido e, porque, felizmente, muitas dessas pessoas recuperaram da grave carência económica que tinham, ou porque em relação a outras detectamos e fomos firmes na penalização do seu incumprimento, por exemplo na não aceitação de emprego, 800 famílias deixaram de o receber entre Outubro de 2000 e Setembro de 2001, e o número de pessoas que hoje recebem o Rendimento Mínimo nos Açores já é inferior às que o deixaram de receber.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Mas mais, e sobretudo porque é mais importante, tirámos do esconderijo político e social em que se dissimulava, a pobreza que havia e a que ainda temos, e mobilizamos o governo e a solidariedade associativa e privada para a obrigação colectiva de a minimizar e combater.

Não escondemos a pobreza. Combatemos a pobreza.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Melhorámos, indiscutivelmente, o nosso sistema de saúde, não só através das obras de construção, remodelação e ampliação de Unidades, Centros e Hospitais, como na diminuição das listas de espera já conseguida em certas especialidades, na deslocação de especialistas às ilhas sem hospitais e no reequipamento tecnológico de última geração. Apostámos, com benefícios que sentiremos dentro de poucos anos, na formação de mais de uma centena de profissionais de saúde, entre médicos e técnicos de diagnóstico e terapêutica, tendo sido admitidos 82 enfermeiros já no ano passado. Em 1979 tínhamos nos nossos hospitais 9 especialidades médicas e hoje temos 30. Arrancámos, há pouco tempo, com as campanhas contra as dependências e seremos mais fortes na luta contra a droga e contra o alcoolismo que continuam a destruir jovens e famílias.

Renovamos dezenas de pequenos portos de pesca, avançámos com a construção de dois novos portos e já concluímos ou iniciamos o tratamento de zonas portuárias para a pesca, bem como um sem número de infra-estruturas em terra, nunca esquecendo o apoio aos rendimentos dos nossos pescadores, instituindo inclusive, o Fundo de Garantia Salarial e planeando investir em 2002 mais 30% do que este ano. Mesmo na Agricultura, sector onde perdurarão incertezas até à prevista reforma da Política Agrícola Comum, que o governo acompanhará activamente em conjunto com os parceiros sociais, o esforço do governo é reconhecido por qualquer pessoa que o queira ver e sobretudo pelos milhares de agricultores que viram crescer o investimento do governo no sector para níveis sem paralelo na nossa Região. Basta pensarmos, para dar apenas dois exemplos, que em 1996 investiu-se 25 mil contos na Rede Regional de Abate e em 2001 vamos investir dois milhões e 14 mil contos, e que em 1996, último ano do governo do PSD, investiu-se 1,2 milhões de contos em caminhos agrícolas, água e electricidade, e que nós, este ano, investimos mais de quatro milhões de contos.

Os trabalhadores da administração pública viram connosco, nos cerca de 1.500 casos de trabalho precário que encontrámos, a sua situação regularizada e a sua vida tranquilizada.

A administração para o Ambiente e para o fomento da investigação, da inclusão científica e tecnológica, da divulgação e do conhecimento foi uma novidade. A Universidade recebeu apoios que nunca recebera desde que transitou de tutela, e a Igreja Católica, quer na preservação do seu património, quer na sua pastoral social, foi destinatária de uma cooperação efectiva e por ela reconhecida.

Explorando ao máximo todos os nossos recursos financeiros anualmente possíveis, lançámo-nos na recuperação dos efeitos das calamidades, num processo que ultrapassará certamente os 70 milhões de contos, e que consumiu 12,2% do nosso plano geral de investimentos em 1997, 17,1% em 1998, 25,7% em 1999, 17,4% em 2000, mais de 13% este ano e cerca de 12% no próximo.

Tudo isso temos feito, e continuamos a fazer, mudando para melhor os Açores, como já está à vista. O povo açoriano tem-nos entendido, como o provou nas eleições de há um ano atrás, e os empresários também, respondendo com voluntarismo, com dinamismo e com confiança, integrando-se claramente no modelo de desenvolvimento definido pela política governamental e de planeamento.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Não posso porém, mudar a oposição, nem tenho legitimidade para tal: ela continuará, como já o fez hoje, a falar mal do que fizemos, a fomentar a intranquilidade sobre como estamos, e a anunciar, como todos os anos, o caos para o ano seguinte, numa capicua catilinária que não nos destrói nem nos desanima, mas que a desacredita perante todos os açorianos, porque um milhão de críticas desta oposição tem um tostão de credibilidade nesta Região.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Por isso já nem os que votaram no PSD nas últimas eleições quererão votar de novo no PSD nas próximas.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Nestes debates do Plano e Orçamento para 2002, a profecia do caos foi direccionada para a eminência de uma crise financeira. Como, por todo o lado - mesmo que a oposição não veja - os açorianos vêem obras e progressos, o despeito devaneador da oposição prediz agora a falência das finanças públicas. É por isso, importante, falarmos como costumamos falar, dizendo a verdade, tal como a temos dito sempre aos açorianos.

Todos sabemos que neste ano de 2001 atravessamos algumas dificuldades: porque baixamos os impostos, deixando mais dinheiro nos cidadãos e nas empresas, foram-nos descontadas as receitas recebidas a mais em 99 e 2000 e tivemos menos receitas; porque o Orçamento entrou tardiamente em vigor, em virtude da data de tomada de posse do governo, atrasamos diversas acções e pagamentos; porque o fecho do II Quadro Comunitário de Apoio decorre com atrasos a que a Região é alheia, aguardam-se ainda a transferência de verbas; porque o país viveu uma crise orçamental, não chegaram ainda montantes que nos são devidos, desde os destinados à convergência do tarifário eléctrico, às provenientes do Instituto Nacional do Desporto ou às bonificações dos juros de crédito a habitação.

Todos sabemos, por um lado, que neste ano tivemos despesas acrescidas: não acabámos com a remuneração complementar dos funcionários públicos como aconteceu com a maioria absoluta do PSD em 1993, e, inclusivamente, aumentámos o seu valor; o mesmo fizemos com os complementos de pensão para os nossos idosos e reformados que não existiam nos tempos dos governos do PSD. Tudo isso foram novas despesas correntes da administração, a que se juntaram os efeitos imprevistos de reestruturações nacionais de carreiras de funcionários, sobretudo na educação e na saúde, bem como a entrada em funcionamento de novas escolas, serviços sociais e unidades de saúde. Tivemos, por isso, que cortar despesas, inclusive de investimentos, negociar alguns pagamentos, já que não podíamos nem devíamos cortar em remunerações e pessoal afectos à administração.

Este desequilíbrio, porém, teve uma característica conjuntural: primeiro, porque os ajustamentos em baixa das receitas fiscais estão praticamente concluídos; e, segundo, porque a programação financeira para o próximo ano passou a ter em conta as novas referências adquiridas de receita e de despesa e porque recorreremos a outros meios de financiamento para as despesas de investimento.

Se já havíamos contido em 2001 algumas despesas menos importantes, em 2002 cortaremos 1,66% em aquisições de bens e serviços correntes e 7,59% em aquisição de bens de capital. Limitaremos, mais uma vez, ao mínimo, as despesas de pessoal, acompanhando a evolução restritiva que se observará a nível nacional.

Curiosamente, nos Açores, a mesma oposição que critica qualquer aumento de despesas correntes, é a primeira a fazer propostas que conduzem sempre ao seu acréscimo.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Mas, tal como ao longo dos anos anteriores do governo PS, asseguraremos em 2002 uma média de investimento público muito superior à dos tempos dos governos do PSD, quer através do Plano, dos fundos e serviços autónomos, das empresas públicas e do lançamento dos project-finance.

Connosco, os empresários e todos os cidadãos continuarão a ter um parceiro activo e acompanhante dos seus desejos de investimento e de progresso.

Apesar disso, o endividamento da Região em 2002 será insignificante, os encargos da dívida são moderados e o "stock" da dívida pública directa e indirecta da Região será, no final de 2002, como ficou provado nestes debates parlamentares, muito inferior ao valor que encontrámos quando os governos do PSD terminaram as suas funções.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A defesa da Autonomia, do seu futuro e da sua perenidade, encontra na nossa actualidade política referências necessárias e inadiáveis: a primeira, sem dúvida, é a sua sustentação financeira, proporcional às necessidades de convergência nacional e aos direitos que nos assistem; outras, são o nosso desenvolvimento económico e social mobilizadores e a vivificação da sua identidade cultural e da sua valorização específica no contexto das regiões ultraperiféricas europeias em que estamos a trabalhar.

Tais prioridades não significam que a Região não faça valer os seus direitos constitucionalmente protegidos, sempre e quando eles sejam desrespeitados. Tal não significa que toleremos em algum momento a indiferença dos que têm o dever patriótico de nos ajudar.

Tenho dado provas disso. Assim continuarei.

Mas há momentos, factos, leis e tendências, cujas repercussões futuras não podem ser ultrapassadas, pela sua importância, não apenas por um governo, não apenas por um partido.

É o caso da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a qual, agora em processo de revisão na Assembleia da República, volta a suscitar a necessidade do empenho de todos. Também aqui está em jogo um pilar importante da nossa Autonomia.

E outros problemas também surgirão. Um deles teve particular enfoque nesta Assembleia e diz respeito à inevitabilidade de acréscimos futuros do défice de Serviço Regional de Saúde, tal como acontece a nível nacional, na Madeira, e em outros sistemas públicos similares. Conseguimos, este ano, uma redução significativa da dívida, cuja operação de concretização está em curso, mas todos sabemos, e o governo concorda, que será difícil contornar o sub-financiamento crónico do sistema, por melhores que sejam, e têm sido, os ganhos de eficiência na sua gestão. Também aqui há um caminho que não pode ser resolvido sem um consenso alargado, pelo que é indispensável que todos os partidos parlamentares, porventura em sede de uma comissão especializada e num prazo determinado, em diálogo com todos os parceiros do sector da Saúde e o governo, trabalhem para concluir sobre as grandes orientações de financiamento futuro do sistema. O serviço público de saúde que hoje temos no país e nas Regiões Autónomas é socialmente

injusto e financeiramente inviável a longo prazo: quem pode pagar não paga um mínimo e todos acabam prejudicados por isso.

Termino, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo a certeza que teremos um bom Plano e um bom Orçamento para 2002 sentindo a mesma energia e a mesma confiança de sempre. Disposto, com a mesma determinação destes últimos anos, a levar os Açores para a frente, a continuar o progresso e a levá-lo a todas as nossas ilhas.

Não governamos sozinhos, governamos sempre para todos e hoje em dia com o apoio da esmagadora maioria do povo açoriano.

Conto, cada vez mais, com o apoio de todos os Açorianos que amam a nossa terra e que são a razão de ser do nosso governo.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Terminadas as intervenções finais, vamos proceder à votação, na generalidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional, relativa ao Plano para 2002.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, na generalidade, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora ao debate e votação na especialidade.

Está aberto o debate sobre o Programa 1, para o qual existe uma proposta de alteração do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao Programa 1 – Fomento Agrícola, concretamente o projecto 1.2 – sanidade animal e vegetal, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração à acção 1.2.2 – sanidade animal, a qual se destina a conferir uma nova redacção à descrição da referida acção, fazendo constar expressamente a instalação do Laboratório de Sanidade Animal do Pico, destinado a assegurar o diagnóstico da EB, vulgo BSE, e o controlo da qualidade do queijo do Pico.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata vai votar favoravelmente esta proposta de alteração, porque concordamos com esta instalação, temo-la vindo a defender e entendemos que será, talvez, a altura de, através desta proposta, embora não signifique crescimento de verbas, mas apenas mais uma intenção como tantas outras, cumprir a promessa do Sr. Presidente do Governo Regional, datada de meados de 1997, quando disse que iria abrir o laboratório daí a um mês.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para colocar uma questão em relação ao estado do projecto em si, ou seja, em que fase em que está e qual a acção que estava prevista e que vai deixar de ser executada?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

É muito simples, trata-se tão só de dividir uma sub-acção que já constava da descrição dessa acção e que passo a citar: “Implementação de medidas de acompanhamento no âmbito da EB, através do diagnóstico laboratorial da doença”.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Isso é que é simples?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Sequeira de Medeiros.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É só para fazer uma pergunta.

Eu tinha ficado com a ideia de que já existia um laboratório no Pico perfeitamente equipado para o controlo da qualidade do queijo do Pico e, portanto, gostaria de saber se este laboratório da encefalomiolite espongiiforme dos bovinos tem alguma coisa a ver com o outro, se o outro ainda existe e se está em funcionamento?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Isso é simples, Sr. Deputado!

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração para o Programa 1, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 1, incluindo a proposta acabada de aprovar.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 1, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 2, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao Programa 2 – Apoio à transformação e comercialização dos produtos agropecuários, projecto 2.1 – transformação e comercialização, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração à acção 2.1.9, conferindo uma nova redacção à designação “matadouro do Pico”, passando a respectiva descrição para “elaboração do projecto e início da empreitada”, conformando-a com a opção de construção de um novo matadouro naquela ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta proposta de alteração que, aliás, já tinha sido sugerida, em Comissão, pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, no sentido de que a decisão política já teria sido tomada anteriormente, porque aquilo que estava descrito no Plano não se adequava à decisão política já tomada, esperando que, com esta alteração de nome, se possa também ter as respectivas verbas para que o novo matadouro possa avançar, já que desde 1998 temos esperado que se fizessem obras no antigo, sem que elas tenham chegado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação a proposta de alteração para o Programa 2, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 2, incluindo esta proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Para os Programas 3 e 4 não existem propostas de alteração. Se me permitem em ponho os dois à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, nós pretendemos que sejam votados separadamente.

Presidente: Assim sendo, está aberto o debate sobre o Programa 3.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Está aberto o debate sobre o Programa 4.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos ao debate do Programa 5, para o qual existem duas propostas de alteração, uma do PS e outra do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se duma alteração que visa acrescentar uma acção que é a elaboração do projecto de ampliação do porto do Calhau, dado tratar-se duma infra-estrutura fundamental de apoio às embarcações que pescam na Ponta da Ilha e que a Norte da Ponta não existem efectivamente nenhuma infra-estrutura de apoio, a não ser a uma distância que é considerada demasiado, não só por questões de segurança, mas também por questões de apoio àquela zona e à sua população.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD faz esta proposta para que se possa reconstruir e melhorar o porto de pescas do porto Afonso que se encontra partido desde os temporais do fim do ano de 1996.

Este porto é importante já que é o único existente numa grande extensão da costa graciosense – eu diria que sensivelmente um quarto de toda essa costa – sendo por isso até importante como porto de refúgio.

De referir que ele está virado a um quadrante que em muitos dias do ano, especialmente de Inverno, torna-o o único porto de pescas da Graciosa que está operacional, mas também porque pode ser aproveitado pelos pescadores da ilha branca.

Essencialmente por essas razões propomos o aumento de mais 75.000 À neste programas, concretamente na acção 5.2.4.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar contra esta proposta, porque a verba inscrita na acção é suficiente para o início da obra. Se for necessário mais, ao longo do ano, para a sua execução, ela será reforçada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu fiquei abismado com esta explicação vinda da bancada do Partido Socialista, porque no Plano, sobre a descrição que é feita para esta acção dos portos da Graciosa, nada diz daquilo que o Sr. Deputado Manuel Avelar disse.

No entanto, fiquei a saber que o Partido Socialista votará contra uma proposta que vem de parte do PSD e que seria bastante útil para a nossa ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para confirmar aquilo que disse o Sr. Deputado Manuel Avelar.

É intenção do Governo proceder a essa remodelação do porto, sendo, contudo, necessário o respectivo projecto. Não se faz obras marítimas sem projecto e para mais essa que, como disse o Sr. Deputado do PSD, João Cunha, será feita num porto com alguma agitação e, portanto, sem estudos técnicos e sem se saber o que se vai fazer, não é possível iniciar a obra.

Assim sendo, no próximo ano terá oportunidade de ver apresentado na sua ilha o projecto e dar início a essa construção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional.

Eu gostava de saber se, em relação à acção do Calhau da Ponta, a elaboração do projecto de ampliação do porto já está feita?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Está feito o quê?

Deputado Hernâni Jorge (PS): Essa acção é para o próximo ano.

O Orador: Essa é para o próximo ano e a do Porto Afonso para quando é que será? Para o próximo também?

A ideia que eu tinha é que era preciso fazer um projecto para essa obra do Porto Afonso. Não é?

E para o Calhau da Ponta não é preciso fazer projecto?

Deputado João Cunha (PSD): Faz-se o estudo.

Deputado Hernâni Jorge (PS): É para elaboração do projecto.

O Orador: É para elaborar o projecto.

E essa do Porto Afonso não é?! Então estou esclarecido.

Presidente: Srs. Deputados, uma vez que a discussão na especialidade sobre este programa está feita, vamos passar à votação e votaremos em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha para uma declaração de voto.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Apenas para uma brevíssima declaração de voto.

Quero dizer apenas que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista rejeitou a proposta apresentada pelo PSD, atrasando ainda mais a obra daquele porto que, pelas razões já expostas, é importante para a ilha Graciosa.

Lamenta-se ainda este chumbo do Partido Socialista. Se esta proposta tivesse sido aprovada permitia que se desse cumprimento a mais uma promessa feita pelo Governo Regional Socialista, aquando da visita do Governo àquela ilha em 1997.

Deputado António Gomes (PS): O Sr. acabou de chumbar coisas mais importantes para a Graciosa.

Presidente: Não havendo mais declarações de voto, passamos ao Programa 6. Está à discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções sobre este Programa, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 7. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr Presidente e Membros do Governo:

Apenas para deixar aqui um pequeno registo, no sentido de tentar desmistificar aquilo que algumas vezes se tenta passar relativamente a uma pretensa posição contraditória do PSD.

Sabe-se bem aqui dentro, embora se possa às vezes tentar iludir os açorianos, a diferença entre uma votação na generalidade e uma votação na especialidade.

Temos propostas na especialidade, mas muitas vezes em muitos programas e neste caso concreto do Programa 7 até votámos a favor. Votaremos a favor noutros programas, abster-nos-emos noutros e votaremos contra noutros.

Se estamos contra a estratégia, contra a planificação global e se não acreditamos no orçamento, não será por isso que deixaremos de fazer propostas quando o entendermos, concordando e discordando na especialidade, sem que, no entanto, deixemos de ter uma visão global negativa dos documentos apresentados.

Presidente: Passamos ao Programa 8. Está aberto o debate sobre este Programa.

(Pausa)

Parecendo não haver intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 9. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 abstenções do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 10. Está aberta a discussão sobre este Programa.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 11, para o qual existem duas propostas de alteração, sendo uma do Partido Socialista e outra do Partido Social Democrata.

Está à discussão o Programa 11, bem como estas propostas de alteração.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Duma forma muito sucinta apenas para dizer que esta proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, pretende incluir neste Plano para 2002 verbas para a variante da estrada regional 6-2ª de S. Carlos, na Ilha Terceira, bem como verbas para a via de acesso ao Porto da Praia da Vitória.

Para além disso incluiríamos também, na reabilitação de estradas regionais, uma nova acção que será a reabilitação da Canada do Tapete, também na Ilha Terceira.

De referir igualmente que nessas propostas de alteração as verbas saem do sistema rodoviário regional, nomeadamente da variante ER 1ª-1ª Ponta Delgada/Lagoa, segunda fase e a reabilitação da estrada ER 1ª-1ª Capelas/Remédios que servirão para reforçar estas acções, bem como há uma verba destinada a reforçar o programa calamidades.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As propostas de alteração que o PSD agora apresente, têm a mesma legitimidade que têm as do Grupo Parlamentar do PS que visam transferir, aumentar ou diminuir verbas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ninguém questionou nada disso!

O Orador: Não são, por isso, como tentaram colocar o epíteto, propostas tacanhas, porque se o serão, na mesma medida, serão todas as outras feitas neste âmbito.

Relativamente ao Programa em discussão, o PSD apresenta aqui a antecipação de 498.798 € relativamente à via de acesso à Praia da Vitória, uma via que entendemos estratégica para o desenvolvimento da Ilha Terceira, de acesso ao porto comercial, ao porto de pescas, futuro matadouro industrial, gare de passageiros, prometida desde 97, que achamos imprescindível que se inicie essa obra de uma forma efectiva, de uma forma concreta.

Constatamos aqui que o Grupo Parlamentar do PS vai ao encontro das nossas reivindicações e, no fundo, contra aquilo que foi referido pelo Sr. Presidente do Governo que disse que esta via estava em estudo para um eventual Project Finance...

Presidente do Governo Regional (Carlos César): É para o estudo!

O Orador: ... e também vai de encontro a esta posição e à necessidade que temos, de facto, desta obra avançar na Ilha Terceira.

No mesmo âmbito também se propõe obras numa estrada regional da Graciosa e a ER 3-2ª Pico/S. Lourenço.

Entendemos na nossa proposta fazer uma adaptação superior àquela que estaria no PMP, porque achamos que é essencial que a obra avance numa progressão suficiente para que se veja obra, ao contrário do que acontece com a proposta do PS em que há apenas a reposição daquilo que tinha sido aprovado no PMP, que são 50 mil contos.

Da nossa parte, obviamente que estamos de acordo, porque tudo o que venha de encontro às nossas posições, temos que manifestar concordância, apesar de não ser aquilo que entendemos necessário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação ao reforço para a pavimentação de diversos troços da estrada regional na Graciosa, achamos que a verba que está inscrita no Plano é suficiente para o ano de 2002, porque as outras estradas que estão propostas para se fazer, não podem ser feitas devido à rede de abastecimento de água que será feita no próximo ano de 2002 e só após essas obras é que as estradas poderão ser asfaltadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É só para interpelar muito rapidamente o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Eu gostaria que me explicasse qual é a estrada que vai ser asfaltada na Graciosa, uma vez que o Plano prevê diversos troços de estradas regionais, sem especificar absolutamente nenhuma.

O Orador: Relembro que existem diversos troços de estradas, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): São esses!

O Orador: ... tais como do Porto Afonso até à Limeira, E R 1-2ª que está por pavimentar e existe uma estrada entre os Fenais e o Carapacho que também se encontra por asfaltar.

Deputado João Ponte (PS): Faça um requerimento.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar mais um esclarecimento ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

Parece que a intervenção do Sr. Deputado Francisco Barros não foi esclarecedora, então vamos tentar explicar pela segunda vez.

O que se pretende com esta proposta de alteração, apresentada pelo PS, que tem tanta legitimidade quanto a sua,...

Deputado Clélio Meneses (PS): Com certeza. Ninguém duvidou disso.

A Oradora: ... é efectivamente reforçar a previsão para a estrada de São Carlos e para a via de acesso ao Porto da Praia da Vitória. A primeira em 100 mil contos e a segundo em 50 mil contos.

Deputado Clélio Meneses (PS): Está aqui escrito.

A Oradora: Não percebeu. Eu vou explicar novamente.

Para além disso, estas verbas destinam-se, no caso da variante a São Carlos, à elaboração do projecto e à aquisição de terrenos. Na via de aceso ao Porto da Praia da Vitória, exactamente para os mesmos fins, ou seja, aquisição de terrenos e elaboração do projecto.

Deputado Clélio Meneses (PSD): 50 mil contos é muita coisa.

A Oradora: Por fim, pretendemos também, porque achamos que é de fundamental interesse para a população da ilha Terceira, inscrever neste Plano mais um projecto de reabilitação da Canada do Tapete, que como o Sr. sabe, todos nós sabemos, todos aqueles que vivem lá e mesmo aqueles que não vivem e por lá passam sabem, é uma estrada que necessita de intervenção e por isso pretendemos inscrevê-la neste Plano. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Avelar.

Deputado Manuel Avelar (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É para explicar ao Sr. Deputado João Cunha que a estrada Santa Cruz/Praia vai ser lançada brevemente a concurso e relativamente aos outros troços de estradas, logo que a Câmara Municipal resolva o problema da rede de abastecimento de água, tanto da Praia como da Luz – o Sr. Deputado João Cunha sabe isto, porque já passou pela Assembleia Municipal, - também serão para asfaltar.

Deputado João Cunha (PSD): Não é com esta verba que está aqui. Só dá para um quilómetro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Venho a propósito referir que, como a Câmara já percebeu, o Grupo Parlamentar do PP, para além da oposição global, genérica contra estes documentos com a sua posição de abstenção, refere também que relativamente aos Programas, é óbvio que há aspectos de cada um dos programas com os quais concordamos, como há aspectos que em relação aos quais discordamos. Portanto, definimos como posição de abstenção, que parece traduzir a nossa postura sobre cada um dos programas.

Relativamente a essa iniciativa em si, eu quero felicitar os meus colegas deputados da Ilha Terceira pelas grandes conquistas que trouxeram aqui a este documento, o que vem dar uma outra dinâmica, uma outra pujança em matéria rodoviária, relativamente à ilha.

Agora, neste caso concreto, e falo aqui como deputado eleito especificamente por aquela ilha, da via de acesso ao Porto da Praia da Vitória, é muito difícil votar agora a favor disto, porque já votámos em 97, pelo menos alguns dos que estão aqui, vamos votando estes anos todos e também já votámos para 2000.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Votei contra.

O Orador: A colega deputada já votou em 97 e desejo-lhe muita saúde para continuar a poder votar. Eu pela minha parte já votei o que tinha a votar, agora fico à espera que a obra se faça.

Muito obrigado.

Presidente: Parece não haver mais intervenções, vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração para o Programa 11, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos passar agora à votação do Programa 11, incluindo a proposta de alteração aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP,

Presidente: Passamos agora ao Programa 12. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Está à discussão o Programa 13, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em coerência com aquilo que foi o debate nesta Casa durante estes dias, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresenta duas novas acções no valor total de 175.000 Ä: uma acção - estudo e projecto para ampliação do Porto Comercial das Velas, no valor de 125.000Ä e outra acção – estudo e projecto para melhoria do Porto do Topo, no valor de 50.000 Ä.

Portanto, volto a repetir, em coerência com aquilo que foi discutido nestes dias de debate, achamos importante que no ano de 2002 se comece pelo estudo e pelo projecto com responsabilidade.

Por isso apresentamos esta nossa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista vai votar contra tão só pelo facto dos Srs. Deputados do PSD por São Jorge andarem distraídos.

Os estudos sobre a ampliação do Porto Comercial das Velas já estão em curso e em bom andamento. Seguir-se-á de imediato a elaboração do respectivo projecto.

Relativamente ao Porto do Topo o que é certo é que está na planificação do Governo a elaboração de estudos e no decurso deste PMP serão efectivamente realizados.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para ficar registado que se os deputados do Partido Socialista de São Jorge tivessem a mesma coerência...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas a nossa coerência não é essa, é esta!

O Orador: ... desta bancada, de facto, tinham votado favoravelmente esta proposta para sustentar a afirmação que disse, que era para estudos e projectos.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É simplesmente para reafirmar que os estudos sobre a ampliação do Porto das Velas estão em curso, estão em bom andamento.

Lamento o facto dos Srs. Deputados do PSD, eleitos pelo círculo eleitoral de São Jorge, estarem distraídos e não se aperceberem do que se passa relativamente aos investimentos de interesse relevante para a Ilha de São Jorge.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Passamos agora ao Programa 14, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está aberto o debate sobre este Programa 14.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD apresenta esta proposta de alteração ao Programa 14 com a inclusão de uma nova acção – estudo de viabilidade para ampliação do aeródromo de São Jorge, dotado com 100.000 €, porque entendemos que é fundamental fazer-se um estudo que nos permita tirar conclusões sobre a viabilidade ou não da ampliação daquele aeródromo. Também entendemos que este investimento pode ser decisivo para o desenvolvimento da Ilha de São Jorge.

Presidente: Eu recordo que estamos a debater o Programa 14, com uma proposta de alteração do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que é certo é que, no decurso da execução do Plano para o ano 2002, vão ser executadas as obras de ampliação e beneficiação da aerogare do aeródromo de São Jorge.

Deputado Mark Marques (PSD): Isso é outra coisa. É outra acção.

O Orador: Está nas intenções do Governo, como já foi dito aqui pelo Sr. Secretário, que no decurso do PMP serão elaborados os estudos de viabilidade da ampliação do aeródromo de São Jorge.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É isso mesmo!

O Orador: O que é certo é o facto de outros investimentos mais importantes do que estes terem sido chumbados hoje aqui pelo PSD e que constavam da Proposta do Plano e Orçamento que estamos agora a discutir.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração ao Programa 14, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 18 votos a favor do PSD, 29 votos contra do PS, 2 abstenções de PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques para uma declaração de voto.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas para frisar mais uma vez que os Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista e em especial os de São Jorge votaram contra apenas um estudo.

É preciso referir que estas propostas não são demagógicas, são reais e começam pelo princípio, com seriedade e mais uma vez os Srs. Deputados votaram contra.

O Sr. Deputado tentou argumentar que era a remodelação. Nós sabemos a verba que está contemplada para a remodelação da gare.

O que nós temos na nossa proposta é um estudo de viabilidade para ampliação do aeródromo.

O Sr. Deputado não pode dizer que há o estudo e depois não tem suporte. Fica provado que é incoerente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes para uma declaração de voto.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para reafirmar aqui nesta Casa, e como estamos a falar de transportes, que os Srs. Deputados do PSD votaram contra os seguintes investimentos ao nível dos transportes:

1. Reabilitação do Porto da Calheta;
- Núcleo de Recreio das Velas;
- Porto do Norte Grande.

Isto são tudo obras que têm a ver com transportes e que hoje constam das propostas do Plano e Orçamento para 2002 e os Srs. Deputados do PSD votaram contra.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Não senhor, o nosso voto foi de abstenção.

Presidente: Srs. Deputados, peço a vossa compreensão, porque as declarações de voto não são propriamente debates. Os debates acabaram há bocado. São simplesmente declarações de voto e se continuamos com a discussão nas declarações de voto vai ser muito complicado chegar ao fim com esta votação e esta ordem.

Não há mais intervenções, vou pôr à votação o Programa 15.

O Sr. Deputado Mark Marques pretende a palavra para?

Deputado Mark Marques (PSD): Eu pedia para repetir a votação do Programa 13.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É apenas para que o Sr. Presidente ou a Mesa possa esclarecer ao Sr. Deputado António Gomes qual foi o sentido de voto do PSD, relativamente ao Programa 13, porque ele equivocou-se, acusando o PSD de ter votado contra um Programa, cuja votação não corresponde à realidade.

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa não concede. Se houve um equívoco, paciência. Nós não vamos voltar atrás.

Vamos votar o Programa 15.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 16, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está à discussão este Programa, bem como a proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD propõe uma redução na dotação global deste Programa, por entender que algumas das suas dotações de projecto e de acções poderão ficar, de facto, melhor consignadas se destinadas a outras áreas, nomeadamente a da educação, como adiante veremos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De forma muito sintética, às 03,56 horas da manhã, apenas para anunciar que o Grupo Parlamentar do PS votará contra esta proposta de alteração, por entender que a redução que são propostas pelo PSD comprometem a prossecução dos objectivos e das metas que estão no Plano.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração para o Programa 16, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 17, para o qual existem duas propostas de alteração, uma do PS e outra do PSD. Está à discussão o Programa 17, com estas propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração que visa aumentar para 250.000 € o Programa 17.1.27 – Construção da EB/JI de Porto Martins.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vamos falar mal do que o Governo fez, mas sim do que prometeu e não deu, porque, de facto, no Nordeste nada fez. Do prometido em 99, em 2000 e em 2001 nada foi feito na Escola do Nordeste.

Em Abril, há 7 meses, o PSD propôs uma dotação de 200 mil contos para o arranque destas obras e a teimosia da absoluta maioria do PS chumbou essa dotação, fazendo aprovar apenas 20 mil contos no dia 6 de Abril.

No dia 16 de Abril o Sr. Presidente do Governo anunciava, no fim de uma audiência com o Sr. Presidente da Câmara do Nordeste, que as obras iam arrancar.

No dia 10 de Maio o Deputado Nuno Amaral, hoje candidato à Câmara do Nordeste, dizia que estava muito contente, porque as obras iriam arrancar. Apesar destas declarações e destas boas intenções, as obras não arrancaram, segundo disse o Sr. Secretário Regional da Educação, por falta de cabimento financeiro, dado que os 20 mil contos existentes e propostos pelo PS no Plano deste ano não são suficientes.

Afinal o Sr. Secretário Regional da Educação negou o Sr. Presidente do Governo. Já vai sendo habitual.

O PSD apresenta por isso uma proposta de alteração com o reforço de 548.000 € para que esta obra, pela 4ª vez anunciado o seu arranque, possam, de facto, começar e a toda a força, porque, Sr. Presidente do Governo, quem anda pelo Nordeste não vê obra feita na Escola.

As crianças e jovens do Nordeste merecem mais e melhor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Colegas de Governo:

Só para prestar um breve esclarecimento para ver se de uma vez por todas nos entendemos.

Sr. Deputado Joaquim Machado, relativamente a essa obra quero esclarecer três factos:

1º. Na mesma altura em que o Sr. Presidente do Governo anunciou que a obra se iria fazer, e vai-se fazer, pouco dias depois em entrevista a um órgão de comunicação social de Ponta Delgada, eu disse que a obra começaria muito provavelmente em 2002. Está lá escrito, foi afirmado e tudo isso foi dito de forma congruente e como devia ser.

Por outro lado, também quero dizer que no ano de 2001 foram executados nessa obra 18 mil e tal contos, ou seja quase os 20 mil que estava previsto.

Foi pago à Câmara Municipal do Nordeste despesas nesse valor, resultantes ainda da elaboração do projecto que só terminou neste ano de 2001.

Sr. Deputado, a dotação era insuficiente para iniciar a obra, mas a dotação foi executada.

Portanto, em vez do Sr. Deputado fazer afirmações como aquelas que fez, informe-se melhor, saiba melhor o que diz e deixe de levantar essas questões que já começam a ser corriqueiras e deveras aborrecidas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Realmente o PSD queria que a obras arrancassem em 99,...

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sem projecto!

O Orador: ... segundo me parece, mas o ainda Presidente da Câmara do Nordeste, como já referi ontem, enviou o projecto final no dia 8 de Janeiro. O projecto que ele estimou era de 405 mil contos. Neste momento o projecto está orçado em 900 mil contos e, portanto, tem de haver contenção.

Mas, como referi ontem, o PSD está a fazer mais uma das suas manobras, como já o tinha feito há 6 meses propondo 200 mil contos para o arranque da obra da Escola do Nordeste e agora vem propor mais umas centenas de contos só para ficar bem na fotografia, assim como tentar encobrir as promessas que o ainda Presidente da Câmara do Nordeste não cumpriu e tentar desviar a atenção para as grandes obras e apoios que o Governo Regional do Partido Socialista tem dado ao Nordeste.

Por isso, o PS não alimenta aqueles que pretendem protagonismo a todo o custo, pelo que os nordestenses já perceberam tal atitude.

Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PS vai votar contra esta proposta de alteração.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em vez dum reforço dos investimentos na escolas da ilha Terceira, conforme estava previsto no PMP, aprovado há 7 meses, assiste-se apenas a um transferência de

verbas, só espero é que essa transferência duma escola para a outra, continuando a redução de investimentos em escolas da Ilha Terceira, sirva para arrancar a escola de Porto Martins, que está prevista desde 98.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O Sr. não sabe fazer continhas.

O Orador: Porque esperamos que isto aconteça, não votamos contra essa proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Realmente vejo aqui um grande reforço de verba para a escola da minha freguesia, como muito bem o Sr. Secretário Contente gosta sempre de lembrar.

Também sou sempre citado por estar relacionado com aquela freguesia, mas não sou o único que tem esse privilégio, porque na bancada do PS temos a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, e já agora ficam todos a saber, que é do Porto Martins. Portanto, somos dois deputados residentes no Porto Martins.

Estamos, infelizmente, de novo perante um projecto que o Grupo Parlamentar do PSD vem lembrar ao Governo. Enfim, é menos um que aqui fica com alterações de verba em relação ao PMP, mas nem terrenos existem, nem localização e, portanto, nós não passamos a ter mais nenhuma garantia relativamente a esta escola, que já foi votada várias vezes em anos anteriores, como já foi aqui lembrado.

Registamos com agrado, mas não temos motivo especial de congratulação a não ser que, de facto, no terreno as coisas venham a avançar, mas isso depende da vontade do Governo e ele provou que é indiferente àquilo que os Grupos Parlamentares alteram. Como ele já demonstrou isso, até prova em contrário, vamos a ver se o Governo muda de posição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O pretenso esclarecimento do Sr. Secretário Regional da Educação acabou por confirmar aquilo que eu havia dito.

De facto, ele contradisse o compromisso do Sr. Presidente do Governo pelo quarto ano consecutivo. Os Planos do Governo Regional do Partido Socialista anunciam o

começo das obras na Escola do Nordeste e o Sr. Secretário, conforme consta da página 6 do relatório da Comissão de Assuntos Sociais, disse: “Quanto à Escola do Nordeste não foi ainda assinado o contrato ARAAL por falta de cabimento financeiro, dado que os 20 mil contos existentes no Plano deste ano não são suficientes.”

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): É verdade, mas agradeço-lhe a continuação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (*PS*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para um pequeno esclarecimento, atendendo a que o Deputado Alvarino disse que não era conhecido o terreno.

Esta escola, tudo indica, será construída ao lado da Casa do Povo nos terrenos que ali existem. O dono já sabe, embora não esteja muito de acordo.

Será também construído em conjunto nesses terrenos, desse dono que sabe e não quer saber, por acordo entre a Casa do Povo, Câmara Municipal e Governo, a parte do Gimnodesportivo.

A construção dessa escola será feita por contrato ARAAL entre a Câmara e o Governo e esperamos que arranque no ano de 2001.

Deputado Mark Marques (*PSD*): Isso é que é gente com fé!

Presidente: Parece não haver mais inscrições, vamos votar as propostas de alteração apresentadas e votaremos em primeiro lugar a proposta do PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma declaração do voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Escola do Nordeste vai arrancar no próximo ano, como o Sr. Secretário disse em Março de 2001. Vai ser mais uma das grandes obras do Partido Socialista no Nordeste.

(Vozes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Eu vou pedir para tirarem fotocópia para entregar a V. Exa..

Presidente: Sr. Deputado, peço encarecidamente que não haja diálogo neste momento, senão baralha a votação toda. O Sr. está fazendo uma declaração de voto.

O Orador: Desculpe, Sr. Presidente, mas interromperam-me e eu tive de responder. A Escola do Nordeste vai arrancar no próximo ano, como o Sr. Secretário disse em Março de 2001. Vai ser mais uma das grandes obras do Partido Socialista no Nordeste, apesar das promessas de ampliação e arranjo da Escola do Nordeste desde 89 por parte do PSD.

Presidente: Não há mais declarações de voto, vamos votar o programa 17, incluindo a proposta já aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à discussão do Programa 18, para o qual não existe propostas de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à discussão do Programa 19, para o qual não existe propostas de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à discussão do Programa 20, para o qual não existe propostas de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 abstenções do PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à discussão do Programa 21, para o qual também não existe propostas de alteração.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à discussão do Programa 22, para o qual existe duas propostas de alteração, uma do PS e outra do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve nota para referir que esta proposta de alteração visa dotar a acção 22.1.12 – Criação da residência de apoio a idosos nas Lajes das Flores, com a verba de 25.000 Ä, destinada a financiar o respectivo projecto.

Esta alteração é apresentada em coerência com o compromisso assumido pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aquando da aprovação do Plano Regional para 2001, quando votou favoravelmente uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, no sentido de ser antecipado o início daquela obra, prevista no PMP para ter início em 2003.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Nós vamos votar favoravelmente esta proposta de alteração e o respectivo Programa, na medida em que consideramos positivo que se mantenha esta rubrica agora proposta pela alteração do Partido Socialista, na esperança de que no ano de 2002,

efectivamente tenhamos, pelo menos, o projecto para a obra que reputamos importantíssima para a ilha das Flores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta uma proposta de alteração que visa o reforço de 150.000 Ä para o Programa 22, na prevenção das toxicodependências. Uma proposta coerente com o combate que o PSD defende às toxicodependências.

O PSD considera razoável, no contexto deste Plano e deste Orçamento, um reforço de 150.000 Ä que decorre de uma redução de verbas de outros Programas que também constam das nossas propostas.

Presidente: Vamos proceder à votação da proposta de alteração apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração, do PSD, foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 22, incluindo a proposta já aprovada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à discussão do Programa 23, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD propõe a abertura de uma acção que visa a construção de um novo Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo no valor de 249.400 Ä, no âmbito do Programa 23 – Protecção Civil. Tem cabimento de verba por contrapartida das verbas não desagregadas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar contra esta proposta de alteração, apresentada pelo PSD, por duas ordens de razões:

A primeira prende-se com o facto de no PMP estar já previsto uma verba para 2004, tendo como finalidade a ampliação do Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo. A segunda é que o Sr. Deputado Bento Barcelos podia ter verificado, através do relatório da Comissão de Política Geral, aquando das audições no âmbito da discussão deste Plano, que essa questão foi colocada pelo Grupo Parlamentar do PS ao Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e onde, de uma forma clara – e não vale a pena estar a ler, devido ao adiantado da hora, mas remeto-o para isso – há disponibilidade por parte do Governo Regional, desde que o Comando dos Bombeiros de Angra, que neste momento tem dúvidas quanto a uma possível nova localização do quartel e tendo em conta as negociações que estão a ser feitas, nomeadamente com a PSP, desde que se possa chegar a um entendimento quanto à localização e aos montantes a despende.

Como tal, isto é uma proposta extemporânea e parece mais enquadrada numa estratégia autárquica do que propriamente numa discussão de Plano.

Muito obrigado.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós consideramos que esta obra é indispensável.

A Associação, sua direcção, os seus sócios e o Corpo Operacional de Bombeiros necessitam desta obra, não a que está definida no PMP, porque é uma reabilitação e eles querem é um edifício novo. Têm já indicação do terreno e tiveram a oportunidade de nos comunicar isso.

Estamos aqui na defesa do interesse da mesma e a propor aquilo que os Srs. rejeitaram.

Presidente: Vamos agora proceder à votação do Programa 23.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 23, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos ao Programa 24. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 24, foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 25, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Governar, como é sabido, é fundamentalmente gerir prioridades. São nítidas aqui duas situações que têm a ver exactamente com prioridades.

Por um lado, o PSD propõe a eliminação de uma verba relativa ao Palacete Comendador Silveira e Paulo, antiga Escola Industrial, no sentido de entender que é mais prioritário e mais importante para a ilha Terceira dotar o último troço da via rápida de condições para arrancar de imediato. É uma obra mais essencial para a Ilha Terceira do que exactamente as obras daquele imóvel.

Não foi isso que foi entendido pelo Grupo Parlamentar do PS que preferem as obras na Escola Industrial do que dotar o último troço da via rápida de condições essenciais ao início da obra.

Por tudo isto a nossa proposta fica prejudicada neste âmbito e por isso retiramo-la.

Relativamente à outra redução tem a ver exactamente com espectáculos de iniciativa governamental, música, teatro, bailado e ópera.

Obviamente, de acordo com tudo aquilo que o PSD disse durante este debate, é mais prioritário para o PSD construir estradas, escolas, do que dar música, teatro, bailado e ópera.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu queria pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Clélio Meneses por aquilo que disse.

O Sr. Deputado sabe qual é o valor da antiga Escola Industrial? É um dos melhores edifícios desta Região.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ninguém está a dizer o contrário. É em termos de prioridades.

O Orador: Em termos da sua qualidade construtiva e em termos da sua arquitectura, só é comparável ao Palácio de Santana em Ponta Delgada. Não há outro edifício na cidade de Angra com igual valor patrimonial.

É um edifício que está fechado já há dois anos e precisa urgentemente de obras, sob pena de se degradar profundamente.

O Sr. Deputado vem-me dizer que essa obra é menos importante do que um troço que não faz falta nenhuma aos terceirenses, e eu sou terceirense, Sr. Deputado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É preciso é que se saiba se isso ficou registado!

O Orador: Como é que esse troço faz falta? É o trânsito imenso que circula todos os dias a caminho do cais do Porto da Praia da Vitória que, como se sabe, está sempre cheio de navios descarregando cargas? Não sei se são navios fantasmas. Não sei o que é que o Sr. Deputado foi lá ver.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. é que não vem à Praia, por isso não sabe.

O Orador: Sr. Deputado, há imensas estradas na Terceira que fazem falta, mas não é essa com certeza, Sr. Deputado.

Eu estou pronto a afirmar a mesma coisa na ilha Terceira e perante quem o Sr. quiser.

Sr. Deputado, é preciso ter cuidado naquilo que se reivindica e o Sr. simplesmente foi pedir a estrada errada. Há imensas estradas na Terceira que fazem falta, mas não é essa com certeza. Portanto, quanto ao Palacete estamos entendidos.

Também me espanta o conceito de cultura que o Sr. Deputado tem, mas isso é consigo. O que ainda mais me espanta é que na sua bancada estejam pessoas a quem eu reconheço um grande empenho na preservação de património, e estou a referir-me a um terceirense que está ali sentado, o Sr. Deputado Bento Barcelos, que é uma pessoa que eu sei que é sensível a isso e apesar disso apresentam uma proposta

dessas. É lamentável que isso tivesse acontecido. Eu dou a minha solidariedade ao Sr. Deputado Bento Barcelos que deve precisar dela hoje.
Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José do Rego.

Deputado José do Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma das referências que eu fiz foi a esta rubrica que existe no Programa do Governo e que foi muito importante durante 2001.

Na Praia da Vitória, na Ribeira Grande, todas as cidades e todas as vilas dos nossos Açores beneficiaram desta rubrica. Houve populações que tiveram contactos com expressões de arte ou de música pela primeira vez, pela existência dessa rubrica. No caso da Povoação, em concertos de música clássica, foi levado lá um piano que nunca tinha ido. Portanto, é importante manter-se essa rubrica.

Pode assustar o termo “iniciativa governamental” mas não pode achar o desprezo que achou por essa rubrica e dizer que é mais importante.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não desprezei.

O Orador: Para a cultura é tão importante como uma estrada ou uma escola haver essas iniciativas governamentais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Messias.

Deputado Paulo Messias (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Só para lembrar ao Deputado Clélio Meneses que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, apresentou uma proposta de alteração de uma verba para o 5º troço da via rápida.

Portanto, não é verdade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi contra a sua proposta. Foi a favor da nossa e foi contra a vossa. O Partido Socialista tem a

sua própria proposta e foi a favor dela. Logicamente o Sr. foi a favor da sua e não a favor da nossa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A diferença é que foram a favor da vossa e contra a nossa.

O Orador: Mas, que fique registado que nós apresentámos uma proposta para o 5º troço da via rápida, que está lá e foi aprovada por nós.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento muito rápido ao Sr. Deputado Clélio Meneses e à sua bancada.

De facto, a ausência de preocupações culturais por parte da vossa bancada preocupa-me, mas preocupa-me mais que apelidem a vossa bancada de coerente quando ainda há muito pouco tempo na Comissão de Assuntos Sociais apresentaram uma proposta de recuperação do Coliseu que é, sem dúvida, um imóvel de grande interesse, quando agora apresentam uma proposta contrária a isso e por isso mesmo incoerente.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Votaram contra o Coliseu. Já se esqueceu?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou discutir nem tentar resolver o problema de que a estrada é prioritária, como diz o Sr. Deputado Paulo Messias, ou se não é prioritária como diz o Sr. Secretário Regional da Educação,...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não foi isso que foi dito.

O Orador: ... vou apenas fazer um esclarecimento à Sra. Deputada Cláudia Cardoso que, não sei se foi da transição de lugar na bancada, começou a perder a

compreensão do que se tem passado aqui, porque nesta proposta do PSD não há qualquer incoerência. O PSD apresentou uma proposta muito séria...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Pode ser séria e coerente! **Orador:** ... relativamente ao Coliseu Micaelense e essa proposta custava zero escudos ao Governo Regional, bastava-lhe tão somente ter, por resolução, como podia e devia, declarado a utilidade pública daquele imóvel. Era tão somente isto. Não tinha nada a ver nem com milhões, nem com tostões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota que, aliás, não posso deixar de passar aqui e que é a seguinte: há absoluta coerência com a posição que tomámos e a Sra. Deputada Cláudia Cardoso confundiu as coisas, porque uma coisa é pedir a classificação, outra coisa é, fazer obra num imóvel. São coisas completamente diferentes.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não, é a importância que se dá às coisas.

O Orador: Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, V. Exa estava preocupado com aquele imóvel que foi escola industrial, que é, sem dúvida, um imóvel que tem qualidade, mas há imóveis em Angra com muito mais qualidade do ponto de vista arquitectónico e histórico que estão perfeitamente ao abandono e que o Governo ainda nunca recuperou e devia ir recuperando para fins que são urgentíssimos, nomeadamente a casa dos Cortes Reais, futura sede da Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo, que desde 1997 anda em projecto e que é a ruína mais grave que nós temos em Angra.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Também lá chegaremos!

O Orador: Portanto, neste caso concreto aquele imóvel é um imóvel que precisa de ser recuperado, mas está constituído no seu todo. Pode aguentar mais um ano ou dois. O fim a que se destinava até era para instalar a Direcção Regional da Cultura que está muito bem instalada.

Essa obra do 5º troço é essencial para a economia da ilha Terceira. Pergunte à Câmara do Comércio, pergunte aos transitários, àqueles que utilizam todos os dias,

não só por razões de segurança, mas por razões de que onera demasiado a sua actividade a inexistência daquele troço.

Sr. Secretário Regional, tenho algumas vezes concordado com V. Exa., mas nesta não posso concordar e não deixo de ser de forma nenhuma um homem com apego e vontade pela preservação da cultura.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Bento Barcelos, aquele é um imóvel que ainda tem tecto e se nós não actuarmos rapidamente em breve não terá. Deixe-me dizer-lhe que em termos de qualidade construtiva, dos materiais utilizados e particularmente das madeiras e da obra em estuque que lá está feita, não há na cidade de Angra outro imóvel com aquela qualidade.

É um imóvel que é essencial ser rapidamente preservado, sob pena de que com a degradação crescente a obra em vez de custar aquilo que está previsto, custar o dobro, o triplo ou talvez não ser recuperado.

Por isso eu estranho muito, e volto a dizer, que o Sr. Deputado tenha feito a afirmação que fez, tanto mais conhecendo-o como pessoa e reconheço-lhe esse mérito e também reconhecendo o empenho, particularmente nesta altura, que terá nas coisas da cidade de Angra.

Muito obrigado.

Deputado Bento Barcelos (*PSD*): É a sua opinião.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Sr. Presidente, requeríamos à Mesa que informasse o Plenário dos tempos disponíveis.

Presidente: Sr. Deputado, se não se importa fazíamos esta votação e depois informo os tempos.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 18 votos a favor do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos agora votar o Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 25, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Há algum problema com a votação? Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pedimos desculpa pelo incómodo da hora, mas gostaríamos que fosse repetida a votação deste Programa.

Presidente: Vamos proceder à repetição da votação do Programa 25.

Os Srs. Deputados que concordam com o Programa 25, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 25 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: O Sr. Secretário vai anunciar os tempos.

Secretário: Srs. Deputados, os tempos disponíveis são os seguintes:

PS – 56m e 6s

PSD – 3m e 36s

PP – 11m e 1s

PCP – 4m e 32s

Governo – 38m e 38s

Presidente: Vamos então prosseguir com a discussão do Programa 26, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Álamo de Meneses, em 1997 dizia que em 2000 o parque desportivo da Horta estaria a funcionar; em 99 dizia que a obra arrancava em 2000 e estamos no final de 2001 e tudo continua igual e com uma verba inscrita no Plano para 2002 que será quase toda destinada ao Pavilhão da Horta. Propomos este reforço que irá permitir iniciar, de facto, em 2002 a obra do estádio de futebol e pista de atletismo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria pedir um esclarecimento à Sra. Deputada Berta Cabral, como primeira subscritora desta proposta, no sentido de me ajudar a localizar a acção não desagregada, porque eu gostaria, por contrapartida dessa acção, reforçar este Programa. Eu já procurei aqui no Plano e não consigo descobrir a acção. Se fosse possível encontrá-la seria óptimo, e eu aí pediria ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista que aprovasse esta proposta, porque eu gostaria imenso, à custa do não desagregado, reforçar esta acção.

Mas, Sra. Deputada, muito sinceramente eu não consigo encontrá-lo. Podia indicar-nos onde é que fica o não desagregado?

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Se é para chumbar não precisa indicar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero só, muito rapidamente, dizer o seguinte:

De facto, esta questão do parque desportivo do Faial é, em termos de investimento anunciado, um escândalo muito grande, a que já deu azo a várias discussões, inclusivamente ao nível da Câmara Municipal, às vezes violentas, porque estas obras, quer no Pavilhão, quer no parque desportivo, estavam inscritas para serem feitas sempre no ano seguinte.

Portanto, esta proposta do PSD tem cabimento, tem oportunidade política e pelo menos significa que há uns que vêm as coisas e engolem e às os que vêm e não engolem. Nós não engolimos! Nós aprovamos a proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores manda, de facto, que no exercício do Plano se faça a desagregação espacial. Contudo, esse exercício é meramente fictício na medida em que aquilo que os Srs. votam, e que o Governo não vota, são programas, projectos e acções.

O meu colega tem toda a razão, porque não há nenhuma acção susceptível de ser votada que tenha não desagregado. É um exercício espacial por obrigação do Estatuto. Não votamos isso e como sabem essa proposta não devia ser admitida, porquê? Porque a uma despesa corresponde uma receita e os Srs. não indicam a receita para essa despesa.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria dizer ao Sr. Secretário que é melhor ir ao Diário das Sessões e vai encontrar muitas, mas muitas propostas apresentadas pelo Partido Socialista, exactamente por não desagregado a dividir por todas as acções e por todos os Programas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Eu não quero saber do passado. Responda à minha questão.

A Oradora: Não venha agora inventar uma nova forma de contabilizar despesas públicas, porque nem sequer há receitas consignadas a despesas e isso o Sr. devia saber.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Apenas uma ligeira observação como parlamentar desta Casa.

O Sr. Secretário Regional tem todo o direito de dar as opiniões que entende, mas penso também que, embora sendo jurista, deve ponderar as suas opiniões, porque esta Casa tem uma prática política regimental, etc., muito antiga. O Sr. Secretário é um bocado “caloiro” nisto...

(Aplausos das bancadas do PSD e PP)

O Orador: ... e aparece aqui a dar lições de cátedra e isso às 05,00 horas da manhã não é suportável.

Deputado Mark Marques (PSD): Engenharia linguística!

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): É fácil, é barato e dá milhões!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Infelizmente recorrer a um argumento de que eu sou “caloiro” neste Casa para refutar um argumento jurídico, Sr. Deputado, ainda por cima quando o Sr. está em igualdade de circunstâncias comigo,... Eu frequento esta Casa nesta bancada é mais tempo do que o Sr. é deputado, nestas legislaturas.

Deputado José Decq Mota (PCP): Fui deputado em 84!

O Orador: Agora, uma coisa é certa: é esse princípio contabilístico, mas de inscrição obrigatória nos Planos, que a qualquer despesa tem que corresponder uma inscrição da receita.

Portanto, a receita que os Srs. invocam é uma receita virtual,...

Deputada Berta Cabral (PSD): Está lá.

O Orador: ... porque as verbas são inscritas por acções e não desagregadas.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não há aumento de despesa nessa proposta.

Presidente: Srs. Deputados, vamos passar à votação e vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora à votação do Programa 26.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 26 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 27, para o qual existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está à discussão

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD apresenta uma proposta de alteração ao Programa 27 – Habitação, acção 27.2.4 – Apoio à recuperação de habitação degradada.

É uma das preocupações que o PSD tem no contexto do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores. Uma proposta que representa um reforço de 450.000 Ä para esta acção prevista no Plano.

Presidente: Não há mais intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 27.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 27 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 28. Está aberto o debate sobre este Programa.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 28 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao Programa 29. Está aberto o debate sobre este Programa.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 29 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos agora ao Programa 30. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 30 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 31. Para este Programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PSD. Está aberto do debate.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta de alteração, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Votamos agora o Programa 31.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 31 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 18 votos contra do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 32. Para este programa existe uma proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista. Está aberto do debate.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar e votaremos em primeiro lugar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos fazer agora a votação do Programa 32.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 32 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Programa 33. Para este programa existe duas propostas de alteração, sendo uma do PS e outra do PSD. Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta uma proposta de alteração que consta fundamentalmente da redução das dotações de algumas acções, designadamente:

33.1.7 – Reabilitação das estradas regionais do Concelho do Nordeste;

33.1.9 – Reabilitação da ER 1-1ª Pisão/Água D’Alto;

33.1.18 – Reabilitação das ER da ilha das Flores;

11.1.5 Variante à ER 1-1ª Ponta Delgada/Lagoa.

Destas deduções consegue-se um reforço da ordem dos 2.344.350 € que dá um valor aproximado de meio milhão de contos e que vem, com o empenhamento do Governo do Partido Socialista e do seu Grupo Parlamentar, no sentido de reforçar esta verba destinada à reconstrução da habitação no Programa do Sismo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração não faz mais do que dar eco à estranheza pela redução das verbas destinadas à reconstrução e o que propomos é reforçar as verbas para 2002 com os valores que estavam previstos no PMP, isto é, com mais 7 milhões de euros, cerca de 1,4 milhões de contos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer que nós vamos votar contra esta proposta de alteração que é apresentada pelo Partido Socialista, por duas razões:

A primeira razão é porque o mau estado das estradas regionais da ilha das Flores é tão grande que se ainda tiramos o pouco dinheiro que o Governo Regional inicialmente propôs para essas estradas, amanhã elas vão ficar intransitáveis. Por isso mesmo eu tenho muito receio de não ser possível transitar nessas estradas. Com o pouco dinheiro que há e ainda com a agravante de se tirar mais algum, a degradação irá aumentar cada vez mais.

A segunda razão tem a ver com a reconstrução na ilha do Faial, porque a pequena quantidade que se procura aumentar ao Programa 33, está muito longe da verba que estava prevista no PMP para este programa.

Portanto são duas razões fortíssimas para nós votarmos contra esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção feita aqui pelo Sr. Deputado Paulo Valadão não pode, obviamente, ficar sem uma nota de esclarecimento.

Primeiro quero dizer que isto são verbas de calamidades e que o processo de recuperação das calamidades nas Flores, nomeadamente também ao nível daquilo que pode ser investido no Programa Calamidades, praticamente já não pode ser investido a partir daqui e, portanto, as verbas para as estradas das Flores têm que sair do Programa 11, porque nesta rubrica estão verbas para a rede de caminhos florestais. Essa, sim, ainda continua a manter a verba para calamidades e tem uma verba para estradas regionais que não pode, no essencial, ser utilizada e que no PMP tinha apenas 57 mil contos para fechar obras, nomeadamente na área das Flores.

Houve, certamente, entre a ante-proposta de Plano e a proposta de Plano, um diferencial assinalável que passa duma verba de 59.856 Ä para 309.255 Ä. Trata-se aqui nesta área duma situação anómala. Certamente que terá havido aqui um lapso qualquer.

Portanto, esta verba não pode ser utilizada, dada a sua natureza, porque o Programa Calamidades está fechado relativamente à ilha das Flores.

A contrapartida, e penso que a solidariedade também aqui tem que se fazer sentir, é que em vez dessa verba ficar aqui sem poder ser utilizada, ela transita para o Programa Calamidades e que seja compensada, isso sim, através das verbas de conservação corrente que constam do Programa 11.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A este adiantado da hora eu já tenho grande dificuldade em seguir o raciocínio do Sr. Deputado Herberto da Rosa.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Eu não estou a brincar, estou a falar a sério, porque, de facto, se tivesse 20 anos talvez estávamos no início da madrugada, mas neste momento estou já é no fim da noite.

De qualquer modo quero, muito rapidamente, dizer duas coisas:

Em primeiro lugar o Sr. Deputado afirma que a Secretaria Regional das Finanças ou o DREPA enganaram-se em relação a esta matéria relativamente a este ano.

Em segundo lugar, foi pena que se tenham enganado já o ano passado e não tenham corrigido o erro, porque já o ano passado tinham uma verba e não a utilizaram. O mal foi não a terem utilizado e deviam tê-lo feito.

(Aplausos das bancadas do PSD, PP e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É efectivamente isso, Sr. Deputado. Alguém não está a entender e eu estou a fazer um esforço, apesar do adiantado da hora, para explicar.

O Programa Calamidades é um programa excepcional e tem uma validade temporal definida. O Programa Calamidades no PMP está dotado para a ilha das Flores com 57 mil contos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Na proposta deste ano vem igual.

O Orador: O Programa Calamidades prevê a recuperação de estradas, a recuperação da rede viária, prevê prejuízos na agricultura, prevê um conjunto de prejuízos e tem uma definição temporal.

Relativamente àquilo que estava previsto, porque tinha uma duração temporal, no PMP, a dotação é residual e apenas constam 57 mil contos.

Aliás, devo dizer-lhe que, com a verba que aqui fica, ainda ficam 10 mil contos a mais do que aquilo que está na dotação.

Há algo que eu sinceramente também não percebo, porque, de facto, não é possível executar esta verba nas Flores neste momento, porque o Programa expirou.

Portanto, o que é necessário fazer é transferir dentro do mesmo programa para o sismo, porque estamos a votar programas e estamos dentro do mesmo programa.

Qual é a compensação? A compensação é no Programa 11, mais concretamente no projecto 11.2 – Reabilitação das estradas regionais, através das verbas de

conservação corrente, compensar e dotar as estradas e a rede viária das Flores com a dotação necessária para fazer as reparações.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para complementar o esclarecimento do Sr. Deputado Manuel Herberto, dizendo o seguinte:

Em primeiro lugar o Governo Regional tem efectivamente prontos o 1º troço entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz e deve-se dizer a esta Câmara mais uma vez, que quando se fala das Flores, deve-se falar no milhão de contos que foram investidos na última legislatura nas estradas regionais, das quais as pontes fazem parte. É por isso que não houve adiantamento em matéria de reabilitação das estradas regionais das Flores.

Em segundo lugar essa verba, que foi agora diminuída nessa acção, representa tão só o dinheiro necessário e suficiente para podermos fazer entre as Lajes e Santa Cruz o resto do projecto. Portanto, é disto que se trata.

Nós, infelizmente, temos estradas nas Flores que têm 30 e 50 anos e que o PSD nem um km fez.

Deputado Luís Sequeira de Medeiros (*PSD*): A esta hora é uma obsessão.

Presidente: Srs. Deputados, não há mais inscrições, vamos proceder à votação, começando pela proposta de alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos a contra do PS, 18 a favor do PSD, 2 votos a favor do PCP e 2 abstenções do PP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Numa breve e última declaração de voto, porque o nosso tempo esgota-se agora, queria apenas dizer que esta votação significa uma posição de protesto pelo facto das acções relacionadas com o sismo, no Programa Calamidades, terem tido um corte tão acentuado e não ter havido, porque não houve, uma explicação cabal fundamentada das razões desse corte, principalmente porque a planificação era tão pormenorizada há um ano atrás, ano por ano, que não é possível perceber-se, sem que houvesse outras razões que não foram apresentadas, que este corte se tivesse dado.

Portanto, a maneira que encontrámos para expressar a nossa posição com toda a clareza, foi fazer este tipo de votações e deixar este registo, para além do que está nas três intervenções em que referi este assunto.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular absteve-se pelas razões que já referiu e também absteve-se porque tem perfeita consciência que, independentemente das votações que os Srs. Deputados aqui fazem de mudar verbas a determinados projectos dentro do mesmo programa, o Governo Regional sempre que decide alterar essas verbas, fá-lo todos os dias se necessário for.

O Sr. Secretário Contente pode mexer com isso, para trás e para a frente, como costuma fazer, sem dar “cavaco” a esta Assembleia. É bom termos a noção disso. É um acto que não dignifica o Parlamento.

Deixamos, sobretudo aqui, uma ideia indicativa de que estamos a corrigir as asneiras do Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está dando um contributo para a correcção dessas asneiras. É pena que só corrija com as propostas que partem da sua iniciativa e não corrija com as que partem da iniciativa alheia.

Independentemente disso, é bom que fiquem com a noção que esse esforço que estão fazendo, a esta hora da noite, repito, dentro dos mesmos programas, o Governo altera de projecto para projecto.

Portanto, às vezes apetece recomendar que não se cansem tanto, porque depois, e julgo que é isso que os Srs. pensam, o Governo dá conta do recado.

Presidente: Vamos proceder à votação do Programa 33.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 33 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos agora proceder à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional, relativa ao Plano para 2002, em votação final global, foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: O Sr. Deputado interpelou a Mesa perguntando se era necessário votar os artigos do Decreto Legislativo Regional? A mim não me parece que seja necessário, porque o que diz simplesmente é aprovado o Plano Regional. Em bom rigor podia fazer-se, mas o que nós fizemos foi exactamente aprovar o artigo 1º e o 2º.

Passamos agora à votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional, relativa ao Orçamento para 2002.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Orçamento da Região para 2002, foi aprovada, na generalidade, com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passamos agora ao debate na especialidade.

Está à discussão o artigo 1º, para o qual existe uma proposta de alteração do PSD e outra do PS.

Eu queria dizer à Câmara que consideramos incluídas no artigo 1º as alterações apresentadas pelo PS e pelo PSD, e que se verificam aqui nos Mapas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Devido ao adiantado da hora é possível que estejamos enganados.

Parece-nos que a proposta do PSD neste momento está prejudicada, porque foi rejeitada e fazia referência ao Plano. **Presidente:** O Sr. Deputado tem toda a razão.

A proposta do PSD ficou prejudicada em relação ao Orçamento.

Estamos apenas a debater a proposta de alteração apresentada pelo PS.

Não há intervenções, vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do PP, 2 votos contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º, já com esta alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Passemos ao artigo 2º, para o qual também existe uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, para o seu nº 1.

Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar a proposta de alteração, apresentada pelo PS.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Artigo 3º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à discussão do artigo 4º, para o qual existe uma proposta de alteração do PS.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Vamos votar agora a parte restante do artigo 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Não existem mais propostas de alteração para os restantes artigos, pergunto se poderei fazer a votação e a discussão em conjunto.

(Pausa)

Só o 5º e o 6º? Muito bem.

Está à discussão os artigos 5º e 6º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 5º e 6º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Parece-me que é entendimento da Câmara de que se pode fazer a discussão e votação em conjunto dos artigos 7º, 8º e 9º. Estão à discussão estes artigos.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 7º, 8º e 9º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Artigo 10º. Está à discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Estão à discussão os artigos 11º e 12º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 11º e 12º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos ao artigo 13º. Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Ponho agora à discussão os artigos 14º, 15º e 16º.

(Pausa)

Não há intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos 14º, 15º e 16º foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 abstenções do PP e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional, Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano 2002, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Orçamento da Região para o ano 2002 foi aprovada, em votação final global, com 29 votos a favor do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do PP e 2 votos contra do PCP.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral para uma declaração de voto.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento que esta Câmara acabou de aprovar, com a maioria do Partido Socialista, não configura, em nossa opinião, uma estratégia de desenvolvimento sustentado, nem garante a convergência real da economia dos Açores. Merece por isso a nossa reprovação.

Convém, porém, sublinhar que demos o nosso acordo a diferentes programas e projectos e bem assim a muitas e penso que mesmo a todas as propostas apresentadas pelo Partido Socialista.

Contrariamente, a maioria do Partido Socialista não aprovou uma única proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, muito embora fosse visível o embaraço que muitos dos Srs. Deputados apresentaram ao recusar propostas de grande interesse e de grande alcance para as suas ilhas.

Não vale a pena enganar os açorianos.

É bom dizer que o voto na especialidade não é incompatível com o voto na generalidade. Muito menos é incompatível com a legítima iniciativa dos partidos da oposição que apresentaram propostas de alteração. Por isso apresentámos, votámo-las e vimos qual foi o comportamento da maioria desta Casa.

Por isso mesmo, Srs. Deputados, o nosso voto contra estes dois documentos, o Plano e o Orçamento.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vale a pena enganar os açorianos! Efectivamente assim é.

Findo o debate, a ideia que se tenta fazer passar nesta Casa é que o PSD era o partido aberto ao diálogo, aberto à concertação, aberto a gerar consensos.

Não vale a pena enganar os açorianos!

A vossa decisão vinha tomada e era votar contra. No fim ou no princípio é indiferente, Sr. Deputado.

A forma como foi exposta, a forma como foi definida esta posição, merece, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, uma reprovação muito clara e muito concreta.

Não concordamos, não podemos concordar que se instrumentalize o debate para servir outros interesses e outros objectivos que não aqueles que dizem respeito ao concreto Plano e Orçamento que acabámos de votar nesta Casa.

Não vale a pena enganar os Açorianos!

Portanto, por mais que os Srs. agora queiram lidar com conceitos de votações na especialidade e na generalidade que até não eram incompatíveis,...

Deputada Berta Cabral (PSD): Não são, nem nunca foram!

O Orador: ... aquilo que fica, e não vale a pena enganar os açorianos, é que os Srs. chegaram a esta Casa já convictos de um voto contra o Plano e contra o Orçamento. Apresentaram propostas para servir outros objectivos que não aqueles de melhorar documentos que os Srs. não concordavam.

Deputada Berta Cabral (PSD): Votámos na especialidade.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que fica e que resta deste debate é que da bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista houve um esforço sério e convicto de contribuir para a melhoria de documentos que também de forma séria e convicta o Governo Regional trouxe aqui.

Outros tomaram uma atitude que em nada abona a dignidade deste Parlamento e de todo o processo que aqui estamos a tomar.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, passamos ao ponto seguinte que tem a ver com os pedidos de autorização para prestarem declarações em Tribunal dos Srs. Deputados Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas, João Manuel Bettencourt Cunha, Renato Luís Pereira Leal, Manuel Herberto Rosa e José Manuel Cabral Bolieiro Dias. Para

esse efeito é necessário fazer uma votação. Peço aos funcionários o favor de distribuírem os boletins de voto.

(Pausa)

Secretário (*Raúl Rego*): Conforme indicação do Sr. Presidente da Mesa vou proceder à chamada para a votação.

(Procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados).

Presidente: Srs. Deputados, vou anunciar a votação:

- Sr. Deputado João Cunha, como arguido, obteve 7 votos a favor, 42 contra e 2 abstenções;
- Sr. Deputado Renato Leal, como testemunha, obteve 49 votos a favor e 2 votos contra;
- Sr. Deputado Duarte Freitas, como arguido, obteve 49 votos a favor e 2 votos contra;
- Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa, como testemunha, obteve 50 votos a favor e 1 voto contra;
- Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, como testemunha, obteve 49 votos a favor e 2 votos contra.

Passamos agora, Srs. Deputados, à apresentação e votação de uma Proposta de Resolução do seguinte teor:

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o Período Legislativo de Novembro”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, muito obrigado pela vossa colaboração.

Não sei se nos vamos voltar a ver antes do Natal. Se isso não acontecer, desejo um bom Natal para todos e boa viagem de regresso às vossas terras.

Os trabalhos terminaram às 05 horas e 50 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Óscar Manuel Valentim da **Rocha**

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq Mota**

Paulo António de Freitas **Valadão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Documentos Entrados

Proposta de Decreto Legislativo Regional

Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 12/94/A, de 5 de Maio (regime especial de publicidade ao tabaco em provas desportivas de automobilismo)

O Decreto-Lei nº 52/87, de 30 de Janeiro, veio estabelecer um regime especial de excepção para a publicidade ao tabaco em provas desportivas de automobilismo integradas em campeonatos do Mundo ou da Europa, por um período de cinco anos, a contar da data da sua publicação.

Considerando que o Decreto-Lei nº 52/87, de 30 de Janeiro, foi objecto de várias alterações com vista à prorrogação do prazo nele estabelecido, nomeadamente pelo Decreto-Lei nº 242/91, de 5 de Julho, pelo Decreto-Lei nº 203/95, de 3 de Agosto, e mais recentemente pelo Decreto-Lei nº 178/2001, de 9 de Junho;

Considerando que o Decreto Legislativo Regional nº 12/94/A, de 5 de Maio, veio, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 52/87, de 30 de Janeiro, aplicar à Região Autónoma dos Açores o regime nele estabelecido;

Considerando que este Decreto Legislativo Regional nº 12/94/A, de 5 de Maio, já foi objecto, à semelhança do diploma nacional, de uma prorrogação de prazo através do Decreto Legislativo Regional nº 3/97/A, de 18 de Março;

Considerando que as circunstâncias que estiveram subjacentes às anteriores prorrogações de prazo se mantêm e que a mais recente prorrogação de prazo, a nível nacional, feita pelo Decreto-Lei nº 178/2001, de 9 de Junho, ainda não foi objecto de adaptação à Região;

Tendo presente a situação específica e a importância das provas automobilísticas Regionais e o facto do seu patrocínio ser assegurado maioritariamente pela publicidade ao tabaco;

Assim, nos termos da alínea t) do artigo 60º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:

Artigo único

É prorrogado, até 31 de Dezembro de 2005, o prazo estabelecido no artigo único do Decreto Legislativo Regional nº 12/94/A, de 5 de Maio.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Vila do Porto - Santa Maria, 5 de Novembro de 2001.

O Presidente do Governo Regional dos Açores: *Carlos Manuel Martins do Vale César..*

Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre o pedido de autorização para audição como testemunha do Senhor Deputado José Manuel Bolieiro.

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 15 de Novembro de 2001 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, para analisar o pedido de autorização para o Senhor Deputado José Manuel Bolieiro prestar depoimento como testemunha, e emitir o correspondente parecer.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O n.º 3 do artigo 154.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que “a lei regula os casos e as condições em que os Deputados carecem de autorização da Assembleia da República para serem jurados, árbitros, peritos ou testemunhas”.

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, “o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa Regional é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente”.

O artigo 21.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República determina, no seu n.º 1, que “os Deputados carecem de autorização da Assembleia para serem jurados, peritos ou testemunhas”, enquanto que o n.º 3 estabelece que “a autorização (...) deve ser solicitada pelo juiz competente, ou pelo instrutor do processo, em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (...), e a decisão será precedida de audição do Deputado”.

Embora neste artigo não exista menção expressa da entidade competente para proceder à audição, parece contudo razoável considerar que a “audição do Deputado” deverá ser efectuada pela comissão parlamentar competente em matéria de impedimentos.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” constituem competências da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Análise

Em 11 de Junho de 2001 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores o ofício, datado de 6 de Junho, em que o Senhor Procurador-Adjunto dos Serviços do Ministério Público junto do Tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada solicita autorização para o Senhor Deputado José Manuel Bolieiro ser inquirido, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo n.º 149/01.2 TAPDL, do Tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada.

Por despacho da mesma data de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho foi chamada a dar parecer sobre o referido pedido de autorização.

Considerando-se competente em função da matéria, a Comissão procedeu à audição do Senhor Deputado José Manuel Bolieiro, que declarou que, caso seja autorizada a sua inquirição, daí não resultará qualquer inconveniente para o desempenho da sua actividade enquanto Deputado.

Mais declarou o Senhor Deputado ser sua intenção, em caso de autorização, usar do direito de responder por escrito.

Capítulo IV

Parecer

Tendo verificado que foram cumpridas as disposições legais aplicáveis, designadamente os aspectos formais da solicitação, e tendo sido efectuada a audição do Deputado em causa, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho deliberou por unanimidade emitir parecer no sentido de que a Assembleia Legislativa Regional autorize o Senhor Deputado José Manuel Bolieiro a ser ouvido como testemunha no âmbito do processo n.º 149/01.2 TAPDL, do Tribunal Judicial da Comarca de Ponta Delgada.

Cabe agora ao Plenário a decisão final sobre a matéria objecto do presente parecer, no uso das competências previstas no 21.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 15 de Novembro de 2001

O Relator, José Nascimento Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel Herberto Rosa

Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre o pedido de autorização para audição como testemunha do Senhor Deputado Manuel Herberto Santos Rosa

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 15 de Novembro de 2001 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, para analisar o pedido de autorização para o Senhor Deputado Manuel Herberto Santos da Rosa prestar depoimento como testemunha, e emitir o correspondente parecer.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O n.º 3 do artigo 154.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que “a lei regula os casos e as condições em que os Deputados carecem de autorização da Assembleia da República para serem jurados, árbitros, peritos ou testemunhas”.

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, “o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa Regional é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente”.

O artigo 21.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República determina, no seu n.º 1, que “os Deputados carecem de autorização da Assembleia para serem jurados, peritos ou testemunhas”, enquanto que o n.º 3 estabelece que “a autorização (...) deve ser solicitada pelo juiz competente, ou pelo instrutor do processo, em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (...), e a decisão será precedida de audição do Deputado”.

Embora neste artigo não exista menção expressa da entidade competente para proceder à audição, parece contudo razoável considerar que a “audição do Deputado” deverá ser efectuada pela comissão parlamentar competente em matéria de impedimentos.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” constituem competências da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Análise

Em 14 de Novembro de 2001 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores o ofício, dessa data, em que o Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz das Flores solicita autorização para o Senhor Deputado Manuel Herberto Santos da Rosa ser ouvido, na qualidade de testemunha, em audiência de discussão e julgamento do processo comum singular n.º 15/01.1 TASCf, do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz das Flores, em que é autor

o Ministério Público e arguidos a Cooperativa União Agrícola Florentino, CRL e José António Nunes Azevedo.

Por despacho da mesma data de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho foi chamada a dar parecer sobre o referido pedido de autorização.

Considerando-se competente em função da matéria, a Comissão procedeu à audição do Deputado Manuel Herberto Santos da Rosa, que declarou que, caso seja autorizado a ser ouvido, da sua deslocação ao Tribunal, pelas 14,30 horas do dia 22 de Novembro de 2001, não resulta qualquer inconveniente para o desempenho da sua actividade enquanto Deputado.

Capítulo IV

Parecer

Tendo verificado que foram cumpridas as disposições legais aplicáveis, designadamente os aspectos formais da solicitação, e tendo sido efectuada a audição do Deputado em causa, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho deliberou por unanimidade emitir parecer no sentido de que a Assembleia Legislativa Regional autorize o Senhor Deputado Manuel Herberto Santos da Rosa a ser ouvido como testemunha no âmbito do processo comum singular n.º 15/01.1 TASCf, do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz das Flores.

Cabe agora ao Plenário a decisão final sobre a matéria objecto do presente parecer, no uso das competências previstas no 21.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 15 de Novembro de 2001.

O Relator em Exercício, António Loura

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre o pedido de autorização para que seja ouvido, como arguido, o Senhor Deputado João Manuel Bettencourt da Cunha.

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de Novembro de 2001 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, para analisar o pedido de autorização para o Senhor Deputado João Manuel Bettencourt da Cunha ser ouvido, como arguido, e emitir o correspondente parecer.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

Por força do n.º 2 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, “os Deputados não podem ser ouvidos como declarantes nem como arguidos sem autorização da Assembleia”.

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, “o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa Regional é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente”.

O n.º 2 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República reproduz o texto constitucional supracitado.

O n.º 5 estabelece que o correspondente pedido de autorização “é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia”.

O n.º 6 dispõe que “as decisões (...) são tomadas pelo Plenário, precedendo audição do Deputado e parecer da comissão competente”.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” constituem competências da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Análise

Em 30 de Outubro de 2001 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores o ofício, datado de 23 de Outubro de 2001, em que o Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz da Graciosa solicita autorização para o Senhor Deputado João Manuel Bettencourt da Cunha ser ouvido, como arguido, no âmbito dos autos de instrução n.º 17/01.8 TASCg, em que são arguidos/assistentes Joaquim Martins Ferreira da Silva e João Manuel Bettencourt da Cunha.

Por despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, da mesma data, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho foi chamada a dar parecer sobre o referido pedido de autorização.

A Comissão procedeu à audição do Senhor Deputado João Manuel Bettencourt da Cunha que declarou que a acusação que lhe é movida resulta de intervenções proferidas na Assembleia, pelo que considera estar abrangido pelas imunidades previstas no n.º 1 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa.

Capítulo IV

Parecer

Tendo verificado que foram cumpridas as disposições legais aplicáveis, designadamente os aspectos formais da solicitação, tendo sido efectuada a audição do Deputado em causa, e considerando o disposto no artigo 10.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República, aplicável por força do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho deliberou por unanimidade emitir parecer no sentido de que a Assembleia Legislativa Regional não autorize o Senhor Deputado João Manuel Bettencourt da Cunha a ser ouvido, como arguido, no âmbito dos autos de instrução n.º 17/01.8 TASCG, do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Cruz da Graciosa.

Cabe agora ao Plenário a decisão final sobre a matéria objecto do presente parecer, no uso das competências previstas no n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 14 de Novembro de 2001

O Relator, José Nascimento Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel Herberto Rosa

Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre o pedido de suspensão do Senhor Deputado Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas.

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de Novembro de 2001 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, para analisar o pedido de suspensão do Senhor Deputado Duarte Nuno d'Ávila Martins Freitas, e emitir o correspondente parecer.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O n.º 4 do artigo 157.º da Constituição da República Portuguesa, determina que “movido procedimento criminal contra algum Deputado, e acusado este definitivamente, a Assembleia decidirá se o Deputado deve ou não ser suspenso para efeito de seguimento do processo (...)”.

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, “o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa Regional é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente”.

O n.º 3 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República reproduz o texto constitucional supracitado.

O n.º 5 estabelece que o correspondente pedido de autorização “é apresentado pelo juiz competente em documento dirigido ao Presidente da Assembleia”.

O n.º 6 dispõe que “as decisões (...) são tomadas pelo Plenário, precedendo audição do Deputado e parecer da comissão competente”.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e funcionamento da Assembleia” constituem competências da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Análise

Em 29 de Outubro de 2001 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores o ofício, datado de 26 de Outubro de 2001, em que o Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca de S. Roque do Pico solicita a suspensão do Senhor Deputado Duarte Nuno D’Ávila Martins Freitas, arguido no processo comum singular n.º 81/2001 em que é autor o Ministério Público.

Por despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, da mesma data, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho foi chamada a dar parecer sobre o referido pedido de suspensão.

A Comissão procedeu à audição do Senhor Deputado Duarte Nuno D’Ávila Martins Freitas, que declarou o seguinte:

1. Entende que a imunidade parlamentar é uma prerrogativa que tem razão de ser quando estejam em causa razões políticas, pelo que não deve ser utilizada em outras situações;
- O processo em que é arguido não tem directamente a ver com a sua actividade como parlamentar, estando sim posta em causa a sua honra e respeitabilidade, que considera ter o direito de defender, pelo que entende que deve ser autorizada a sua audição, como arguido, na fase em que se encontra o processo.

Capítulo IV

Parecer

Tendo verificado que foram cumpridas as disposições legais aplicáveis, designadamente os aspectos formais da solicitação, tendo sido efectuada a audição do Deputado em causa, e considerando o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º conjugado com o artigo 11.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República, aplicáveis por força do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho deliberou por unanimidade emitir parecer no sentido de que a Assembleia Legislativa Regional suspenda o mandato do Senhor Deputado Duarte Nuno D'Ávila Martins Freitas, para efeito do seguimento do processo comum singular n.º 81/2001 do Tribunal Judicial da Comarca de S. Roque do Pico.

Cabe agora ao Plenário a decisão final sobre a matéria objecto do presente parecer, no uso das competências previstas no n.º 6 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 14 de Novembro de 2001

O Relator, José Nascimento Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel Herberto Rosa

Relatório e Parecer da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho sobre o pedido de autorização para inquirição como testemunha do Sr. Deputado Renato Luís Pereira Leal.

Capítulo I

Introdução

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 14 de Novembro de 2001 na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na cidade da Horta, para analisar e emitir parecer sobre o pedido de autorização para o Senhor Deputado Renato Luís Pereira Leal prestar depoimento como testemunha.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O n.º 3 do artigo 154.º da Constituição da República Portuguesa, dispõe que “a lei regula os casos e as condições em que os Deputados carecem de autorização da Assembleia da República para serem jurados, árbitros, peritos ou testemunhas”.

Nos termos do artigo 24.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, “o Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa Regional é equiparado ao Estatuto dos Deputados à Assembleia da República no que se refere aos direitos, regalias e imunidades consagrados constitucionalmente”.

O artigo 21.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia da República determina, no seu n.º 1, que “os Deputados carecem de autorização da Assembleia para serem jurados, peritos ou testemunhas”, enquanto que o n.º 3 estabelece que “a autorização (...) deve ser solicitada pelo juiz competente, ou pelo instrutor do processo, em documento dirigido ao Presidente da Assembleia (...), e a decisão será precedida de audição do Deputado”.

Embora neste artigo não exista menção expressa da entidade competente para proceder à audição, parece contudo razoável considerar que a “audição do Deputado” deverá ser efectuada pela comissão parlamentar competente em matéria de impedimentos.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 1-A/99/A, os “assuntos constitucionais, estatutários e regimentais” e a “organização e

funcionamento da Assembleia” constituem competências da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

Análise

Em 6 de Novembro de 2001 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores o ofício, datado de 2 de Novembro, em que o Meritíssimo Juiz de Direito do Tribunal Judicial da Comarca da Horta solicita autorização para o Senhor Deputado Renato Luís Pereira Leal ser inquirido, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de instrução nº 41/98, em que são autores Pedro Gonçalves e Manuela Pereira Gonçalves e ré a União Portuguesa de Adventistas do Sétimo Dia.

Por despacho de 7 de Novembro de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho foi chamada a dar parecer sobre o referido pedido de autorização.

Considerando-se competente em função da matéria, a Comissão procedeu à audição do Senhor Deputado Renato Luís Pereira Leal, que declarou o seguinte:

- o processo no qual é chamado a testemunhar não envolve quaisquer aspectos de natureza política;
- Caso seja autorizado a prestar depoimento, da sua deslocação a tribunal, pelas 10,30 horas no dia 19 de Novembro de 20001, não resulta qualquer inconveniente para o desempenho da sua actividade enquanto Deputado.

Capítulo IV

Parecer

Tendo verificado que foram cumpridas as disposições legais aplicáveis, designadamente os aspectos formais da solicitação, e tendo sido efectuada a audição

do Deputado em causa, a Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho deliberou por unanimidade emitir parecer no sentido de que a Assembleia Legislativa Regional autorize o Senhor Deputado Renato Luís Pereira Leal a prestar depoimento como testemunha no âmbito do processo n.º 41/98, do Tribunal Judicial da Comarca da Horta.

Cabe agora ao Plenário a decisão final sobre a matéria objecto do presente parecer, no uso das competências previstas no 21.º do Estatuto dos Deputados.

Horta, 14 de Novembro de 2001

O Relator, José Nascimento Ávila

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Manuel Herberto Rosa

Os Redactores: Maria da Conceição Fraga Branco e José Rodrigues da Costa.